

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

**Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação
Doutorado em Educação**

Domingos Rodrigues da Trindade

**Constituição social do ser jovem camponês no contexto de
assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi,
Bahia**

Brasília/2015

Domingos Rodrigues da Trindade

**Constituição social do ser jovem camponês no contexto de
assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi,
Bahia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de doutor em Educação, área de concentração - Educação e Ecologia Humana, linha de pesquisa: Educação Ambiental e Educação do Campo e, eixo de interesse: Educação do Campo: Desenvolvimento Rural e Práticas político-pedagógicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laís Maria Borges de Mourão Sá

Brasília, Março/2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1020845.

T833c Trindade, Domingos Rodrigues da.
Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, Bahia / Domingos Rodrigues da Trindade. -- 2015.

356 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.
Orientação: Laís Maria Borges de Mourão Sá.
Inclui bibliografia.

1. Reforma agrária - Bahia. 2. Camponeses. 3. Educação rural. 4. Trabalhadores rurais. I. Sá, Laís Maria Mourão de. II. Título.

CDU 323.325(81)

Domingos Rodrigues da Trindade

**Constituição social do ser jovem camponês no contexto de
assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi,
Bahia**

Tese de doutorado apresentada como requisito para o título de doutor ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laís Maria Borges de Mourão Sá

Aprovado em -----/-----/-----

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Laís Maria Borges de Mourão Sá - Orientadora
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Débora Alves Feitosa - Membro externo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof.^a Dr.^a Mônica Castagna Molina - Membro
Universidade de Brasília

Prof. Dr. João Batista Pereira Queiroz - Membro
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Eliete Ávila Wolff - Membro
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Maria Osanette de Medeiros - Suplente
Universidade de Brasília

Brasília, Março/2015



Dedico este trabalho aos/às jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança no interior do sertão baiano, que na base das contradições vividas, criam e recriam o seu jeito de estar no e com o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer e Abraçar¹

Abracei o mar na lua cheia	E na hora marcada
Abracei o mar	Dona Alvorada chegou para se banhar
Abracei o mar na lua cheia	E nada pediu, cantou pra o mar (e nada pediu)
Abracei o mar	Conversou com mar (e nada pediu)
Escolhi melhor os pensamentos, pensei	E o dia sorriu...
Abracei o mar	Uma dúzia de rosas, cheiro de alfazema
É festa no céu é lua cheia, sonhei	presente eu fui levar
Abracei o mar	E nada pedi, entreguei ao mar (e nada pedi)
	Me molhei no mar (e nada pedi) só agradecei

Com a maravilhosa música de Vevé Calazans e Jerônimo quero agradecer a todos e todas que contribuíram para que eu pudesse fazer as escolhas certas e as incertas, mas não menos importantes, para que esta tese fosse construída. Uma tese não é escrita só de teoria, mas também de sentimentos, emoções. Não me “molhei no mar”, mas me encharquei das trocas teóricas, de afetos e de carinhos recebidos de pessoas de antes e de agora.

Assim, quero agradecer e abraçar...

À minha família pelo apoio e dedicação incondicional.

À minha orientadora pelas aulas orientadas e ensinamentos durante todo o curso, pelo afeto e atenção.

¹ Música de Vevé Calazans e Jerônimo. Voz de Maria Bethania, Álbum: A força que nunca seca, 1999. Disponível em: <http://letras.mus.br/maria-bethania/886917/>. Acessado em: 22/03/2014.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação do projeto de doutorado e da defesa da tese: Laís Mourão (orientadora), Débora Feitosa, Mônica Molina, Eliete Wolff, João Batista e Maria Osanette de Medeiros pelas contribuições importantes para a construção desta tese;

Ao senhor Jovino, presidente da Associação do Assentamento Nova Esperança e a sua esposa Isabel pelo acolhimento em sua casa;

A dona Maria José (Ex-presidente da Associação do Assentamento Nova Esperança) pelo apoio;

Ao presidente da Associação do assentamento Marrecas, Agostinho, e a sua esposa, Idalice, por terem me recebido em sua casa e por todo o suporte dado durante a realização do estudo.

Aos/às interlocutores/as da pesquisa por fazerem parte deste estudo e pelas importantes contribuições e pela confiança em mim depositada.

Às amigas Osanette, Silvanete e Rita pelo debate teórico importante para o delineamento do objeto de estudo. Ao amigo Fábio pelas correções e sugestões de escrita no texto e ao amigo Hélder² (in memoriam) pelo apoio durante a pesquisa de campo.

A Naydson, que contribuiu com suas habilidades de fotógrafo para registrar a realidade em que vivem os/as jovens interlocutores/as da pesquisa.

Aos colegas da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Departamento de Educação de Guanambi, pelo apoio e incentivo.

Aos funcionários do setor de informática do Departamento de Educação, Campus XII/UNEB, em especial, a Júlio César, Gilmar e José Carlos.

² Hélder era vereador do município de Malhada e faleceu no dia 08 de junho de 2014 em um acidente trágico, aos 38 anos de idade, deixando esposa e um casal de filhos.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Ao Programa de apoio à formação de docentes e técnicos em curso *stricto sensu* pela concessão da Bolsa PAC-DT-UNEB.

RESUMO

TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, Bahia. 2015.** 356f. Tese (Doutorado em Educação na área de confluência – Educação e Ecologia Humana) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

A dinâmica do crescimento do capitalismo vem determinando transformações nas condições de reprodução social do capital e do modo de produção camponês. No Brasil, as pequenas unidades produtivas têm restringidas suas possibilidades de reprodução social, uma vez que a expansão do capital e a falta de perspectivas de trabalho, de melhoria das condições de vida têm contribuído para que os/as jovens deixem o campo (ABRAMOVAY et al. 1998). Diante de tal contexto, esta tese emerge da necessidade de se compreender como os/as jovens de assentamentos rurais se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo. O estudo foi realizado em dois assentamentos rurais: Nova Esperança, que se localiza no município de Palmas de Monte Alto, e Marrecas, no município de Malhada, ambos na microrregião Guanambi, Bahia. Participaram da pesquisa 27 jovens, 21 famílias, 03 representantes do poder público municipal, 01 assessor da FETAG polo de Guanambi e 02 presidentes de Associações de Trabalhadores Rurais dos assentamentos *lócus* da investigação. A metodologia trabalhada se pautou numa abordagem qualitativa de pesquisa, utilizando os seguintes instrumentos de coleta de dados: grupo focal, entrevista semiestruturada, observação, questionário, pesquisa documental e diário de campo, considerando a perspectiva do materialismo histórico dialético nas relações contraditórias que movimentam a realidade social. A estrutura textual desta pesquisa contempla um conjunto de argumentos que se interconectam, articulando o debate acerca de três grandes eixos: a) Reforma Agrária, Educação do Campo e Projeto Camponês, b) Constituição social do ser jovem do ponto de vista da família camponesa, c) Constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens. A tese argumenta que os/as jovens se constituem como seres sociais no contexto da Reforma Agrária na base das contradições impostas pela sociedade capitalista que os/as obrigam a construírem suas trajetórias de vida e idealizarem perspectivas de futuro/vida que os/as afastam da identidade camponesa em virtude da negação ampliada de direitos aos sujeitos jovens e às famílias camponesas. A pesquisa aponta que, na microrregião Guanambi a Educação do Campo ainda não conseguiu deixar marcas significativas, sobretudo no que se refere ao debate contra-hegemônico de projeto de campo, de educação e de nação; os/as jovens dos assentamentos são invisibilizados nas ações dos gestores municipais, portanto não são vistos como sujeitos de direitos. Sob a ótica da família dos/das jovens, o futuro da unidade familiar é algo incerto. A ausência do Estado no contexto pesquisado e o poder do capital têm impulsionado a saída dos/das jovens do campo e a muitas famílias venderem sua força de trabalho para o capital, causando, assim, o afastamento da identidade camponesa. No entanto, sujeitos organizados do campo, estão em movimento em contraposição ao modelo capitalista de produção e apontando outras possibilidades para se construir projetos de desenvolvimento, que valorizem as trajetórias de vida do camponês.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Projeto camponês. Jovens de assentamentos rurais. Constituição social.

ABSTRACT

The dynamics of the growth of capitalism has been determining transformations in the conditions of the social reproduction of capital and the peasant mode of production. In Brazil, the possibility of social reproduction of small productive units is restricted due to the expansion of capital; and the lack of prospective employment and improvement of circumstances has been driving youth away from rural areas (ABRAMOVAY et al. 1998). Considering this scenario, this thesis emerges from the need to understand how the youth in rural settlements is constituted as social beings in the condition of children of settlers of the agrarian reform in the contexts of the capitalist society undergoing expansion in the countryside. The study was conducted in two rural settlements: Nova Esperança, in the municipality of Palmas de Monte Alto, and Marrecas, in the municipality of Machada, both in the Guanambi micro-region in the State of Bahia. For the survey, we spoke to 27 youngsters, 21 families, 3 representatives of the municipal government, 1 FETAG advisor and 2 presidents of the Associations of Rural Workers from the settlements in question. The methodology employed is based on qualitative research, using the following tools for gathering data: focal group, semi-structured interview, observation, questionnaire, document research and field journal, considering the perspective of dialectic historical materialism in the contradictory relationships that fuel social reality. The textual structure of this research contemplates a set of interconnecting arguments, articulating the debate around three main axes: a) Agrarian Reform, Rural Education and Peasant Project, b) Social constitution of youth from the point of view of the peasant family, c) Social constitution of youth from the point of view of their own self-representation. The thesis argues that youngsters constitute themselves as social beings in the context of the agrarian reform in view of the contradictions imposed by capitalist society, which drive them to build life trajectories and envision perspectives for their lives and futures away from their peasant identities, due to the amplified barring of the rights of young individuals and their peasant families. The research points out that – in the Guanambi micro-region – rural education has yet to leave any significant marks, especially concerning the counter-hegemonic debate of the project of countryside, education and nation; youth from the settlements are made invisible in the actions of the municipal government, so they are not regarded as individuals with rights. In the view of these youngsters' families, the future of the family unit is uncertain. The absence of the State in the context of capital power researched and have boosted the output of/girls of the field and the many families sell their workforce to the capital, thus causing the removal of the peasant identity. However, subject field organized, are on the move in contrast to capitalist production model and pointing out other possibilities to build developments projects, who value the trajectories of peasant life.

Keywords: Agrarian Reform. Peasant Project. Rural Education. Rural Settlement Youth. Social Constitution.

RÉSUMÉ

La dynamique du capitalisme croissant est un facteur déterminant dans la transformation des conditions de reproduction sociale du capital et du mode de production. Au Brésil, les responsabilités de reproduction sociale des petites exploitations agricoles sont de plus en plus restreintes, dès lors que l'expansion du capital et le manque de perspectives en termes d'emploi et d'amélioration des conditions de vie poussent les jeunes à quitter le milieu rural (ABRAMOVAY et al. 1998). Face à un tel constat, cette recherche veut une réponse à la nécessité de comprendre comment les jeunes des villages agricoles (*assentamentos rurais*) se constituent-ils comme des êtres sociaux en tant que fils/filles des villageois (*assentados/as*) issus de la réforme agraire dans le cadre de la société capitaliste en expansion dans le milieu rural. Cette étude est menée dans deux villages agricoles : Nova Esperança, situé dans la commune de Palmas de Monte Alto, et Marrecas, dans la commune de Malhada. Les deux se trouvent dans la micro-région de Guanambi, dans l'état de Bahia. Vingt-sept jeunes issus de vingt-et-une familles, trois représentants des élus locaux, un assesseur du pôle de Guanambi de la FETAG (fédération des exploitants agricoles) et deux présidents d'associations de travailleurs ruraux des villages agricoles concernés par cette enquête ont participé à cette recherche. La méthodologie suivie repose sur une approche qualitative de la recherche dont les éléments de collecte des données sont les suivants : groupe focal, entretiens semi-structurés, observation, questionnaire, recherche documentaire et un journal de terrain, tout en considérant la perspective du matérialisme historique dialectique dans les relations contradictoires de la réalité sociale. La structure textuelle de cette recherche comprend un ensemble d'arguments interreliés qui orientent le débat autour de trois grands axes : a) réforme agraire, éducation en milieu rural et projet paysan; b) constitution sociale de l'être jeune du point de vue de la famille paysanne; c) constitution sociale de l'être jeune du point de vue de l'auto-représentation des jeunes. L'argument avancé par cette thèse est que les jeunes se constituent comme des êtres sociaux dans le cadre de la réforme agraire dans le but de répondre aux contradictions imposées par la société capitaliste qui les oblige à construire leurs trajectoires de vie et à idéaliser des perspectives d'avenir/vie qui, à leur tour, les éloignent de l'identité paysanne par un déni généralisé des droits des sujets jeunes et des familles paysannes. La recherche révèle que l'éducation dans la micro-région de Guanambi n'est pas encore parvenue à laisser des traces significatives chez les jeunes, surtout en ce qui concerne le débat contre-hégémonique lié à un projet rural, à l'éducation et à la nation. En outre, les jeunes des villages agricoles ne sont pas pris en compte dans les actions entreprises par les gestionnaires municipaux et, conséquemment, ne sont pas considérés comme des sujets de droits. Sous la perspective des jeunes, le futur de l'unité familiale devient quelque chose d'incertain. L'absence de l'État dans le cadre du pouvoir capital fait des recherches et ont stimulé la sortie de / filles du champ et de nombreuses familles vendent leurs employés à la capitale, ce qui provoque la suppression de l'identité de paysan. Toutefois, sous réserve de champ organisé, se déplacent par opposition au modèle de production capitaliste et soulignent les autres possibilités de générer des projets de développements, qui valorisent les trajectoires de la vie paysanne.

Mots-clés: Réforme agraire. Projet paysan. Éducation du milieu rural. Jeunes des villages agricoles. Constitution sociale.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABAG - Associação Brasileira de Agronegócio

ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro

ATES - Assistência Técnica, Social e Ambiental

BA - Bahia

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia

CETA/BA - Coordenação Estadual dos Trabalhadores Rurais acampados e assentados da Bahia

CFCP - Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba

CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento

CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CSA - Convivência com o Semiárido

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENERA - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Educação da Reforma Agrária

EUA - Estados Unidos da América

FALTAB - Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FCP - Fundação Cultural Palmares

FETAG/BA - Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia

FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste

FONEC - Fórum Nacional da Educação do Campo

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco

GO - Goiás

IFBaiano - Instituto Federal Baiano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INB - Indústrias Nucleares Brasileiras

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Serviço Social

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MLT - Movimento de Luta pela Terra

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MOC - Movimento de Organização Comunitária

MPA - Movimento de Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Sem-Terra

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MTL - Movimento Terra e Liberdade

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OIJ - Organização Ibero-Americana da Juventude

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PIMC - Programa Um Milhão de Cisternas

PAC-DT - Programa de Apoio à Capacitação Docente e de Técnico Administrativo da UNEB

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PJ - Pastorais da Juventude

PNERA - Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária

PQRA - Pesquisa de Qualidade na Reforma Agrária

PROCAMPO - Programa de Apoio à formação superior em Licenciatura em Educação do Campo

PROGRAD - Pró- Reitoria de Ensino e Graduação

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONACAMPO - Programa Nacional da Educação do Campo

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSF - Programa da Saúde da Família

PT - Partido dos Trabalhadores

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SBF- Secretaria de Biodiversidade e Floresta

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Microempresas

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

TOPA - Programa Todos pela Alfabetização

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UESB - Universidade do Sudoeste Baiano

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFS - Universidade Federal de Sergipe

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UnB - Universidade de Brasília

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1 - Acampamentos dos Trabalhadores Rurais na Bahia/2009	35
Mapa 2 - Formas de acesso à terra por município no Estado da Bahia/2010.....	36
Mapa 3 - Localização da microrregião Guanambi na mesorregião Centro-Sul Baiana	42

TABELAS

Tabela 1 - Formas de acesso e uso da terra na microrregião Guanambi/BA.....	45
Tabela 2 - Visão comparativa do Brasil: desigualdade, desenvolvimento e Reforma Agrária nos principais países em desenvolvimento	79
Tabela 3 - Distribuição dos grupos focais por assentamentos	150
Tabela 4 - Nº de famílias entrevistadas por assentamentos e divisão por membros (pai/mãe)	155
Tabela 5 - Percentual de famílias em “extrema pobreza” nos assentamentos da Bahia conforme a mesorregião em 2009.....	180

QUADROS

Quadros 1 - Atividades e serviços prestados pela FETAG/Guanambi	53
Quadro 2 - Reforma Agrária nas democracias contemporâneas: duas abordagens	77
Quadro 3 - Síntese da caracterização dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança.....	136
Quadro 4 - Técnicas e instrumentos de pesquisa	141
Quadro 5 - Roteiro de análise elaborado a partir dos eixos da pesquisa.....	162
Quadro 6 - Demonstrativo dos cursos do PRONERA/UNEB	170
Quadro 7 - O/a jovem da Reforma Agrária sob a ótica das instituições públicas e do sindicato	194
Quadro 8 - Tipos de atividades produtivas dos assentamentos.....	209
Quadro 9 - O que falta aos jovens no contexto dos assentamentos sob a ótica da família. ..	244

Quadro 10 - Possibilidades de práticas de lazer dos/das jovens 288

Quadro 11 - O que falta nos assentamentos na perspectiva dos/das jovens..... 304

FIGURAS

Figura 1 - Entrada principal do assentamento Marrecas 125

Figura 2 - Entrada principal do assentamento Nova Esperança 131

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos/das jovens da pesquisa 145

Gráfico 2 - Autodefinição étnica dos/das jovens da pesquisa 146

Gráfico 3 - Estudo 147

Gráfico 4 - Série que estuda ou estudou 148

Gráfico 5 - Trabalho fora do assentamento 274

Gráfico 6 - Desfruta algum tipo de lazer? 288

ORGANOGRAMA

Organograma 1 - Síntese da trilha metodológica 164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 A LUTA PELO ACESSO À TERRA E SEU USO E PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA: ENCONTROS E DESENCONTROS	30
1.1 A luta pelo acesso à terra e seu uso na Bahia: resistências e conquistas	30
1.2 A luta pela terra e pela Educação do Campo na microrregião Guanambi/BA	41
1.2.1 A Educação do Campo no contexto da microrregião Guanambi	47
1.3 A FETAG na microrregião Guanambi: fragmentos históricos.....	49
2 O CAMPESINATO BRASILEIRO: DA MORTE ANUNCIADA À (RE) CRIAÇÃO DA VIDA	55
2.1 O debate sobre o conceito de campesinato	55
2.2 Campesinato brasileiro: diversidade, subalternidade e resistência.....	67
2.3 Processos sucessórios no campo	71
2.3.1 Herança da terra	74
2.4 Reforma Agrária no Brasil: do sonho à dívida	75
2.4.1 Reforma Agrária: destituição de sentido das lutas dos povos do campo.....	84
3 JUVENTUDE: CONCEPÇÕES, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS/ÀS JOVENS DO CAMPO	92
3.1 Juventude: concepções e abordagens	92
3.1.1 A juventude como faixa etária	99
3.1.2 A juventude como período de transição para a vida adulta	100
3.1.3 A juventude no enfoque geracional	102
3.1.4 O enfoque nas culturas juvenis	104
3.1.5 O enfoque nas representações sociais e autorrepresentações	106
3.2 A categoria juventude rural: imprecisões conceituais e novas perspectivas	109
3.2.1 Projetos de futuro/vida dos/das jovens: escolhas individuais e coletivas.....	113
3.3 Políticas públicas de juventude do campo no Brasil: avanços e desafios	117
IV O LÓCUS DA PESQUISA E AS TRILHAS METODOLÓGICAS	125
4.1 Assentamento Marrecas.....	125
4.2 Assentamento Nova Esperança	131
4.3 Trilhas metodológicas	137
4.3.1 O questionário: construindo o perfil dos/das jovens.....	143
4.3.2 Grupo focal	149
4.3.3 A entrevista	153
4.3.4 Análise documental.....	158
4.3.5 A observação e o diário de campo: o olhar atento no labirinto da pesquisa.....	159

4.3.6 Análise e interpretação dos dados.....	160
V O OLHAR DO PODER PÚBLICO, DA ESCOLA E DO SINDICATO SOBRE OS/AS JOVENS DA REFORMA AGRÁRIA	165
5.1 Jovens da Reforma Agrária: invisíveis nas ações municipais	166
5.2 O olhar da escola sobre os/as jovens: reflexos da hegemonia dominante	171
5.3 Os/as jovens da Reforma Agrária sob o olhar do sindicato (FETAG/Guanambi)	176
5.3.1 Modelos de Reforma Agrária e a incerteza de ser jovem camponês.....	179
5.4 Concepções de juventude camponesa: múltiplos enfoques a partir do ponto de vista das instituições públicas e do sindicato	185
VI REPRODUÇÃO E CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO SER JOVEM: A VOZ DA FAMÍLIA CAMPONESA.....	196
6.1 A Terra como local de vida, de reprodução e de educação: contradições da realidade ...	197
6.1.1 A gestão da produção familiar e a “ajuda” dos/das jovens na perspectiva da família.....	205
6.2 Identidade de campesinato da família dos/das jovens: relações de autonomia e dependência em relação ao mercado e ao capital	208
6.2.1 O futuro da unidade de trabalho familiar e a herança da terra: campos de incertezas.....	213
6.3 “A escola é o começo de tudo, sem ela fica difícil”	217
6.4 Ausência do Estado no contexto dos assentamentos sob a ótica da família: implicações na vida dos/das jovens.....	223
6.5 Deslocamento territorial dos jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança: “isso não é uma coisa boa não”	228
6.6 Projeções da família camponesa em relação aos/às filhos/as: entre o campo e a cidade.....	232
6.6.1 Estudar pra sair do campo.....	232
6.6.2 Sair para trabalhar	235
6.6.3 Formar-se (ensino médio) e arrumar um emprego aqui por perto.....	236
6.6.4 Sair para estudar e voltar para viver no campo.....	238
6.7 Viver no campo é possível	240
VII AUTORREPRESENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO SER JOVEM DE ASSENTAMENTOS RURAIS: CONDIÇÕES JUVENIS E PROJETOS DE FUTURO	247
7.1 Ser jovens de assentamentos rurais de Reforma Agrária: os/as jovens por eles/as mesmos/as	248
7.1.1 Os estigmas por ser jovem de assentamento rural	252
7.1.2 Viver no assentamento é ter organização	254
7.1.3 Ser jovem de assentamento rural é ter muita esperança	255
7.2 O olhar dos/as jovens sobre o papel da escola nas escolhas de seus projetos de futuro... ..	257
7.3 Morar no campo ou na cidade: dilemas juvenis	266
7.3.1 O jovem como categoria que internaliza o projeto familiar	270
7.3.1.1 Os jovens e o trabalho nas fazendas do agronegócio: e, depois do retorno?.....	273
7.3.2 O jovem como categoria que se autonomiza em relação ao projeto da família.....	277
7.4 O jovem e a perspectiva de futuro: o certo incerto e o indeciso.....	279
7.4.1 Projetos urbanos	281
7.4.2 Projetos rurais	283

7.4.3 Os jovens indecisos.....	285
7.5 O lazer e a fé: tempos e espaços de socialização dos/das jovens	287
7.5.1 A Festa de São Miguel no assentamento Marrecas	295
7.5.2 O futebol, o baleado e o culto no assentamento Nova Esperança	297
7.6 O consumo de bebidas alcoólicas e o uso de drogas ilícitas dentro dos assentamentos...	300
7.7 Denúncias de jovens de assentamentos rurais	304
CONSIDERAÇÕES FINAIS	308
REFERÊNCIAS	327
APÊNDICES	348
APÊNDICE A - Termo de Livre Consentimento	348
APÊNDICE B - Questionário para levantamento de dados e análise do perfil dos/das jovens dos assentamentos: Marrecas e Nova Esperança	350
APÊNDICE C - Questões dos grupos focais realizados com os/as jovens	352
APÊNDICE D - Questões da entrevista com a família dos/das jovens.....	353
APÊNDICE E - Questões da entrevista com o poder público, escola e sindicato/associação	354

INTRODUÇÃO

Ao pensar em realizar um estudo científico, muitos questionamentos, interesses, intenções, conflitos tomam conta do pensamento do pesquisador. Buscam-se os motivos da pesquisa, as aproximações entre o tema e o sujeito que pesquisa, as relações entre estes e o contexto em que estão inseridos. Neste caso não é diferente. O presente estudo se insere na linha de pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília-UnB. O que se pretende estudar nesta investigação está imbricado em minha própria gênese, e germina em toda a trajetória de vida.

Não é intenção aqui traçar cronologicamente as vivências e experiências construídas ao longo da vida, mas recuperar algumas experiências significativas que me levaram a enveredar pelas questões do campo na perspectiva de uma reflexão teórica mais sistematizada, pois não se escolhe realizar um estudo científico aleatoriamente. A escolha tem sempre suas imbricações, e foram elas que deram existência ao objeto de pesquisa que ora foi desenvolvido.

Nesse sentido, a minha relação com as questões do campo vem de longe e se faz presente no momento atual. Vem da origem camponesa, filho de camponeses e ex-aluno de escola rural multisseriada, onde aprendi as primeiras lições escolares. Essa relação é contínua e tem se dado de forma intensa. Passa pela experiência profissional enquanto coordenador pedagógico em escolas rurais no município de Palmas de Monte Alto-BA, nos anos de 2001 a 2003, quando tive os primeiros contatos com os/as jovens do Assentamento Nova Esperança (um dos *locus* da pesquisa), e como docente na Universidade do Estado da Bahia³, no Departamento de Educação, *Campus XII - Guanambi*, desde 2005, no curso de pedagogia, no qual atuo. Nesse curso, ministrei o componente curricular Educação do Campo e desenvolvi projetos⁴ de extensão universitária que possibilitaram um aprofundamento nas questões

3 A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), fundada em 1983, está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi, possui 29 Departamentos instalados em 24 campi: um sediado na capital do estado, onde se localiza a administração central da instituição, e os demais distribuídos em 23 municípios baianos.

4 Nos anos de 2007 e 2008 coordenei os projetos de extensão: O campo como espaço de vida, e Escola urbana, aluno rural, o que há de errado? O primeiro teve como público estudantes do curso de Pedagogia e Educação Física, e no segundo, professores, coordenadores pedagógicos e direção de uma escola da zona urbana do município de Guanambi-BA que recebe alunos do meio rural.

teórico-práticas que envolvem os camponeses, sobretudo no âmbito educacional, e a expansão do capital no campo, e como esta tem interferido nas condições juvenis rurais. Esses projetos aconteceram de forma inter-relacionada, por meio de leituras, discussões e reflexões, relatos e trocas de experiências. Desenvolvê-los ajudou-me a redimensionar o olhar sobre a formação dos educadores e educadoras do campo e os distintos projetos de desenvolvimentos presentes no campo brasileiro.

Outra experiência profissional que despertou interesse pela temática em questão foi a de secretário da educação do município de Malhada/BA, cargo que assumi por um ano (2004), o qual me colocou em contato direto com as relações de poder no âmbito das políticas educacionais. Durante essa experiência tive o primeiro contato com o Assentamento Marrecas, que também foi *lócus* deste estudo.

Assim, a relação com as questões do campo ganhou uma nova configuração em minha vida, acrescentando ao âmbito da condição camponesa preocupações teórico-metodológicas e políticas, principalmente aquelas acerca da formação dos/das educadores/as; as condições juvenis rurais; os processos de reprodução social camponesa, e tantas outras questões que permeiam a vida dos/das trabalhadores/as do campo.

A temática da formação dos/das educadores/as do campo se configurou no estudo de mestrado concluído no ano de 2011, cujo título é “O potencial da Licenciatura da Educação do Campo da UnB para produções de ações contra-hegemônicas: um estudo de caso no Assentamento Itaúna em Planaltina de Goiás”, sob a orientação da professora Mônica Castagna Molina. E no atual momento, a investigação foi desenvolvida considerando os/as jovens residentes em assentamentos rurais, e a constituição social destes/as, as estratégias de reprodução social, articuladas a projetos de futuro/vida dos/das jovens, sem descontextualizá-los das contradições do modo de produção capitalista e suas estratégias de expansão no campo brasileiro.

Dessa forma, o interesse pela temática é fruto da intersecção da caminhada pessoal, profissional e acadêmica. As vivências no âmbito dessas dimensões foram desenvolvendo em mim a necessidade de compreender como os/as jovens se constituem em sua condição de assentados, e entender as estratégias de reprodução social utilizadas pelas suas famílias.

Assim, questionar, problematizar as diversas temáticas que envolvem o espaço rural, na condição de educador que deixou o campo para estudar na cidade, e, hoje, atuando na universidade pública, significa um compromisso político com a luta dos camponeses e, conseqüentemente, contribuir com o debate teórico sobre as questões relacionadas ao campesinato brasileiro, o qual tem resistido à sua “morte encomendada” pelo capital.

As temáticas relacionadas ao mundo rural têm despertado o interesse de muitos estudiosos, sendo objeto de diversos estudos acadêmicos nos âmbitos internacional e nacional. No debate teórico mais específico desse estudo, destacam-se Kautsky (1986); Lênin (1982); Chayanov (1974) e Shanin (2008) no universo internacional; Abramovay et al. (1998), Carvalho (2005, 2010a e b, 2012), Fernandes, (2004, 2001a e b), Marques (2008a), Wanderley (2009), Carneiro (1998, 2011), Fernandes e Molina (2004), Sá (2007) no cenário nacional; e muitos outros que têm dedicado suas pesquisas às questões do mundo rural nos mais diversos enfoques.

Nesse conjunto de teóricos, há posições divergentes sobre o destino do campesinato na sociedade capitalista. Uns acreditam no seu desaparecimento com o crescimento do capital no campo, outros defendem a reprodução social camponesa como estratégia de enfrentamento ao capital. Há uma terceira posição: agricultura familiar subordinada ao capital. Nesse processo, as políticas públicas de Educação do Campo tornaram-se uma questão estratégica, em contraposição ao modelo de desenvolvimento defendido pelo capital (CALDART, 2004; FERNANDES e MOLINA, 2004), que expulsa e explora a mão de obra da classe trabalhadora do campo. No entendimento de Caldart (2004, p. 23), “a Educação do Campo é incompatível com o modelo de agricultura capitalista que combina hoje no Brasil latifúndio e agronegócio, exatamente porque eles representam a exclusão da maioria e a morte dos camponeses”.

Há de se considerar que a dinâmica do crescimento do capitalismo vem determinando transformações nas condições de reprodução social do capital e do modo de produção camponês. No Brasil, as pequenas unidades produtivas têm restringidas suas possibilidades de reprodução social, uma vez que a expansão do capital e a falta de perspectivas de trabalho, de

melhoria das condições de vida têm contribuído para que os/as jovens deixem o campo (ABRAMOVAY et al. 1998).

Portanto, diante da complexidade dessa temática, o estudo aqui proposto nos remete à análise da juventude do meio rural como uma categoria social-chave, pressionada pelas mudanças da realidade do campo e da cidade na atualidade, sobretudo porque a juventude vem demarcando, no cenário brasileiro, um espaço cada vez mais expressivo por meio de uma variedade de ações (congressos, seminários, simpósios, fóruns, reuniões nacionais, estaduais e municipais), colocando sua pauta de reivindicações.

Entretanto, embora se perceba um crescimento da presença e atuação dos/das jovens do meio rural em diversos espaços sociais, no que se refere às pesquisas que se dedicam a esses sujeitos, segundo Weisheimer (2005) estas ainda não constituem uma produção consolidada. Esse autor aborda, nesse estudo, que os/as jovens do meio rural têm sido denominados por uma diversidade de maneiras, tais como: alunos rurais, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem terra, jovens em assentamentos rurais, juventude escolar rural e juventude rural.

Há uma compreensão entre os pesquisadores de que a juventude rural não é uma categoria homogênea, mas, sim, marcada por uma diversidade de sujeitos demarcados pelos contextos econômicos, históricos, sociais, culturais e políticos (ABRAMOVAY et al. 1998; CARNEIRO, 1998; STROPASOLAS, 2007; WANDERLEY, 2009; WEISHEIMER, 2005; CASTRO et al, 2009). Assim, adota-se neste trabalho como categoria de análise a denominação de “jovem do campo”, por uma opção estratégica considerada coerente com o conceito de Educação do Campo que vem sendo construído pelo Movimento Nacional Por uma Educação do Campo, o qual está vinculado à construção de um modelo de desenvolvimento rural que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil.

Utilizar-se-á, também, a expressão “jovens de assentamentos rurais” para se referir aos jovens interlocutores da pesquisa, no sentido de privilegiar o lugar em que estão, ou seja, os assentamentos, entendidos como formas de unidades produtivas, criadas por meio de políticas

governamentais específicas, que primam pelo reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996). O lugar em que os sujeitos da pesquisa estão não é qualquer lugar, mas simboliza a luta coletiva, histórica e de classes, que ainda não se dá por encerrada.

Portanto, diante do calor do debate sobre as possibilidades ou impossibilidades de reprodução das unidades produtivas das famílias camponesas frente à expansão do capital e à invisibilidade dos/das jovens do campo nas pesquisas acadêmicas e nos projetos de desenvolvimento voltados para o campo, algumas questões orientaram o presente estudo, as quais estão organizadas a partir dos três eixos da pesquisa, a saber: Reforma Agrária, Educação do Campo e Projeto Camponês, Constituição social do ser jovem do ponto de vista da família camponesa e Constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens.

No eixo, Reforma Agrária, Educação do Campo e Projeto Camponês, estabeleci as seguintes questões: Como os/as jovens dos assentamentos rurais Marrecas e Nova Esperança, na microrregião Guanambi/BA, se constituem como seres sociais na condição de assentados da Reforma Agrária? Qual é o lugar da escola na elaboração e execução dos projetos de futuro dos/das jovens? Qual é a visão do poder público municipal, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, Polo de Guanambi, e da escola sobre os/as jovens dos assentamentos rurais Marrecas e Nova Esperança?

No eixo, Constituição social do ser jovem do ponto de vista da família camponesa, partir das seguintes perguntas: A família influencia a direção dos projetos de futuro dos/das jovens? Quais são os projetos da família em relação aos filhos/as jovens? Os/as jovens têm demonstrado interesse em continuar o trabalho da família? Qual é a importância da escola neste projeto de futuro dos/das jovens; De que depende a permanência dos/das jovens no campo?

Em relação ao eixo, Constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens, elaborei as seguintes indagações: Como esses/as jovens representam o trabalho nas unidades produtivas familiares? Qual a trajetória de vida desses/as jovens? Como a unidade familiar se configura na perspectiva dos/das jovens? Como se dá a relação campo –

cidade na visão dos/das jovens? Como esses/as jovens se articulam como jovens dentro dos assentamentos? O que os/as jovens estão pensando como projetos de futuro/vida? Como as políticas públicas de juventude rural se configuram para os/as jovens no contexto dos assentamentos? Elas contribuem ou não no processo de reprodução social camponesa?

O diálogo entre essas questões passa pela necessidade de compreender como os/as jovens dos assentamentos rurais pensam, veem e vivem suas experiências acerca da sua condição de assentados. Passa também pela produção de sentidos que os/as jovens atribuem ao trabalho e ao modo de vida no campo, entendendo que todo esse processo de atribuição de sentidos se dá na base das contradições e dos conflitos existentes em cada momento histórico vivido pelos/as jovens. Sentido, é entendido aqui “a partir das relações que o indivíduo estabelece com as outras pessoas e com o mundo que o cerca” (NUNES, 2010, p.37).

Nessa perspectiva, este trabalho foi desenvolvido por meio de um estudo analítico, investigando o seguinte **problema de pesquisa**: Como os/s jovens de assentamentos de Reforma Agrária se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo?

Como **tese** a ser investigada, apresenta-se a seguinte elaboração: os/as jovens se constituem como seres sociais no contexto da Reforma Agrária na base das contradições impostas pela sociedade capitalista que os/as obrigam a construírem suas trajetórias de vida e idealizarem perspectivas de futuro/vida que os/as afastam da identidade camponesa em virtude da negação ampliada de direitos aos sujeitos jovens e às famílias camponesas.

Para a realização do estudo apresenta-se como **objetivo geral** compreender a constituição social do ser jovem no contexto de assentamentos da Reforma Agrária. Para tanto, o trabalho foi realizado pautando-se nos seguintes objetivos específicos:

- 1) Identificar as estratégias de produção social da família que influenciam o modo de vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança situados na microrregião Guanambi/BA;
- 2) Identificar e analisar a influência das estratégias de reprodução social da família nos projetos de futuro/vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança;

- 3) Descrever de forma analítica os processos de socialização dos/das jovens no âmbito do trabalho, do acesso ao conhecimento e da convivência social;
- 4) Identificar e analisar como os/as jovens da Reforma Agrária elaboram suas trajetórias de vida e seus projetos de futuro;
- 5) Identificar se as políticas públicas de juventude voltadas para o campo são acessadas pelas famílias e se contribuem ou não para a sua reprodução social e dos Assentamentos de Reforma Agrária;
- 6) Discutir o papel da Educação do Campo no processo de elaboração e execução dos projetos de futuro/vida dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa;
- 7) Identificar e analisar a visão do poder público municipal, da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura da Bahia (FETAG/BA), Polo de Guanambi, e da escola sobre os/as jovens dos assentamentos rurais.

A partir da exposição do problema de pesquisa, questões orientadoras e objetivos, foi necessário pensar o diálogo teórico, o qual se constituiu a partir dos eixos da pesquisa.

Entendo que o presente estudo se reveste de fundamental importância no sentido de que pensa os/as jovens e o campo brasileiro a partir de suas contradições, contrariando o discurso do sistema capitalista, que defende a “ampliação do processo de reprodução do capital e reforça o poder exploratório da terra e dos sujeitos do campo” (TRINDADE, 2011, p.46). Busca-se, também, a partir das reais condições de vida dos/das jovens dos assentamentos *lócus* da pesquisa, entender o campo na sua dinamicidade e totalidade, pois “o mundo rural não pode ser compreendido de forma isolada do conjunto da sociedade a que pertence, [...] mas, como um lugar de vida que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo” (WANDERLEY, 2009, p.18). Da mesma forma que os/as jovens do campo não podem ser entendidos como sujeitos isolados, eles se mobilizam e transitam em diferentes espaços sociais, o que os faz plurais e diversos.

Sendo assim, compreendo que a relevância social da pesquisa se assenta nos elementos que ela fornece para entender a realidade histórica, social e humana dos sujeitos interlocutores do presente estudo, a partir de uma reflexão crítica sobre a constituição social dos/das jovens de assentamentos rurais e seus projetos de futuro/vida no contexto de uma sociedade capitalista e excludente, que tem marcado de forma desigual os processos objetivos e subjetivos que envolvem o ser humano, principalmente os sujeitos do campo.

Após análise e interpretação dos dados à luz do referencial teórico escolhido, a presente tese foi organizada da seguinte forma: introdução, sete capítulos e considerações finais. Na **introdução**, encontram-se elementos que justificam o desenvolvimento da pesquisa, as questões problematizadoras, o problema de pesquisa, a tese construída ao longo da investigação e os objetivos do estudo.

No primeiro capítulo, intitulado **A luta pelo acesso à terra e seu uso e pela Educação do Campo na Bahia: encontros e desencontros**, abordo a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela Educação do Campo no Estado referido, focalizando a microrregião Guanambi/BA, onde a pesquisa foi realizada. Apresento ainda a FETAG/Polô de Guanambi como movimento sindical de maior atuação nessa microrregião.

No segundo capítulo, **O campesinato brasileiro: da morte anunciada à (re)criação da vida**, discuto o campesinato brasileiro numa perspectiva conceitual. Trato da correlação de forças entre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. Discuto o campesinato como classe social em construção no contexto de suas contradições, no contraponto com o modo de produção capitalista; entende-se a resistência como uma nova possibilidade de interpretação do campesinato e novas condições de reprodução social, colocando-se a centralidade do acesso ao conhecimento para a resistência ao paradigma do “fim do campesinato”. A Educação do Campo é entendida como parte dessa resistência que tem pautado outro modelo de desenvolvimento que se contrapõe ao capital.

No terceiro capítulo, **Juventude: concepções, abordagens e políticas públicas voltadas aos/às jovens do campo**, recupero o debate acerca da construção social das categorias juventude e juventude rural e da emergência das políticas públicas de juventude do campo e sistematizo as principais concepções e abordagens que têm orientado os estudos da juventude; discuto a construção identitária da categoria juventude do meio rural frente às imprecisões que pautam o debate sobre o conceito de juventude e de rural na sociedade contemporânea e contextualizo as políticas públicas de juventude do campo na esfera federal.

No quarto capítulo, **O lócus da pesquisa e as trilhas metodológicas**, descrevo o campo da investigação, os lugares dos quais se fala nesta tese. Delineio o caminho metodológico e

epistemológico construído no percurso da pesquisa, como que cada momento foi se apresentando ao pesquisador e todo o processo de análise e interpretação dos dados.

Em seguida, no quinto capítulo, **O olhar do poder público, da escola e do sindicato sobre os/as jovens da Reforma Agrária**, trago as contribuições dos/das interlocutores/as dos segmentos referidos, tendo como categorias de análise: disputa entre o capital e a lógica camponesa e as concepções de juventude camponesa do ponto de vista dessas instituições. Revelo, a partir dos dados, quem são os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança para essas instituições e o que se coloca como possibilidades de construção social para os/as jovens da Reforma Agrária, seja na lógica do capital ou na lógica do projeto camponês.

No sexto capítulo, **Constituição social do ser jovem e reprodução social da família: a voz da família camponesa**, abordo os significados atribuídos pelas famílias dos/das jovens à terra como lugar de produção, de vida e de educação. Apresento a identidade campesinato da família dos/das jovens e o futuro da unidade familiar e aponto a ausência do Estado no contexto dos assentamentos *lócus* da pesquisa e, por fim, as projeções da família em relação ao futuro dos/das jovens.

O sétimo capítulo, **Autorrepresentação da constituição social do ser jovem de assentamentos rurais: condições juvenis e projetos de futuro**, traz a análise dos grupos focais, questionário e observação direta da realidade social dos/das jovens. Apresento o olhar desses sujeitos sobre ser jovem de assentamentos rurais da Reforma Agrária. Discuto o jovem como categoria que internaliza ou se autonomiza do projeto da família camponesa e uma reflexão de caráter denunciativo sobre o que falta no contexto dos assentamentos pesquisados sob a ótica dos/das jovens.

E, por último, **As considerações finais** sobre a pesquisa. Retomo algumas questões teóricas, empíricas e aponto possibilidades de articulação entre poder público, universidade, movimentos sociais, sindicais, associação, escola na perspectiva de repensar ações políticas que valorizem a vida dos sujeitos do campo.

I A LUTA PELO ACESSO À TERRA E SEU USO E PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA BAHIA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Neste capítulo discute-se a realidade das lutas pela terra, pela Reforma Agrária e pela Educação do Campo no Estado da Bahia, entendendo-as como lutas políticas, históricas e sociais, na perspectiva de perceber como essas lutas têm se territorializado nessa região. A microrregião Guanambi/BA ganha centralidade no debate no sentido de compreender se a luta pela terra e pela educação acontece de forma articulada nessa parte da Bahia. Aborda-se ainda o papel da FETAG/Polô de Guanambi, movimento sindical de maior atuação nessa região.

1.1 A luta pelo acesso à terra e seu uso na Bahia: resistência e conquistas

[...] A Terra da gente envolve luta por sonhos diferentes, às vezes antagônicos, como o de suas classes sociais [...] (FREIRE)⁵.

A luta pela terra no Brasil configura-se como uma arena permanente de conflitos enraizados na formação histórica do país. O acesso dos trabalhadores do campo à terra não tem se dado sem luta. A resistência camponesa está na história do país desde a chegada dos portugueses, com a luta contra o cativo, contra a exploração e expulsão dos trabalhadores de suas terras. Segundo Oliveira (1994, p.15), “os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país”.

A luta e a resistência pela terra no território brasileiro estão fortemente vinculadas às lutas indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres. Nos séculos XVI e XVII aconteceram

⁵ Ver contracapa do v. 6 Por uma Educação do Campo: projeto político-pedagógico da Educação do Campo. 1º Encontro do PRONERA na região Sudeste. Organizado por: (FOERSTE; SCHUTZ-FOERSTE; DUARTE, 2008).

diversas lutas indígenas contra o cativo, a exemplo dos Potiguares, dos Tamoios e Guaranis. Aos poucos a escravidão indígena foi sendo substituída pela escravidão dos povos trazidos da África. O cenário descortinado, durante três séculos de luta, foi de cruel exploração de índios e de negros africanos.

Já no século XIX foi criada a propriedade da terra pela Lei nº 601 de 1850, a qual iniciou o ordenamento das terras brasileiras, distinguindo o público do privado. O efeito dessa lei foi muito mais limitar a aquisição da propriedade pelo apossamento dos ex-escravos e dos recém-chegados imigrantes estrangeiros do que coibir a ação dos grandes proprietários. Estes últimos sempre conseguiam burlar a lei, alegando a seu favor que ocupavam a terra o tempo suficiente para usucapi-la. Isso significa que os senhores de escravos passaram a ser senhores da terra, utilizando o método da grilagem. Os registros históricos da formação do latifúndio no Brasil evidenciam um processo de grilagem de terras, a apropriação de terras devolutas por meio de atos ilícitos, como falsificação de documentos e assassinatos de trabalhadores que plantavam nessas áreas (FERNANDES, 2001a).

Há ainda que se registrar que “a expansão do capitalismo em direção às terras livres, em grande parte devolutas, tem sido caracterizada pela oposição entre categorias de trabalhadores rurais, sistemas de uso do solo, formas de apropriação da terra” (OLIVEIRA, 2009, p.195). As formas de resistência camponesa têm aparecido como processo político do campesinato brasileiro.

A realidade é que a história do campesinato no Brasil é marcada por resistência camponesa, violência, massacre, perseguição e morte. São marcas da contradição que destrói e constrói territórios ao mesmo tempo, demarcando a desigualdade social, a concentração fundiária, a centralização de poder econômico e político, e, conseqüentemente, a exclusão social. Dessa forma, a questão agrária no Brasil tem se manifestado por meio de tensões e enfrentamentos entre sujeitos sociais com interesses antagônicos, como os movimentos de resistência⁶ Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, que “fazem parte da história das lutas pela terra e pela liberdade no campo do país” (OLIVEIRA, 1994, p.17). Isso remete ao entendimento de que a luta pela terra é fundamental para a democratização do país, por entendermos que ela

⁶ Sobre essas lutas camponesas ver Oliveira (1994).

traz para o debate o antagonismo de classes entre os dominadores e os explorados, ao mesmo tempo define o tipo de projeto de nação defendido por cada classe social.

Antes de dar continuidade à discussão do tema proposto neste capítulo, é necessário um esclarecimento quanto ao uso do termo campesinato neste trabalho, o qual é usado em dois sentidos: político-ideológico e genérico. Neste caso, utiliza-se ora a expressão trabalhadores do campo, ora trabalhadores rurais para se referir aos sujeitos do campo; e num sentido conceitual, em que se entende o campesinato como modo de produção e como classe social inconciliável com o capital, usa-se o termo camponeses no lugar de trabalhadores do campo/trabalhadores rurais.

Dando sequência ao debate sobre a luta pela terra, é importante destacar que o Brasil possui uma estrutura de propriedade de terra altamente concentrada, conforme apontam os dados do censo agropecuário de 2006 do IBGE. Evidentemente, essa concentração tem raízes históricas desde os tempos coloniais, agravada a partir dos anos de 1960.

Sauer e Leite (2012) apontam que, segundo dados do censo agropecuário de 2006, as propriedades com menos de 10 hectares apresentam mais de 47% do total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,7% da área total dos estabelecimentos rurais. No lado oposto do espectro fundiário, estão os estabelecimentos com mais de mil hectares representando apenas 0,91% do total de estabelecimentos, mas ocupam mais de 43% da área total dos estabelecimentos do país.

Segundo Fernandes (2001a), os camponeses brasileiros sempre enfrentaram o latifúndio e se opuseram ao Estado, representante da classe dominante, manifestando-se das mais diversas formas de resistência, mas, a partir de meados do século XX, novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Como afirma Oliveira (1994, p.18), “se da violência nasce a morte, nasce também a vida.” Em meio a esse cenário de contradição, nascem as ligas camponesas no ano de 1945, as diferentes formas de associações, sindicatos dos trabalhadores rurais, organizações não governamentais, dentre outras formas de lutas pela terra, que se insurgiram contra a expropriação, expulsão, exploração e concentração fundiária no Brasil, e que se fazem atuantes até os dias atuais.

“No entanto, se o horizonte do campo no Brasil é contraditório na essência, é dessa contradição ou conjunto de contradições que se deve desenvolver a compreensão dessa realidade” - enfatiza Oliveira (1994, p.18). Sendo assim, é nessa perspectiva que se pretende olhar a luta pela terra na Bahia, especificamente na microrregião Guanambi.

No caso particular da Bahia, há de se destacar o movimento social messiânico de resistência à ordem coronelista e latifundiária iniciado em 1893 por camponeses sem-terra na fazenda Canudos, a qual passou a ser chamada de Belo Monte. Esse movimento popular se configurou como o maior exemplo de organização de resistência camponesa do Brasil. Acreditava na construção de uma organização do trabalho cooperado, e na distribuição de terra a todos para a produção familiar.

Freitas e Germani (2005), com base em dados do Projeto GeograFAR/UFBA⁷, apontam que os estabelecimentos com área menor que 10 ha representam 57,48% do total de estabelecimentos rurais da Bahia e ocupam 4,60% da área total do estado; as propriedades rurais entre 10 e 100ha correspondem a 36,02% e totalizam 25,82% da área total; os estabelecimentos entre 100 e 500 ha correspondem a 0,69% e perfazem 10,79% da área total; e os estabelecimentos acima de 1.000ha correspondem a 0,51% e perfazem 34,54% da área total. Os dados indicam uma elevada concentração de terras no estado da Bahia, pois o número de pequenas propriedades é maior que o número de grandes propriedades. Todavia, a área dos pequenos estabelecimentos é menor que a área ocupada pelos grandes estabelecimentos.

Frente a essa situação desigual de distribuição de terras, há de se considerar que a democratização das relações de poder no campo brasileiro, em sua maioria, está associada ao acesso à terra. O campesinato tem reafirmado, ao longo de sua história, a necessidade de ações para a resolução das questões fundiárias. Nesse sentido, a Reforma Agrária tem se configurado como alternativa viável ao modelo excludente de distribuição da terra. Marques (2008a, p.63) ressalta que “a luta pela Reforma Agrária no Brasil passa pela afirmação de um

⁷ A título de explicação ao leitor, é importante ressaltar que as informações extraídas do banco de dados do Projeto GeograFAR/UFBA (2005, 2009, 2010), que constam neste trabalho, são os últimos dados organizados e publicados em relação a concentração de terra no Estado da Bahia na plataforma do referido projeto.

projeto camponês e tem possibilitado a trabalhadores antes proletarizados ou não a experiência de um modo de vida camponês e sua conformação enquanto classe”.

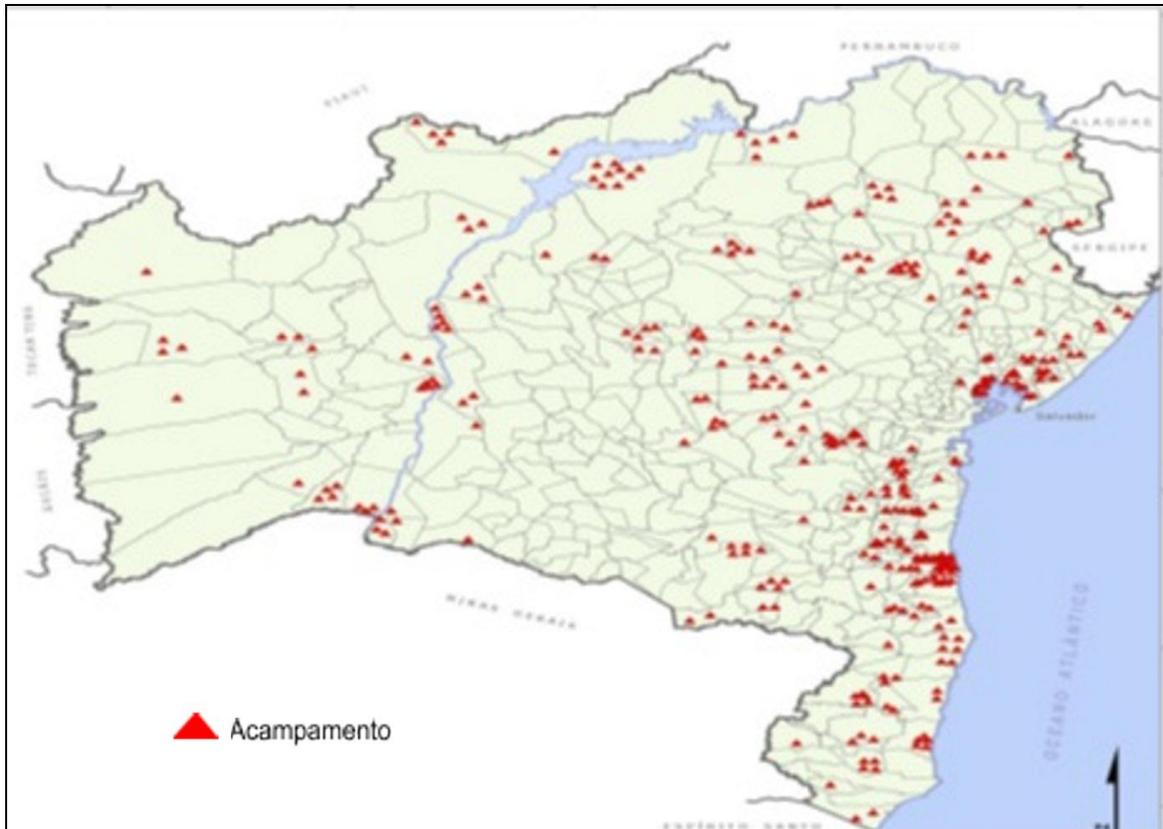
Segundo Stédile (2012, p.657), a “Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu uso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir.” Todavia, o acesso à terra e seu uso no Brasil pelos trabalhadores sem-terra, e especificamente na Bahia, não têm se dado sem a presença do conflito, entendido como ações de resistência e enfrentamentos, que por sua vez têm crescido no país, conforme demonstram os dados publicados no Caderno *Conflitos no Campo Brasil 2011* da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizado por Canuto; Luz e Wichinieski (2012). O número de conflitos por terra em 2011 no Brasil aumentou em 21,43% em relação a 2010, passou de 853 para 1.035.

A Bahia ocupa o 3º lugar em número de ocorrências de violência contra a ocupação e a posse de terra no país, com 98 ocorrências, perde apenas para o Maranhão com 224 e para o Pará com 125 ocorrências. Os conflitos por terra estendem-se por todo o território baiano, envolvendo diversas categorias, como quilombolas, camponeses de fundo e fechos de pastos, sem terra, pequenos proprietários, indígenas, ribeirinhos, dentre outras. Esses protagonistas podem ou não estar vinculados a movimentos sociais, sindicais ou organizações populares.

No que se refere à implantação de assentamentos no Estado da Bahia, segundo dados elaborados pelo Projeto GeograFAR (2010), foram implantados 480 projetos de assentamentos de Reforma Agrária no período de 1985 a 2010, no Estado, com aproximadamente 35.370 famílias assentadas numa área de 1.357.082,87 ha. Desse total de projetos de assentamentos implantados na Bahia, 78 (16,25%), e 4.791 (13,54%) famílias assentadas estão na mesorregião Centro-Sul baiano, a qual é composta por 118 municípios, agrupados em oito microrregiões, dentre elas a microrregião Guanambi, da qual falarei na sequência.

É importante ressaltar que, ainda que pareçam expressivos os números acima, a política de assentamentos rurais no Estado ainda não deu conta de resolver a questão fundiária. O Estado registra um quadro bastante expressivo de acampamentos, o que significa dizer que a luta pela democratização da terra é contínua, conforme pode se observar no mapa 1, a seguir:

Mapa 1 – Acampamentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia/2009



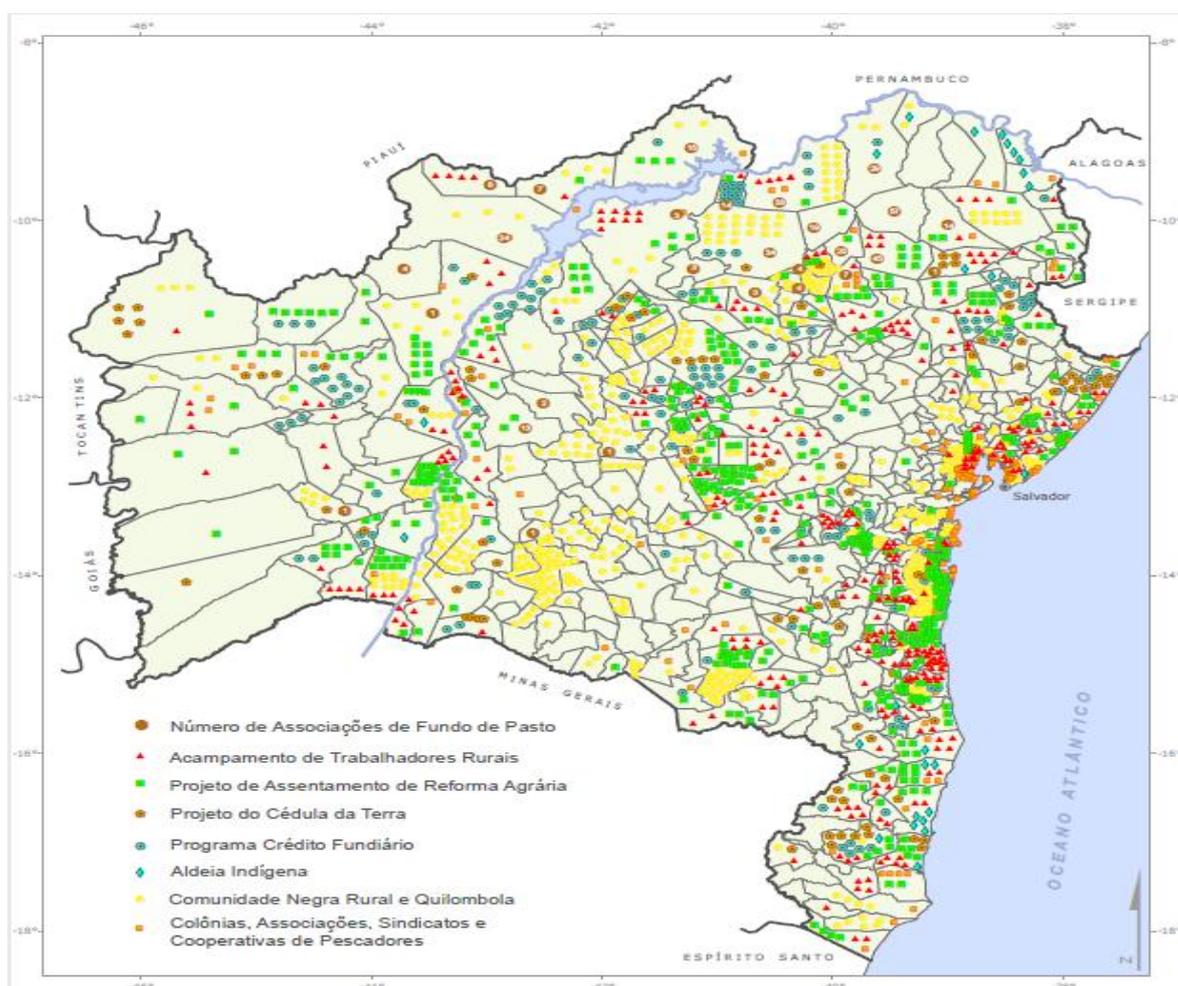
Fonte: Projeto GeograFAR (2009)

Segundo o Projeto GeograFAR (2009), existem na Bahia 330 acampamentos com aproximadamente 35.739 famílias acampadas. Isso significa dizer que, mesmo tendo diversas formas de acesso à terra (cf. mapa 2), entendidas aqui como estratégias contra-hegemônicas de apropriação e espacialização da luta por garantia de direitos e promoção de novas formas de produção do espaço no campo baiano na atualidade, o problema da distribuição de terra ainda é uma realidade na Bahia. Segundo Fernandes (2012, p.21), “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra.” É o primeiro momento de demarcação do processo de territorialização camponesa nos latifúndios, ao mesmo tempo lugar de mobilização e organização política dos que estão na luta.

A luta pela terra tem se espacializado no território baiano, sobretudo com o surgimento de entidades e movimentos sociais e sindicais, a exemplo do MST, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG/BA), da Coordenação Estadual

dos Trabalhadores Rurais Acampados e Assentados da Bahia (CETA), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento Terra e Liberdade (MTL), Movimento Quilombola, Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco (FUNDIFRAN), Movimento de Organização Comunitária (MOC), e outras entidades e movimentos sociais e sindicais que têm se colocado no enfrentamento ao latifúndio e à discriminação e exploração dos trabalhadores do campo.

Mapa 2 – Formas de acesso à terra por município no Estado da Bahia/2010



Fonte: Projeto GeograFAR (2010)

Nesse processo de resistência e luta pela terra na Bahia, as formas de acesso à terra elencadas no mapa 2 ganham visibilidade no processo de territorialidade dessa luta no referido Estado. Pode-se dividir essas diversas formas de organização dos trabalhadores na luta pelo acesso à

terra em três grupos sociais: o grupo que acessa a terra via políticas públicas de Reforma Agrária por meio da desapropriação (projetos de assentamentos do INCRA); o grupo que acessa a terra por meio da compra e venda, ou seja, pela lógica do mercado (Programa Cédula da Terra/Programa Crédito Fundiário); e Comunidades Tradicionais (Aldeias indígenas, Comunidades negras rurais e Quilombolas, Colônia de pescadores).

Entende-se que essa diversidade de formas de acesso à terra expressa a luta pela Reforma Agrária espacializada no território baiano, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso remete ao entendimento de que a luta pela terra se territorializa a partir das relações sociais e políticas travadas historicamente nos diferentes espaços, pelos sujeitos diversos. Ou seja, o campo, no seio das contradições do desenvolvimento do capitalismo, vai forjando a unidade de luta na diversidade dos movimentos organizados, contrapondo-se ao sistema capitalista, que impõe, de forma brutal, a exploração da força de trabalho, a propriedade privada dos meios de produção, e a concentração de terras. Nesse sentido, a estrutura fundiária é a representação de como as classes sociais se apropriam do espaço.

Assim sendo, é necessária a reflexão articulada da luta pela terra e pela Educação do Campo, pois esta última se associa à reflexão sobre um modelo de desenvolvimento que possa promover e devolver a dignidade para as famílias e as comunidades rurais. A Educação do Campo nasce das lutas por garantia de direitos travadas entre os Movimentos Sociais e o Estado Brasileiro. Segundo Munarim et al. (2009, p.62), “trata-se de uma demarcação de classe, na medida em que defendemos a educação aos trabalhadores e aos filhos dos trabalhadores do campo”. Essa demarcação de classe ganha maior expressividade a partir do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), do qual emerge a construção da expressão Educação do Campo. Em 1998 foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com o objetivo de promover o acesso à educação formal em todos os níveis aos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas da Reforma Agrária.

A partir de então, a Educação do Campo tem ocupado diferentes espaços por dentro e por fora do Estado Brasileiro, acumulando forças necessárias à instituição de políticas públicas. Tem promovido espaços de práticas e reflexão teórica sobre a construção de um outro projeto de

desenvolvimento e de campo, incompatível com o modelo de desenvolvimento atual do capitalismo.

As experiências de Educação do Campo, sejam aquelas vinculadas ao PRONERA, ou não, têm contribuído para a territorialização da luta pela Reforma Agrária, contrapondo-se, em diálogo com os movimentos sociais e sindicais do campo, ao modelo de educação e de desenvolvimento hegemônico. Essas experiências, mesmo na contraforça dos defensores do capital, têm conseguido ampliar seu leque espacial e frente de atuação, desde cursos de alfabetização e capacitação de jovens e adultos à pós-graduação. A Educação do Campo vem se realizando em diferentes territórios e práticas sociais que incorporam a diversidade do campo brasileiro.

Na Bahia, a implementação do PRONERA se deu em 1999, apoiado pela Universidade do Estado da Bahia, movimentos sociais e sindicais do campo, por meio do Projeto de Educação e Capacitação de Jovens e Adultos em áreas de Reforma Agrária. Entretanto, os movimentos não se deram por satisfeitos, uma vez que o problema da alfabetização e da capacitação dos educadores do campo era, e ainda é, um problema real da Bahia e do Brasil. Em 2002 os movimentos sociais desse Estado conseguiram a aprovação, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de um projeto de alfabetização de jovens e adultos e capacitação de educadores para quem não tinha concluído o ensino fundamental. Esse projeto teve duração de dois anos (SOUZA, 2012).

Depois da sua conclusão, foram aprovados no MEC os cursos: Projeto Pé na Estrada (ensino fundamental de 1ª a 4ª série), vinculado aos Departamentos da UNEB de Teixeira de Freitas, Eunápolis, Ipiaú, Irecê, Serrinha e Bom Jesus da Lapa, destinado aos jovens e adultos assentados e acampados da Reforma Agrária; O Projeto Educadores do Campo em Formação (curso médio/magistério), vinculado aos Departamentos da UNEB de Teixeira de Freitas e Itaberaba; Curso Técnico Médio Integrado em Agropecuária Sustentável, vinculado à UNEB de Eunápolis, Irecê, Barreiras e Serrinha, também destinado aos jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária (ARAÚJO, 2005).

As conquistas dos movimentos sociais e sindicais na questão da educação não se limitam apenas à alfabetização, ensino fundamental e médio para os assentados e acampados da

Reforma Agrária na Bahia. Pode-se dizer que a década de 2000 é o momento da ocupação do latifúndio na educação superior baiana. Os movimentos sociais e sindicais chegam à Universidade com a aprovação do curso de Pedagogia da Terra⁸ (UNEB de Bom Jesus da Lapa e Teixeira de Freitas). Esse curso aconteceu em parceria entre movimentos sociais e sindicais, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

É importante explicitar também a implementação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO)⁹, uma reivindicação dos camponeses e camponesas pela garantia de direito de acesso ao ensino superior. Na Bahia, a Faculdade de Educação da Universidade Federal foi a primeira a ofertar esse curso a partir de 2007, sendo ofertada apenas uma turma. No atual momento, a UNEB *campus* de Itaberaba oferece uma turma de Licenciatura em Educação do Campo.

Em 2007/2008 foram aprovados na Bahia os cursos de Agronomia na UNEB *Campus* de Barreiras e de Letras no *Campus* de Conceição de Coité. Em 2010 foi aprovado, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro, concluído no final de 2012. No final desse mesmo ano, foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o mestrado Profissional em Educação do Campo ofertado pela UFRB; dois cursos de Licenciatura em Educação do Campo (*Campus* de Amargosa e *Campus* de Feira de Santana), ambos aprovados pelo PROCAMPO/SECADI/MEC; o curso de Bacharelado Tecnólogo em Agroecologia (Escola Família Agrícola do Sertão, Monte Santo-BA), aprovado pelo PRONERA/INCRA/MDA), também em andamento¹⁰. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) está sendo

⁸ Esse curso já vinha acontecendo em diversas universidades brasileiras, como a Universidade Regional do Noroeste, Estado do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Estadual do Mato Grosso; Universidade Federal do Pará; Universidade Estadual do Rio Grande do Sul; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

⁹ Inicialmente (2007) a Licenciatura em Educação do Campo foi oferecida por quatro Universidades públicas brasileiras: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Universidade de Brasília (UnB).

¹⁰ Informações disponíveis em: <http://www.ufrb.edu.br/educampo/siec>. Acessado em: 25/02/2014

ofertado, desde o segundo semestre de 2012, o primeiro curso de Direito¹¹ para assentados da Reforma Agrária da Bahia.

Assim, a luta pela Reforma Agrária, que é a mesma luta pela Educação do Campo, vai se territorializando no espaço baiano. As diversas ações desenvolvidas e em desenvolvimento, cujo objetivo principal é fortalecer a base, dão as condições necessárias aos camponeses e camponesas para lutarem pela democratização da produção do conhecimento sistematizado, pelo acesso à terra e seu uso, e condições dignas para se viver. Entendo que a luta pela Reforma Agrária não pode estar desvinculada da luta pela escolarização dos sujeitos do campo, daí a necessidade de uma política pública de Educação do Campo que contribua para reafirmar o campo como espaço legítimo de produção de existência humana e não só da produção agrícola.

Pensar o campo na sua complexidade e totalidade é pensar nas diversas estratégias que possam provocar mudanças no campo brasileiro porque isso o “resgata não só como espaço da produção, mas como território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, enfim, como território de vida” (MOLINA; JESUS, 2004. p, 11). Nesse processo, compreendo que a luta pela totalidade de direitos acontece a partir das contradições que emanam da sociedade de classes, e que a luta contra-hegemônica pela terra e pela Educação do Campo no Estado da Bahia não é majoritária, mas apresenta elementos significativos na direção de um novo projeto político, cultural, social, econômico e educacional para os sujeitos do campo. “A estratégia de uma contra-hegemonia se realiza na gestação de uma nova hegemonia que, portanto, contará necessariamente com múltiplos sujeitos políticos que agirão nas relações do cotidiano em todas as esferas do tecido social” (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 23).

É importante ressaltar que as ações diversas configuradas em Educação do Campo têm se materializado em diferentes espaços, fruto do protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo que as constroem. Entretanto, não se pode pensar a Educação do Campo e a Reforma Agrária desvinculadas do processo de reação e oposição instalado no campo brasileiro e que tem se manifestado das mais diversas formas, como a expansão do capital, a

¹¹ A primeira turma especial de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultura familiar foi criada em agosto de 2007, na Universidade Federal de Goiás (UFG), na cidade de Goiás/GO.

produção de *commodities*, a adesão à agricultura capitalista pelo Estado como a salvadora da economia do país, e tantas outras formas hegemônicas de poder que oprimem os trabalhadores camponeses. Segundo Fontana:

Hegemonia significa supremacia de um grupo ou classe sobre outras classes ou grupos; ela se estabelece com meios diferentes do recurso à violência ou à coerção. Nos escritos do cárcere, Gramsci usou a hegemonia como um modo de explicar a derrota política; e, nos seus escritos anteriores, a hegemonia também é usada para descrever a posição de liderança da classe trabalhadora no contexto de uma aliança com outras classes (FONTANA, 2003, p.114).

A partir das diversas experiências de Educação do Campo relatadas aqui, e de muitas outras de menor visibilidade, mas não menos importantes, que vêm sendo desenvolvidas no território baiano nos diferentes espaços, pode-se dizer que o movimento dialético da história vai consolidando a luta por Educação do e no Campo na perspectiva da contra-hegemonia, instituindo novas lógicas e racionalidades políticas, sociais e de produção do conhecimento.

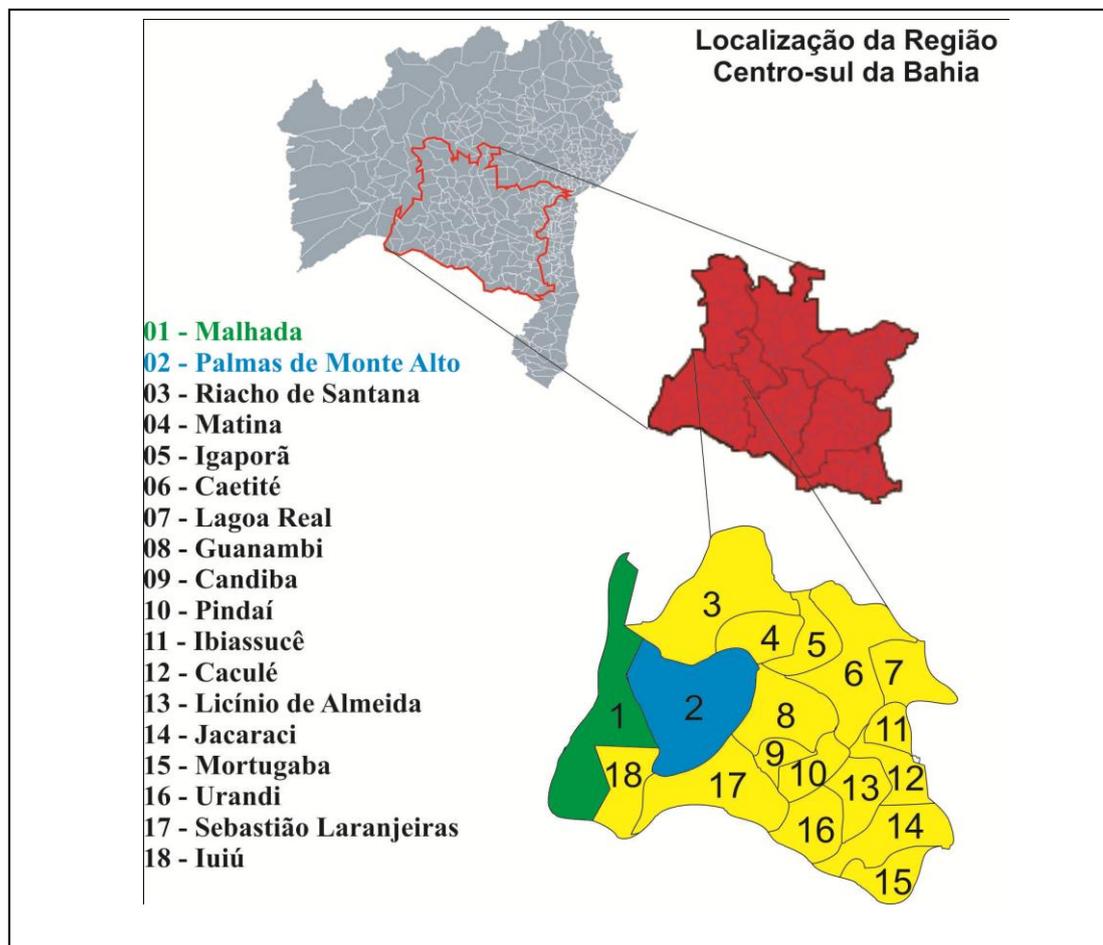
Portanto, não se pode olhar para essa realidade apenas numa dimensão macro, é necessário buscar uma compreensão mais regionalizada para entender o contexto em que estamos inseridos, e a partir daí pensar a realidade numa perspectiva mais ampliada. Nesse sentido, na sequência, discutirei a luta pela terra e pela escolarização da população camponesa na microrregião Guanambi/BA, na tentativa de compreender se nesse contexto a luta pela terra está articulada à luta pela Educação do e no Campo.

1.2 A luta pela terra e pela Educação do Campo na microrregião Guanambi/BA

A microrregião Guanambi, segundo Divisão Territorial do Brasil de 1990¹², é composta pelos municípios de Caculé, Guanambi, Iuiú, Licínio de Almeida, Mortugaba, Riacho de Santana, Caetité, Ibiassucê, Jacaraci, Malhada, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Candiba, Igaporã, Lagoa Real, Matina, Pindaí e Urandi. O mapa 3 localiza a microrregião Guanambi, na mesorregião Centro-Sul Baiana, e deixa em evidência os municípios de Palmas de Monte Alto e de Malhada, nos quais estão localizados os assentamentos em que foi realizada a presente pesquisa.

¹² Resolução da Presidência da República, nº 11, de 05 de junho de 1990.

Mapa 3 – Localização da microrregião Guanambi, na mesorregião Centro-Sul e na Bahia, 2012¹³



Fonte: <http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=ba>
<http://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Bahia®iao=Centro-Sul>

Essa região caracteriza-se como uma região de clima semiárido, quente e seco; as chuvas são escassas, acontecendo de outubro a março, com irregularidades anuais. A vegetação predominante é a caatinga. E o modo de vida dos trabalhadores rurais dessa região, ao longo da história, se deu por meio de uma diversidade de modos de produzir e viver no campo, baseados no trabalho tradicional na agricultura, na criação de animais e na pesca, pela população que vive à margem do rio São Francisco. Entretanto, assim como em outras regiões do país, a reprodução do capital na microrregião Guanambi tem se mostrado de forma desigual.

¹³ Mapa organizado por Julio Cesar Lemos de Almeida e Domingos Rodrigues da Trindade.

O poder do capital, sobretudo a partir da década de 1970, com a produção do algodão nessa região, impôs a necessidade de exploração da força de trabalho local. Essa exploração se deu com mais intensidade com o impulso empresarial do cultivo do algodão em grandes áreas, principalmente no Vale do Iuiú¹⁴, introduzindo mudanças no modo de produção familiar, que até então se dava em pequenas áreas (SANTOS, 2004).

A instalação da monocultura do algodão, sob o comando de grandes produtores, com o uso da mão de obra principalmente de boias-frias do campo e da cidade, fez com que muitos dos pequenos produtores deixassem de diversificar sua produção, adotando somente o cultivo do algodão. Na região do Vale do Iuiú, ocorreu forte exploração da mão de obra dos trabalhadores rurais. Muitos buscavam uma complementação da renda familiar, e para outros, era a única estratégia de sobrevivência, por não disporem de terras para morar e trabalhar, restando-lhes vender sua força de trabalho nas grandes fazendas de algodão.

É importante ressaltar que, até as décadas de 1970/1980, nessa microrregião era comum a figura do agregado (que morava com sua família na fazenda do patrão) em pequeno terreno cedido para fazer uma roça e garantir a sobrevivência da família; era também praticado o arrendamento de terras por contrato de meia, sistema comum entre os pequenos produtores que não tinham condição para comprar as sementes e outros insumos utilizados na produção, e em pequenas propriedades de forma combinada. Os pequenos produtores em sua maioria plantavam milho, feijão, arroz, mandioca e algodão. A este último sempre era reservada uma área maior para seu plantio (SANTOS, *Ibid.*).

Nessas mesmas décadas, a microrregião Guanambi foi considerada um dos maiores polos produtores de algodão do Estado da Bahia. Todavia, nos anos de 1990 a produção do algodão nessa região entra em crise, que por sua vez não pode ser olhada apenas na perspectiva regional, mas numa dimensão ampliada. Segundo Santos, inúmeros fatores contribuíram para essa crise, tais como:

Mudança na política agrícola do governo com retração de financiamentos bancários; indexação de custos e inflação que ocasionou o endividamento dos produtores; problemas de ordem climática e o surgimento da praga do

¹⁴ É uma denominação regional atribuída à área que compreende os municípios de Palmas de Monte Alto, Malhada, Sebastião Laranjeiras e Iuiú.

bicudo; problema de ordem tecnológica, envolvendo o uso de sementes certificadas; limitações de uso de fertilizantes; manejo deficiente dos tratamentos culturais e fitossanitários e até mesmo o baixo nível de instrução dos produtores e, por último a concorrência com os preços externos de menor valor em função de se produzir com maior tecnologia, o levava à redução dos custos (SANTOS, 2004, p. 96-97).

É importante considerar que a implantação do plano de combate à inflação (Plano Collor) afetou sobremaneira os produtores de algodão na microrregião Guanambi, que em sua maioria produziam com recursos do governo. Essa crise levou muitos produtores a deixarem de produzir o algodão e ficarem inadimplentes junto aos bancos financiadores. Muitos tiveram que empenhorar as suas fazendas aos bancos e criar novas estratégias de produção.

É importante, numa perspectiva de totalidade, enfatizar que essa crise que afetou sobremaneira a microrregião Guanambi na década de 90 do século passado, reflete um quadro de crise nacional, momento em que o país passa por ajustes no modelo econômico capitalista, neoliberal: entre a crise do latifúndio e a emergência do agronegócio. Nesse contexto, os movimentos sociais de lutas pela democratização do acesso à terra, por meio de mobilização organizada, ganham força e conquistam o PRONERA, e constituíram a Educação do Campo, a qual vem sendo construída “pela tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de campo, de educação e de lógica de formulação das políticas públicas” (FONEC, 2012, p.4) como ressaltado anteriormente.

No caso particular da microrregião Guanambi, com a crise do algodão, das famílias que viviam da força de trabalho vendida aos grandes produtores, muitas tiveram que migrar para outras regiões ou passar a morar à beira das estradas e a plantar na faixa de terra entre as rodovias e as fazendas. Essa situação levou muitas pessoas a se engajarem na luta pela terra nessa região, a se organizarem em sindicatos dos trabalhadores rurais. Muitas famílias já conquistaram suas parcelas de terra. Parte desse grupo permanece na luta, algumas famílias desistiram e foram tentar a vida em outras regiões do país.

Muitas famílias assentadas nos dois assentamentos *lócus* desta pesquisa trabalharam na produção de algodão, em grande escala, no Vale do Iuiú, seja como boias-frias, tratoristas, arrendatários, agregados, meeiros, seja noutras formas de trabalho que a produção do algodão exigia. Hoje, essas famílias vivem outra luta, que se baseia na organização política e como organizar a produção nos assentamentos, bem como a luta de acesso às políticas públicas,

como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e de escolarização.

Segundo dados do Projeto GeograFAR/UFBA, as formas de acesso à terra e seu uso na microrregião Guanambi têm se dado também por meio de três grupos sociais: Assentamentos de Reforma Agrária; Programa Cédula da Terra, este foi implantado na Bahia em 1997 com o apoio do Banco Mundial, concluída sua fase piloto no ano de 2000, mas tendo continuidade por meio do Programa de Crédito Fundiário; e as Comunidades Tradicionais (Colônia de Pescadores e Comunidades Rurais Negras Quilombolas), conforme se pode observar na tabela 1. Todavia, é importante registrar que muitas Comunidades Rurais Negras Quilombolas ainda não foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), embora seja a forma predominante de acesso à terra nessa microrregião. Acrescentam-se a essas formas de acesso à terra os acampamentos¹⁵ como forma provisória decorrente da resistência dos movimentos sociais.

Tabela 1 – Formas de acesso à terra e seu uso na microrregião Guanambi/BA

Municípios	Assentamento de Ref. Agrária.	Programa cédula da Terra	Programa Crédito Fundiário	Colônia de Pescadores	Comunidades Rurais negras e quilombolas	Acampamento
<i>Caculé</i>						
<i>Caetité</i>					34	
<i>Candiba</i>					1	
<i>Guanambi</i>				1	1	
<i>Igaporã</i>					10	
<i>Iuiú</i>						1
<i>Ibiassucê</i>					1	
<i>Jacaraci</i>						
<i>Lagoa Real</i>					5	
<i>Licínio de Almeida</i>					1	
<i>Mortugaba</i>						
<i>Matina</i>		1				

¹⁵ Santos e Germani (2005) consideram o acampamento como forma de acesso à terra devido ao tempo em que as famílias permanecem acampadas, mesmo que esse lugar possa não vir a se tornar um assentamento.

<i>Malhada</i>	2			1	4	4
<i>Palmas de Monte Alto</i>		1	1		1	
<i>Pindaí</i>					4	
<i>Riacho de Santana</i>	1	1	1		13	
<i>Sebastião Laranjeiras</i>	1	4				1
<i>Urandi</i>						
Total	4	7	2	2	75	6

Fonte: Projeto GeograFAR/UFBA¹⁶. (Elaborada pelo autor)

Conforme o projeto GeograFAR/UFBA, o número de famílias nas diferentes formas de acesso à terra e seu uso na microrregião Guanambi se distribui da seguinte maneira: 1.080 famílias viviam nesses 6 acampamentos no ano de 2010. Desse total, 247 famílias foram beneficiadas pelo Programa Cédula da Terra (de 1997 a 2002), 65 famílias pelo Programa Crédito Fundiário no período de 2002 a 2010, e 308 assentadas de Reforma Agrária (de 1985-2010).

Outro aspecto importante que se observa nos dados da tabela 1 é que o acesso à terra, por meio da compra e venda, é bastante expressivo em relação ao número de assentamentos de Reforma Agrária via INCRA. Isso significa que o modelo de Reforma Agrária assistida pelo mercado tem sido o mecanismo de distribuição de terra adotado pelo governo nessa região.

Todavia, o problema fundiário nessa microrregião, assim como em todo o estado da Bahia, e no país, não foi ainda solucionado. Tratando-se especificamente da microrregião Guanambi, segundo dados do caderno “Conflitos no campo 2011” da CPT, os municípios de Caetité, Guanambi e Palmas de Monte Alto tiveram algum tipo de conflito no campo no ano de 2011. Conflitos pela terra e pela água principalmente entre posseiros, pequenos proprietários; conflitos de terra entre quilombolas e a Empresa de Energia Eólica, as Indústrias Nucleares Brasileiras (INB) e a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) pelo governo federal, ligando Ilhéus, na Bahia, a Figueirópolis, no Estado de Tocantins.

¹⁶ Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/main.php?page=search-db-formas-de-acesso-a-terra>. 2010. Acesso em 13/11/2012.

Na atual conjuntura do campo na microrregião supracitada, pode-se destacar como as principais ameaças aos territórios das comunidades rurais: a extração de minérios pela INB em Caetité; as carvoarias que têm desmatado a caatinga, transformando-a em carvão demandado pelas indústrias siderúrgicas; a instalação de empresas de energia eólica na região, as quais têm desrespeitado o modo tradicional de vida das comunidades rurais dos municípios em que as empresas estão sendo instaladas, como Caetité, Guanambi, Igaporã, e construção da FIOLE, que atenderá principalmente a produção em grande escala no transporte de insumos e escoamento da produção.

Dessa forma, novas exigências têm sido postas à luta dos trabalhadores do campo pelo acesso à terra e seu uso nessa região da Bahia. Entendo que essa luta não se realiza em sua totalidade apenas quando as famílias recebem a posse das terras, mas quando outros direitos lhes são garantidos, quando a terra passa a ser espaço de trabalho digno, de vida, de cultura, de educação. Assim, no item seguinte abordarei a Educação do Campo na microrregião Guanambi, seus desafios e suas limitações.

1.2.1 A Educação do/no Campo no contexto da microrregião Guanambi/BA

A luta pela terra e na terra tem impulsionado uma valorização do campo como espaço de vida e tem conseguido a atenção de um número expressivo de estudiosos que têm se debruçado sobre uma diversidade de questões que envolvem o campo, tais como os distintos modelos de desenvolvimento defendidos pelo agronegócio de um lado e do outro pelos camponeses, a educação ofertada no meio rural e uma diversidade de temáticas resultantes da dinamicidade do campo brasileiro.

Dessa forma, para olhar o processo de constituição social dos/as jovens da Reforma Agrária na sua totalidade e singularidade, exige-se que se entenda o papel da educação nesse processo. Portanto, é necessário estabelecer uma reflexão sobre a questão da Educação do Campo na microrregião Guanambi¹⁷, no sentido de perceber se a luta pela terra e pela Educação do Campo está pautada de forma articulada nessa região.

¹⁷ Na microrregião Guanambi encontram-se sete Escolas Família Agrícola sendo elas, nos municípios de: Botuporã, Iuiú, Macaúba, Mortugaba, Pindaí, Tanque Novo, Riacho de Santana. Todavia, a atuação dessas escolas não tem ressonância no contexto da pesquisa, pois em nenhum momento, os sujeitos pesquisados fizeram referência a elas. (No momento algumas estão desativadas).

O que se tem observado é que, nos municípios que compõem essa microrregião, a Educação do Campo tem sido tratada nas escolas públicas de formas pontuais, nas semanas pedagógicas realizadas no início de cada ano letivo. As ações desenvolvidas pelos municípios que compõem a microrregião Guanambi se restringem a palestras, oficinas e cursos de curta duração. No âmbito da UNEB *campus* VI, em Caetité, não há nenhuma ação na perspectiva da Educação do Campo. No *campus* XII, em Guanambi o debate sobre essa temática tem sido realizado no componente curricular Educação do Campo¹⁸ do curso de Pedagogia, o qual tem gerado alguns trabalhos de conclusão de curso, mas ainda de forma incipiente¹⁹, sendo que, nesse processo de discussão da Educação do Campo, hoje temos duas ex-alunas fazendo mestrado em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

No que se refere às ações de formação e/ou escolarização voltadas à população do campo na microrregião Guanambi, seja propiciadas pela universidade, seja pelos gestores municipais, é visível a ausência de ações formativas pautadas nos princípios da Educação do Campo que busquem a formação humana vinculada a uma concepção de campo como espaço de vida, de cultura. O que se tem chamado de Educação do Campo são as velhas práticas de educação rural e os processos de nucleação das escolas multisseriadas, ora realizados no meio rural, ora na sede de cada município. A nucleação representa uma política de organização das instituições educacionais que prioriza o alcance de determinado número de alunos para a composição das turmas, pautada na lógica da racionalização de recursos e não no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Além disso, essa forma de organizar as escolas do campo provoca o fechamento de pequenas escolas no meio rural.

Não se trata de desvalorizar ou de ser contra essas iniciativas, mas é preciso ter clareza de que isso não basta. É necessário incluir a educação dos sujeitos do campo no debate das políticas públicas educacionais de cada município, pensar a educação numa dimensão universal e de qualidade, porque a universalidade considera o direito à especificidade e à singularidade.

¹⁸ Fui o primeiro professor a ministrar o componente curricular Educação do Campo no Departamento de Educação, Campus XII- UNEB, em 2006. Nos anos de 2013/2014, professores que ministraram o componente curricular Educação do Campo, no curso de Pedagogia, desenvolveram o projeto de Pesquisa-Ação: Construção da Identidade de uma Escola do Campo: O caso da Escola Municipal Colônia Agrícola, Guanambi, Bahia. (Informações extraídas do Sistema Integrado de Planejamento/UNEB. Acesso em: 17/03/2015.

¹⁹ Informações obtidas por meio de conversas informais com professores do Campus VI e coordenação do curso de Pedagogia do campus XII da UNEB em 2012.

Dessa forma, as políticas públicas de educação estarão condizentes com a diversidade de sujeitos presentes no campo e na cidade.

É oportuno ressaltar que a luta pela educação está “associada pelo reconhecimento político em busca de uma cidadania historicamente negada ao campo, em suas múltiplas dimensões” (MICHELOTTI, 2007, p.91). O acesso à terra e à educação são direitos humanos, os quais, portanto, devem ser garantidos de modo igual a todos os indivíduos em sociedade.

Dessa forma, a implementação do debate e ações, acerca da temática Educação do Campo na microrregião Guanambi, faz-se necessário, considerando o poder expropriador disseminado pelo sistema capitalista. Haja visto que, historicamente, a Bahia, assim como tantos outros estados brasileiros foi comandada pelo sistema coronelista que fazia suas próprias leis. Questão que, ainda hoje, reflete nos modos de produzir a vida humana no contexto investigado.

1.3 A FETAG na microrregião Guanambi/BA: fragmentos históricos

A cena política da luta pela terra no Brasil tem sido marcada historicamente pelas mais diversas formas de participação de sujeitos sociais. No caso particular dos assentamentos *locus* da pesquisa, fizeram parte do processo de luta cinco grupos sociais: Igreja Católica, Partido dos Trabalhadores (PT), MLT, Movimento Sindical tendo como representante a FETAG, Polo de Guanambi, e sindicatos dos trabalhadores rurais locais.

Atualmente, dentre os grupos citados, a presença mais constante junto aos assentamentos tem sido do movimento sindical, em especial da FETAG, Polo de Guanambi, daí a ênfase dada a esse movimento neste trabalho, no sentido de identificar a visão dessa Federação sobre os/as jovens dos assentamentos rurais anteriormente citados.

A FETAG/BA tem suas raízes no primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Brasil, fundado em meados de 1930 em Pirangi, distrito de Ilhéus, atualmente município de Itajuípe, Sul da Bahia, o qual foi fechado em 1937 durante o governo de Getúlio Vargas. Entretanto, a repressão por parte do governo e dos grandes latifundiários não impediu que militantes comunistas do Brasil continuassem suas inserções pelo Sul da Bahia, na reorganização do movimento sindical rural. No ano de 1952 foram fundados os Sindicatos dos Trabalhadores

Rurais de Ilhéus e Itabuna, mas estes só foram reconhecidos cinco anos após a sua fundação. Em 1954 foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que lutava contra a exploração nas fazendas de cacau (FETAG, 2012).

Em 1961 cria-se a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Bahia (FALTAB); setores da Igreja Católica começaram a participar do movimento sindical, surgindo, no ano seguinte, as Ligas Camponesas na Bahia. Em 1963, o então presidente João Goulart assinou a Lei 4.214 – o Estatuto do Trabalhador Rural, o que tornaria mais fácil a fundação de sindicatos rurais e o seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. A partir de então, vários sindicatos foram criados no Estado, o que serviu de base para a criação da FETAG, em 1º de setembro de 1963. Todavia, com o golpe militar de 1964, ela foi desarticulada, sendo reconhecida só em 1965, e sua primeira eleição ocorreu um ano depois (FETAG, 2012).

Hoje, ela é uma das maiores Federações de Trabalhadores Rurais do Brasil e conta com mais de 400 sindicatos filiados, pautada nos seguintes princípios²⁰:

- a) Construir e implementar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável com base na combinação articulada das lutas por Reforma Agrária, fortalecimento da agricultura familiar, defesa dos assalariados(as) rurais, políticas públicas de inclusão social voltadas para geração e distribuição de renda e emprego, democratização da sociedade para o desenvolvimento social, econômico e ecologicamente sustentável para a categoria e todo o povo brasileiro;
- b) Reger-se pela democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a unidade de ação com a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opinião;
- c) Defender os interesses e direitos da categoria representada, bem como dos sindicatos filiados perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias em todas as instâncias;

²⁰ Os princípios foram extraídos na íntegra do site da FETAG/BA. <http://fetag-ba.org.br>. Acessado em 28/04/2012.

- d) Manter relações com as demais representações de categorias profissionais, com vistas à solidariedade social e à unidade com os movimentos populares da cidade e do campo;
- e) Garantir independência na relação com o patronato, o Estado, partidos políticos e credos religiosos, apoiando e preservando os valores éticos, culturais e religiosos da categoria;
- f) Defender a autonomia, liberdade e a unicidade sindical;
- g) Defender o exercício individual e coletivo das liberdades políticas e lutar pelo respeito aos direitos fundamentais do homem, solidariedade entre os povos e colaborar para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo, solidarizando-se com todos os movimentos da classe trabalhadora e dos povos que caminham na perspectiva de uma sociedade livre e igualitária.

Direcionada à juventude, a FETAG/BA conta com uma Secretaria de Jovens e Adolescentes Rurais, que tem apoiado várias ações voltadas para a juventude, como o Projeto Universidade para todos – pré-vestibular gratuito oferecido pelo governo do Estado da Bahia. O projeto é executado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), e pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB (FETAG, 2012).

Uma outra ação voltada para os/as jovens do campo é o Projeto de Qualificação Profissional - Programa Trilha, desenvolvido em parceria com o governo do Estado da Bahia. Esse programa articula ações de educação, trabalho e desenvolvimento, visando à inserção dos/das jovens no mundo do trabalho, elevação de escolaridade, geração de renda e o protagonismo juvenil. Tem como público-alvo Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de idade entre 16 e 29 anos, pertencentes às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal, matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de educação de jovens e adultos presencial, prioritariamente no ensino de nível médio, ou que tenham concluído ensino médio na rede pública (FETAG, 2012).

A FETAG/BA ainda desenvolve o “Jovem Saber”, que é um programa de capacitação inteiramente gratuito, desenvolvido a partir de um processo de educação a distância, via

internet, com algumas atividades presenciais e voltadas para jovens rurais de 16 a 32 anos de idade, com os seguintes objetivos:

- a) Realizar um curso de capacitação a partir de quatro eixos educativos:
Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Política Sindical, Política Pública e Gestão da Agricultura Familiar.
- b) Qualificar jovens rurais para fortalecer sua organização política sindical, social e econômica.
- c) Capacitar à distância através de um sistema informatizado, introduzindo os/as jovens no mundo digital.
- d) Capacitar presencialmente jovens rurais a partir de encontros estaduais, regionais e nacionais.
- e) Promover a inclusão social e política de jovens rurais.

O curso é constituído de oito módulos de estudos: Desenvolvimento Sustentável com Sucessão Rural; Reforma Agrária e Agricultura Familiar; Organização da Produção e Meio Ambiente; Organização e Gestão Sindical; Educação do Campo; Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; Juventude Assalariada, Direitos Trabalhistas, Sociais e Humanos; Associativismo e Cooperativismo. No âmbito nacional a coordenação desse programa é realizada pela Secretaria de Jovens Trabalhadores (as) Rurais da CONTAG (FETAG, 2012).

Quanto ao Polo da FETAG de Guanambi, foi fundado em 1994, tendo em sua fundação a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Carinhanha, Malhada, Palmas de Monte Alto, Urandi, Candiba, Lagoa Real e Igaporã. Hoje, 13 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais são filiados a esse Polo, no qual a FETAG vem desenvolvendo uma série de atividades relacionadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Atividades e serviços prestados pela FETAG/Guanambi

Atividades e serviços
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação das lideranças sindicais nos municípios filiados; • Apoio jurídico no âmbito previdenciário/aposentadoria; • Apoio jurídico nos conflitos entre os proprietários de terras, Estado e camponeses. • Acompanhamento das eleições dos sindicatos nos municípios; • Acompanhamento de empréstimos bancários pelos Trabalhadores Rurais; • Apoio à mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra; • Participação no Grito da Terra Brasil; • Participação em reuniões nas comunidades rurais na microrregião Guanambi; • Apoio aos sindicatos rurais nas atividades desenvolvidas nos municípios; • Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) para os trabalhadores rurais em parceria com os sindicatos, Estado e municípios.

Fonte: Entrevista concedida pelo assessor da FETAG/Guanambi em 06/12/2012 ao pesquisador.

No aspecto da organização e mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, na perspectiva do assessor da FETAG Polo de Guanambi, houve um crescimento muito grande em relação à primeira ocupação realizada após a chegada da FETAG na região. Ele ressalta que a princípio as ocupações eram incentivadas pela FETAG, e hoje, são os trabalhadores sem-terra quem encabeçam o movimento de ocupação. Isso se traduz em um aprendizado por parte dos referidos trabalhadores que estão em movimento na luta pela terra.

A FETAG Polo de Guanambi, segundo o seu assessor, tem buscado parcerias no desenvolvimento de suas ações, como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (CODEVASF), Bancos do Nordeste e do Brasil, Associações Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Instituto Nacional do Serviço Social (INSS) nas ações previdenciárias no âmbito da aposentadoria rural, Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA), Coordenação dos Territórios Sertão Produtivo e Velho Chico, Convivência com o Semiárido (CSA), dentre outras. Nesse contexto, duas indagações emergiram no decorrer deste trabalho, as quais têm implicações, direta e indiretamente, com o processo de constituição social da juventude do campo: Qual a visão da FETAG Polo Guanambi sobre a organização dos assentamentos, sobre a reprodução social e permanência dos/das jovens no

campo? Como se dá a relação da FETAG/BA Polo Guanambi com a juventude dos assentamentos rurais Marrecas e Nova Esperança? São questionamentos que subsidiaram a compreensão do objeto de estudo em sua totalidade, trazendo à tona elementos significativos que possibilitaram o diálogo entre o empírico e o teórico e estão presente no quinto capítulo desta tese.

II O CAMPEPINATO BRASILEIRO: DA MORTE ANUNCIADA À (RE)CRIAÇÃO DA VIDA

O objetivo deste capítulo é discutir o campesinato brasileiro numa perspectiva conceitual. Para isso, buscam-se os rastros da noção de campesinato no capitalismo, num *continuum* histórico, desde as contribuições teóricas de Kautsky, Lênin e Chayanov sobre a dinâmica agrária pré-revolução russa às discussões recentes sobre a agricultura familiar. Trata-se da correlação de forças entre o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário. Discute-se o campesinato como classe social em construção, ainda que plena de contradição, contrapondo-se ao modo de produção capitalista; entende-se a resistência como uma nova possibilidade de interpretação do campesinato e novas condições de reprodução social, colocando-se a centralidade do acesso ao conhecimento na resistência ao paradigma do “fim do campesinato”. Enfatiza-se que os camponeses, em sua ampla diversidade, propõem e sustentam um novo modelo de desenvolvimento que nega o modelo dominante no campo. A Educação do Campo é entendida como parte dessa resistência que tem pautado outro modelo de desenvolvimento que se contrapõe ao capital.

2.1 O debate sobre o conceito de campesinato

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo pelo acesso à terra e seu uso é parte de um processo histórico de resistência ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, para entender o campesinato na atualidade, é importante recorrer à sua constituição histórica, desde os debates sobre a dinâmica agrária da pré-revolução russa, sobre as relações entre campesinato e capitalismo (SÁ, 2009).

Muitos estudos sobre o campesinato no capitalismo têm apontado dois principais paradigmas de análise da questão agrária: o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário.

Segundo Fernandes (2007), os debates, no final do século XIX, com Kautsky e Lênin fundaram o Paradigma da Questão Agrária, que denuncia a expropriação dos trabalhadores do

campo e busca soluções para a superação dessa questão dentro da construção do socialismo. Esses autores consideram a questão agrária como um problema estrutural do modo de produção capitalista, pois uma das formas em que este cria condições de desenvolvimento desigual é a concentração de poder por meio da propriedade da terra (mais recursos financeiros e tecnológicos), com a qual o capital satisfaz a sua necessidade intrínseca de se territorializar indefinidamente, gerando processos de desterritorialização de outros modos de produção no campo. A isso se denomina questão agrária, ou seja, conflitos permanentes devido a esse modo estrutural de acumulação do capital no campo. Na perspectiva desse paradigma, portanto, a questão agrária é insuperável dentro desse modo de produção.

Kautsky (1986[1899]) analisa as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo em um tempo de um intenso crescimento da industrialização; destaca as limitações da exploração agrícola capitalista e aponta a superioridade da grande propriedade capitalista sobre a propriedade familiar. Afirma que seria inútil tentar parar o movimento que o capitalismo promove de expropriação da agricultura camponesa, e não vê a possibilidade da existência camponesa com a expansão do capitalismo assentado na atividade industrial. No seu entendimento, o campesinato até poderá permanecer no sistema capitalista, porém integrado às indústrias. Nessa mesma lógica, Lênin (1982 [1899]), ao estudar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e Estados Unidos, argumenta que o destino do campesinato sob a égide do modo capitalista de produção era o seu desaparecimento, embora esse processo pudesse ser longo e assumir contornos variados nas distintas realidades que o desenvolvessem. Para Lênin, a grande indústria mecanizada transferiria para o campo o modo de vida urbano/industrial, modernizando as relações sociais (LÊNIN, *Ibid.*).

Segundo Costa e Carvalho (2012), se, de um lado, Kautsky e Lênin consideram que a concorrência com a grande agricultura destruiria inexoravelmente a produção camponesa, uma outra perspectiva dentro desse paradigma é a de Chayanov, que destaca a capacidade de afirmação do campesinato como classe imersa no capitalismo (o ponto de vista dos populistas russos), devido à sua condição dual de unidade de produção e consumo, o que lhe atribui uma capacidade adaptativa que pode gerar um modo de produção estável e capaz de evoluir.

No entendimento de Chayanov (1974), embora o modo de produção capitalista seja predominante, ele não é o único, sendo o campesinato um importante modo de produção não

capitalista, uma unidade onde se produz e consome familiarmente. Nesse sentido, a obra de Chayanov se constitui numa importante referência sobre a questão agrária, principalmente porque se dedica à caracterização do campesinato a partir do núcleo familiar e do balanço entre trabalho e consumo existente na unidade doméstica. Ele traz como premissa básica para a explicação da racionalidade camponesa a necessidade de consumo e o número de membros da família, sendo finalidade principal do trabalho do camponês garantir suas necessidades de subsistência e não acumular lucro. O camponês deixa de trabalhar quando produz o suficiente para manter o de que necessita, portanto a força de trabalho familiar é o elemento mais importante no reconhecimento da unidade camponesa na perspectiva Chayanoviana.

Ainda na perspectiva de compreender a especificidade do campesinato: Tepicht e Shanin são referências importantes nesse debate. Tepicht (1973) enfatiza que o modo de produção camponês está articulado com vários modos de produção, adaptando-se às leis econômicas dos demais modos e ao mesmo tempo imprimindo neles sua marca. Ele afirma que o campesinato, por suas características, constitui um modo de produção que tem a capacidade de conviver dentro de outras formações sociais. Para Shanin (1983), o campesinato se revela como um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros, portanto ator e sujeito da história social e se caracteriza como uma sociedade que existe paralelamente e de forma articulada ao modo de produção predominante. Segundo Shanin (2008, p.34):

[...] uma das características principais do campesinato é o fato que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não algo sólido e abstrato é que começamos a entender realmente o que ele é.

Assim sendo, na ótica de Shanin, “o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida” (MARQUES, 2008a, p.50) que permanecerá na sociedade capitalista.

Quanto ao Paradigma do Capitalismo Agrário, surgido no século XX, tendo Mendras (1984) como referência principal, ao contrário do Paradigma da Questão Agrária, busca encontrar solução para os conflitos agrários dentro da própria lógica de concentração de poder pelo capital e da expropriação dos trabalhadores do campo em relação aos meios de produção.

Aqui, trata-se de integrar os trabalhadores na lógica do mercado capitalista, negando a potencialidade do campesinato como modo de produção.

Fernandes (2001b, 2007) supera esse debate teórico dualista do desaparecimento e permanência do campesinato no capitalismo, e aponta três tendências (paradigmas) de leituras e interpretações do campesinato, quais sejam: a tendência da extinção do campesinato (KAUTSKY, (1986[1899])); LÊNIN, (1982 [1899]); da transformação do campesinato em agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992); e a tendência da resistência do campesinato ao capital, que pode ser encontrada nos trabalhos de Fernandes (2001b, 2007); Carvalho (2010a e b, 2012), e outros autores que também acreditam na possibilidade do campesinato como um ator social de resistência à lógica do capitalismo.

A primeira tendência (paradigma) de que fala Fernandes, que, por sua vez, já foi discutida neste trabalho, previa o **fim do campesinato** no capitalismo. Essa é uma questão, segundo esse autor (2007), superada na atualidade, pois, para a desilusão dos que profetizavam o desaparecimento econômico e social do campesinato, em função dos processos de urbanização e industrialização da agricultura, tal desaparecimento não se concretizou. Mas, sim, ganhou uma nova configuração no final do século XX, agora dentro do Paradigma do Capitalismo Agrário, com a ideia da **metamorfose do camponês em agricultor familiar**, constituindo, assim, a segunda tendência de leitura e interpretação do campesinato apontada por Fernandes.

Destaca-se como teórico dessa tendência Abramovay (1992, p.130), que considera o camponês como resto feudal, e enfatiza que “as sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam as relações claramente mercantis.” Essas estruturas destruiriam o campesinato como organização social. Ele argumenta que o camponês seria substituído pelo agricultor familiar moderno, totalmente integrado ao mercado capitalista. Com base na realidade dos camponeses do Sul do Brasil, Abramovay enfatiza que estes:

[...] **integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado**, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo, o círculo social em que se reproduzem e **metamorfoseiam-se** numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. **Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista.** Os laços

comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. **Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condição de reprodução social [...]** O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 126-7).²¹

Esse modelo de interpretação usa o conceito de agricultor familiar como expressão substitutiva do conceito de camponês, pautando-se na lógica dualista que compreende o camponês como atrasado e o agricultor familiar como o moderno. Para Abramovay (Ibid.), a transição do camponês arcaico a agricultor moderno se desenvolveria de forma processual à medida que o camponês vai sendo incorporado ao mercado capitalista, dentro de seus parâmetros, em uma relação sem conflitos.

Esse autor enfatiza que as relações capitalistas aniquilariam o modo de produção camponesa por este não se adequar ao capitalismo. Entretanto, ocorreria o que ele denominou de metamorfose do camponês, que, por não ser agricultor profissional, seria asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo, tendo por sua vez de se converter em agricultor familiar para se adequar à nova realidade em formação. O que se observa é que, para Abramovay, o problema da questão agrária não está no capitalismo, mas sim, no campesinato, por não se ajustar à lógica do capital.

Esse processo de reconfiguração do camponês implica perda de identidade histórica de resistência, em que esse sujeito se torna conformado com o processo de diferenciação, que passa a ser um processo natural do capital (CARVALHO, 2005), em que a integração passa a ser a condição da continuidade. Nessa lógica, a metamorfose do campesinato em agricultura familiar seria uma questão de tempo, pois, gradualmente, o campesinato se transformaria em empresa capitalista pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou permaneceria dependente de apoios sociais das políticas públicas. Essa é a pressão subjetiva disseminada pelos defensores do capitalismo avançado, o que acabou por contaminar as ideias dos implementadores de políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, convertendo a

²¹ Os destaques das palavras em negrito são do autor.

agricultura brasileira num simples setor de matérias-primas conforme os interesses industriais, subordinando a produção da agricultura e sua reprodução aos interesses do capitalismo industrial e financeiro.

Segundo Garcia Jr. e Heredia (2009), hoje em dia, utiliza-se de forma generalizada a expressão agricultura familiar, largamente facilitada pela implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).²² Para uns, ela se confunde com a definição operacional utilizada pelo PRONAF, que adota uma tipologia de beneficiários em função de uma capacidade de atendimento. Para outros, traduz-se em certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas demandas do mercado em oposição aos demais pequenos produtores.

A partir desse entendimento, a figura do agricultor familiar é vista como um ator social da agricultura moderna apropriada pelo agronegócio e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado, considerando-se que este utiliza a expressão agricultura familiar como expressão formal em programas e políticas públicas governamentais. Observa-se, então, que a influência do Paradigma do Capitalismo agrário não foi apenas nas pesquisas acadêmicas, na organização dos movimentos camponeses, mas também nas políticas públicas. Nesse contexto, a agricultura familiar passou a ser mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital (FERNANDES, 2008a).

Segundo Welch e Fernandes (2008), o conceito agronegócio (*agrobusiness*) teve sua primeira formulação em 1957 por Davis e Goldberg, que o entenderam como um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. Com o passar do tempo, esse modelo de sistema se transformou em um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, com um poder que possibilita a manipulação dos processos

²² O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado no ano de 1999, e em 2006, a sanção presidencial da Lei 11.326 estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essa Lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural o indivíduo que pratica atividades rurais, atendendo, simultaneamente, aos seguintes critérios: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro (4) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da prática familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originária de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

em todos os sistemas do empreendimento, manipulação que vai desde o fornecimento de insumos, máquinas, técnicas de produção à venda do que foi produzido.

O processo produtivo do agronegócio mantém, de forma mais intensa, a exploração da mão de obra, a concentração da propriedade da terra e a destruição do campesinato. Defendendo uma ideologia de geração de riqueza para o país, o agronegócio conquista a confiança dos governantes. Torna-se o modo de produção por excelência, expandindo sua territorialidade com o aval dos governos. Nesse processo, amplia-se a desigualdade social, a concentração de poder. Assim, o agronegócio busca manter o controle sobre as políticas públicas e sobre o território.

Segundo Fernandes (2004, s/p),

[...] o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

Nesse contexto, o agronegócio passou a exercer a função protetora das terras improdutivas, vislumbrando a expansão dos negócios agrícolas no futuro, freando a obtenção de terra para a Reforma Agrária. Dissemina-se, assim, um processo de criminalização dos movimentos sociais que lutam pela democratização da terra, pela educação e pela diminuição da desigualdade social. Conforme documento produzido pelo FONEC (2012), existe na atualidade, na perspectiva da hegemonia dominante no campo brasileiro, um movimento articulado, trabalhando pela institucionalização do agronegócio no país, que teve início com a criação da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG)²³. São inúmeras as estratégias que a classe dominante brasileira tem adotado para esvaziar e criminalizar as ações dos

²³ A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) foi criada em 1993, com o objetivo principal de buscar o equilíbrio nas cadeias produtivas do agronegócio. Atualmente a ABAG possui 62 Associadas Mantenedoras de diversas cadeias produtivas do agronegócio. Nesse tempo de atuação, a ABAG tem projetado o agronegócio junto ao Governo, iniciativa privada, entidades, universidades. As ferramentas adotadas para o cumprimento dessa missão são a promoção de Congressos, Fóruns e encontros, bem como a participação em eventos nacionais e internacionais, reuniões, seminários, painéis e palestras. A Associação também faz parte de inúmeros conselhos, comissões, câmaras setoriais e fundos administrativos, consultivos ou superiores. (http://www.businessreviewbrasil.com.br/reports/abag_Port) acessado em: 24/07/2013.

movimentos sociais e sindicais do campo. Do mesmo modo, tem criado estratégias para confundir a sociedade, que também está empenhada em superar as desigualdades, cessar o fechamento de escolas no campo e garantir uma boa formação aos trabalhadores. Pode-se exemplificar com a criação do Projeto Escola Viva pela Confederação Nacional da Agricultura. As iniciativas dessa natureza têm pautado a educação como ferramenta importante para a ampliação e manutenção do agronegócio (FONEC, 2012).

No projeto político, social e econômico do agronegócio, encontram-se as grandes monoculturas, as grandes extensões de terra, o uso intensivo de tecnologia e do agrotóxico, os transgênicos, as culturas para exploração, a concentração de terra, o trabalho assalariado e o desemprego e o desrespeito ao meio ambiente [...]. Por outro lado, no projeto camponês, trabalhadores lutam por terra, produzem alimentos diversificados para o consumo interno e vivem, muitas vezes, um mundo de carências. [...] Como na educação, não se encontra no vazio social, de modo análogo, no mundo da educação, existem os mesmos projetos em disputas. É a luta de classes nas relações sociais de produção e na educação do campo (MENEZES NETO, 2009, 25).

Nesse sentido, percebe-se que o agronegócio impõe-se não só nas relações produtivas, mas também, ideologicamente, nos debates e nas práticas educativas. A educação, na lógica do agronegócio, deve estar em consonância com os conhecimentos requeridos pelas demandas da reprodução do capital. Segundo Menezes Neto (Ibid.), a educação para o campo, vista sob a ótica do agronegócio, tem como premissa máxima a formação da força de trabalho, inculcar ideologias, a perpetuação das desigualdades sociais e manutenção da sociedade de classes. É uma educação direcionada para a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho excludente e funcional para a reprodução do capital.

Assim sendo, não atende a um projeto de sociedade que busque a superar as relações capitalistas, portanto não atende aos anseios dos camponeses que lutam por uma educação camponesa emancipatória (FREIRE, 1991) capaz de proporcionar uma formação *omnilateral*. Isso significa pensar um projeto educativo para o campo brasileiro vinculado à práxis concreta dos sujeitos do campo que possibilite pensar a realidade numa dimensão micro e macro, e demarcar a contra-hegemonia à forma de compreender a educação do agronegócio. Nessa perspectiva, a Educação do Campo não pode perder de vista as contradições que alimentam as relações sociais e materiais existentes no campo brasileiro.

A lógica do desenvolvimento do capitalismo tem determinado transformações nas condições de produção e reprodução do capital no campo, e tem-se utilizado das políticas públicas de desenvolvimento voltadas para o meio rural, para ampliar o seu campo de abrangência e transformar as pequenas unidades produtivas familiares em pequenas empresas capitalistas. Entendem-se pequenas unidades produtivas familiares como estruturas distintas das empresas capitalistas centradas no lucro como fundamento da racionalidade decisória de seus componentes. No entendimento de Fernandes (2008a, p. 280), “as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”.

Nesse contexto de expansão do capital no campo, Fernandes (Ibid.) aponta dois territórios em disputa: o dos camponeses e o do agronegócio. O primeiro se sustenta no modelo da agricultura camponesa, organizado a partir dos princípios da existência e do trabalho como garantia de sobrevivência sustentados pelo Paradigma da Questão Agrária. Este se apresenta em oposição ao segundo território, que é constituído por um complexo de sistemas envolvendo agricultura capitalista, indústria, mercado e finanças, sustentado pela lógica do capitalismo agrário. Esse modelo de produção se configura como um novo tipo de latifúndio em dimensão ampliada, principalmente porque, agora, ele concentra e domina a terra, a produção de conhecimentos, a tecnologia de produção e as políticas públicas de desenvolvimento rural (FERNANDES, Ibid.).

Estou-me referindo em particular aos modelos de desenvolvimento assentado na produção altamente mecanizada, predominantemente orientada a uma especialização crescente em determinadas *commodities* voltadas para o mercado externo e uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração; na contraposição, o modelo de desenvolvimento do campesinato sustentado a partir da produção de policulturas, pois a lógica da agricultura camponesa não é o produtivismo, produzir uma única cultura, mas a diversidade de produção, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização e com base na biodiversidade, sem uso ou com baixo uso de agrotóxicos.

Carvalho, em artigo intitulado *Na sombra da imaginação: o camponês e a superação de um destino medíocre*, aponta que:

[...] é oportuno se considerar que os camponeses no Brasil têm sido efetivamente os responsáveis pela maior parte da oferta de alimentos básicos para a população, conforme foi registrado pelo Censo Agropecuário de 2006, no qual se constatou que os 4,5 milhões de estabelecimentos camponeses (88% do total de estabelecimentos rurais do país) produziram em apenas 32% da área total ocupada 87% da mandioca, 70 do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50 % das aves e 30% dos bovinos, entre outros produtos. E mais, retendo nos estabelecimentos camponeses 79% do total do pessoal ocupado do campo (CARVALHO, 2010c, p.8).

Essa luta de interesses opostos, que compreendemos como uma luta de classes, nos leva à terceira tendência apontada por Fernandes (2007), que é o **Paradigma da Resistência ao Capital**. Os povos oprimidos do campo têm uma tradição de opressão que marca as relações sociais na formação social brasileira e, numa perspectiva de contraposição, a luta camponesa tem construído uma identidade de resistência contra as consequências degradantes da crise estrutural do sistema capitalista.

Segundo Carvalho (2010a, p.10), o campesinato no Brasil contemporâneo, pós-1980, tem se constituído na forma política mais consistente de luta efetiva de resistência social contra o capitalismo, ao lado das mobilizações e denúncias efetuadas pelas organizações, movimentos sociais e sindicais contra o projeto em construção e os modos de exploração capitalista vigentes no campo, baseados na concentração fundiária e na degradação da vida e do trabalho.

Fernandes e Molina (2004, p. 73) argumentam que “o campesinato é um grupo social que, além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território”. Eles entendem o conceito de território como espaço político, de ação, de poder e de relações sociais.

Dáí a centralidade do conceito de campesinato para a compreensão da reprodução social dos/das jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária, compreendendo os assentamentos como a expressão da materialidade da luta pela terra, permeada de sentidos e significados, e territórios de realização da vida em suas múltiplas dimensões. Portanto, espaço de produção e reprodução de um modo de viver.

Dessa forma, como categoria de análise, o campesinato neste trabalho é entendido como um modo de produção e reprodução social heterogêneo, complexo, constituído por uma diversidade de sujeitos sociais em processos diferenciados de (re)criação dos seus modos de

viver e se relacionar com o capital. Essa complexidade se amplia quando consideramos as relações sociais de trabalho, bem como os aspectos culturais, econômicos, políticos e ideológicos que permeiam o processo multidimensional de sua constituição. Por isso, os seus estudos devem considerar as especificidades camponesas com a racionalidade própria.

Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apoia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família (CARVALHO, 2010a).

Isso não significa dizer que a racionalidade camponesa é imune às influências da racionalidade capitalista. Para Carvalho (Ibid), o camponês não está isolado do mundo, ele sofre mudanças a partir das interferências externas, principalmente nas relações de trabalho. Ele também é capaz de adaptar inovações tecnológicas à sua racionalidade. Pode-se dizer que o campesinato é um sujeito social que convive com as diversas transformações da sociedade, e mantém-se no estranhamento constante com a lógica do capital.

Dessa forma, para compreender o conceito de campesinato na atualidade, é importante pensar que os camponeses, numa perspectiva político-ideológica, vivem esmagados por forças opostas que almejam e defendem projetos de desenvolvimentos distintos para o campo. De um lado, o capitalismo avançado tende a homogeneizar e destruir as especificidades socioeconômicas e culturais, regionais e locais. No extremo oposto, o campesinato propõe o resgate e a afirmação da lógica teórica de sua reprodução social na sociedade capitalista, pautado na reprodução da família camponesa e da sua especificidade no contexto da formação econômica e social capitalista.

[...] o campesinato contemporâneo, ainda que inserido numa formação econômica e social dominada e hegemônica pelo modo de produção capitalista (e superestrutura que lhe é dialeticamente inerente), constrói na sua prática de resistência social uma reprodução social que lhe permite afirmar uma outra racionalidade que não aquela dominante, a racionalidade camponesa contemporânea que proporciona condições efetivas para se construir e usufruir de uma autonomia relativa perante o capital. É autonomia relativa devido ao fato de que parcela dos insumos a serem utilizados pelos camponeses, como a motomecanização e outros implementos de ordem industrial [...] se realizam pelas relações comerciais

com as grandes empresas capitalistas do agronegócio (CARVALHO, 2010a, p.6).

Nesse sentido, entende-se que o campesinato, em sua totalidade e diversidade, é permeado por relações que se articulam com a dinâmica do modo de produção capitalista, as quais permitem que o campesinato seja um modo de vida parcialmente dependente de uma sociedade maior onde se integra (SÁ, FREITAS, MOLINA, 2010). Essas relações se dão na base das contradições que se materializam na sociedade capitalista, impulsionando uma correlação de força entre capital e modo de produção camponês.

Segundo Carvalho (2009, p.12), o campesinato, ainda que permeado por diversas contradições, nega o capitalismo, mesmo que imerso nele. Entretanto, não basta negar o capitalismo, é necessário avançar na medida do possível, na construção do esboço de uma nova ordem sustentada numa racionalidade alternativa que priorize a dignidade humana. É necessário construir o que se denomina neste trabalho de identidades de projetos emancipadores. Entendemos por identidades de projetos emancipadores aquelas que emergem da luta social contra-hegemônica, contra a dominação da hegemonia dominante. Nesse caso, aponta-se a emergência das políticas públicas de Educação do Campo como conquista da luta dos camponeses contra a desigualdade no acesso ao sistema público de educação por parte dos povos do campo como uma identidade de projeto emancipador em construção.

Emancipar-se, no pensamento freiriano, é um vivenciar e apropriar-se do poder de sublevacionar o mundo, a vivência da condição humana de ser protagonista de sua história. Para Freire (1991), a emancipação consiste numa prática cotidiana e histórica atravessada por desafios, sonhos, resistências e possibilidades, prática que por sua vez não pode ser proposta pela classe dominante, mas por aqueles que sonham com a re(criação) de uma sociedade diferente da vigente, que sonham com um projeto de sociedade que contemple a questão do direito e o respeito às diferenças, que proporcione um diálogo crítico entre as diferentes culturas, e que potencialize formas mais humanas de convivência e crescimento individual e coletivo de todos os seres humanos.

É importante ressaltar que essa identidade de projeto emancipador desencadeado a partir da resistência não está dada na sociedade brasileira. As significativas experiências resultantes do processo de lutas das organizações, movimentos sociais e sindicais do campo apenas apontam

um dos caminhos desejados que a luta dos camponeses deve tomar no conjunto de ações que se contraponham ao modelo de desenvolvimento hegemônico que privilegia os interesses da classe dominante. Daí a relevância do conceito de resistência para o entendimento do campesinato, na atualidade, e das estratégias de produção e reprodução social dos/as jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária.

2.2 Campesinato brasileiro: diversidade, subalternidade e resistência

Ao falar do campesinato brasileiro, é importante situar que ele surge no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista, e sua trajetória é historicamente marcada por luta contra a grande exploração capitalista agrícola, e se constituiu de uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho e formas distintas de acesso à terra.

Dessa forma, observa-se que os problemas principais do Brasil rural têm suas raízes históricas. A posse de terra e as relações de dependência dela resultantes estão na base dos problemas da estrutura agrária do país. O campesinato brasileiro, desde o seu surgimento, sempre esteve direta ou indiretamente subordinado a frações das classes dominantes no campo, seja do capital mercantil dos sesmeiros, seja do capital agrário das empresas capitalistas da atualidade. Isso implica um processo intenso de contradições e subalternidade controlado hegemonicamente pelas classes dominantes. Os trabalhadores do campo, nas suas mais diversas formas de organização social, sempre conviveram e ainda convivem com uma concepção de mundo das classes dominantes, que hegemonicamente os têm desprezado.

Entretanto, Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009) ressaltam que, para resistir ao intenso processo de expropriação por parte do capital, o campesinato procura se reterritorializar de diversas formas, que se modificam, avançam ou refluem conforme as conjunturas econômicas, sociais e políticas. Eles apontam que, desde o final dos anos 70 do século passado, as lutas no campo tiveram papel fundamental tanto no processo de redemocratização do Brasil, quanto para inserir na agenda política temas que para muitos estavam desatualizados, a exemplo dos temas Reforma Agrária e preservação ambiental.

Essas lutas acabaram por colocar em cena a presença de sujeitos sociais, como os camponeses, que possibilitaram a emergência e o reconhecimento de demandas relacionadas à extensão de direitos e cidadania, como a igualdade de gêneros, direito à aposentadoria, à educação para os assentamentos e, em seguida, para as demais populações do meio rural (FERNANDES, MEDEIROS e PAULILO, 2009). A força, a organização e mobilização dos camponeses constituíram diversas identidades que afirmam a diversidade de situações e demandas dos povos do campo.

Carvalho (2012) aponta que estudos têm revelado uma diversidade de formas como os camponeses se apresentam nas distintas regiões do país. Dentre essas formas estão: os proprietários e posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas (povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco – babaçu, açazeiros); os que usufruem de fundo de pastos; os pequenos arrendatários não capitalistas; os parceiros; os foreiros; quilombolas; os serranos; os caboclos; os colonos; agricultores familiares; os assentados da Reforma Agrária; e outros que, no seu modo de produção, priorizam as necessidades básicas de consumo da família, qualidade de vida, desenvolvimento ecológico e heterogeneidade dos sistemas agrícolas.

São camponeses que, por meio das mais diversas formas de lutas, buscam construir um projeto de desenvolvimento para a agricultura brasileira que supere aquele implantado pela dominação hegemônica do modo de produção capitalista, e que, ao mesmo tempo, conteste os valores do mundo capitalista e proponha outro paradigma civilizatório para a vida humana que supere a condição de subalternidade ao capital.

Entendo que a condição de subalternidade deve funcionar como elemento mobilizador da resistência do campesinato, para que este se movimente na direção da contra-hegemonia à medida que se sinta ameaçado pela dominação hegemônica do modo de produção capitalista. Nesse caso, a contradição “não é apenas entendida como categoria interpretativa do real, mas como sendo ela própria existente no movimento do real, como motor interno do movimento, já que se refere ao curso de desenvolvimento da realidade” (CURY, 2000, p.30). De tal modo, é importante compreender em que medida a contradição do real ajuda a olhar para o processo de reprodução social dos/as jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária, considerando que as contradições se estabelecem entre os homens em contradições históricas e sociais.

A contradição sempre expressa uma relação de devir do real. Portanto, ignorá-la resulta “numa atitude que leva ao conservadorismo, pois, abstrair esse elemento é retirar da realidade seu caráter profundo de inacabamento.” (CURY, 2000, p.34). É nesse universo de contradições e subalternidade que os camponeses têm inventado novas formas e estratégias de (re)criação das condições objetivas e subjetivas para sua reprodução social.

A reprodução social dos camponeses está marcada pela aceitação contraditória da sua subalternidade ao produzirem para si próprios e para o grupo social com quem se identificam o jargão ideológico dominante de se aceitarem como os pobres do campo, submissos e resignados (CARVALHO, 2010c, p.6).

Isso significa que, para entender o campesinato em sua totalidade, é necessário recorrer a um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente adverso de atuação dos camponeses e suas soluções dadas, objetivando a criação de autonomia, que, por sua vez, não significa independência em relação ao mercado, nem tampouco o rompimento das relações de exploração em que o campesinato está inserido. Há sempre, na dinâmica da afirmação camponesa, uma tensão entre a resistência social camponesa e as tendências destrutivas do campesinato pelo capital.

O camponês, enquanto unidade familiar de produção e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista: o camponês, para a afirmação da sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital; o campesinato social para a construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social e, portanto, como sujeito social na afirmação de seus interesses de classe. Ambas, a afirmação da autonomia relativa camponesa como a construção do campesinato como classe social se inter-relacionam numa dinâmica social marcada por relações de poder em disputa (COSTA; CARVALHO, 2012, p.116).

Assim, é possível dizer que não se pode entender o campesinato em sua totalidade, sem pensar nas contradições que movem os diferentes modos de produção (camponês x capitalista) em contradição no âmbito da formação econômica e social brasileira. É necessário trazer para o debate as questões que perpassam pela arena da opressão e desagregação por parte da burguesia com relação ao campesinato. Essa “guerra de posição” social, numa

acepção gramsciana, entre o campesinato e a burguesia capitalista leva o campesinato a se constituir politicamente como classe social de resistência ao capital.

Segundo Shanin:

[...] no decorrer da história, o campesinato atuou politicamente muitas vezes como uma entidade social de classe. Ademais, dentro das sociedades industriais, tem demonstrado possuir coesão em sua ação política, e não somente em seus enfrentamentos com os proprietários de terra tradicionais em combates noite a dentro do tipo pré-capitalista; os interesses comuns compartilhados pelos camponeses os têm impulsionado também a sustentar conflitos políticos com os grupos proprietários de terra capitalistas, com vários dos diferentes grupos urbanos e com o Estado moderno (SHANIN, 1983, p.289).

Nessa luta social antagônica entre o campesinato e o capital, a organização, a mobilização e o enfrentamento nas lutas sociais por parte dos camponeses são de suma importância para o fortalecimento do campesinato. Assim, as organizações, movimentos sociais e sindicais representantes dos interesses dos camponeses, bem como as contribuições dos intelectuais que defendem a superação do modo de produção capitalista têm um papel significativo para a conscientização dos camponeses de que eles estão inseridos numa luta de classes, que tem sido acirrada com a expansão do capital em todo o mundo. Logo, exige-se dos camponeses, numa escala ampliada, uma articulação político-ideológica de lutas sociais que os afirmem como camponeses que se colocam em contraposição ao modelo de produção capitalista, e que os camponeses se consolidem como classe social em contradição ao capital (CARVALHO, 2012).

No entendimento de classe, compartilho das ideias de Thompson (1987, p. 9) quando ele a entende como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconhecidos, tanto na matéria prima da experiência como na consciência”.

Esse autor esclarece:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou

entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

Ao lançar mão das contribuições de Thompson, é importante pensar em que medida o campesinato se constitui como classe social de resistência passível de superar o modelo agrário homogeneizador do capitalismo no campo. E pensar o camponês como sujeito que se constitui no fazer da luta em defesa da sua reprodução social em contraposição à reprodução social do capital.

Nesse sentido, levanto o seguinte questionamento: no contexto dos assentamentos *locus* da pesquisa, que elementos garantem a reprodução social das famílias assentadas, considerando as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas? Esta é uma das questões que subjazem ao presente estudo, pois parece-me pertinente abordar as possibilidades de reprodução social a partir do ponto de vista dos/das jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária, sobretudo porque, na sociedade capitalista, mais intensamente a partir dos anos de 1950, tem sido colocada em debate a reprodução social do modo de produzir e viver camponês, e a juventude é um dos protagonistas desse processo.

Dessa forma, a essência da investigação se cria na análise de como os/as jovens de assentamentos rurais se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária no contexto da sociedade capitalista, como eles/as operam e articulam seu modo de vida e reprodução social, que se constitui nas relações internas e externas aos assentamentos.

2.3 Processos sucessórios no campo

O processo de acumulação do capital no campo brasileiro, a partir do final do século XX, tem gerado mudanças significativas nos projetos de vida dos trabalhadores do campo, principalmente dos/das jovens, o que tem colocado em discussão a questão da reprodução social das unidades produtivas familiares, conforme demonstra o estudo realizado por Abramovay et al. (1998) sobre juventude e agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina.

Esse estudo aponta que, diferentemente do que acontecia até o final dos anos 1960, em que as unidades produtivas eram reproduzidas quase que automaticamente, na atualidade as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção são bem escassas devido à expansão do capital no campo, que em certa medida tem expulsado os/as jovens do meio rural. Constatam-se também um processo de masculinização da juventude no campo, em virtude de as moças deixarem o campo numa proporção maior que os rapazes. Segundo Abramovay et al. (1998), atribui-se isso à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores.

Essa realidade, em certa medida, também se apresenta no sertão da Bahia. Estudo realizado por Silva (2009) com jovens rurais do município de Palmas de Monte Alto/BA, aponta que as perspectivas de continuidade dos estudos por parte dos/das jovens e os projetos de futuro/vida muitas vezes são vislumbrados com a saída do campo para a cidade, com predominância das jovens mulheres. Segundo Silva (Ibid.), as jovens mulheres parece não vislumbrarem a permanência junto à família na localidade em que vivem, passando a cidade a ser apontada como possível espaço de moradia, onde podem projetar o futuro.

É certo que os dados fornecidos por esses dois estudos não podem ser entendidos de forma generalizada, por serem parcialmente aplicáveis aos grupos estudados no Oeste de Santa Catarina e Sertão da Bahia. Sendo assim, não compreendem o todo, mas parte da realidade, cuja totalidade ainda é mais inquietante. A questão da migração dos/das jovens no cenário brasileiro é bastante complexa, dada a sua natureza, e exige um olhar conforme com a sua especificidade.

Woortmann (2009, [1990]), em estudo realizado em Sergipe entre sítiantes, classifica a migração em três modalidades: a migração pré-matrimonial do filho, aquela do chefe da família, de tipo circular, e a emigração definitiva. Ele refere-se às duas primeiras como a viagem, porque os migrantes retornam às suas localidades, portanto elas se configuram como estratégias de garantia de reprodução social em sua localidade, e à última como a saída sem retorno, a não ser para rever os parentes deixados para trás.

Discussão apresentada por Sabourin, com base em pesquisas realizadas no Nordeste brasileiro, aponta:

No Nordeste semiárido, boa parte do processo de migração é temporária, podendo ser sazonal, para garantir uma renda complementar à da agricultura, ou se estender por alguns anos, de forma que os jovens possam acumular um capital para a aquisição de seu primeiro rebanho, ou até mesmo de suas primeiras terras (SABOURIN, 2009, p. 23).

Nesse sentido, entende-se a migração como uma estratégia encontrada pelos trabalhadores do campo para garantir a reprodução social. Sendo assim, nem sempre migração²⁴ significa descontinuidade da unidade de produção familiar, mas pode ser o único horizonte possível de garantia da reprodução social.

É importante enfatizar que a reprodução social consiste não só na reprodução das forças produtivas, mas, sobretudo, na reprodução das relações sociais de produção, as quais, por sua vez, são permeadas por múltiplas dimensões, como a cultural, a política, a ambiental e a ideológica. Assim sendo, cada grupo familiar, ao assegurar que as gerações futuras continuem a se produzir do ponto de vista econômico, deve também assegurar que essas gerações se reproduzam nas suas múltiplas dimensões.

Referindo-se à reprodução social camponesa, Wanderley (2009, p.159) sublinha que, “para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro”. Essa autora enfatiza que a garantia de um projeto de futuro é definida pela combinação dos recursos de que as unidades de produção dispõem com aquelas acessadas fora da unidade produtiva. A família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, garantir sua sobrevivência imediata com a reprodução das gerações descendentes.

Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência (WANDERLEY, *Ibid.*, p.159).

Assim sendo, os desafios da afirmação da reprodução social são múltiplos, e sua compreensão supõe a referência constante ao movimento do conjunto de relações espaciais e temporais.

²⁴ A discussão sobre migração dos/das jovens será retomada nos capítulos subsequentes.

Nessa perspectiva, a reprodução social não pode ser apreendida apenas a partir da dimensão econômica, mas numa lógica multidimensional, considerando a dinamicidade da vida em sociedade.

2.3.1 Herança da terra

A questão da sucessão familiar tem sido estudada por diversos pesquisadores, como Bourdieu (1962); Moura (1978); Woortmann (1995); Silvestro et al. (2001); Abramovay et al. (1998); Garcia Jr. e Heredia (2009), dentre outros. Entretanto, percebe-se a ausência de pesquisas sobre essa questão no contexto de assentamentos rurais da Reforma Agrária. Assim sendo, buscou-se nesta investigação, que tem como eixo maior a reprodução social de jovens da Reforma Agrária, identificar elementos a partir do ponto de vista tanto dos pais como dos/das jovens a respeito dos processos sucessórios pelos quais a atual geração deverá passar, sobretudo no que diz respeito à herança da terra.

Garcia Jr. e Heredia (2009, p.231) enfatizam:

As regras de transmissão de patrimônio material e simbólico balizam os processos sucessórios e vínculos intergeracionais, incidindo diretamente nos capitais econômicos (terras, equipamentos, meios financeiros etc.) e culturais (escolaridade, vínculos religiosos, associativos etc.) que podem ser mobilizados por qualquer grupo doméstico ao longo de seu ciclo de existência.

O processo de sucessão de uma unidade familiar implica a criação de estratégias diversas que determinem o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento familiar para a geração seguinte. No Brasil, apesar de o Código Civil estabelecer igualdade de condições entre todos os filhos, as regras culturais podem modificar a lei conforme os interesses da família, que se impõem aos interesses individuais. Esse fenômeno acontece, principalmente, quando a manutenção da integridade do patrimônio familiar está em jogo, ou seja, quando a garantia da condição para o funcionamento da unidade de produção e reprodução da identidade social do trabalho agrícola depende da transmissão da terra à nova geração, então é realizada com base nos códigos culturais (CARNEIRO, 2001).

O que sustenta esse modelo de transmissão patrimonial, segundo Carneiro (2001), é o ‘valor família’. A família entendida como unidade de interesses coletivos, os quais devem ser preservados, mesmo diante das determinações externas (jurídicas) ao grupo. Dessa forma, diferentes práticas de transmissão do patrimônio familiar têm se sustentado em lógicas próprias de reprodução; isso significa, portanto, que essas práticas não podem ser entendidas dentro de uma concepção meramente formal, ou seja, da jurisprudência.

Nesse sentido, compreender as regras de transmissão do patrimônio familiar, entre assentados da Reforma Agrária, considerando a diversidade de formas de transmissão do patrimônio existentes no Brasil, as quais variam de acordo com o contexto histórico, econômico, geográfico, institucional e cultural, se torna importante para entender as estratégias de reprodução social dos/das jovens filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária, principalmente porque uma das dimensões importantes das lutas dos camponeses brasileiros está pautada no esforço para constituir um território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória das famílias e de reproduzi-la para as gerações futuras (WANDERLEY, 2009).

2.4 Reforma Agrária no Brasil: do sonho à dívida

Esta terra é desmedida²⁵
 E devia sê comum
 Devia sê repartida
 Um taco para cada um
 Mode morá sossegado.
 Eu já tenho imaginado
 Que a baxa, o sertão e a serra
 Devia sê coisa nossa;
 Quem não trabáia na roça
 Que diabo é que qué com a terra?

(**Patativa do Assaré**)

²⁵Poema Terra dos posseiros de Deus. Disponível em: <http://momendereflexao.blogspot.com.br/2009/09/patativa-de-assare-centenario-de.html>. Acessado em: 20/04/2014.

O tema da Reforma Agrária continua sendo emblemático no debate da questão agrária no Brasil, e em outros países em desenvolvimento, principalmente naqueles que possuem uma estrutura de propriedade de terra altamente concentrada, como é o caso do Brasil, conforme apontam os dados do Censo Agropecuário, de 2006, do IBGE. É certo que essa concentração tem raízes históricas, sociais e políticas provenientes dos tempos coloniais, que marcam e demarcam seu lugar na história do presente.

O ponto essencial e problemático raramente considerado, mesmo por quem é sério e competente, é o de que *a questão agrária tem a sua própria temporalidade*, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política (MARTINS, 2000, p.98-99). (Grifo do autor)

De acordo com o PNRA (BRASIL, 2005), a elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural. Segundo dados do DIEESE/NEAD/MDA (BRASIL, 2011a), o Brasil ainda apresenta uma estrutura fundiária bastante concentrada, conforme é apontado no primeiro capítulo deste estudo.

Associada à elevada concentração da terra, há uma imensa desigualdade no acesso à renda. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) identificou que 16.267.197 de pessoas (8,5% da população) vivem com renda per capita mensal de até R\$ 70 no Brasil. Estes brasileiros extremamente pobres estão concentrados principalmente na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), sendo a maioria do campo (56,4%). Dos extremamente pobres nas áreas urbanas (8,67 milhões), pouco mais da metade vive no Nordeste (52,6%) e cerca de um em cada quatro na região Sudeste (24,7%). De um total de 29,83 milhões de brasileiros residentes no campo, cerca de um quarto se encontra na extrema pobreza (25,5%), totalizando 7,59 milhões de pessoas. As regiões Norte e Nordeste apresentam valores relativos próximos (35,7% e 35,4% respectivamente) de população rural extremamente pobre.

Ao se referir ao Brasil, Carter (2010) ressalta que, se comparado o processo de Reforma Agrária com outras experiências na América Latina, o Brasil, de 1985 a 2002, está

classificado em último lugar no índice da Reforma Agrária. Esse autor ressalta que, nas democracias contemporâneas, existem duas alternativas básicas para a redistribuição fundiária, sob duas abordagens: uma conservadora e a outra progressista, sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 2 - Reforma Agrária nas democracias contemporâneas: duas abordagens

	Conservadora	Progressista
Motivação	Reativa e contida. Reage a protestos sociais.	Proativa e engajada. Motivada por uma agenda de mudança social.
Alcance da política pública	Lida com demandas específicas, não com problemas sistêmicos.	Orientação estrutural.
Objetivo principal	Aplacar conflitos rurais. Limitar a mudança social.	Promover a agricultura camponesa. Transformar a estrutura agrária e suas relações de poder.
Extensão e velocidade da distribuição da terra	Mínima e prolongada. Beneficia relativamente poucas pessoas. A estrutura fundiária permanece, em grande parte, intacta. As reformas são implementadas com lentidão.	Substancial e rápida. Beneficia uma proporção considerável de trabalhadores rurais. O sistema de propriedade rural passa por mudanças rápidas e notáveis.
Forma de distribuição da terra	<i>Ad hoc</i> e dispersa. Favorece os interesses do Estado e dos grandes proprietários rurais.	Estratégica e concentrada. Propícia ao desenvolvimento de novos direitos.
Efeito sobre os setores populares	Paliativo. Desencoraja novas reivindicações.	Estimulante. Favorece a reivindicação de novos direitos.
Impacto sobre grandes propriedades rurais	Neutro ou mesmo positivo. Os proprietários podem lucrar por meio de generosas compensações do Estado.	Negativo. Os termos da expropriação favorecem o Tesouro público acima dos interesses da elite agrária.
Relação com o <i>status quo</i>	Medo de contrariar os grandes proprietários rurais. A distribuição de terra não altera as relações de poder existentes.	Predisposta a confrontar os grandes proprietários rurais. A distribuição de terra busca alterar as configurações de poder.
Relações entre o Estado e os movimentos sociais	Tensas e/ou paternalistas. Criminalização do protesto social. Violações dos direitos humanos ocorrem com impunidade.	Parceria construtiva. Respeito pela autonomia dos movimentos sociais. Proteção dos direitos humanos elementares.
Apoio do Estado aos assentamentos da Reforma Agrária	Pouco ou nenhum apoio. A assistência do Estado responde principalmente à agitação dos lavradores.	Apoio significativo. Os programas públicos promovem a sustentabilidade dos assentamentos e da agricultura camponesa, favorecendo a agroecologia.

Fonte: CARTER, M. (2010, p. 53-54).

As características da abordagem conservadora são analiticamente elucidativas da Reforma Agrária que tem sido desenvolvida no Brasil. Segundo Carter (2010, p.54), “um dos desafios críticos para o Brasil no século XXI é superar seus históricos padrões de exclusão social ampliando o acesso à riqueza e a outros meios de vida”. No caso especial da Reforma Agrária, o país precisa superar a lógica conservadora e implementar políticas numa perspectiva de construção de um projeto de desenvolvimento que valorize a vida, baseado na transformação das relações de poder, na garantia de direitos, na mudança do modo de produção capitalista. Isso significa confrontar o agronegócio, sobrepor-se aos ditames do capital.

Ainda segundo Carter, em comparação a outros países em desenvolvimento, o Brasil apresenta indicadores de riqueza e desenvolvimento humano moderadamente altos, como pode ser visualizado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Visão comparativa do Brasil: desigualdade, desenvolvimento e Reforma Agrária nos principais países em desenvolvimento

País	Desigualdade			Índice de desenvolvimento humano	Riqueza e pobreza			Agricultura Empregos no setor agrícola (%)	Reforma Agrária durante o século XX
	Renda/ consumo / Gini	Razão90°/10° porcentual	Concentração da terra/Gini		Produto Interno Bruto per capita em paridade de poder de compra (PPC)	População com menos de US\$ 2/dia em PPC	Mortalidade infantil Crianças mortas com menos de 5 anos a cada 1000		
Brasil	0,59	16,25	0,85	0,8	8.020	22,4	35	20	Baixa
África do Sul	0,58	16,91	-	0,674	10.960	34,1	66	9	Nenhuma
Colômbia	0,54	15	0,8	0,791	6.820	22,6	21	23	Baixa
Argentina	0,51	13,71	0,83	0,869	12.460	14,3	20	1	Nenhuma
México	0,49	11,87	-	0,829	9.590	26,6	28	18	Moderada
Filipinas	0,46	-	0,55	0,771	4.890	47,5	36	35	Baixa
China	0,45	-	0,41	0,777	5.530	46,7	37	43	Alta
Irã	0,43	-	0,75	0,759	7.550	7,3	39	25	Moderada
Nigéria	0,41	7,26	-	0,47	930	92,4	198	70	Nenhuma

Tailândia	0,4	5,56	0,47	0,781	8.020	32,5	26	49	Moderada
Turquia	0,37	5,73	0,61	0,775	7.680	24,7	39	36	Nenhuma
Egito	0,34	-	0,65	0,708	4.120	43,9	39	32	Moderada
Indonésia	0,34	-	0,46	0,728	3.460	52,4	41	43	Baixa
Índia	0,33	-	0,58	0,602	3.100	80,6	87	60	Moderada
Coreia do Sul	0,32	-	0,34	0,921	20.400	2	5	10	Alta
Rússia	0,32	4,67	-	0,802	9.620	7,5	21	11	Alta
Polônia	0,31	4,03	0,69	0,87	12.640	2	7	16	Alta
Paquistão	0,27	3,09	0,57	0,551	2.160	73,6	98	42	Moderada
Classificação do Brasil	1°	2°	1°	6°	7°	6° menos pobre	8° menos pobre	7° menos rural	Baixa

Fonte: CARTER, M. 2010, p.55-56.

Conforme Carter, a partir dos dados da Tabela 2, é possível se fazerem pelo menos duas leituras: a primeira é que a desigualdade e a riqueza não são inerentemente relacionadas, pois sociedades menos desiguais podem ser bastante pobres, como é o caso da Índia, do Paquistão e da Indonésia; a segunda, que as nações em desenvolvimento mais desiguais são as que implementaram pouca ou nenhuma Reforma Agrária. Isso significa entender que a Reforma Agrária pode ser determinante na redução de severas disparidades sociais.

No caso especial do Brasil, é importante sublinhar que a Reforma Agrária tem procurado “satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra” (CARTER, 2010, p.60). Nesse sentido, as medidas adotadas têm impactado minimamente a estrutura fundiária brasileira, uma vez que, em grande parte, elas têm se dado na base da Reforma Agrária de mercado.

Nessa lógica, enquadram-se os programas que se baseiam na compra e venda de terras, como o Crédito Fundiário, confundido com Reforma Agrária. Essa estratégia tem sido incentivada atualmente pelos defensores do agronegócio e pelas instituições neoliberais, a exemplo do Banco Mundial, que tem pautado solucionar a questão da terra por meio da propriedade privada, a chamada Reforma Agrária de mercado. O desenvolvimento imposto pelo Banco Mundial tem como função tentar solucionar os problemas causados pelo capitalismo por meio das próprias regras capitalistas, utilizando o discurso de controle social, no qual os conflitos que envolvem a questão agrária são ignorados. Trata-se de um desenvolvimento excludente, restrito às normas do capitalismo, as quais não avançam contra o capital. Esse modelo de desenvolvimento é sustentado pelos princípios do Paradigma do Capitalismo Agrário, já discutido anteriormente neste trabalho.

Os defensores desse paradigma argumentam que a Reforma Agrária se “tornou política irrelevante para o desenvolvimento rural em virtude da modernização tecnológica da agricultura, da produção abundante de alimentos e do lucro gerado nas fazendas do agronegócio” (CARTER, *Ibid.*, p.67).

Müller aponta:

[...] uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão de obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico (MÜLLER, 1994, p.235-236).

Outro teórico da questão agrária que comunga das ideias de Müller é Graziano Neto, que manifesta sua crítica à Reforma Agrária, afirmando que,

[...] primeiro, inexistente farta disponibilidade de terras ociosas para programas de redistribuição agrária no Brasil. Segundo, mesmo que houvesse abundância de terras, não haveriam [sic] tantos interessados nos lotes. Terceiro, mesmo com terras ociosas e pretendentes certos, um programa dessa natureza não teria a eficácia desejada, deixando insolúvel o problema da miséria no país (GRAZIANO NETO, 1994, p.248-249).

Nessa perspectiva, os opositoristas à Reforma Agrária têm buscado diversos argumentos para justificar suas posições a respeito dessa política, alegando que a Reforma Agrária não é mais necessária, pois a agricultura brasileira se modernizou, portanto os trabalhadores rurais devem transformar-se em trabalhadores para o capital, integrar-se às agroindústrias. Argumentam que as terras consideradas improdutivas diminuíram no país, acusando que os latifundiários tradicionais foram convertidos em empresas do agronegócio; que a demanda por terra no Brasil é muito menor do que se costuma dizer nos movimentos sociais do campo; que os assentamentos rurais existentes no país têm se tornado verdadeiras favelas, um fracasso econômico, e que os camponeses não têm condição de competir com o mercado atual, pois não dispõem de conhecimento especializado, acesso à tecnologia moderna. E para reforçar todos esses argumentos, têm criminalizado os movimentos sociais, acusando-os de violentos e baderneiros.

Entretanto, essa não é a única concepção de modelo de desenvolvimento. Existe outra lógica de entendimento que parte do princípio de que as políticas de mercado não são suficientes para resolver os problemas da questão agrária. Nesse sentido, são necessárias outras possibilidades que considerem a luta dos movimentos sociais como elemento propulsor de um modelo de desenvolvimento contrário ao capital. Para que esse desenvolvimento ocorra efetivamente, uma das principais condições é a proteção do campesinato por meio da

consolidação da pequena e média propriedade e da minimização dos problemas agrários, principalmente aqueles ligados à comoditização dos produtos agropecuários e concentração de terra. Nessa lógica, a redistribuição da terra deve acontecer por meio da desapropriação de terra, contrapondo-se à lógica que transforma a terra em produto de negócio.

Nessa perspectiva, uma Reforma Agrária ampla e massiva ainda é necessária para atingirmos uma modernização social com mais qualidade de vida para a população como um todo e uma maior equidade social. De acordo com Martins,

[...] uma reforma agrária ampla e consequente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso (MARTINS, 1997, p.48).

Dessa maneira, há vários estudos que apontam a relevância social dos assentamentos rurais no Brasil. Ramalho (2002), ao estudar os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema, constatou que

[...] a criação dos assentamentos possibilitou para uma população de baixa escolaridade e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote. Ainda que de forma precária passaram a ter acesso à moradia, saúde, escola. [...] Para além das questões econômicas, criam-se novos sujeitos sociais e resgata-se a dignidade de uma população historicamente excluída. O acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida de melhoria em relação ao passado (RAMALHO, *Ibid.*, p. 130-131).

Leite (1997, p. 168) analisa os impactos dos assentamentos rurais implantados no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, verifica que “os assentamentos não só geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, como também transformaram em maior ou menor medida as relações de poder local”. Segundo esse autor, além de os assentamentos representarem uma importante alternativa de emprego, favorecem a consolidação ou mesmo a reconstituição de laços familiares antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento das pessoas para buscar alternativas de sobrevivência.

[...] O que se tem visto de forma geral (guardadas as especificidades e diferenciações regionais e locais, não desprezíveis no caso brasileiro) nos assentamentos é um potencial efeito dinamizador de economias locais/regionais, quer na esfera econômica propriamente dita, mas também no campo político, social, demográfico, territorial (LEITE, 2013, p.111-112).

Além disso, estudiosos da área (TEUBAL, 2008; FERNANDES, 2008a e b; ALMEIDA, 2008; PAULINO, 2008; CARTER, 2010) apontam as vantagens ambientais associadas à agricultura camponesa, considerando que a produção em larga escala tem alta dependência química e o agronegócio é responsável pela destruição de grande parte do patrimônio natural do país. Já a agricultura camponesa tem apresentado maior cuidado com a vida, adotando um padrão de desenvolvimento mais sustentável, capaz de fazer do campo brasileiro um espaço de produção sem destruir a biodiversidade, um espaço de vida e de justiça social.

Dessa forma, a questão agrária vai além dos aspectos econômicos, é maior do que os antagonismos de classes. Ela atravessa questões mais profundas, ela envolve não só a distribuição racional de terra, mas também a modificação das relações de trabalho no campo. Segundo Fernandes,

os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de exploração, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana (FERNANDES, 2001b, p.23-24).

2.4.1 Reforma Agrária: destituição de sentido das lutas dos povos do campo

Com um olhar de retrovisão da história recente, mas sem desconsiderar os rastros do passado, posso afirmar que as políticas de redistribuição de terra no Brasil têm o capital e o mercado como referências principais, de modo que sempre procuraram destituir de sentido as lutas históricas dos camponeses. A luta pela terra tem como princípio o enfrentamento ao capital, questão fortemente pontuada neste trabalho. Para diminuir o crescimento das ocupações de terra, no governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado o Banco da Terra, uma política

que transforma terra em objeto de negócio. Por outro lado, essa iniciativa tinha como intenção dismantelar o projeto dos sem terra, beneficiando os latifundiários, que passaram a receber em dinheiro e à vista o valor das terras, enfraquecendo, assim, os camponeses, que contraíam a dívida da compra da terra, configurando-se tal operação no que se tem chamado de Reforma Agrária de mercado.

As políticas de Reforma Agrária de mercado sob orientação do Banco Mundial têm como objetivo a diminuição da pressão social e da ascensão política dos movimentos sociais, além de combatê-los ideologicamente, propondo um acesso à terra sem conflitos. Na visão de Pereira (2013), o modelo de Reforma Agrária de mercado no Brasil busca se legitimar usando de dois argumentos principais: a oportunidade histórica para a via de mercado deflagrada pela redução do preço da terra e a desqualificação do modelo tradicional de Reforma Agrária. Apoiado no primeiro argumento, o governo federal afirmava que a “redução da inflação havia quebrado a espinha dorsal do latifúndio” (PEREIRA, *Ibid.*, p.29). Sendo assim, ainda segundo esse mesmo autor, os grandes proprietários teriam dois interesses principais: por um lado, ofertar terras no mercado fundiário que poderiam ser compradas por meio dos programas orientados pelo modelo de Reforma Agrária de mercado; e por outro lado, aceitar desapropriações negociadas.

No caso do segundo argumento, em favor do modelo de Reforma Agrária de mercado pautava o esgotamento do modelo tradicional de Reforma Agrária, acusando que este era paternalista, autoritário, lento, burocrático, centralizado e mais caro que as negociações de mercado. Esta tese levou o Banco Mundial a rejeitar apoio financeiro a qualquer medida relacionada ao modelo tradicional de Reforma Agrária.

Ainda segundo Pereira (2013), o MST e a Contag rejeitaram o Cédula da Terra no início de sua criação, identificando-o como parte da política mais ampla de redução do papel do Estado nas questões sociais e como uma política desprovida de qualquer intencionalidade e potencialidade para modificar a estrutura agrária. O certo é que, apesar das severas críticas por parte dos movimentos sociais, sindicais e intelectuais brasileiros, esse programa foi implantado em 1997 e obteve certa adesão social que, no entendimento de Pereira (*Ibid.*), foi decorrente de um conjunto de fatores: o programa foi implantado num período de seca, a produção agrícola era insatisfatória, o que implicou diretamente a demanda, convertendo o

acesso à terra num meio de sobrevivência imediato; alia-se a esse fator a questão da intensa propaganda por parte do governo que enaltecia a possibilidade de acesso à terra por meio de compra e venda, sem conflitos, numa conjuntura de repressão às ocupações de terra realizadas pelos movimentos sociais.

Em 1998 é criado o Banco da Terra, e o Cédula da Terra deixa de ser um programa-piloto e se configura de caráter nacional, constitucionalmente, para financiar a compra de terras a trabalhadores rurais. Esse expediente institui o financiamento público de compra privada de terras como mecanismo alternativo à Reforma Agrária, questão que gerou um impasse entre movimentos sociais, sindicais e o Banco Mundial devido a não aceitarem os movimentos essa forma de acesso à terra.

Na ótica do Banco Mundial e do Governo Fernando Henrique Cardoso, esse impasse só se romperia com a legitimação de alguma entidade de representação nacional, legitimação que acabou sendo dada pela Contag, quando esta negociou a criação de um novo programa – o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural – CFCP (PEREIRA, 2013). Entretanto, é importante ressaltar que a Contag, mesmo com a negociação do CFCP, ela continuou a classificar o Cédula da Terra e o Banco da Terra como Reforma Agrária de mercado, e a considerar o CFCP apenas como um programa de crédito fundiário complementar à Reforma Agrária, que por sua vez era pauta antiga dessa entidade sindical. Todavia, o Banco Mundial reconhece que o CFCP veio para substituir os programas orientados pelo modelo de Reforma Agrária de mercado. Nesse contexto, tivemos também, na lógica da implementação da Reforma Agrária de mercado, a inusitada campanha de Reforma Agrária pelos correios, que consistia em cadastrar a solicitação dos trabalhadores rurais pelas agências dos correios de todo o país.

Nessa mesma linha estratégica de enfraquecimento da luta dos movimentos sociais, iniciou-se, no governo de Fernando Henrique Cardoso, uma série de políticas no sentido de impedir o processo de territorialização da luta pela terra, a exemplo da Medida Provisória nº 2.183/56, de 24 de agosto de 2001, que impedia por até dois anos qualquer vistoria e avaliação pelo INCRA em terras ocupadas pelos movimentos sociais, excluindo também de qualquer política de Reforma Agrária os participantes das ocupações (FERNANDES, 2001b).

Nesse contexto, a tese que defende a integração subserviente do campesinato ao capital ganha força, contribuindo para esvaziamento das lutas dos camponeses. Dessa forma, a expropriação desses sujeitos não é somente resultado da lógica desigual do capital, mas também das teorias que possibilitam a elaboração de políticas que reforçam esse processo de aniquilamento da luta dos camponeses. Vários estudiosos defendiam a integração do camponês ao capital, acusando que o campesinato não tinha futuro frente à agricultura capitalista, questão já discutida anteriormente neste trabalho. Nesse momento histórico, o Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, conseqüentemente, poucas políticas contribuíram para o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil.

A mudança de governo em 2003 trouxe novas esperanças em relação à questão agrária no país. No primeiro mandato do governo Lula foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, sob pressão dos movimentos sociais. Suas metas representavam a realização da maior redistribuição da terra no Brasil, em que previam assentar, no período de 2003 a 2006, 400 mil novas famílias; 130 mil famílias teriam acesso à terra por meio do crédito fundiário, e outras 500 mil adquiririam estabilidade na terra com a regularização fundiária. Além disso, esse plano previa ações para os trabalhadores rurais produzirem, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como saúde, educação, energia e saneamento. Todavia, o governo que tinha por lema a esperança, nos seus dois mandatos (2003/2010), não conseguiu materializar seu plano político de redistribuição da terra do país.

O que se observa, no tocante ao Governo Lula, é que os avanços obtidos na política de Educação do Campo, como a sua própria institucionalização, como explicitado anteriormente e na Reforma Agrária não foram suficientes para provocar mudanças estruturais no modo de vida dos sujeitos do campo, tampouco consegue romper com o projeto neoliberal na dimensão que se esperava. Alia-se a isso a importância dada ao agronegócio, visto como fator estratégico na economia e na política brasileira. Assim sendo, entende-se que o Estado burguês não tem interesse em universalizar direitos, porque ele em sua essência, está submetido aos limites de seu caráter de classe em defesa do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, as políticas pontuais, focais, no âmbito da política agrícola e Reforma Agrária para aliviar tensões sociais, se repetem na esfera da Educação do Campo. E acreditamos que não se faz Reforma Agrária sem Educação do Campo.

Dessa forma, a mesma esperança que nutriu a sociedade brasileira com a vitória de Lula em 2002 nutre-se também no governo Dilma. Entretanto, até o momento, o que se tem verificado é a morosidade da política de criação de assentamentos, e isso fez com que os latifundiários intensificassem sua ofensiva política e ideológica à Reforma Agrária. O governo Dilma, assim como seus antecessores, tem se tornado refém da aliança com o agronegócio, que é o latifúndio modernizado, que se aliou às empresas transnacionais. Em entrevista concedida ao ABCD MAIOR/2012, Stédile afirma que o atual governo abandonou a Reforma Agrária, iludido com o sucesso do agronegócio, que produz, ganha dinheiro, mas concentra a riqueza, a terra e aumenta a pobreza no campo.

O eixo principal da política do governo Dilma está no combate à pobreza. Não se pode pensar em combater a pobreza, sobretudo no campo, sem pensar na Reforma Agrária. A situação de miséria profunda em que se encontra grande parte da população brasileira tem forte relação com o modelo de desenvolvimento implantado que apoiou a concentração fundiária que expropria; as relações de trabalho que degradam o trabalhador; e a urbanização que esvazia o campo.

Portanto, um dos desafios do governo é adotar políticas diferenciadas para que possam realizar a Reforma Agrária, não de forma compensatória, mas sim como uma política de desenvolvimento territorial, implicando desconcentrar a estrutura fundiária e fazer com que a utilização da terra no país se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham e não se constitua apenas como um simples “negócio”. Como diz sabiamente Patativa do Assaré na epígrafe utilizada no início deste tópico: *quem não trabáia na roça, que diabo é que qué com a terra?*

Sampaio (2013, p.86) aponta cinco premissas que sustentam a posição que relega a Reforma Agrária a um segundo plano, posição defendida pelos defensores do capitalismo agrário:

- a) A globalização é irreversível, e o país que não conseguir se inserir nela está condenado ao atraso econômico e à barbárie social;
- b) A liberalização da economia é um corolário da globalização e se impõe como um imperativo ao país que não queira ser excluído dela;

- c) Durante o processo de inserção do Brasil na globalização, que pode durar várias décadas -, não há como impedir que parte importante da população, em razão do seu baixo nível de renda, tenha problemas com nutrição e até fome aguda;
- d) Não há como alterar radicalmente, em curto e médio prazos, o atual esquema de distribuição de renda, e a alternativa de fazê-lo pode causar mais males do que benefícios;
- e) A dinâmica da agricultura brasileira foi profundamente alterada nesses últimos dez anos, de modo que os problemas atuais da agricultura nada têm a ver com os do passado. Assim, o aumento da produção não virá mais do aumento da área cultivada, mas da intensificação da aplicação de capital e tecnologia.

No entendimento de Sampaio, se partirmos dessas premissas, “não há mesmo nenhuma questão agrária em nosso país, isto é, a forma como está distribuída a propriedade e a posse da terra não constitui um obstáculo estrutural ao crescimento da produção agrícola e à melhoria da produtividade” (SAMPAIO, 2013, p.86). Dessa forma, não havendo questão agrária, não tem razão falar em Reforma Agrária como intervenção do Estado no sentido de alterar, por meio de medidas expropriatórias, a lógica da distribuição de terras que historicamente foi adotada no país.

Segundo Sampaio (Ibid.), as proposições de análises dos defensores do *status quo* não retratam a verdadeira realidade do campo brasileiro, mas apenas uma parte da situação conjuntural que atende aos interesses da classe hegemônica. Não que elas sejam na sua totalidade falsas, mas porque obscurecem detalhes importantes da realidade do campo.

[...] não há dúvidas de que a globalização da economia seja irreversível, mas não é verdade que o país periférico que rejeitar uma inserção subordinada nesse processo esteja condenado à barbárie; é verdade que o esforço para desenvolver o país e inseri-lo soberanamente no mercado mundial exigirá um enorme sacrifício incompatível com um nível de consumo exagerado, mas não é verdade que isto torne impossível a eliminação da pobreza; é verdade que a nova dinâmica da agricultura criou novas formas de extração de renda de atividades cuja base é o campo e novas modalidades de emprego no meio rural, mas não é verdade que essa dinâmica crie condições para solucionar os sérios problemas de pobreza no meio rural (SAMPAIO, Ibid., p.89).

Sampaio enfaticamente afirma que realizar a Reforma Agrária consiste fundamentalmente em destruir o poder das forças que hoje cominam o meio rural e impõem uma dinâmica perversa.

Significa substituir essas forças por outras capazes de promover uma dinâmica econômica ambientalmente mais equilibrada e socialmente mais justa. Só assim será possível eliminar o domínio hegemônico que se encontra hoje nas mãos dos agroindustriais que controlam a provisão de insumos e o escoamento da produção do campo brasileiro.

A Reforma Agrária é necessária, segundo Sampaio (2013, p.94), “porque a concentração da propriedade da terra está na base do sistema de dominação cuja cúpula são os grandes agroindustriais” e grandes empresas agrícolas. Na visão desse autor, é preciso quebrar a espinha dorsal do grupo que hegemonicamente domina o campo brasileiro, ou seja, a concentração da propriedade da terra. Se a maior parte da população do campo tiver acesso à terra, as relações sociais de exploração não se sustentam. Dessa forma, há a necessidade urgente de uma intervenção direta e planejada do Estado, em comum acordo com os povos do campo de modo que possam quebrar o poder econômico, social, político e cultural da classe dominante atual no meio rural brasileiro. Evidentemente que não se deve confundir apenas desconcentração fundiária com Reforma Agrária. Entendo que esta vai além da ação de redistribuição de terra. São necessárias medidas que ajudem a desmontar o modelo de produção vigente e substituí-lo por outro econômico, social e ecologicamente equilibrado.

É preciso criar novas políticas de caráter permanente e contínuas que se contraponham à lógica do agronegócio. Políticas públicas voltadas para um projeto de desenvolvimento integrado campo/cidade, geradoras de emprego e renda, que possam garantir a sobrevivência das pessoas em sua região de origem, dando-lhes autonomia e empoderamento. Isso significa articular um conjunto de ações nas dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais que possam desenvolver os assentamentos, a agricultura camponesa e contribuir com a erradicação da pobreza no Brasil.

Nesse sentido, para amenizar os problemas que envolvem a questão agrária, os quais são inerentes ao capitalismo, é necessário que se realizem simultaneamente medidas de caráter político e socioeconômico, focadas, preferencialmente na pequena produção, na agricultura camponesa, em contraponto à agricultura de grande extensão, revertendo-se o predomínio desta, mas sem abrir mão dos incrementos tecnológicos, das alternativas limpas e baratas, com a diminuição ou eliminação dos produtos químicos, observando-se o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente. Assim sendo, a finalidade da Reforma Agrária é a

conquista de trabalho, de moradia, da terra, de onde se retira o sustento digno, garantindo-se a produção de alimentos e a conquista da cidadania. Esse é um desafio que se impõe à política fundiária brasileira.

III JUVENTUDE: CONCEPÇÕES, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS/ÀS JOVENS DO CAMPO

Os elementos até aqui explicitados se tornam importantes para que não se percam de vista questões históricas, transformações e possibilidades que expressam, a partir da noção de campesinato, as articulações que acabam por fazer dele um sujeito heterogêneo em constantes transformações e resistente ao modo de produção capitalista. Contudo, na perspectiva de dar conta de compreender, de forma mais profunda, o processo de reprodução social dos/das jovens de assentamentos rurais, é importante recuperar discussões que estão sendo tecidas em torno da construção social das categorias juventude e juventude rural e da emergência das políticas públicas de juventude do campo. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é sistematizar as principais concepções e abordagens que têm orientado os estudos da juventude; discute-se a construção identitária da categoria juventude do meio rural frente às imprecisões que pautam o debate sobre o conceito de juventude e de rural na sociedade contemporânea. Abordam-se as políticas públicas de juventude do campo na esfera federal. E apontam-se aspectos que foram contemplados no estudo.

3.1 Juventude: concepções e abordagens

A problemática juventude apresenta-nos uma diversidade de possibilidades de reflexão. No âmbito do debate contemporâneo da pesquisa acadêmica, uma das questões postas é: o que é a juventude? Muitos estudiosos, como Ariès (1975), sublinham que a juventude é uma categoria socialmente construída na sociedade moderna, sociedade que é marcada pelo desenvolvimento do capitalismo e ascensão da burguesia. Tal advento impõe à sociedade intensas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, que, paulatinamente, instituem novas concepções de mundo, e novos papéis são designados aos indivíduos em sociedade, em especial, à juventude.

Os estudos científicos sobre as idades infantil e juvenil datam do século XVIII. A emergência do capitalismo como modo de produção dominante trouxe transformações sociais à população dessa época, como o aumento da criminalidade juvenil, a violência contra jovens, a exemplo

de abuso sexual, temas que se tornaram objetos de investigação de diversas disciplinas. A Filosofia especulativa buscava explicar metafisicamente a condição juvenil; a Biologia comparativa fazia comparações da morfologia dos corpos de diferentes idades e de ambos os sexos, a Psicologia buscou interpretar os impulsos sexuais e as práticas delinquentes juvenis (FLITNER, 1968).

Nesse momento histórico, o interesse pela essência e pelas maneiras de ser do homem é estendido à infância e à juventude. Destaca-se, nesse cenário, segundo Flitner (Ibid.), o romance de Jean-Jacques Rousseau intitulado de *L'Émile ou de l'éducation*, um dos primeiros tratados de natureza pedagógica, que trata do período de maturação, que vai da infância à vida adulta.

A partir de Rousseau não só se torna necessário compreender a revalorização do período infanto-juvenil na literatura romântica, no romance referente ao desenvolvimento e nas numerosas histórias educativas, mas também a abundância de literatura científica descritiva e observadora, característica do último terço do século XVIII (FLITNER, Ibid., p. 39).

Entre os estudiosos precursores que tratam da questão da juventude, encontra-se Pestalozzi (1746-1827), que se dedicou a estudos no campo do infanticídio praticado por mães solteiras, das condições juvenis camponesas, de jornaleiros e dos artesãos têxteis do campo, dentre outros. O século XIX fez pouco uso dos esforços do século XVIII. Só quase um século depois de Pestalozzi, o psicólogo norte-americano Stanley Hall (1844-1924) se destacaria como o primeiro a dedicar uma monografia ao período da juventude, intitulada *Adolescence*, publicada em 1904 (FLITNER, 1968).

Weisheimer (2009) ressalta que essa primeira fase dos estudos sobre juventude, que vai de Rousseau a Stanley Hall, compreende um período em que a sociologia está se constituindo. As pesquisas nesse contexto são marcadas fortemente por elementos educacionais, normativos e psicológicos sobre a condição juvenil. Essa situação só seria alterada em meados do século XX, quando, de forma lenta, a Sociologia da Juventude vai se constituindo a partir da visibilidade social, adquirida pela juventude, sobretudo com o surgimento do movimento e cultura juvenis.

Dentro desse contexto histórico, vale destacar, no âmbito dos estudos da juventude, as contribuições do sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947), que esboçou de modo sistemático uma teoria sociológica das gerações. Segundo Weller (2007), embora o nome de Mannheim esteja associado à sociologia do conhecimento, pode-se também considerá-lo como um dos pioneiros da Sociologia da Juventude.

No prefácio da obra *Bibliografia sobre a Juventude*, Ruth Cardoso e Helena Sampaio (1995) ressaltam que no século XX a juventude ocupava cadeira cativa na sociologia, a chamada Sociologia da Juventude. A obra referida é fruto de uma pesquisa sobre jovens universitários, tendo como material de pesquisa teses, livros, dissertações de mestrado, literatura de ficção e artigos acadêmicos. Esses trabalhos vão dos estudos clássicos da Escola de Chicago, trabalhos realizados em torno do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea de Birmingham, etnografia de Margareth Mead sobre juventude em Samoa a trabalhos de iniciação científica realizados no Brasil e no exterior.

Cardoso e Sampaio sublinham que os estudos sobre juventude aos quais tiveram acesso diferem quanto ao tipo de abordagens dadas a essa temática, e que, apesar de ser difícil estabelecer uma periodização fixa a respeito dos temas, duas tendências são demarcadas pelos estudos. De um lado, os estudos que adotam a ideia genérica de juventude, em que as autoras situam as pesquisas realizadas nos períodos demarcados por acontecimentos de ampla repercussão em que se considera a juventude como protagonista real dos processos de transformações sociais, políticas e culturais.

As autoras destacam os trabalhos de Mannheim centrados na dinâmica geracional, e o de Tolcott Parsons, que aborda o conceito de cultura jovem, preocupado com a “especificidade da categoria juventude nas sociedades modernas e com sua posição peculiar em relação aos valores sociais, seja essa posição interpretada como desvio, readaptação ou inovação” (CARDOSO; SAMPAIO, *Ibid.*, p.17). Todavia, apesar de a discussão geracional-biológica sobre juventude estar perdendo terreno para uma abordagem histórico-social e cultural, a juventude mantinha-se como categoria genérica.

Numa posição oposta, Cardoso e Sampaio apontam que havia uma tendência que valorizava a especificidade das experiências juvenis. Essa tendência não entendia as experiências juvenis como fenômenos meramente geracionais. Segundo essas autoras:

A juventude só pode ser entendida em sua especificidade, em termos de segmentos de grupos sociais mais amplos. Os jovens passam, assim, a ser vinculados a suas experiências concretas de vida e adjetivados de acordo com o lugar que ocupam na sociedade (CARDOSO; SAMPAIO, 1995, p.18).

Destacam-se aqui os estudos sobre as *gangs* realizados a partir de 1930, em Chicago, em que a delinquência juvenil é classificada de subcultura delincente. Nesse momento histórico se consolida, a partir do estrutural-funcionalismo parsoniano, a noção predominante de juventude no século XX. A juventude passa a ser pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis de adulto e entendida como o período de transição da infância à vida adulta, marcado pela incorporação de normas e valores sociais, necessários à sua integração como membro da sociedade (ABRAMO,1997). Nessa perspectiva, os indivíduos deixam de ser jovens a partir do momento em que se ajustam aos papéis de adultos, ao assumirem responsabilidades que até então não tinham autoridade para assumir.

Nos anos de 1960 e 1970, uma nova identidade juvenil se constituiu. Esses anos foram de grandes questionamentos, tendo como protagonistas movimentos universitários em Berkeley nos Estados Unidos, e o maio de 1968 na França e no Brasil²⁶. Nesse contexto, a figura dos *hippies* marca um novo estilo de vida, frente ao tradicionalismo das gerações anteriores. Na compreensão de Cardoso e Sampaio (1995), esse é um momento em que os estudos sobre juventude, de certa forma, retomam a abordagem genérica dessa temática, uma vez que o jovem é visto genericamente como uma figura contestadora da ordem social.

²⁶ O ano de 1968 foi marcado por manifestações populares em diversos países, como França, EUA, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Suíça, Dinamarca, Espanha, Reino Unido, Polônia, México, Argentina, Chile e Brasil. Em Paris, estudantes e operários promoveram greves e passeatas. Em 6 de maio ocorre o histórico confronto entre 13 mil jovens e a polícia. Os policiais lançam bombas de gás lacrimogêneo, respondidas com pedras pelos jovens - cenário semelhante ao dos protestos contra a ditadura militar que ocorreram no Brasil. Enquanto isso, apesar da repressão -, ou justamente para reagir a ela - a contracultura fica mais produtiva, criativa e combativa do que nunca, com representações em todas as artes.

Os/as jovens questionam desde a relação entre os sexos, o casamento, a organização familiar até o sentido do trabalho, da política e da relação com a natureza. É uma época marcada por um movimento de comportamento alternativo, pelo *Rock 'n' Roll*, movimentos estudantis e de oposição aos regimes autoritários, contra a tecnocracia e todas as formas de dominação. As atitudes e os comportamentos dos/das jovens, nesse momento histórico, levaram a juventude a ser vista como um “problema” na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito dos comportamentos éticos e culturais.

No caso específico do Brasil, é particularmente nesse momento histórico que o tema juventude ganha visibilidade nos estudos científicos, sobretudo na perspectiva do engajamento político dos/das jovens na luta contra o regime autoritário, por meio das mobilizações de entidades estudantis, partidos de esquerda, movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento: sexuais, morais, a relação com a propriedade e consumo. Todavia, essa história é feita de opositores, portanto, existiram reações: os/as jovens foram perseguidos pelos aparelhos repressivos do Estado, seja pelo uso de drogas, o modo de se vestir ou por suas ideias e ações políticas (ABRAMO, 1997).

É importante ressaltar, apenas para orientação do leitor, que a juventude em evidência nesse contexto histórico é a de classe média empenhada em propostas de mudanças, sejam elas políticas, de comportamentos e de valores. Eram jovens do ensino secundário e superior envolvidos em movimentos estudantis, culturais e contraculturais, *hippies*, tropicalistas, dentre outros.

No cenário da produção acadêmica brasileira desse contexto histórico, destacam-se: o trabalho de Otávio Ianni (1968) intitulado *O Jovem Radical* e os de Maria Alice Foracchi: *O estudante e a transformação da sociedade brasileira* (1965) e *A juventude na sociedade moderna* (1972). É importante acrescentar que, apesar de a juventude estudantil, durante todo o período dito de “modernização” do Brasil (dos anos 30 aos 70 do século passado), ter sido destacada pela sua presença nos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras, havia sempre uma certa restrição a respeito da eficácia das ações encabeçadas pelos jovens. Para a ala conservadora, a suspeita de baderna e radicalismo transgressor. Para alguns setores da ala esquerda, a suspeita de alienação ou a radicalidade pequeno-burguesa inconsequente (ABRAMO, 1997).

No entanto, nos anos de 1980, diante do enfraquecimento do movimento estudantil, a juventude como protagonista de transformações políticas, sociais e culturais saiu de cena, havendo um deslocamento de foco dos estudos.

O problema relativo à juventude passa a ser a sua incapacidade de resistir ou oferecer alternativas às tendências inscritas no sistema social: o individualismo, o conservadorismo moral, o pragmatismo, a falta de idealismo e compromisso político são vistos como problemas para a possibilidade de mudar ou mesmo de corrigir as tendências negativas do sistema (ABRAMO, 1997, p. 31).

Nos anos de 1990 a visibilidade da juventude muda um pouco em relação à década anterior, não são mais a apatia e a desmobilização que chamam atenção, mas a presença de jovens nas ruas, seja envolvidos em ações individuais, seja em ações coletivas. O destaque recai no envolvimento dos/das jovens na violência urbana (os arrastões, o surf ferroviário, as gangues, a turma da pichação), no envolvimento com a criminalidade, na gravidez precoce, no desemprego, na exploração sexual, na drogadição, e em menor parte nos processos migratórios do campo para as cidades. De certa forma, é uma retomada de muitos elementos característicos dos anos de 1950, sobretudo no que se refere aos desvios de comportamento associados à integração social dos/das jovens e adolescentes (ABRAMO, *Ibid.*).

Observa-se, no aspecto das abordagens referentes à juventude, tanto no âmbito da sua tematização como das ações dirigidas a ela, uma grande dificuldade de considerar os/as jovens como sujeitos, de ir além da sua consideração como problema social, encará-los como protagonistas e colaboradores na resolução dos problemas sociais. Segundo Abramo (*Ibid.*), todas as vezes que se relaciona a questão da juventude à cidadania, seja pelos atores políticos, seja pelas instituições diversas que formulam ações voltadas aos os/as jovens, são os problemas, as privações e os desvios que são destacados, e quando as temáticas juventude e cidadania são debatidas em congressos, seminários ou mesmo nas publicações, trazem para discussão os temas da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce e da violência. Ou seja, o debate se constitui na denúncia de direitos negados, evidentemente, na perspectiva dos adultos.

Os/as jovens nunca, ou quase nunca, estão relacionados ao tema da cidadania “como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos”

(ABRAMO, 1997, p. 28), realidade cantada por Charlie Brown Júnior, na música Não é sério²⁷: “Vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério (...). O jovem no Brasil nunca é levado a sério. Sempre quis falar, nunca tive chance. Tudo que eu queria estava fora do meu alcance (...)”. Isso remete para o entendimento de que a juventude brasileira ainda não é levada a sério. Os/as jovens não são vistos/as como sujeitos de direitos e protagonistas de sua história. Pouco têm sido ouvidos/as no processo de elaboração e implementação de políticas públicas que garantam o acesso a bens materiais e culturais.

Segundo Abramo (2005), no Brasil, nos anos de 1980 e 1990, as ações governamentais direcionadas aos jovens praticamente se orientaram pelo enfoque dos “jovens problemas” da sociedade, o que acabou mostrando suas limitações decorrentes das estigmatizações acerca da juventude. Essa situação fez com que emergissem, no Brasil, debates, em diferentes espaços, como movimentos sociais, sindicais, ONGs, universidades, os quais reconfiguraram o/a jovem na sociedade e formularam uma nova concepção de juventude. Os/as jovens passam a ser vistos/as como atores estratégicos do desenvolvimento, com potencialidades para enfrentar os desafios apresentados pelas inovações tecnológicas e transformações produtivas. Saem do lugar de risco à sociedade, para a posição de colaboradores na resolução de problemas.

Esse enfoque tem sido bastante difundido na última década, principalmente por meio das agências de cooperação internacional, de organismos multilaterais e de fundações empresariais que apoiam ações voltadas para a juventude. Todavia, é necessário questionar o lugar que os/as jovens têm ocupado de fato no processo de desenvolvimento do país e que modelo de desenvolvimento é defendido por essas agências e organismos. O que parece é que os/as jovens são vistos/as como possibilidades de resolução dos problemas locais, entretanto não são consideradas devidamente suas necessidades no conjunto de políticas públicas de juventude implementadas no Brasil.

Articulada à concepção de jovem como ator estratégico de desenvolvimento, emerge no Brasil a discussão dos/das jovens como sujeitos de direitos, principalmente no âmbito do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), criados em 2005. Contudo, é necessário ressaltar que a inserção dos/das jovens nos distintos movimentos e organizações da sociedade civil tem servido para legitimar o conceito de sujeitos de direitos,

²⁷ Disponível em: <<http://letras.mus.br/charlie-brown-jr/6008/>>. Acesso em 21/01/2013.

apropriado pelo Estado como pressuposto teórico-metodológico das políticas públicas de juventude no Brasil. León (2005, p. 23) ressalta que a “noção do que significa de fato, tomar os jovens como sujeitos de direitos está ainda na fase de construção social e política no nosso país”.

Nessa reflexão sobre jovens como sujeitos de direitos, uma questão que merece ser levantada, considerando o que o movimento Por uma Educação do Campo já conquistou desde seu surgimento, em relação à garantia de direitos, à concepção de projeto de campo, de educação e de nação: é em que medida a Educação do Campo tem contribuído para a concepção de juventude como tempo de direito?

Há de se considerar que compreender os/as jovens como sujeitos de direitos perpassa pelo entendimento da juventude como uma construção social, cultural, política, histórica e dinâmica sobre a qual se impõem diferentes mecanismos de interação social. Perpassa por múltiplas possibilidades de interpretações sobre essa “categoria multidimensional entendida como um conceito polissêmico que resiste a ser reduzido a uma única definição” (WEISHEIMER, 2009, p.66). Desse modo, esse autor apresenta cinco abordagens norteadoras da construção analítica da categoria juventude no Brasil, sobre as quais falaremos na sequência.

3.1.1 A juventude como faixa etária

A juventude compreendida como faixa etária está vinculada a critério de medição cronológica, apoiado geralmente em indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais para demarcar os limites de quem é ou não considerado jovem. Segundo a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), são considerados jovens os indivíduos com idade entre 14 e 30 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) trabalha com a faixa etária de 15 a 24 anos, assim como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O IBGE, o CONJUVE e a SNJ consideram que os sujeitos jovens no Brasil estão na faixa etária de 15 a 29 anos.

No entendimento de Weisheimer (2009, p.72), “a definição de faixas etárias é, obviamente, arbitrária e não dá conta das diferenças entre idade biológica e idade social”. Isso não significa dizer que a idade biológica não seja importante para se indicarem determinadas questões relacionadas à juventude, apenas ela por si só não é suficiente para compreender as diversas dimensões que constituem o ser jovem.

Segundo Souza (2004), o critério da idade não é suficiente para discutir uma categoria que ganhou contornos tão diferentes, pois a essa categoria se agregam sujeitos que só têm em comum a idade. Assim sendo, é necessário separar a fase da vida e os sujeitos. Entender a juventude como um momento da vida que marcaria a saída da infância até o ingresso no mundo adulto, vivido de forma homogênea, é ignorar as condições econômicas, históricas, culturais, políticas e sociais que envolvem os/as jovens.

A faixa etária, como já demarcado anteriormente, é um dos critérios para definir quem se enquadra como jovem, mas não é o único. Existem os ritos de passagens (WOORTMANN, 2009) entre as fases da vida. No campo, o casamento, a migração são ritos de passagens da juventude para a vida adulta. Desse modo, adotar quantificações ou qualquer outro critério que homogeneíze a juventude, que coloque os diferentes jovens numa mesma embalagem é substancialmente uma atitude errônea por tratá-los de forma genérica.

Nesse sentido, é necessário explicitar que, embora consideremos importante o estabelecimento de faixas etárias em uma pesquisa social empírica, para definir critérios de inclusão ou exclusão de indivíduos na categoria juventude, optamos por não definir uma faixa etária *a priori*, para os/as jovens interlocutores(as) da pesquisa, mas deixar que a definição viesse das pessoas dos assentamentos universo do estudo. Só a partir da autoidentificação e autoclassificação é que demarcamos operacionalmente de 13 a 30 anos os/as jovens que participariam da pesquisa. O processo de autoidentificação se deu nos primeiros contatos do pesquisador com os assentamentos e será descrito no item dos instrumentos metodológicos.

3.1.2 A juventude como período de transição para a vida adulta

A definição da juventude como transição para a vida adulta marca um estado de transitoriedade da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade.

Segundo Weisheimer (2005), essa compreensão foi assumida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a partir da Conferência Internacional sobre Juventude realizada em Grenoble, na França, em 1964. O relatório do pesquisador Rosenmayer, encomendado por essa instituição, traz a seguinte definição de juventude usada por diversos estudiosos a partir de então:

O termo 'juventude' designa um estado transitório, uma fase da vida humana, cujo início é muito claramente definido pela aparição da puberdade; quanto ao fim da juventude, varia segundo os critérios e os pontos de vista que se adotam para determinar se os indivíduos são 'jovens'. Por 'juventude' compreendemos não somente uma fase da vida, mas também os indivíduos concretos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens (ROSENMAYER, 1968, p.133).

Entendo, assim como Weisheimer (2005), que a ideia de transição por si só não diz muita coisa, considerando que ela é inerente à vida humana. A transição juvenil é marcada por diversos elementos constituídos em processos de socialização e atribuição de papéis sociais específicos.

Na compreensão de Borges e Magalhães (2009), é uma tendência na contemporaneidade a complexidade e a diversificação do período de transição para a vida adulta, ao mesmo tempo em que se observam mudanças profundas e aceleradas nas relações familiares. Os/as jovens, diante da imprevisibilidade do mundo do trabalho, tendem a adiar cada vez mais a saída do seio familiar, “num processo de transição para a vida adulta que não mais se dá como uma passagem imediata. Surge o modelo das ‘trajetórias yoyo’ para ilustrar essa forma de transição intermitente, descontínua, com idas e vindas” (BORGES e MAGALHÃES, *Ibid.*, p.44).

A transição juvenil só pode ser compreendida a partir da complexidade dos processos que permeiam a transição da juventude para a vida adulta. Assim, não se pode ter como fundamentos critérios como idade ou afastamento da família de origem rumo à independência. Na atualidade, o diálogo e a liberdade entre pais e filhos têm permitido outras possibilidades de se viver e se pensar essa passagem dos/das jovens para a vida adulta. “A transição da infância/juventude para a vida adulta vem acontecendo em quase todo o mundo cada vez mais tarde e com restrições crescentes. Uma tendência é o adiamento da idade em que os filhos saem da casa dos pais” (CAMARANO et al. s/d, p. 53), entendido não como um atraso de os

jovens entrarem para a vida adulta, mas como as novas formas de constituição da vida adulta na contemporaneidade.

No caso particular do meio rural,

o jovem do campo tende a passar da infância à condição adulta em curto período de tempo, em uma espécie de ‘amadurecimento’ precoce. A juventude é pouco significativa como etapa social da vida em regiões rurais, não havendo a valorização dos períodos intermediários entre as fases infantil e adulta (CATANI; GILIOLI, 2008, p.49).

Tendo por base a elucidação de Catani e Gilioli, entende-se que a juventude do campo não é vista como tempo de direito. Carneiro (2011, p. 244) aponta que “no campo o jovem normalmente precisa trabalhar para sobreviver ao alcançar 15 anos e às vezes assume papel de chefe de família, é casado, tem filhos e não estuda”. Nesse caso, parece que a juventude acabou antes mesmo de começar. Essa autora destaca que uma das consequências desse processo está na pouca visibilidade da juventude do campo nos projetos de desenvolvimento rural, nos programas de combate à pobreza em ação no Brasil. Aponta ainda, com base na pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, realizada em 2003 pelo Instituto Cidadania, que não são apenas os/as jovens do campo que estão envolvidos/as com o mundo do trabalho. Os/as jovens das cidades também estão trabalhando, desempregados ou à procura de trabalho.

3.1.3 A juventude no enfoque geracional

Segundo Feixa e Leccardi (2010), o conceito geração pode ser definido em termos sociológicos pelas referências a Comte e Dilthey, que, apesar das divergências entre suas abordagens teóricas, lançam as bases para reflexões subsequentes no século XX, e na sequência, o pensamento de Karl Mannheim, entendido como o fundamento da abordagem moderna do tema geração. Na compreensão de Mannheim, o conceito de geração surge por meio de situação no processo social, estabelecendo um paralelo com a circunstância de classe. Segundo Weller (2010, p. 205), “o conceito de gerações vem sendo retomado nas análises sociológicas que apontam não somente para as diferenças de classes, mas também para desigualdades de gênero, étnico-raciais, culturais e geracionais”.

No entendimento de Mannheim, o que forma uma geração não é a data de nascimento comum, mas o processo histórico em que jovens da mesma idade-classe de fato compartilham experiências (FEIXA, LECCARDI, 2010). Assim, uma geração é constituída por aqueles que vivem uma situação comum perante as dimensões históricas do processo social, o que caracteriza uma situação de geração (WEISHEIMER, 2009). Uma situação de geração diz respeito aos percursos experimentados pela condição juvenil, de um determinado grupo de indivíduos.

Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas (MANNHEIM, 1968, p. 87).

Weller (2007), ao refletir sobre o conceito de geração em Mannheim, destaca que o lugar comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico não está dado pela possibilidade de presenciarem os mesmos acontecimentos ou vivenciarem experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processarem esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. Na compreensão de Mannheim, os indivíduos pertencem a uma mesma geração, se participarem da mesma situação geracional, sem necessariamente fazer parte do mesmo grupo etário. Nesse sentido, o fenômeno das gerações é uma espécie particular de identidade de posição que compreende grupos de idade imersos num processo histórico-social.

Entender a geração para além da idade biológica é reconhecer o plano da história, do contexto social e político no qual os indivíduos estão inseridos. O entendimento das experiências juvenis para além do recorte etário permite redimensionar a noção de tempo, ainda que pensada de forma mecanicista. O tempo histórico, social e cultural partilhado pelas gerações deve ser considerado importante para o entendimento dos significados que determinadas formas de vida, construídas em contextos específicos, têm para os indivíduos (SILVA, 2009).

Dessa forma, entendo que a abordagem geracional conduz questões significativas à análise dos processos de reprodução social dos/das jovens da Reforma Agrária, por trazer para o debate as alterações que envolvem os padrões históricos e culturais que diferem pais e filhos nesse contexto; a razão é que estes últimos, ao viverem um novo momento histórico em relação a seus pais, podem definir seus conflitos e vivência social de maneiras diferentes.

Segundo Pais (1990), a questão das relações intergeracionais é uma questão importante na medida em que expressa a central problemática da reprodução social. Portanto, torna-se necessário que os/as jovens sejam estudados/as a partir dos seus contextos vivenciais, cotidianos, pois é no curso das suas experiências e interações que os/as jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação.

No caso em especial da reprodução social de jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária, é necessário considerar as especificidades espaciais e temporais em que esses jovens estão inseridos. Nesse sentido, o conceito de situação de geração (MANNHEIM) subsidiou a construção do olhar investigativo sobre a reprodução social dos/das jovens interlocutores(as) da pesquisa. Ajudou a entender a especificidade dos modos de vida dos/das jovens, como esses sujeitos constroem suas estratégias de reprodução social e seus projetos de futuro/vida.

3.1.4 O enfoque nas culturas juvenis

Nessa abordagem a juventude é tratada como protagonista e expressão da cultura de massas, ou seja, ela se define por critérios culturais, dando ênfase a uma cultura jovem. A sociedade de consumo e os espaços de sociabilidade juvenis são considerados fatores importantes na constituição de identidades juvenis. Segundo Weisheimer (2005, p. 23), “a cultura juvenil emerge como um produto da abundância intimamente ligada à sociedade de consumo. Suas características incluem certo tipo de vestimentas, acessórios, linguagem, gostos musicais, práticas esportivas e de lazer”.

Na visão de Weisheimer (2009), não só os/as jovens se tornaram produtos culturais, mas a própria cultura torna-se jovem. Ela se organiza em torno da juventude, sendo difundida pela mídia, principal componente na construção do entendimento do que seja a juventude nessa perspectiva. Catani e Gilioli (2008, p.11) argumentam que “a juventude adquiriu relevo na esfera do consumo e da indústria cultural, em que o avanço técnico e a expansão dos meios de comunicação contribuíram para incorporar os/as jovens como protagonistas nos mercados da moda, da música, do esporte, entre outros”.

Segundo Weisheimer (2009), os pesquisadores que desenvolvem estudos sobre os/as jovens do campo têm identificado o uso de signos juvenis que são tidos como urbanos. Os meios de comunicação têm promovido a difusão da cultura jovem nas localidades mais isoladas, gerando processos de hibridização cultural. No caso particular dos/das jovens do campo, eles/elas têm incorporado elementos culturais que não são do meio rural como se poderá constatar na descrição das práticas de lazer dos/das jovens no último capítulo desta tese.

A expansão do capitalismo no campo brasileiro, seu padrão de modernização e os recentes processos de industrialização fazem do rural um espaço com novas demandas, o que significa que as identidades locais não são mais sustentadas pela homogeneidade de padrões culturais, mas, sim, na diversidade, que exige olhares polivalentes para esse objeto multifacetário, que está em constantes intercâmbios com os espaços urbanos. Dessa forma, não podemos interpretar o comportamento dos/das jovens de forma homogênea, sejam eles/as do campo ou da cidade. A dinâmica dos espaços, rurais ou urbanos, demarca comportamentos, valores e, conseqüentemente, as escolhas dos indivíduos.

Autores como Carneiro (1998, 2012); Endlich (2006); Bagli (2006); Rosa e Ferreira (2006) dentre outros têm sido grandes contribuidores do debate sobre as categorias dicotômicas campo e cidade ou rural e urbano. No entendimento de Carneiro (1998), os/as jovens filhos/as de agricultores reelaboram suas identidades sociais e passam a questionar os projetos de reprodução social baseados exclusivamente na atividade agrícola, demandando valores de vida e condições materiais que se expressariam como “ideal urbano”.

O movimento, o dinamismo das sociedades rurais da atualidade introduzem novas demandas na constituição de novas formas de sociabilidade e relações sociais, portanto a perspectiva da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade não dá conta de interpretar o dinamismo das sociedades rurais (CARNEIRO, 2012). Os/as jovens do campo, em meio a esse processo dinâmico, interpretam e compartilham suas próprias experiências de vida e a dos outros grupos e gerações. Eles entram em contato com uma diversidade de sujeitos e espaços geográficos, produzindo relações diferenciadas.

Desse modo, para analisar, no caso particular, a constituição social do ser jovem de assentamentos rurais da Reforma Agrária, no contexto da sociedade capitalista em processo

de expansão no campo, impôs-se a necessidade de observar como a cultura de massa, as novas tecnologias e a sociedade de consumo influenciam o cotidiano e as decisões em relação aos projetos de futuro/vida dos/das jovens. Essa é uma questão relevante observada no conjunto dos elementos teórico-metodológicos que constituiu o objeto deste estudo.

3.1.5 O enfoque nas representações sociais e autorrepresentações

A abordagem centrada nas representações sociais entende que a palavra juventude nomeia uma variedade de relações sociais específicas, vividas por indivíduos em uma determinada sociedade. Essa abordagem teórica objetiva apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural. Nesse sentido, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a uma faixa etária ou período de transição para a vida adulta (WEISHEIMER, 2009).

Diante de estruturas sociais cada dia mais fluidas, os/as jovens na sociedade moderna sentem a sua vida marcada por crescentes inconstâncias, descontinuidade e reversibilidades, vivem verdadeiros vaivéns, sem destino certo, nesse processo tendem a tudo relativizar. Nesse debate, uma questão que se impõe é: Quem são os jovens hoje?

Novaes (2006), refletindo sobre essa questão, apresenta uma série de elementos que ajudam a pensar ou definir quem eles são. Essa autora chama a atenção para o fato das disputas políticas e econômicas que permeiam as definições de juventude. Ressalta que os limites de idade não são fixos, portanto ser jovem tem ligação com as condições econômicas da família, com as questões de gênero e raça, com o local de moradia, a discriminação por endereço; ser acampado, assentado, o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência, a disparidade regional e as relações entre campo-cidade. Todos esses aspectos e, certamente, outros que não foram elencados devem ser considerados para caracterizar matizes da condição juvenil.

Nas sociedades contemporâneas, as experiências juvenis passam por uma crescente diferenciação e diversificação, o que requer uma representação singular, própria do contexto de interação social. Essa questão também se aplica para a juventude camponesa, que historicamente sofre com as imagens estigmatizadas sobre o mundo rural, visto como lugar de

atraso, ignorância e limitação (WILLIAMS, 2011), mas que cotidianamente se transforma e constrói sua identidade, na diversidade.

Expostas as diferentes abordagens que orientaram os estudos sobre juventude como categoria social da sociedade moderna, pode-se dizer que essas abordagens não se sustentam, individualmente, pelos seus critérios definidores da juventude, por razões já evidenciadas anteriormente. Desse modo, entende-se que, para dar um tratamento analítico a essa categoria na atualidade, é necessário, inicialmente, reconhecer que as relações estabelecidas entre os indivíduos e que a realidade dos/das jovens, essencialmente em mutação, não podem ser entendidas numa dimensão unilateral.

Assim, torna-se necessário conceber a juventude como um momento da trajetória de vida capaz de manter uma peculiar forma de vivê-la, como sugerem Cardoso e Sampaio (1995). Foi nessa perspectiva que se olhou para os/as jovens dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, entendendo-os/as como sujeitos singulares, com marcas e adjetivos que lhes são atribuídos nos percursos de vida instituídos na base das contradições que movimentam os diversos processos que envolvem a vida dos/das jovens.

Dessa forma, parece conveniente partir do pressuposto metodológico de que a juventude não é homogênea, mas fruto de uma diversidade de atributos sociais que fazem distinguir os/as jovens uns/umas dos/das outros/as. Entender a juventude na diversidade é considerar as trajetórias dos/das jovens e seus percursos de transição. “Quando a juventude é considerada na sua diversidade, as vertentes de acesso à vida adulta mostram-se bastante flutuantes, flexíveis e elas próprias diversificadas” (PAIS, 1990, p.150).

Autores como Pais (1990, 2003), Melucci (1997), Sposito (1997), Carrano (2002) tratam os/as jovens como protagonistas de um tempo de possibilidades, o que vai de encontro à ideia de juventude homogênea com características comuns a uma idade. O que propõem esses autores é a construção da noção de juventude na perspectiva da diversidade, considerando as intensas transformações que a sociedade capitalista vem sofrendo, impondo um “campo de possibilidades em que os jovens se movem e no qual elaboram seus projetos e desenvolvem suas trajetórias sociais” (VELHO, 2006, p.194).

Na atualidade, os/as “jovens vivem uma condição social em que as setas do tempo linear se cruzam com o enroscamento do tempo cíclico” (PAIS, 2006, p. 9). Eles/as vivem momentos de intensas oscilações. Ora conseguem um emprego, ora se veem desempregados, abandonam os estudos para retomá-los tempos depois, saem das casas dos pais para morar sozinhos, e voltam depois. Nesse enroscamento de tempos, são inúmeros os contratempos que caracterizam a condição juvenil na contemporaneidade (PAIS, Ibid.). Os/as jovens vivem intensamente as contradições, as incertezas da idade e do seu tempo. As referências para a compreensão do seu tempo se dissolvem numa certa inconstância. Daí Pais referir-se aos jovens dos anos 1990 como a geração *ioiô*, na perspectiva de que as referências tradicionais de transição para a vida adulta: abandono da família de origem, casamento, obtenção de emprego, sejam algo reversível.

A geração *ioiô*, pela sua natureza, é uma geração em que o tempo flecha se cruza com o tempo cíclico de eterno retorno. Os jovens dessa geração tão rapidamente abandonam a escola, adquirem emprego e se casam – deixando de ser jovens e passando a ser adultos – quanto, com a mesma rapidez, caem de novo no desemprego, voltam à condição de estudante e se divorciam, redescobrimo a juventude (PAIS, Ibid., p.73).

Nesse sentido, a condição juvenil contemporânea se dá em *tempos ziguezagueantes* (PAIS, Ibid.) e velozes, próprios de uma sociedade em constante mutação, na qual os tempos são efêmeros, as incertezas são certas. Sendo assim, as experiências dos/das jovens funcionam como laboratórios de inovações permeadas de incertezas que passam por uma multiplicidade de processos culturais, políticos, sociais e econômicos.

A condição juvenil corresponde ao modo como a sociedade constitui e atribui significados às juventudes em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, implica um modo de ser jovem determinado por estruturas sociais mais amplas (WEISHEIMER, 2009, p. 87).

No caso especial deste estudo, torna-se necessário discutir a reprodução social dos/das jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária, numa perspectiva dialética, considerando os diversos movimentos que compõem as estratégias de reprodução social dos/das jovens. Isso exigiu buscar as implicações provocadas no modo de vida desses/as jovens, advindas da multiplicidade de processos em que esses/as sujeitos estão inseridos.

3.2 A categoria juventude rural: imprecisões conceituais e novas perspectivas

Os estudos brasileiros sobre a temática juventude são relativamente recentes. Atualmente, essa categoria vem ocupando espaços no debate contemporâneo no âmbito acadêmico, na esfera governamental e na sociedade civil organizada. Todavia, ela ainda é uma categoria que requer atenção, não apenas porque se trata de uma categoria fluida, mas também porque a produção acadêmica existente é limitada à juventude urbana, principalmente das grandes metrópoles brasileiras. Quando se trata da juventude rural brasileira, é menos conhecida ainda.

No entendimento de Castro (2009, p.182), uma possível explicação para essa questão “pode ser pelo fato daqueles identificados como juventude rural serem percebidos como uma população específica, uma minoria da população jovem do país”. Atualmente, no Brasil, conforme dados do IBGE/2010, cerca de 8 milhões de pessoas em uma faixa etária considerada jovem (15 a 29 anos) estão no meio rural. Esse número representa 27% de toda a população rural. Apesar de ser minoria, não é um contingente pequeno, a ponto de ser invisibilizado, principalmente nas políticas públicas voltadas para a juventude, como será demonstrado na sequência.

Castro (2009) aponta que a categoria de análise juventude rural no Brasil aparece constantemente associada ao problema da migração do campo para a cidade e à atração dos/das jovens pela cidade, desinteressados/as pelo campo. Essa autora ainda ressalta que a imagem de jovens desinteressados pelo meio rural faz parte dos estudos clássicos sobre o campesinato. Desde o século XIX, Pestalozzi já deu ênfase a essa questão. Mais recentemente, autores como Bourdieu (1962), Arensberg e Kimball (1968), Heredia (1979), Champagne (1979), Woortmann (1995) tratam essa questão relacionada ao processo de reprodução social do campesinato e, como consequência, da desvalorização do campo frente à cidade. Todavia, o que torna a temática da juventude rural foco do debate atual no Brasil é o contexto da política de Reforma Agrária em desenvolvimento desde 1985.

É necessário sublinhar que o processo de construção da categoria juventude rural está intrinsecamente ligado aos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que permeiam a sociedade; e que, a partir dos anos de 1980 e 1990, o debate sobre a juventude no Brasil

trouxe o olhar da diversidade para além dos cortes etários, ou apesar deles, não se fala mais em juventude, mas em juventudes (NOVAES, 1998). Isso remete para a construção de possibilidades não homogeneizadoras da juventude, seja ela do campo ou da cidade. Contudo, apesar de comungar das ideias de Novaes de que não existe uma juventude, mas juventudes, usarei, neste estudo, a palavra juventude no singular, apenas por se tratar de um estudo envolvendo um grupo específico (jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária), o que não exclui as diferenças existentes entre esses sujeitos.

No caso particular da juventude do meio rural, os pesquisadores têm encontrado dificuldade na delimitação do que se designa como juventude rural, categoria que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital. Aliam-se a isso as imprecisões que pautam o debate sobre o conceito de rural na sociedade contemporânea, questão que ganha relevo com a intensificação da comunicação entre os universos culturais e sociais do campo e da cidade (CARNEIRO, 2011).

O debate teórico das dimensões do rural e do urbano não é uma tarefa recente no Brasil, pois desde as primeiras décadas do século XX, questões econômicas, políticas e socioculturais da relação cidade-campo foram debatidas, principalmente por conta do processo de industrialização urbana. Muitos dos estudos dessa época pautaram-se sob o viés dicotômico em que se consideram campo e cidade como realidades distintas, de maneira que a existência de uma excluía a da outra. O espaço rural, sempre definido como lugar vinculado à tradição e ao atraso, e o urbano como espaço do desenvolvimento. Essa forma de ver esses distintos espaços levou ideologicamente à criação de estereótipos para o homem do campo baseados na ideia de ignorância. Não há como negar que esses estereótipos influenciaram e ainda influenciam, negativamente, as relações sociais entre a cidade e o campo.

Entretanto, hoje, no Brasil, o debate sobre tais categorias não pode se esquecer de situar como marco histórico o processo de modernização do campo, que se intensificou a partir de 1960, momento em que as relações entre campo e cidade se tornaram mais intensas, tanto no que se refere às relações sociais, como às atividades econômicas desenvolvidas. Nesse contexto, de forma gradual, a abordagem da relação cidade-campo ganhou atenção como foco de interesse dos pesquisadores da questão agrária brasileira. Muitas pesquisas sobre o trabalho assalariado no campo, a autonomia e a subordinação da pequena produção agrícola ao Complexo

Agroindustrial marcaram a década de 1980. Por outro lado, na década seguinte, a geração de renda e trabalho na cidade fizeram a Reforma Agrária retornar ao debate, bem como as novas formas de organização e as novas atividades produtivas no campo. No início de século XXI, a questão da pluriatividade e a manutenção do modo de vida rural nesse cenário recolocou em debate, sob nova roupagem, a temática da relação cidade-campo (ROSA, FERREIRA, 2006).

Uma outra perspectiva presente no debate sobre ruralidade é a que considera que entre o rural e o urbano há um *continuum*. Segundo Abramovay (2000), o *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e cultural, determinados por sua vinculação social. No ano de 1980, José Graziano da Silva coordenou o projeto *Rurbano*, vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por meio do qual foram realizadas pesquisas sobre o que ficou denominado Novo Rural Brasileiro. No entendimento de Silva (1999), a diferença entre o rural e o urbano tem se tornado cada vez menos importante, isso porque, do ponto de vista espacial, o rural hoje só pode ser compreendido como um *continuum* do urbano, e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas como a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

A tese sustentada pelos defensores desse novo modelo de campo busca minimizar o impacto do paradigma do capital financeiro sobre o modo de produção camponesa, assumindo o extermínio do campesinato como representante do atraso. Nega a possibilidade histórica da existência do campesinato como classe social no interior da sociedade capitalista. Defende a ideia de que, entre o espaço rural e o espaço urbano, não há fronteiras, mas um “rural” ampliado. Contudo, é necessário questionar os pressupostos teóricos, metodológicos e ideológicos que sustentam o modelo “novo rural”, pois “esse ‘novo’ nem sempre significa uma melhoria na qualidade de vida do conjunto da população rural nem pode ser entendido como um fenômeno generalizado” (CARNEIRO, 2011, p. 245).

Segundo Carneiro, essa nova dinâmica do campo, ao tempo em que tem ampliado as referências de padrão de vida com a introdução de novas necessidades e desejos decorrentes do encurtamento das fronteiras culturais entre campo e cidade, tem reduzido as perspectivas de trabalho na agricultura em relação aos jovens. Nesse sentido, as mudanças no modo de vida rural representam uma questão que também foi observada no presente estudo, na

perspectiva de identificar as suas interferências nas estratégias de reprodução social, bem como nos projetos de futuro/vida dos/das jovens.

Uma outra possibilidade de interpretação das mudanças sofridas no meio rural reconhece a pertinência das categorias rural e urbana para explicar a diversidade de formas atuais de vida social. Entende que o meio rural é o resultado de um processo histórico e de relações sociais específicas, que não se diluem em meio aos contatos frequentes com o mundo urbano ou pela inserção de elementos tecnológicos em sua realidade, não podendo ser pensado fora das relações com a sociedade de forma ampliada. Assim sendo, no entendimento de Paulo (2011), o estudo da categoria juventude rural como sujeito específico está vinculado às transformações sofridas pelas ciências e é fruto das percepções de identidades emergentes em um novo contexto acadêmico e social que está em construção na contemporaneidade. As novas e as velhas demandas presentes nos espaços rurais, as transformações pelas quais esses espaços passaram e estão passando, fizeram com que muitos estudos lançassem o olhar para o mundo rural e para a emergência de novas identidades, sendo a juventude uma das que emergem desse processo.

Pesquisa realizada por Wanderley (2006), no Estado de Pernambuco, aponta que os problemas vivenciados pelos jovens rurais têm dimensões distintas dos vividos pelos jovens urbanos, especificamente por pertencerem ao meio ambiente social rural. Entretanto, para compreender as questões dos/das jovens, é necessário considerar o rural no conjunto da sociedade. Essa autora indica, ainda, que os problemas enfrentados pelos/as jovens nas diversas regiões do país não são vivenciados da mesma forma. Há uma diversidade de jovens no campo brasileiro, apesar de haver entre eles e os urbanos semelhanças no que se refere aos sonhos de vida futura, estilo de roupas, gosto de conviver em grupos de amigos, contudo as semelhanças não diluem as diferenças relativas à especificidade de viver no campo e fazer parte de uma família camponesa. Nessa perspectiva, “não cabe isolar, mas não cabe diluí-los numa pretensa homogeneidade que desconhece as particularidades de viver a juventude quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras” (WANDERLEY, *Ibid.*, p.103).

Dessa forma, comungo das ideias de Wanderley de que os/as jovens do campo não podem ser olhados/as apenas a partir do espaço ao qual pertencem, mas nas suas relações permanentes com o mundo urbano. Para essa autora, o rural se configura como um espaço singular,

constituído historicamente a partir de dinâmicas sociais internas e externas. A relação rural-urbano não dilui as fronteiras entre esses dois espaços sociais, dinâmicos e heterogêneos. Assim sendo, foi a partir dessa perspectiva que olhei para os/as jovens interlocutores(as) deste estudo. Entendo que esses/as sujeitos não estão isolados no mundo rural, em especial nos assentamentos, mas que vivenciam complexas relações espaciais e temporais nas suas especificidades.

3.2.1 Projetos de futuro/vida dos/das jovens: escolhas individuais e coletivas

O desejo dos/das jovens de permanecerem ou não no meio rural é uma questão que tem recebido atenção especial nos estudos que abordam a juventude rural (CASTRO, 2009a; SILVA, 2009; CARNEIRO, 2011) e as condições de realização desses desejos e de suas aspirações profissionais. Brumer (2007) argumenta que, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos que envolvem a juventude rural, dois temas são mais recorrentes: a tendência migratória dos jovens (questão já discutida no capítulo 2), decisão justificada em parte por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e os problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Essa autora ainda explicita que, a depender de como se analisa a questão da migração dos/das jovens rurais, os estudos focalizam ora os atrativos no novo ambiente, ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Weisheimer (2005) acrescenta um terceiro tema entre os mais recorrentes nas pesquisas brasileiras que tratam da juventude, qual seja: a invisibilidade dos/das jovens rurais, tanto no âmbito científico quanto nas políticas públicas.

No entendimento desse autor, a situação de invisibilidade dos/das jovens do campo se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social. Ou seja, nesse processo os/as jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, conseqüentemente, não rompem com a situação de exclusão. As duas dimensões, “invisibilidade e migração parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectiva tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural” (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Numa perspectiva de complementaridade, Wanderley (2009), em estudo sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade no Brasil, argumenta que a permanência no meio rural ou a saída desse meio implica complexas escolhas que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local e que se traduzem nas expectativas geradas e nas possibilidades efetivas de emprego, de educação, de acesso a bens e serviços básicos. Esse foi um elemento relevante observado nesta pesquisa que ajudou a compreender o processo de reprodução social dos/das jovens e as estratégias de elaboração dos seus projetos de futuro/vida. E auxiliou no entendimento de como as escolhas acontecem ou não, sejam elas relacionadas aos projetos familiares ou individuais dos/das jovens interlocutores(as) da pesquisa.

Abramovay et al. (1998), em estudo realizado na região Sul do Brasil, apontam que existem vários fatores que interferem nas escolhas dos jovens rurais (rapazes e moças) de ficarem ou não no meio rural. Esses fatores estão vinculados à educação no meio rural; à diferenciação social; à precarização das condições das unidades produtivas e às questões de gênero e geração nas relações familiares e nos processos sucessórios (BRUMER, ROSAS e WEISHEIMER, 2000). Já a pesquisa de Woortmann (2009, [1990] p. 217) realizada em Sergipe com sitiantes concluiu que “a migração camponesa não é apenas consequência da invisibilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução”.

Esse estudo evidencia que migrar, de fato, pode ser condição para permanência camponesa. Ficar no campo ou sair dele, portanto, envolve múltiplas questões: o desinteresse dos/das jovens pelo meio rural; as agruras do trabalho; a falta de perspectiva; o acesso à escolarização; a possibilidade de herdar terra; o envolvimento na unidade produtiva; o tamanho da propriedade (ABRAMOVAY et al.1998; SILVESTRO et al. 2001); a expulsão do homem do campo pela expansão do capital (FERNANDES e MOLINA, 2004; TEUBAL, 2008; WELCH e FERNANDES, 2008), dentre outros fatores.

Outro importante estudo sobre a juventude rural brasileira é o da pesquisadora Maria José Carneiro (1998) desenvolvido em duas áreas rurais. Em São Pedro da Serra, distrito do município serrano de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, e no município de Nova Pádua, na região do Rio Grande do Sul, que buscou entender como a juventude rural é afetada

pelas transformações mais recentes no mundo rural, e como essa realidade é reelaborada na formulação dos projetos individuais e familiares em contextos sociais e econômicos distintos.

O estudo em evidência demonstra que, diante das mudanças ocorridas no mundo rural, a família deixa de ser o principal espaço de socialização; os/as jovens rurais passam a ter uma dinâmica maior de integração com os espaços urbanos, sendo estimulados a construir projetos individuais, direcionados à melhoria das condições de vida. Os/as jovens passam a incluir em seus projetos individuais aspirações quanto ao trabalho e ao estilo de vida típico da juventude de classe média urbana. Nesse processo, os/as jovens acabam incorporando novos valores de comportamentos, impostos pelas novas dinâmicas do mundo rural, que, por sua vez, intensificaram a comunicação entre a cidade e o campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos somados ao desemprego e à violência nos centros urbanos. Esse enfraquecimento do papel da família como principal espaço de socialização dos/das jovens foi uma questão explorada nesta pesquisa, por eu entender que os assentamentos Marrecas e Nova Esperança não estão isolados do espaço urbano. Tomar esse aspecto como elemento a ser investigado subsidiou a análise da constituição social do ser jovem no contexto dos referidos assentamentos.

Segundo Malagodi e Marques (2007), as pesquisas têm demonstrado que a juventude rural envolve grupos com situações sociais, espaciais e históricas diversas, com estratégias de reprodução social, tais como: inserção no trabalho familiar, migração temporária no meio rural, migração para trabalhos urbanos, migração para formação profissional. Portanto, ficar no campo ou sair dele são estratégias complementares, definidas pelas condições objetivas das famílias de agricultores familiares e pelos significados (questões subjetivas) que essas alternativas apresentam aos jovens, na construção de seus projetos de vida, os quais se entende que têm implicações com a dinâmica de circulação dos/das jovens pelos diferentes espaços sociais.

Diante dos elementos e das constatações a partir das pesquisas ora apresentadas, uma questão que emerge é: Em que medida as relações construídas nos espaços urbanos interferem nas escolhas dos projetos de futuro/vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança?

No aspecto educacional, pesquisas realizadas em algumas localidades rurais do Brasil (cf. ABRAMOVAY et al. 1998; CARNEIRO, 1998; SILVESTRO et al. 2001) indicam que os/as jovens e seus pais têm a escola como meio de acesso a uma ocupação mais bem remunerada e menos penosa que a agricultura. Frente às condições de trabalho na agricultura, muitos pais desejam que seus filhos sigam outra profissão, que, por sua vez, está relacionada à formação escolar dos/as filhos/as e à saída do campo. Silvestro et al. (2001) apontam, a partir de estudo realizado no Oeste de Santa Catarina, que só permanecem no campo os/as jovens que têm formação mais precária. Nessa mesma linha de pensamento, Carneiro (2011) argumenta que a associação entre estudo e emprego, assim como na cidade, é generalizada no meio rural, sendo o estudo encarado como a condição para “ser alguém na vida”, o que significa fundamentalmente não ser agricultor. O estudo é valorizado como condição para o/a jovem conseguir um emprego, em grande parte associado ao abandono do trabalho na agricultura.

A partir dos aspectos apontados pelas pesquisas em evidência, a escola exerce no imaginário uma condição para a realização dos projetos individuais dos/das jovens, os quais em grande parte estão associados à saída da localidade, trazendo consequências negativas para o processo sucessório nas famílias de agricultores.

Entretanto, os dados dos estudos citados não representam a totalidade da realidade do campo brasileiro. Numa leitura interpretativa da realidade educacional dos assentamentos rurais do Brasil, a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária/PNERA (INEP/MEC/2005) aponta que dos 521.498 alunos assentados que participaram dessa pesquisa, 77,9% atestaram que vão estudar na cidade porque os cursos ou séries pretendidos não são oferecidos nas escolas dos assentamentos. E 47,0% das famílias assentadas preferem que seus filhos estudem nas escolas dentro dos assentamentos. O que se constata, a partir dos dados do PNERA (2005), é que as famílias das áreas de Reforma Agrária reconhecem a importância da educação nas escolas no campo. Nesse sentido, o papel da escolarização em relação à elaboração dos projetos de futuro/vida dos/das jovens dos assentamentos *lócus* desta investigação foi um aspecto importante observado neste estudo, e que será tratado nos capítulos subsequentes desta tese.

3.3 Políticas públicas de juventude do campo no Brasil: avanços e desafios

Historicamente invisível nas políticas públicas, a juventude vem mais recentemente protagonizando sua história, a partir da contribuição dos movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade que empunham a bandeira das políticas públicas de juventude. Em 1990, as demandas juvenis passaram a se integrar às pautas de reivindicações e às agendas políticas de diversos movimentos como da CONTAG, das Pastorais da Juventude (PJ), dos movimentos sociais que fazem parte da Via Campesina Brasil: MST, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros.

Nesse contexto, juventude e políticas públicas como tema investigativo alcançam visibilidade com grande impulso nos anos de 2000, no campo acadêmico e governamental, sobretudo, devido à intensa mobilização dos movimentos sociais, sindicais e grupos juvenis. Nesse processo, verifica-se “uma mudança de paradigma de juventude em situação de risco para juventude sujeito de direitos” (CASTRO, 2011, p. 283). Há no campo das ideias um deslocamento das políticas públicas de juventude direcionadas a um público visto como delinquente e desinteressado em seu papel na sociedade para sujeitos responsáveis pela construção das políticas públicas.

Isso significa que o debate sobre as políticas públicas voltadas para a juventude supera as adjetivações juventude rebelde, juventude problema e assume a perspectiva das relações sociais e processos identitários. Os/as jovens passam a ser vistos como sujeitos que combinam trajetórias individuais e coletivas, que associam formas de sociabilidades, trajetórias familiares, de trabalho, de mobilidade espacial, escolares, dentre outras. A juventude passa a ser entendida como categoria identitária de representação política presente em uma diversidade de expressões organizativas e formas de participação política.

Os/as jovens, nas suas mais diversas formas de organização, seja nos movimentos sociais, sindicais ou grupos juvenis, passam a contribuir significativamente nas reflexões sobre as políticas públicas de juventude do campo e da cidade no Brasil, colocando em suas pautas internas a questão da garantia de direitos, o respeito à diversidade e pluralidade de sujeitos que compõem a sociedade brasileira. Disputam, por dentro e por fora do Estado, o lugar de

direito que os povos do campo, em especial, merecem ter. Contribuem das mais diversas formas a construir a história das políticas públicas de juventude, já sendo possível visualizar algumas conquistas.

Destacam-se os programas de acesso à terra e à educação, quais sejam: O Programa Nacional de Crédito Fundiário (Programa Nossa Primeira Terra) desde 2003; PRONAF Jovem, criado em 2004; ProJovem Campo – Saberes da Terra²⁸; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

No que se refere ao Programa Nossa Primeira Terra, o seu objetivo consiste no financiamento de compra de terras e investimentos em infraestrutura básica, como parte do Programa Nacional de Crédito Fundiário, destinado aos filhos de agricultores e estudantes de Escolas Agrotécnicas e Escolas Família Agrícola com idade de 18 a 28 anos que queiram permanecer e investir na propriedade (BRASIL, 2006). Embora seja resultado das reivindicações dos movimentos sociais e sindicais do campo, esse programa tem sido visto por estudiosos das questões agrárias e movimentos sociais como parte da política de Reforma Agrária de mercado financiada pelo Banco Mundial e iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em continuidade nos governos sucessores. Esse modelo de Reforma Agrária visa de certa forma “amenizar os conflitos ou responder pontualmente às demandas e às pressões dos movimentos sociais agrários” (SAUER, 2006, p. 294). Essa ação não tem resolvido o problema da concentração de terra no Brasil. E, por outro lado, tem gerado um endividamento crescente das famílias envolvidas, por não conseguirem pagar as prestações da compra da terra; aquilo que era sonho virou dívida (SAUER, 2010).

Quanto ao PRONAF Jovem, criado em 2004, configura-se como uma linha de financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar criada para atender os filhos de 16 a 25 anos

²⁸ Esse programa é uma ação integrada entre o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Presidência da República.

dos agricultores familiares que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional. E o Saberes da Terra, lançado em 2005, também pelo governo federal, visa à escolarização de jovens agricultores/as familiares em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado à qualificação social e profissional de jovens camponeses de 18 a 29 anos. Atualmente o Saberes da Terra se integra à Política Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e passa a se denominar ProJovem Campo – Saberes da Terra (SILVA; ANDRADE, 2009).

Segundo Ferreira e Alves (2009), esses três programas ainda são insuficientes para a produção de mudanças significativas perante os desafios referentes ao acesso a uma educação de qualidade no campo; não possibilitam aos jovens opções viáveis para a construção de seus projetos de vida e de trabalho. Por outro lado, têm abrangência limitada, beneficiam apenas pequena parcela da população pobre sem-terra ou com pouca terra.

A insuficiência dos programas em relação às demandas dos/das jovens e a invisibilidade desses sujeitos no conjunto das políticas públicas federais, são perceptíveis no documento “Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude” (BRASIL, 2011b), elaborado pela SNJ e pelo CONJUVE. Ele traz uma análise de 55 programas e/ou ações que constituíram as políticas públicas federais de juventude no período de 2003 a 2010. Adota-se uma metodologia de análise que separa os programas e/ou as ações desenvolvidas conforme três grandes eixos temáticos: Desenvolvimento Integral; Qualidade de Vida; e Direitos Humanos.

Desse conjunto de políticas, apenas os três programas evidenciados anteriormente são voltados diretamente para os/as jovens do campo. Percebe-se, nos eixos temáticos Qualidade de Vida e Direitos Humanos, uma ausência de programas e/ou ações voltados para a juventude do campo.

Assim sendo, aquilo que existe de políticas públicas de juventude quase que em sua totalidade ainda é pautado por meio da chave de risco, do desvio, da criminalidade, ou da preparação dos/das jovens para o mundo adulto. Um dos limites dessa forma de compreender juventude é que gera políticas compensatórias focadas nos setores que apresentam as características de

vulnerabilidades, e, por outro lado, não visualizam os/as jovens como sujeitos do presente; o futuro é o eixo ordenador de sua preparação.

No que se refere ao PRONERA, ele não consta na relação de programas elencados no documento mencionado anteriormente. Acredita-se que seja em virtude de sua criação (1998) anteceder o período estudado (2003/2010). Contudo, entende-se que, apesar de esse programa já ter sido bastante estudado por pesquisadores brasileiros, portanto dispensa uma reflexão mais aprofundada neste momento, é importante ressaltar que o PRONERA, a partir da sua criação, tem se tornado um grande impulsionador da luta pela terra e pela educação e se consolida como um espaço de resistência e também subsidia a elaboração de outros programas e novas políticas, como exemplo, o Pronacampo, sobre o qual falaremos na sequência.

O programa em destaque, lançado no dia 20 de março de 2012 pelo governo federal, é uma experiência que direta e indiretamente está voltada para os/as jovens camponeses. É uma reivindicação coletiva dos movimentos sociais e sindicais do campo, de educadores e de pesquisadores militantes da luta por um projeto contra-hegemônico de desenvolvimento do campo e da nação. Segundo Molina (2010, p.139), “uma das características marcantes da inserção da Educação do Campo na agenda política é o fato de, nos últimos anos, suas ações terem se dado a partir dos sujeitos coletivos de direitos”. Entendem-se sujeitos coletivos de direitos como grupos organizados com objetivos comuns em defesa de um projeto de nação que se contrapõe ao poder do capital.

É importante sublinhar que o Pronacampo se anuncia como alternativa de políticas públicas de Educação do Campo. Todavia, esse programa parece não refletir o debate, os anseios, as experiências dos movimentos sociais e sindicais do campo, pois ele é um conjunto de programas já existentes na agenda do governo federal, com poucas inovações na sua totalidade de ações. Segundo um coletivo de pesquisadores militantes da Educação do Campo, vinculados ao Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC):

O formato de programa, a lógica de sua formulação, suas ausências e ênfases nos permitem situar o Pronacampo muito mais próximo a uma política de ‘educação rural’, no que esse nome encarna historicamente na forma de pensar a política educacional para os trabalhadores do campo em nosso país,

do que das ações e dos sujeitos que historicamente constituíram a prática social identificada como Educação do Campo (FONEC, 2012, p.1).

Conforme documento produzido pelo FONEC/2012, o foco desse programa está em “garantir elementos de política pública que permitam avançar na preparação da mão de obra para o agronegócio ou diminuir os focos de conflitos com os camponeses, suas organizações de classe”. Dessa forma, entende-se que, em certa medida, é um retrocesso, devido a não materializar a política de Educação do Campo a partir das concepções definidas no Decreto nº 7352/2010²⁹.

O desafio neste momento é questionar a concepção de políticas públicas para o meio rural que têm fundamentado as ações desenvolvidas e em desenvolvimento pelo Estado brasileiro, e continuar colocando no debate as questões estruturais e conjunturais que envolvem a realidade dos camponeses. O FONEC/2012 aponta uma preocupação com a formação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) para o campo, que foi apresentado pelo governo federal como uma conquista dos povos do campo, no processo de democratização do acesso ao ensino no meio rural, e que passa a se integrar à política educacional brasileira; trata-se, porém, muito mais de uma ferramenta da estratégia de construção da hegemonia da agricultura capitalista, focalizada na preparação de mão de obra para o trabalho mais desqualificado que o agronegócio demanda.

Frente a esse desvio de foco por parte dos implementadores desse programa, é necessário (re)afirmar que o debate da educação profissional, na perspectiva da Educação do Campo, implica assumir a possibilidade da formação específica para o trabalho no/do campo desde uma lógica de desenvolvimento cuja centralidade está no trabalho, na apropriação dos meios de produção pelos próprios trabalhadores, e na terra como meio de produzir vida e identidade, e não como negócio (CALDART, 2009). Assim, a formação profissional não pode estar desvinculada da luta social pela Reforma Agrária e da construção e difusão de uma matriz científico-tecnológica para o desenvolvimento do campo.

²⁹ Esse Decreto dispõe sobre a política de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Ele dá legitimidade à Educação do Campo, conseqüentemente, à luta dos povos do campo pela garantia de direitos.

Nesse sentido, um dos desafios das políticas públicas de desenvolvimento do campo no Brasil é pautar o trabalho na perspectiva da produção de alimentos baseados na reprodução da vida, contrapondo-se à lógica do capital, da agricultura capitalista. Caldart (2009) enfatiza que os movimentos camponeses da Via Campesina Brasil têm pautado a soberania alimentar como princípio organizador da agricultura; a democratização da propriedade e uso da terra, (re)afirmando a necessidade da Reforma Agrária, de uma nova matriz produtiva e tecnológica de base agroecológica e uma nova lógica organizativa da produção, baseada na cooperação. Essa lógica exige visão de totalidade, domínio dos processos produtivos e formação que permita a (re)apropriação do processo de produção pelos trabalhadores camponeses, sem a perda dos meios de produção.

No entendimento de Caldart (2011), a elaboração de uma política de educação profissional do campo passa por três grandes dimensões de práticas e de debates. A primeira está vinculada ao debate e à construção teórico-prática de uma nova matriz científico-tecnológica para o trabalho no campo, na lógica da agricultura camponesa sustentável como propõem os movimentos sociais da Via Campesina. A segunda refere-se à contextualização dessa matriz no contexto mais amplo de transformações das relações sociais e da luta contra o sistema hegemônico de produção. Por sua vez, a terceira centra-se nas questões das especificidades e das necessidades socioculturais e econômicas de seus sujeitos concretos.

Segundo Sá, Molina e Barbosa (2011, p.12), “uma concepção transformadora de educação profissional não prescinde, portanto, da perspectiva de emancipação social dos trabalhadores e da superação das relações sociais de produção capitalistas”. Desse modo, a formação dos camponeses necessita estar articulada com a transformação do modelo de desenvolvimento hegemônico no campo e com as mudanças na sociedade brasileira, no sentido de colocar a educação a serviço da construção de uma nova lógica de produção vinculada às necessidades alimentares da população. Para isso, exigem-se políticas públicas de desenvolvimento do campo que sejam capazes de instrumentalizar os trabalhadores rurais, especialmente os/as jovens, para fazerem suas escolhas de ficar no campo ou sair dele, mas que tenham condição de ajudar na construção de um projeto social em que todos possam produzir com dignidade suas condições materiais de existência.

Nessa perspectiva, o papel das políticas públicas de educação e de juventude do campo é fundamental na definição dos projetos de futuro/vida dos/das jovens camponeses/as. Portanto, esse foi um aspecto importante contemplado no processo investigativo das estratégias de reprodução social e dos encaminhamentos dos projetos de futuro/vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, no intuito de identificar se as políticas públicas de juventude contribuem ou não para a reprodução social desses/as jovens e qual tem sido o papel da educação na elaboração dos seus projetos de futuro/vida.

IV O LÓCUS DA PESQUISA E AS TRILHAS METODOLÓGICAS

(...) Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no universo (...)³⁰
Por isso a minha aldeia é tão grande
Como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura (...)

(Alberto Caeiro)

Os versos de Alberto Caeiro me servem de entrada para o texto sobre o *lócus* da pesquisa, comungando da ideia de que “da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no universo (...). Porque eu sou do tamanho do que vejo. E não do tamanho da minha altura”. Nesse sentido, sentimos, vemos e vivemos muito além de nossa aldeia. Assim sendo, passo, então, a descrever o *lócus* da investigação, os lugares dos quais se fala nesta tese. Uma realidade rural da Bahia, na microrregião de Guanambi, fruto da luta dos povos do campo, permeada de contradições, logo as narrativas tecidas sobre essa realidade divergem das narrativas que, hegemonicamente, caracterizam o rural, estigmatizado como espaço do atraso, da tradição e impermeável às mudanças. Meu olhar sobre o espaço da investigação foi se ampliando, gradativamente, a partir da minha imersão no campo de pesquisa. Colocar-me nesse contexto, proporcionou viver a experiência dos sujeitos pesquisados, seja pela observação, seja por meio das narrativas dos sujeitos, das confidências, do dito e do não dito presentes no cotidiano dos/das interlocutores/as do estudo. Na qualidade de pesquisador, reconheço que levei informações que, mesmo silenciosas, falam pela presença naquele lugar.

Assim sendo, a minha inserção nos assentamentos Marrecas e Nova Esperança (dormir, amanhecer, frequentar espaços de convivência, de lazer, de acesso ao conhecimento) foi de fundamental importância no sentido de compreender o lugar da fala dos/das interlocutores/as da pesquisa, seus sonhos, seus desejos, suas angústias, seus desafios, e nutri-me das condições para compreender os elementos componentes da constituição social dos/das jovens no contexto desses espaços. Os diálogos estabelecidos com os/as interlocutores/as e outros moradores dos assentamentos durante a pesquisa de campo subsidiaram significativamente a

³⁰ Poema O guardador de rebanhos de Alberto Caeiro – Fernando Pessoa. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1486>. Acessado em: 15/05/2014.

compreensão de como os/as jovens constroem seus modos de vida, seu ser jovem de assentamento rural da Reforma Agrária, e a constatação de que, por sua vez, não são isolados do restante do mundo.

Os dados a seguir, referentes aos assentamentos, foram coletados por meio do acesso a atas de reuniões da Associação dos Trabalhadores Rurais dos assentamentos já mencionados; entrevista com o presidente de cada Associação (2012); conversas informais entre o pesquisador e os moradores das comunidades pesquisadas. Além dessas fontes, dados foram extraídos do DVD “Dez anos do Assentamento Marrecas”, produzido pela FETAG Polo Guanambi e Associação dos moradores do assentamento (2010).

4.1 Assentamento Marrecas

Figura 1- Entrada principal do assentamento Marrecas



Fonte: Do autor.

O Projeto de Assentamento Marrecas, assim como a maioria dos projetos de Reforma Agrária no país, foi fruto de intensa luta social e política. Iniciou-se em 29 de setembro de 1999, quando 90 famílias sem-terra provenientes dos municípios baianos: Malhada, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras e Iuiú, ocuparam a Fazenda Marrecas, situada em Malhada,

município que fica à margem direita do rio São Francisco, na região Centro-Sul da Bahia, com uma população de 16.014 habitantes; desse total, 9.455 (60,18%) residem no meio rural³¹. O número de jovens (de 15 a 29 anos) desse município é de 4.645; desse total, 2.795 (60,18%) estão no meio rural, dos quais, 44,51% são do sexo feminino (IBGE, 2010).

Vale reafirmar nesta tese que o conceito de jovem definido pelo IBGE é um conceito cronológico, restrito a aspectos etários, portanto não é o mais adequado para se conceituar quem são os jovens do Brasil, aqui em particular os jovens dos municípios investigados. Compreendo os/as jovens como sujeitos sociais, históricos, políticos e culturais com singularidades e especificidades (CARDOSO e SAMPAIO, 1995); desse modo, não podem ser entendidos numa dimensão unilateral.

Retomando a questão da formação histórica do assentamento Marrecas, é necessário destacar que o objetivo de uma ocupação é forçar o governo a criar um processo de desapropriação das terras. Segundo Rosa (2012, p. 509), “as ocupações de terra são hoje a principal estratégia de ação coletiva adotada por movimentos sociais que lutam pela realização de uma Reforma Agrária no Brasil”. Nesse sentido, a ocupação da terra configura-se como forma e espaço de luta e resistência camponesa contra a intensificação da concentração fundiária, a exploração e as desigualdades geradas pelo sistema socioeconômico dominante, o que, por sua vez, demarca os conflitos de classe.

É importante ressaltar que as ocupações foram e continuam sendo, na prática, a única estratégia para se conseguir o reconhecimento do Estado de que uma terra não cumpre sua função social. Do ponto de vista político, a ocupação força o governo a realizar a desapropriação de propriedades consideradas improdutivas (aquelas que não apresentam utilização satisfatória, conforme indicadores de desempenho definidos pelo INCRA). Ela é instrumento de mobilização social e política por parte do movimento social organizado. Na perspectiva da estratégia, os conflitos se dão pautados na apropriação de terras devolutas e na desapropriação de terras improdutivas (BUAINAIN, 2008).

Todavia, a cobertura midiática elitista difunde as ações e as tensões geradas pelo processo de ocupação da terra de forma a legitimar o discurso das classes dominantes, principalmente dos

³¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades/2010>. Acesso em 12/05/2012.

latifundiários, atualmente transfigurados nos donos do agronegócio. Logo, a mídia, “reveste-se de papel conservador e defensor do direito de propriedade, assumindo função norteadora na esfera político-ideológica, referendando a posição dos latifundiários” (FREITAS, 2010, p.100-101). Dessa forma, o processo histórico-político de ocupação da terra no Brasil é transformado em ato criminoso de invasão da propriedade privada.

Isso significa a construção de uma representação social negativa, estereotipada dos sujeitos em luta pela democratização da terra. Nessa perspectiva, a ação de ocupar a terra passa a ser vista como algo perigoso, violento, que provoca a desordem social, havendo assim uma inversão ideológica da ação social dos sujeitos em luta pela terra.

Entretanto, no entendimento de Rosa, as ocupações têm servido ao menos para dois fins:

Promover o direito do acesso à terra para quem deseje fazer um uso social justo de sua propriedade, e estabelecer limites ao direito de propriedade em casos de uso meramente especulativo do solo brasileiro, de cultivos ilegais e da exploração ilegal de trabalhadores (trabalho escravo) (ROSA, 2012, p. 512).

Vale enfatizar que a luta pela terra não é apenas dos demandantes dela. Há uma diversidade de sujeitos diretamente envolvidos nesse processo pela democracia da terra, a saber: movimentos sociais e sindicais do campo, organizações não governamentais, igrejas, associações de produtores rurais, dentre outros. No caso especial do Assentamento Marrecas, participaram da luta, juntamente com os demandantes, Movimento de Luta pela Terra (MLT), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Igreja Católica, Partido dos Trabalhadores e FETAG/BA Polo de Guanambi, citados no capítulo 1 deste trabalho. Contudo, vale ressaltar que, na atualidade, o assentamento não tem vínculo com nenhum movimento social, apenas com movimento sindical, daí, o porquê da ênfase dada a esse movimento nesta tese.

Já no primeiro ano de ocupação da Fazenda Marrecas, as famílias começaram a plantar numa área coletiva. Em janeiro de 2000, realizaram a primeira colheita dentro do acampamento. A terra, mesmo que juridicamente não sendo das famílias, começava a dar os primeiros frutos. Desse modo, as famílias começavam a dar sentido à luta. Conforme bem afirma Fernandes (2012, p. 21), o “acampamento é a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia”.

Da condição de acampado à garantia do direito à terra (posse da terra) exige-se a criação de diversas estratégias de luta. Tratando-se do caso expresso aqui, foi necessária a criação de mecanismo que auxiliasse nas negociações entre camponeses e o Estado, na perspectiva da conquista de novos direitos. Assim, no final do ano de 2000, cria-se a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Marrecas com o intuito de fortalecer a luta e atender às exigências do INCRA para a concessão de benefícios, como a posse da terra, recursos para a construção das casas e manutenção da terra.

Em 2003 as famílias receberam a posse da terra. Essa conquista de direito se deu por meio do processo de desapropriação de terras improdutivas que tinham sido assoladas pelo plantio intensivo da monocultura do algodão nos anos de 1970 e 1980, impulsionada pelo projeto do agronegócio na região. Na disputa de poder, a partir do confronto entre terra de negócio x terra de trabalho (MARTINS, 1997), reprodução do capital x reprodução da vida, afloram as contradições da forma como o modo de produção e reprodução capitalista se desenvolve no campo brasileiro (SOUZA, 2009). Entretanto, entende-se que a posse da terra é um instrumento que fortalece a luta dos trabalhadores. É uma conquista de direito que se materializa e impõe novas relações com o Estado.

Essas novas relações precisam acontecer numa perspectiva ampliada. Para Gramsci, o conceito de Estado incorpora as múltiplas formas de organização da vida social, abrangendo a sociedade civil (agentes sociais associados aos aparelhos privados de hegemonia), e a sociedade política, composta pelos aparelhos e agências do poder público propriamente dito. Nesse sentido, o “Estado em Gramsci não é sujeito nem objeto, mas sim uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade” (MENDONÇA, 2012, p. 350).

Dessa forma, a partir do ato de posse da terra, o Estado reconhece as demandas da classe trabalhadora sem-terra. Nesse sentido, “assentar significa reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permitir sua transformação em direitos, o que implica trazer uma mediação legal para o conflito” (MEDEIROS e LEITE, 1998, p.160). Tendo por base esse entendimento, pode-se dizer que a criação do projeto de assentamento Marrecas se configura como símbolo da luta dos sem-terra da microrregião Guanambi, pois motivou a criação de

outros projetos e ocupações de terras na região, a exemplo do assentamento “Vale do Iuiú”, também situado no município de Malhada.

No ano de 2005, as famílias foram contempladas com o auxílio do INCRA para a construção das casas, as quais foram construídas separadas dos lotes, em forma de vila, organizadas em ruas, deixando ao centro uma praça, onde foi construída uma igreja católica e a escola da comunidade. A prática religiosa predominante é a católica, mas existem outras denominadas evangélicas: Igreja Batista, Assembleia de Deus, etc. As pessoas evangélicas participam dos encontros de cada religião no distrito Julião³², ou na cidade Malhada, pois, até o momento, só a Igreja Católica tem o seu prédio para celebrar os cultos aos finais de semana e missas quando a comunidade marca com o padre, a exemplo da festa de São Miguel, padroeiro da comunidade.

O assentamento dispõe de energia elétrica, água encanada de poços artesianos para abastecimento das casas. Há também uma área de 1040 hectares reservada para a preservação ambiental permanente.

No que se refere às características da produção do assentamento, a unidade produtiva é diversificada, composta em sua maioria de atividades temporárias, voltadas para a produção alimentar. No aspecto da organização do trabalho dentro do assentamento, ele se dá de forma individualizada e coletiva. O trabalho coletivo acontece em uma área comunitária de 20 hectares que foi reservada no momento da divisão das parcelas. Atualmente, o trabalho coletivo tem acontecido também, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres, ainda não formalizado, as quais produzem biscoitos de polvilho que são fornecidos à Secretaria da Educação do município de Malhada e utilizados na merenda escolar. Além dos biscoitos, no período da colheita da manga e maracujá, a polpa dessas frutas também é fornecida à merenda escolar do município.

Em 2007, as famílias acessaram o financiamento do Banco do Nordeste para a compra de gado leiteiro; no período chuvoso, há uma produção média de 2000 litros de leite por dia,

³² O Distrito Julião fica a 5km da sede do município Malhada e a 8km do assentamento Marrecas. É o lugar que a população do assentamento mais frequenta, pois aí, aos domingos, acontece à feira livre e aí fica situada a escola que oferta as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, escola onde os/as jovens do referido assentamento estudam.

vendidos para uma cooperativa no município de Guanambi/BA, que fica, aproximadamente, a 80 km do assentamento. A comunidade dispõe de um resfriador de leite e uma casa de farinha onde é beneficiada a mandioca produzida nas parcelas e na área coletiva.

No aspecto educacional, existe uma escola municipal dentro do assentamento, com quatro salas de aula, três multisseriadas, que oferta da Educação Infantil às séries Iniciais do Ensino Fundamental e uma de Educação de Jovens e Adultos. São quatro professoras da rede municipal de ensino, sendo três residentes no próprio assentamento, e uma no distrito próximo. Os/as jovens das Séries Finais do Ensino Fundamental e Médio utilizam-se do transporte escolar para estudarem no colégio do distrito mais próximo da comunidade.

Na questão cultural, a televisão tem sido o canal mais expressivo de transmissão de valores culturais. Mas já é tradição na comunidade comemorar a data de São Miguel. A Igreja Católica há 13 anos vem realizando essa festa no assentamento, a qual descreverei no capítulo VII desta tese, como espaço de socialização dos/das jovens. No concernente aos espaços de socialização, são bastante reduzidos. O assentamento Marrecas dispõe de campo de futebol, usado pelos rapazes, crianças e adultos; de um templo da igreja Católica e uma escola. A socialização dos/das jovens se dá também em espaços fora da comunidade por meio das relações que se estabelecem no próprio meio rural e urbano mais próximo de onde vivem.

O assentamento foi contemplado com o Programa Biblioteca Arca das Letras, vinculado aos Territórios da Cidadania³³ e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No momento da realização da pesquisa, o assentamento foi contemplado com o Projeto Ponto de Leitura do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura em parceria com o Ministério da Educação, Projeto que funcionará em uma sala da escola da comunidade. A comunidade acessa ainda o Programa da Saúde da Família (PSF), conta com uma Agente Comunitária (que é assentada), que desenvolve o trabalho de visitação às casas dos moradores, orientando-os sobre noções básicas de saúde e agendamento de consultas médicas.

³³ O Governo Federal lançou em 2008 o Programa Territórios da Cidadania com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, Estados e Municípios.

4. 2 Assentamento Nova Esperança³⁴

Figura 2 – Entrada principal do assentamento Nova Esperança



Fonte: Do autor.

Em Palmas de Monte Alto/BA³⁵, município da microrregião Guanambi, localiza-se o Assentamento “Nova Esperança”, aproximadamente a 15 km da sede do município. A história desse assentamento inicia-se no ano de 2001, quando 40 famílias compostas de agregados, assalariados do latifúndio, arrendatários, meeiros, trabalhadores sem-terra ocuparam a Fazenda Mangueira, considerada improdutiva. Dessa comunidade rural é proveniente a maioria das famílias assentadas no Nova Esperança.

Após a ocupação, as famílias criaram a Associação Comunitária Nova Esperança dos sem-terra da Mangueira, com o apoio da FETAG Polo de Guanambi e do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Palmas de Monte Alto, que passaram a ser os atores subsidiadores nos conflitos, nas articulações necessárias para a compra da terra e a concessão de posse.

³⁴ Os dados sobre o Assentamento Nova Esperança foram informados pelo presidente da Associação e pelos seus primeiros moradores.

³⁵ <http://www.ibge.gov.br/cidades/2010>. Acessado em 12/05/2012.

Por aproximadamente três anos, as 40 famílias provenientes de várias comunidades rurais do referido município ficaram acampadas em barracos na Fazenda Mangueira, até o ano de 2003, quando conquistaram a posse da terra, por meio do Banco da Terra/Crédito Fundiário. Cada família teve a posse de 15 hectares de terra. As casas foram construídas no final de 2003 e início de 2004, concentradas em uma única área, formando uma vila. Hoje as famílias dispõem de uma escola, uma casa de farinha, energia elétrica, telefone público e sinal de celular.

As características socioeconômicas do assentamento se constituem de duas formas, na base do modo de produção coletivo e individual. As famílias dispõem de uma área coletiva, onde se planta feijão, mandioca, milho e outros. Para cuidar dessa área, cada família, durante a semana, é responsável por um dia de serviço na área coletiva conforme prevê o Estatuto Social da Associação do Assentamento. Entretanto, enquanto assistia a uma reunião do grupo associado, pude perceber que muitas famílias hoje não trabalham na área coletiva, preferindo pagar um valor de 10 reais por semana para a associação, ou uma taxa mensal de 40 reais. O Estatuto versa que a produção da área coletiva deverá ser destinada à manutenção do espaço coletivo e pagamento da terra. Segundo o presidente da associação, as famílias estão com o pagamento da dívida da terra atrasado e também, das trinta e sete famílias que foram beneficiadas pelo Pronaf para comprar gado leiteiro, apenas 10 famílias conseguiram quitar a dívida até o presente momento.

Constatedei, por meio das conversas que tive no decorrer da pesquisa com as famílias, presidente da associação e na reunião dos associados de que participei no dia 01/10/2013, na qual menos da metade dos sócios estiveram presentes, que muitos moradores do assentamento Nova Esperança não acreditam na coletividade como uma forma organizativa de trabalho. Nessa mesma reunião, o presidente, enfaticamente, ressaltou que, trabalhando individualmente, eles não vão conseguir pagar as parcelas atrasadas do crédito de financiamento da terra. O desencontro de perspectiva em relação ao trabalho dentro do assentamento reduz, ou inviabiliza, na totalidade, a interação entre os associados.

Os produtores também plantam em suas áreas individuais para a subsistência e vendem o excedente para compradores da sede do município. O leque das atividades produtivas é

bastante parecido entre os dois assentamentos descritos, em geral as famílias praticam alguma forma de combinação entre culturas e criações de animais, e fazem uma associação entre a lógica de autoconsumo e a lógica de comercialização. Ainda segundo o presidente da associação, algumas famílias não trabalham mais na terra por várias razões: preferem trabalhar em fazendas próximas ou distantes (como diaristas ou assalariados); em algumas famílias os pais já são aposentados e os filhos/as não moram no assentamento ou moram, mas vivem da aposentadoria dos pais. Questão que será retomada no VI capítulo desta tese.

Muitos homens preferem o trabalho individual dentro das suas parcelas ou fora do assentamento, seja como diaristas na produção agrícola, empregados de carteira assinada, seja em outros serviços, como na produção de carvão vegetal. Em alguns casos o trabalho fica distante do assentamento, o que impede a presença constante do pai dentro do assentamento, ficando os/as filhos/as sob o cuidado da mãe. No entendimento do presidente da Associação, isso tem causado um enfraquecimento do grupo coletivo dentro do assentamento, uma vez que quem trabalha mais na produção agrícola é o homem, então, se o assentado não trabalha em sua parcela, tampouco na área coletiva, conseqüentemente, ele não terá uma participação efetiva nos momentos de discussão dos problemas da comunidade, sobretudo nos relacionados à produção do assentamento.

É por meio da organização participativa entre as famílias que as decisões devem ser tomadas no interior do assentamento. A vida em comunidade deve-se pautar pelas normas de convivência, de maneira que o indivíduo não deve promover qualquer prática que porventura venha a prejudicar a coletividade. Essa é uma questão complexa, emblemática no processo de convivência social, sobretudo porque nega as regras estabelecidas pelo grupo coletivo. O indivíduo que não as cumpre passa a ser estranho frente àquilo que foi legitimado pela coletividade. É o caso, por exemplo, do assentado que não cumpre o que está previsto no estatuto, este perde teoricamente a sua condição de assentado.

No que concerne à questão educacional, os assentados dispõem de uma escola municipal dentro do assentamento, funcionando com uma turma multisseriada. A escola oferta da Educação Infantil às séries iniciais do Ensino Fundamental. Para cursar as séries finais do Ensino Fundamental, os estudantes são transportados, em ônibus escolar, para o colégio da comunidade rural de Barra do Riacho, que fica próximo ao assentamento.

Os/as jovens do Ensino Médio estudam na sede do município, em colégio da rede estadual de ensino. Ao terminar o ensino médio, por falta de uma política pública de continuidade dos estudos, os/as jovens são obrigados a encerrar o processo de formação. Muitos jovens homens vão para o corte de cana, retornando ao seio dos seus familiares após a colheita, outros/as jovens vão para as cidades trabalhar em empresas, casas de famílias. No início da pesquisa, as crianças e adolescentes participavam, no turno oposto às aulas, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)³⁶, mas, na última fase da coleta de dados, esse programa não estava sendo mais oferecido no assentamento. Isso leva a crer que seja uma questão político-partidária, considerando que muitas das famílias não apoiam o prefeito atual.

Os aspectos de bens culturais e socialização são precários. A televisão é a presença marcante como transmissora de valores culturais, e o campo de futebol o espaço efetivo de socialização. Os moradores desse assentamento recorrem à escola para fazer encontros da Igreja Católica devido não ter ainda a comunidade um espaço específico construído. Outro espaço de socialização das pessoas do assentamento Nova Esperança é a sede do município, frequentado, principalmente, aos sábados, que são dias de feira.

No aspecto da saúde, os moradores do assentamento dispõem apenas de um agente comunitário, que desenvolve um trabalho de informação e orientações básicas de saúde preventiva, por meio de visitação às famílias.

No que se refere às tomadas de decisões dentro do Assentamento Nova Esperança, estas são mediadas pela Associação Comunitária, que tem uma frequência mensal de reuniões com as famílias, para discutir as questões que envolvem a vida de todos, sejam elas de ordem interna ou externa. No entanto, conforme pude observar na reunião de que participei e confirmação do presidente da associação e pessoas com quem conversei no decorrer da pesquisa, as reuniões estão cada vez mais esvaziadas, o que converge para a falta de importância dada à organicidade, ao trabalho coletivo dentro do assentamento. A participação das mulheres é mais significativa, inserindo-se nos momentos de discussões. As mulheres têm procurado

³⁶ Esse programa promove atividades socioeducativas e de reforço escolar. Visa a erradicar todas as formas de trabalho de crianças, adolescentes e jovens de até 16 anos, e garantir que frequentem a escola e atividades socioeducativas. É gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil.

ocupar seu espaço dentro das discussões referentes aos problemas que envolvem a vida da comunidade. Ao participar da reunião da associação, pude observar que, naquele espaço social se legitimam determinados processos de construção de pertencimentos, embora, em nenhum momento durante a pesquisa tenha percebido uma vinculação efetiva das famílias de ambos os assentamentos com algum movimento social.

No âmbito das políticas públicas/programas/ações dos governos, os assentamentos têm acessado algumas iniciativas do governo federal em parcerias com o Estado, município e organizações não governamentais. As comunidades dispõem de cisternas³⁷ de captação de água de chuva para consumo humano, do Programa Um milhão de Cisternas (PIMC) da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e MDS. Esse programa é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido Brasileiro.³⁸

É importante considerar que, se antes a luta era imbuída pelo desejo da conquista da terra, após a conquista a luta ganha novo formato, constituindo-se de velhos e novos desafios. Outras configurações se apresentam que vão da organização política dentro do assentamento à organização da produção e reprodução social, e tantas outras questões que emergem a partir da posse da terra.

Na sequência, segue um quadro síntese, da caracterização dos assentamentos *locus* da pesquisa.

³⁷A cisterna é uma tecnologia para a captação de água da chuva: a água que escorre do telhado da casa é captada pelas calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros de água, a cisterna supre a necessidade de consumo de uma família de cinco pessoas por um período de estiagem de oito meses. Os Estados e Municípios precisam firmar convênios com o MDS para a construção dessas cisternas. Essa experiência tem beneficiado a população rural de baixa renda do Semiárido brasileiro, que sofre com os efeitos das secas prolongadas.

³⁸O Semiárido Brasileiro abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Norte de Minas Gerais.

Quadro 3 - Síntese da caracterização dos Assentamentos Marrecas e Nova Esperança

Dimensões	Assentamento Marrecas	Assentamento Nova Esperança
Socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de Reforma Agrária via desapropriação (INCRA); posse da terra garantida pelo Estado; • Modo de produção individual e coletiva com destaque a agropecuária; As famílias fazem associação entre a lógica do autoconsumo e a de comercialização; • Muitas famílias acessam o Programa Bolsa Família do Governo Federal e outras se sustentam com o Benefício da Previdência (aposentadoria do INSS). 	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de Reforma Agrária de mercado – Banco da Terra – dívidas inviabilizam a garantia da posse da terra; • Modo de produção individual e coletivo, com predominância do individual; • As famílias vivem da criação de gado e agricultura; • As famílias fazem associação entre a lógica do autoconsumo e a de comercialização; • Muitas famílias acessam o Programa Bolsa Família do Governo Federal e outras se sustentam com o Benefício da Previdência (aposentadoria do INSS). • Alguns pais sustentam as famílias com o trabalho em fazendas (diaristas/assalariados).
Educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe de uma escola multisseriada ofertando da Educação Infantil às séries iniciais do ensino fundamental. As séries finais do ensino fundamental e ensino médio são cursados no distrito próximo do assentamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta da Educação Infantil às séries iniciais do ensino fundamental, turma multisseriada. As séries finais do ensino fundamental são cursadas no colégio do distrito próximo ao Assentamento, e o ensino médio na sede do município na rede estadual.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • No aspecto cultural a televisão tem sido o canal mais expressivo de transmissão de valores culturais. • Já é tradição dentro do assentamento a festa de São Miguel, que há treze anos vem sendo realizada pelas famílias católicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • No aspecto cultural a televisão tem sido o canal mais expressivo de transmissão de valores culturais.
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • O assentamento possui uma área de 1040 ha de reserva ambiental permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> • O assentamento possui uma área de 250 ha de reserva ambiental permanente.
Política Organizativa	<ul style="list-style-type: none"> • A associação tem sido o único instrumento de organização política do 	<ul style="list-style-type: none"> • A organização política tem se dado via Associação Comunitária dos Assentados.

	assentamento; • O trabalho tem se dado de forma individual, com algumas iniciativas de trabalho coletivo, como o trabalho no grupo de mulheres.	• O trabalho coletivo encontra-se bastante fragilizado.
Socialização	• O assentamento dispõe dos seguintes espaços de socialização: campo de futebol, igreja católica e escola. A socialização se dá também por meio das relações que se estabelecem com o espaço urbano mais próximo.	• A socialização acontece no espaço escolar, no culto da igreja católica realizado aos domingos em uma sala da escola, no campo de futebol e por meio das relações que se estabelecem com o espaço urbano acessível.
Religiosidade	•As famílias se dividem entre as religiões Católica e Evangélica.	•No aspecto da religiosidade, as pessoas se dividem entre as religiões Católica e Evangélica.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A título de esclarecimento, vale registrar que, nos capítulos subsequentes, principalmente no VI, que traz o olhar da família (pai e mãe) sobre os/as jovens, outros elementos são evidenciados sobre os assentamentos no sentido de complementação dos dados aqui explicitados.

4.3 Trilhas metodológicas

(...) A pesquisa,
 É a caminhada pelos bosques e pântanos
 para tentar explicar,
 Vendo folhas e flores,
 Por que a vida apresenta tantos rastros.
 A pesquisa,
 É a fusão, em um só crisol,
 De observações, teorias e hipóteses
 Para ver se cristalizar
 Algumas paredes de verdade (...)

(GÉRARD-B. Martin apud LAVILLE e DIONNE, 1999, p.278-279)

Realizar uma investigação é um caminho que se constitui ao caminhar. “O caminho certamente se inicia a partir de algo e também prefigura um fim” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p.23). Nesse caminhar vamos entendendo, usando e fazendo modos de operacionalizar o real. Contudo, é importante compreender o lugar ocupado pela teoria e

como ela se relaciona com o método. Aliar teoria e metodologia adequada depende do que se pretende encontrar na “caminhada pelos bosques e pântanos”, como poeticamente descreve Gérard-B. Martin no poema *Um certo olhar sobre a pesquisa*.

As escolhas teóricas se refletem nas questões metodológicas e no olhar para o campo de investigação. Nesse sentido, adotei caminhos metodológicos que foram capazes de dar conta da síntese da estrutura social em que é formada a vida social dos/das interlocutores(as) da pesquisa. Evidentemente, para entender a realidade social, foi necessário combinar análises processuais e estruturais, utilizando aspectos subjetivos e objetivos. Portanto, busquei me inserir em duas dimensões: a realidade em si e os significados que os sujeitos sociais atribuem à realidade, com base nos processos de interação dentro e fora do seu contexto. Segundo Minayo (2007a, p.61), “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico”.

Na imersão etnográfica estabeleci aproximações com o contexto e com o grupo pesquisado, tive a possibilidade de esboçar uma descrição densa do campo em análise. No entendimento de Geertz, a imersão etnográfica permite “dar conta das estruturas significantes que estão por trás do menor gesto humano, por intermédio de uma interpretação aguçada onde os gestos, olhares, sorrisos interferem nos sentidos que as palavras pretendem comunicar” (GEERTZ, 1997, p.15).

Partindo dessa premissa e frente às características das questões e objetivos que nortearam o processo de investigação, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, no intuito de construir uma aproximação do real mais condizente com as formas humanas de representar, pensar, agir, sentir e situar-se (LUDKE e ANDRÉ, 2005). A escolha da abordagem da pesquisa, bem como os instrumentos/procedimentos vieram respaldar o meu posicionamento quanto à compreensão histórica e a complexidade da realidade permeadas de conflitos e contradições que são expressões do cotidiano do pesquisador e dos pesquisados.

[...] a abordagem qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que os seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.17).

Dessa forma, para compreender como os/as jovens de assentamentos rurais se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária, no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo, exigiu-se um contato direto do pesquisador com a situação na qual o fenômeno está inserido.

Para o entendimento dessa dinâmica, e diante da natureza do objeto de pesquisa, apoiei-me na dialética, vista como uma possibilidade de compreensão da realidade (KOSIK, 2002), uma realidade que é contraditória, em constante movimento, que se contrapõe à lógica formal, lógica que não aceita a contradição e o conflito. A contradição é o manancial genuíno do movimento, da transformação dos fenômenos. Ela está presente em todas as esferas da sociedade e dimensões da vida humana. Logo, o olhar para os/as jovens dos assentamentos rurais, na perspectiva de compreender a constituição social desses/as jovens não pode se furtar das contradições que movimentam a vida deles/as, em constante transformação. Diante da complexidade e dinâmica do objeto de estudo e do campo empírico delimitado, a pesquisa desenvolveu-se a partir de uma perspectiva epistemológica que entende o conhecimento como construção social.

Nessa perspectiva, procurei olhar para o fenômeno no sentido de totalidade, entendida como a “compreensão da realidade como um todo estruturado, dialético, no qual qualquer fato só pode ser compreendido de forma relacional a essa mesma totalidade concreta” (KOSIK, *Ibid.*, p.28). Entendo que a reprodução social e os projetos de futuro dos/das jovens de assentamentos rurais, numa perspectiva crítica, não podem ser pensados desvinculados das contradições, das lutas dos contrários, pois o dinamismo da realidade rompe com o determinismo.

Gurvitch (1987, p. 22-23) expressa que, “como método e como movimento real, a dialética é subsidiária da existência humana, e, portanto, social”. Como método, esse autor afirma que ela é uma maneira de conhecer as totalidades sociais reais e históricas, e como movimento real é o caminho adotado pelas totalidades humanas em vias de se constituírem e se desintegrarem, num processo de reciprocidade.

Assim, recorro mais uma vez às contribuições de Gurvitch (1987, p.40-41) quando ele afirma:

[...] a dialética tomada sob todos os seus aspectos é uma autêntica contestação contra toda estabilidade aparente na realidade social, bem como em todo o conhecimento, onde destrói toda e qualquer fórmula cristalizada. [...] É a demolição daquilo que é caduco na realidade, mas que nela continua a subsistir. [...] Como método combate ao mesmo tempo o *cepticismo* e o *dogmatismo*: recambia-os os dois, demonstrando quão complexas, sinuosas e flexíveis são a verdade e a realidade e que esforços sempre renovados são necessários para não as trair (grifo do autor).

Na produção do conhecimento científico, faz-se necessária a utilização de métodos e técnicas para alcançar os objetivos da pesquisa. E para a escolha destes é de suma importância contar com a orientação de concepções teóricas, as quais fundamentam a postura do/da pesquisador/a. Nesse sentido, justifica-se a escolha de uma perspectiva científica pautada na dialética subsidiária da compreensão da realidade. Nessa lógica, procurei entender a metodologia como um caminho de pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade. Isso significa que a “metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador” (DESLANDES, 2007, p.14).

Assim, para responder às questões e aos objetivos propostos, além de aprofundar os conceitos presentes no estudo para investigar a tese elaborada, recorri à pesquisa de campo, utilizando as seguintes técnicas e instrumentos (expressos no quadro 4), organizados por eixos da pesquisa e objetivos. Lancei mão do questionário com questões abertas e fechadas, grupo focal, entrevista semiestruturada e observação direta. Valendo-me dos princípios da pesquisa qualitativa, utilizei-me da convivência e do diálogo com os/as interlocutores/as como estratégia de busca de informações e compreensão dos processos que fundamentam as suas representações e práticas. Além das técnicas de pesquisa citadas, utilizei a pesquisa documental - atas das associações dos assentamentos *lócus* da investigação; Estatuto Nacional da Juventude; Documento Reflexões sobre a Política Pública Nacional de Juventude 2003-2010 (BRASIL, 2011b); II Plano Nacional de Reforma Agrária/ 2005, Dados da PNERA/2005, Decreto 7.352/2010, dentre outros. Utilizei, também, o diário de campo, que me acompanhou em todos os momentos da investigação.

É importante destacar que as técnicas de pesquisa seguiram roteiros previamente elaborados, mas pautados numa lógica flexível e, na medida do possível, consonantes com o movimento da realidade analisada. É necessário ponderar que a análise dos dados, no que se refere à

organização dos capítulos, segue a lógica dos eixos da pesquisa num processo dialógico entre os objetivos específicos.

Quadro 4 - Técnicas e instrumentos de pesquisa

Eixos da pesquisa	Objetivos	Técnicas e instrumentos de pesquisa
Reforma Agrária, Educação do Campo e Projeto Camponês	<p>1 Identificar e analisar a visão do poder público municipal, da Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura da Bahia (Polo de Guanambi), e da escola sobre os/as jovens dos assentamentos rurais.</p> <p>2 Discutir o papel da Educação do Campo no processo de elaboração dos projetos de futuro/vida dos/das jovens da pesquisa;</p>	<p>Realizei entrevistas semiestruturadas com os Secretários da Educação e da Ação Social do município de Malhada, Secretário da Agricultura de Palmas de Monte Alto, com representante da FETAG/Guanambi, e coordenadora e diretora das escolas onde os/as jovens estudam.</p> <p>Diário de campo;</p> <p>A partir dos dados da pesquisa, estabeleci uma reflexão teórica sobre o papel da Educação do Campo, no processo de elaboração dos projetos de futuro/vida dos/das jovens.</p>
Constituição social do ser jovem do ponto de vista da família camponesa	<p>3 Identificar as estratégias de produção social da família que influenciam o modo de vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, situados na microrregião Guanambi/BA;</p> <p>4 Identificar e analisar a influência das estratégias de reprodução social da família nos</p>	<p>Com os familiares dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa, usei a entrevista semiestruturada.</p> <p>Diário de campo;</p> <p>Pesquisa documental.</p>

	<p>projetos de futuro/vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança;</p> <p>5 Identificar se as políticas públicas de juventude voltadas para o campo são acessadas pelas famílias e se contribuem ou não para a reprodução social dos assentamentos;</p>	
<p>Constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens</p>	<p>6 Descrever de forma analítica os processos de socialização dos/das jovens no âmbito do acesso ao conhecimento, e da convivência social;</p> <p>7 Identificar e analisar como os/as jovens de Reforma Agrária elaboram suas trajetórias de vida e seus projetos de futuro.</p>	<p>Os/as jovens foram ouvidos/as por meio da aplicação de questionário e do grupo focal, que foi formado seguindo critérios de livre escolha. Recorri ainda à observação direta nos espaços de socialização dos/das jovens dentro e fora dos assentamentos (igreja, escola e espaço de lazer).</p> <p>Diário de campo.</p>

Vale registrar que foi explicado, antes da realização da coleta de dados, a todos/as interlocutores/as da investigação o objetivo da pesquisa, que eu estava ali como pesquisador, aluno do curso de doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, e que também era professor da Universidade do Estado da Bahia (Campus XII/Guanambi). A preocupação em comunicar essas informações básicas sobre o pesquisador foi no sentido de não ser confundido com outra figura, a exemplo de alguém da política partidária. Foi também solicitada a todos/as os/as interlocutores/as da pesquisa a assinatura do Termo de Livre Consentimento de participação neste trabalho e garantia do anonimato (APÊNDICE A).

Todas as entrevistas e os grupos focais foram realizados sem que os/as interlocutores/as tivessem conhecimento prévio do roteiro semiestruturado, a fim de evitar a elaboração de

discursos formais, sem espontaneidade. Ao final de cada entrevista e grupo focal, agradei pelas contribuições para o estudo e sempre deixei claro que poderia retomar aquela conversa para aprofundamento de alguma questão se necessário.

4.3.1 Questionário: construindo o perfil dos/das jovens

No que se refere ao questionário (APÊNDICE B), foi ele escolhido como técnica de investigação para o levantamento de informações relevantes para o processo de construção do perfil dos/das jovens da pesquisa e cruzamento de informações obtidas por meio das outras técnicas de levantamento de dados utilizadas. No entendimento de Gil (2008, p.120), o questionário constitui “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações”.

Para maior compreensão do processo de aplicação do questionário, faz-se necessário esclarecer que este foi aplicado em dois momentos da pesquisa. Inicialmente, havia a dúvida de como fazer o recorte etário dos/das jovens, considerando a juventude como uma categoria social, que cada sociedade pode adotar um conceito e definir idades diferentes para identificá-la. Quem eram os/as jovens desses espaços? Quem se considerava jovem? Diante dessa inquietação, decidi *a priori* não definir as idades dos/das jovens da pesquisa, mas deixar que eles/as mesmos/as e as comunidades (assentamentos) os/as identificassem. Não queria, arbitrariamente, traçar um recorte etário. Então, decidi entrar em contato com o presidente da associação de cada assentamento, primeiro por telefone, e depois pessoalmente, para falar do estudo que pretendia realizar e agendar um encontro com os/as jovens dessas comunidades. O encontro no assentamento Marrecas foi agendado para o dia 05/12/2012, no período matutino, e no Assentamento Nova Esperança para o dia 09/12/2012, também pela manhã. Ambos os encontros com os/as jovens foram marcados na escola de cada assentamento.

Nos dias e horários marcados fui aos assentamentos ao encontro dos/das jovens. Minha intenção naquele momento era descobrir quem eram os/as jovens desses espaços, quem se considerava jovem. Compareceram no assentamento Marrecas 21 jovens (rapazes e moças) e no assentamento Nova Esperança 20 jovens (rapazes e moças). Apresentei-me, expliquei o

que pretendia desenvolver dentro de cada assentamento, quem eu iria convidar a participar da pesquisa, o tempo que duraria para eu terminar o estudo. Procurei fornecer informações básicas que considerei importantes naquele momento, para motivá-los/as a participarem da pesquisa. Após explicação do porquê da minha presença ali, perguntei quem gostaria de participar da pesquisa, e todos/as se dispuseram a participar. Em seguida, comuniquei que precisaria que eles/as respondessem a um questionário com algumas questões referentes à idade, à etnia, à escola, ao trabalho. Furneci material necessário (lápis, borracha) para que eles/as pudessem responder ao questionário.

Após terminarem de responder ao questionário, agradei pela disposição em aceitarem a participar do estudo, e expus para os/as jovens que em outros momentos eu iria voltar ao assentamento para dar continuidade à pesquisa. Nesse primeiro contato com os/as jovens dos assentamentos rurais, uma questão me chamou a atenção. Uma “jovem” de 31 anos que também esteve presente nesse primeiro momento da investigação, não se considerava jovem, pois, segundo ela, já era casada e tinha filhos. Todavia, a questão de ser casado/a, ter filhos não parece ser algo definidor de quem é ou não jovem dentro dos assentamentos investigados na sua totalidade, uma vez que, na segunda etapa da pesquisa, alguns interlocutores que se consideraram jovens, têm filhos, vivem com companheiro/a ou têm filho e moram com os pais. “Na verdade, ser jovem corresponde também a uma auto-representação que tende a uma grande elasticidade em termos etários, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso no mercado de trabalho e a sua informalização excessiva no Brasil” (CARNEIRO, 1998, p.98). Contudo, exige-se um olhar crítico sobre a passagem do indivíduo jovem para a fase adulta, uma vez que os critérios de entrada no mundo adulto hoje estão cada vez mais flexíveis, as trajetórias dos/das jovens e as relações familiares muito mais dinâmicas em relação às gerações passadas, Novaes (2006) e Pais (2006).

A partir das informações levantadas por meio do questionário, foi identificada a faixa etária dos/das jovens dessas duas comunidades de 13 a 30 anos. Nesse momento, a juventude foi vista apenas como faixa etária, seguindo critério cronológico (WEISHEIMER, 2009). Reafirmo que essa compreensão ou definição de quem é ou não jovem não contempla as singularidades que constituem o modo de ser jovem, como foi discutido no capítulo 3. Todavia, este passou operacionalmente a ser o recorte etário dos/das interlocutores/as jovens da pesquisa, o qual, por sua vez, foi construído pelos próprios jovens, eu apenas o

adotei no estudo. Entretanto, é importante esclarecer que, no segundo momento da pesquisa, apenas compareceram aos encontros agendados pelo pesquisador jovens de 13 a 26 anos de idade. Assim, os dados da pesquisa se referem aos jovens dessa faixa etária, como pode ser observado nos gráficos que se seguem.

Ao retornar aos assentamentos quase um ano depois da primeira visita, decidi reaplicar o questionário aos jovens, trazendo duas novas questões, uma sobre o projeto de futuro e a outra sobre a relação deles/as com movimento social/sindical e/ou grupo de jovens. Além disso, novos jovens apareceram para participar do estudo e outros desistiram. No assentamento Marrecas foi reaplicado no dia 25/09/2013 e no Assentamento Nova Esperança no dia 02/10/2013, os mesmos dias em que foram realizados os grupos focais, respectivamente. Responderam ao questionário nessa segunda etapa um total de 27 jovens entre homens e mulheres.

Vale ressaltar aqui a predominância das jovens mulheres na pesquisa, como pode ser observado no gráfico 1. Essa diferença entre o número de jovens (homens) e jovens (mulheres) se atribui à própria condição estrutural das famílias no contexto pesquisado, que obriga os filhos e às vezes os pais a saírem em busca de trabalho assalariado.

Gráfico 1 - Faixa Etária dos/das jovens da pesquisa

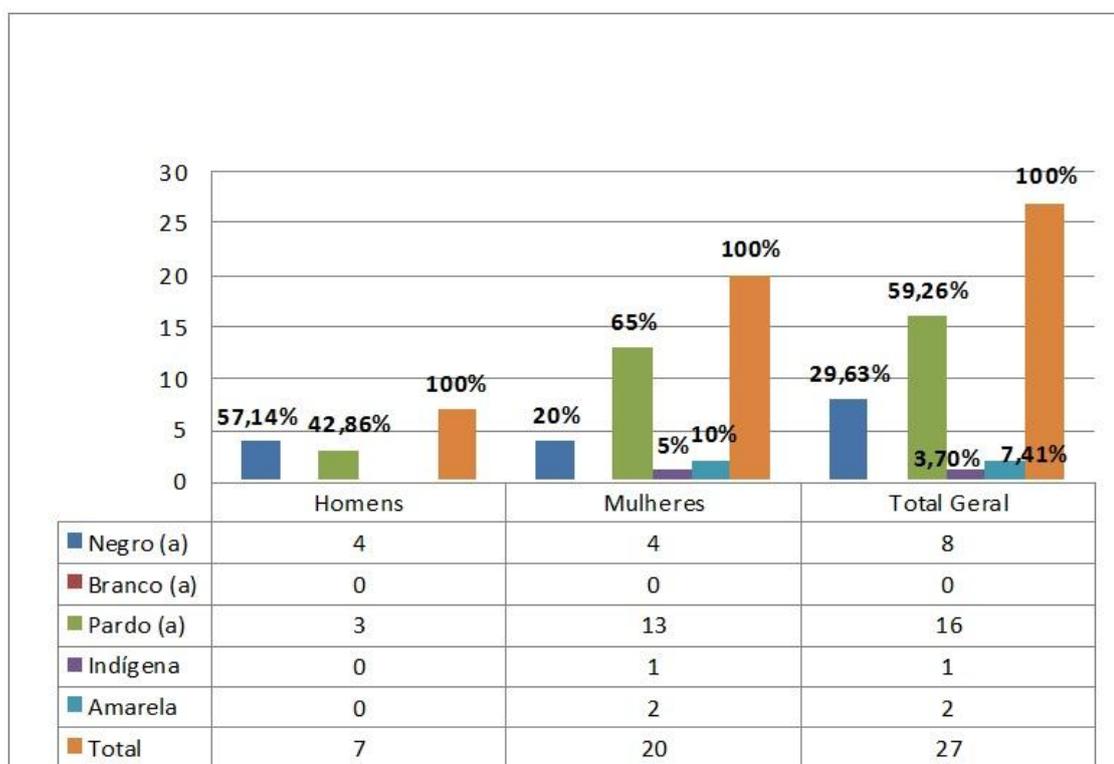


Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

Do total de jovens que responderam ao questionário na segunda etapa da pesquisa, 14 são do assentamento Marrecas, e 13 do assentamento Nova Esperança. A distribuição etária dos/das jovens da pesquisa é composta por 59,26% de 13 a 17 anos, por 25,93% de 18 a 22 anos, por 14,81% de 23 a 26 anos. Entre os homens, essa divisão se estabelece em 42,86% de 13 a 17 anos, em 14,28% de 18 a 22 anos, em 42,86% de 23 a 26 anos. Entre as mulheres, temos a seguinte divisão: em 65% de 13 a 17 anos, em 30% de 18 a 22 anos, e 5% de 23 a 26 anos de idade. Do total de 27 jovens, 20 são do sexo feminino, o que corresponde a 74,07% do total geral dos interlocutores jovens da pesquisa.

Dos 27 jovens que responderam ao questionário, entre os homens 57,14% se autodefiniram negros, 0% brancos, 42,86% pardos, 0% indígenas, 0% amarelo. Entre as mulheres, 20% se autodefiniram como negras, 0% como brancas, 65% como pardas, 5% indígenas, 10% amarelas. No total geral, negro/a corresponde a 29,63%, branco/a 0%, pardo/a 59,26%, indígena 3,70%, amarelo 7,41% conforme pode se observar no gráfico 2.

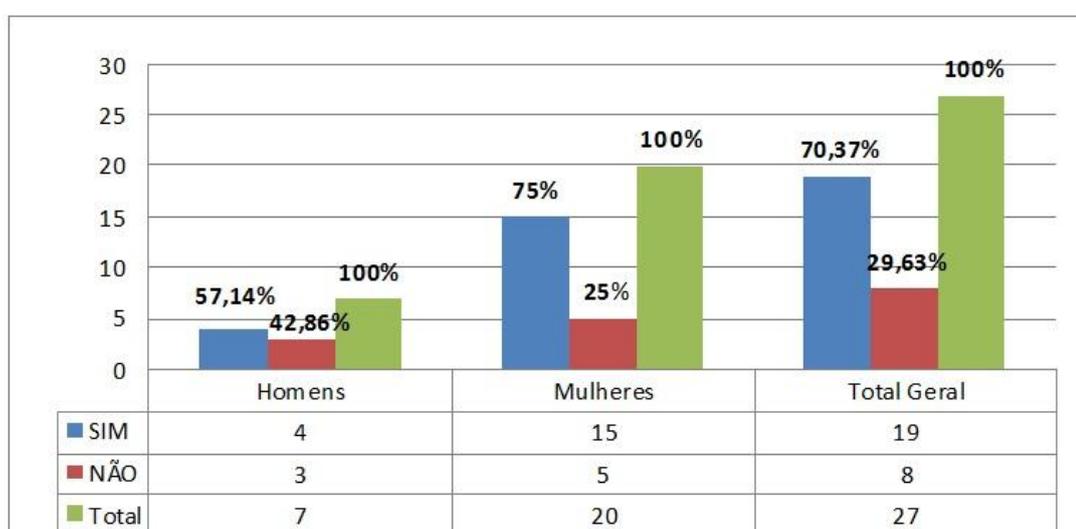
Gráfico 2 - Autodefinição étnica dos/das jovens



Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

No quesito estudo, os jovens interlocutores da pesquisa, os quais responderam ao questionário, são representados da seguinte forma: entre os rapazes, 57,14% estão frequentando a escola e 42,86% estão fora da escola; no grupo das jovens mulheres, 75% frequentam e 25% estão fora da escola conforme gráfico 3. Contudo, a título de esclarecimento ao leitor, os jovens (rapazes e moças) que estão fora da escola já concluíram o ensino médio. Por falta de oportunidade para continuar o seu processo de escolarização, são obrigados a encerrar nesse momento a vida escolar.

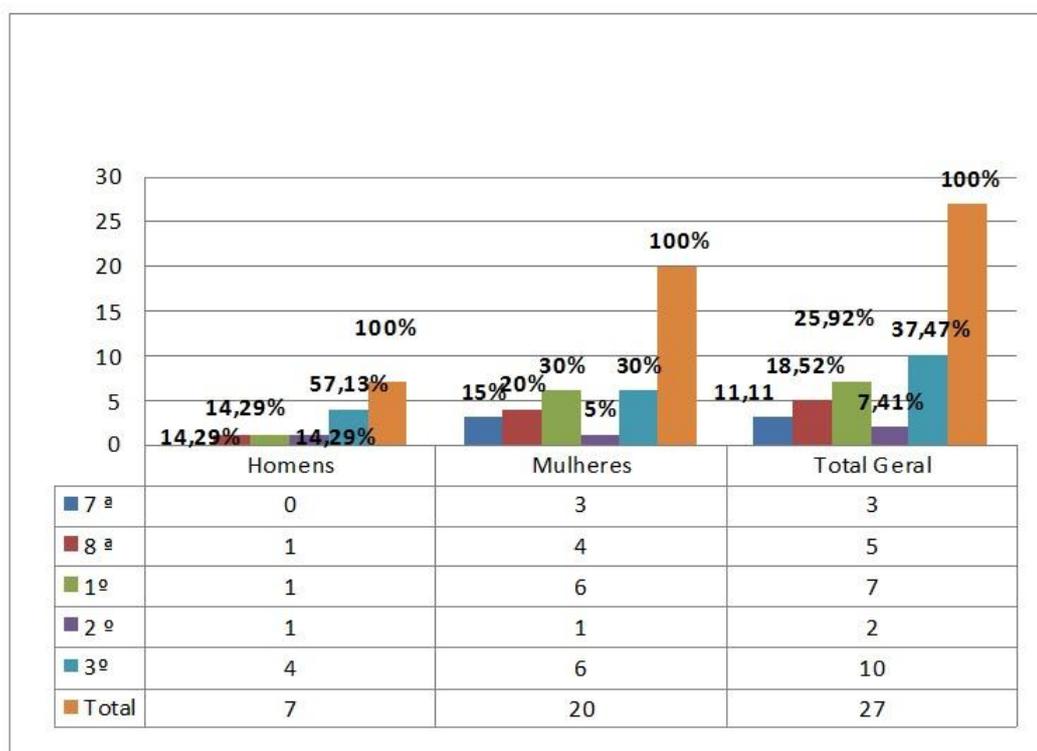
Gráfico 3 - Estudo



Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

No que se refere ao nível de escolarização (série que estuda ou estudou) dos jovens interlocutores da pesquisa, observando o gráfico 4, o conjunto é composto da seguinte forma: Entre os jovens homens, 14,29% estudam a 8ª série ou 9º ano do ensino fundamental; 14,29% o 1º ano do ensino médio; 14,29% o 2º ano e 57,13% o 3º ano, incluindo nesse último quantitativo, os jovens que já concluíram o ensino médio. No grupo das mulheres 15% estudam a 7ª série do ensino fundamental; 20% a 8ª série ou 9º ano; 30% o 1º ano do ensino médio; 5% o 2º ano e 30% o 3º ano, também incluindo os que já terminaram o ensino médio. Diante dos dados apresentados, verifica-se que não há desistência da escola por parte dos/das jovens. Percebe-se também que estarem aqueles/as jovens fora da vida escolar é por falta de opção ao concluírem o ensino médio.

Gráfico 4 - Série que estuda ou estudou



Fonte: Questionário aplicado pelo autor/2013.

É importante explicitar que os dados considerados neste trabalho no que se refere ao questionário são da segunda aplicação, considerando que ele foi acrescido de duas questões em relação ao primeiro, como mencionado anteriormente, e que do total de 27 jovens que responderam ao questionário na segunda etapa da investigação, apenas 26 compareceram para participar dos grupos focais.

Enfim, a aplicação do questionário aos jovens proporcionou ao pesquisador conhecimento da heterogeneidade do grupo de jovens, serviu para construir o perfil deles e, inicialmente, ter uma noção da relação dos/das jovens com o trabalho no campo, seus projetos de futuro, os espaços de sociabilidade, questões aprofundadas na realização dos grupos focais. Outros dados do questionário serão levados para o último capítulo desta tese, ampliando assim, a caracterização dos/das jovens participantes do estudo.

4.3.2 Grupo focal

No que concerne ao grupo focal, Gatti (2005, p.9) sublinha que essa técnica “permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados.” Nesse caso, o interesse não se restringe ao que as pessoas pensam e expressam, ele busca também a maneira como elas pensam e o motivo por que pensam, de tal modo que o grupo focal partiu de questões apoiadas na teoria e no conjunto de informações de que o pesquisador dispunha acerca do fenômeno pesquisado. Essas questões me auxiliaram no processo de produção dos dados sem, no entanto, “engessar” a conversa com os/as interlocutores/as da investigação. O trabalho com grupos focais, segundo Barbour,

[...] permite compreender processo de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens, simbologias prevaletentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comuns, relevantes para o estudo do problema visado (BARBOUR, 2009, p.11).

Nesse sentido, o grupo focal como procedimento qualitativo de pesquisa, é eficaz, pois fornece controle de qualidade sobre as informações coletadas. As opiniões, os pontos de vista podem ser defendidos e ressignificados no processo interativo do grupo. É uma técnica de investigação que possibilita virem à tona vozes muitas vezes silenciadas.

No caso específico deste estudo, foram realizados, no total, sete (7) grupos focais (APÊNDICE C) envolvendo jovens com idades entre 13 e 26 anos, filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária, sendo quatro (4) grupos focais com jovens do assentamento Marrecas; e três (3) grupos com jovens do assentamento Nova Esperança. É importante esclarecer que, como foi mencionado anteriormente, a faixa etária dos/das jovens que se dispuseram a participar da pesquisa, no primeiro contato com os/as jovens dessas duas comunidades, foi de 13 a 30 anos. Entretanto, na segunda etapa do estudo, quando foi reaplicado o questionário e foram realizados os grupos focais, apenas jovens de 13 a 26 anos participaram da pesquisa.

É importante registrar que, para a realização dos grupos focais, os/as jovens que participaram da primeira etapa da pesquisa, ou seja, aplicação do questionário em dezembro de 2012, todos/as foram convidados, excetos aquele/as que estão morando na cidade vizinha ou localidades mais longínquas, como São Paulo, Minas Gerais, Brasília, em busca de oportunidade de trabalho, conforme relataram os/as jovens e as famílias entrevistadas nessa investigação. Antes da realização dos grupos focais, visitei muitos jovens em suas casas no sentido de reforçar o convite feito pelo presidente da associação, e convidar outros que não participaram da primeira etapa da pesquisa. No entanto, alguns jovens que haviam respondido ao questionário (1ª etapa) não compareceram ao encontro marcado. Dessa forma, os grupos focais se constituíram da seguinte maneira:

Tabela 3 – Distribuição dos grupos focais por assentamentos

Grupos focais	Jovens (mulheres)	Jovens (homens)	Assentamento
Grupo focal 1	5	1	Marrecas
Grupo focal 2	3	-	Marrecas
Grupo focal 3	-	2	Marrecas
Grupo focal 4	2	-	Marrecas
Grupo focal 5	5	-	Nova Esperança
Grupo focal 6	2	2	Nova Esperança
Grupo focal 7	3	1	Nova Esperança
Total	20	6	-

Fonte: Elaborada pelo autor.

Considerando a predominância de jovens mulheres no estudo, fato que aconteceu aleatoriamente, sem nenhuma intencionalidade por parte do pesquisador, esse fato é entendido na pesquisa como resultado proveniente da condição estrutural das famílias no contexto pesquisado, como referendado anteriormente. Segundo relatos dos interlocutores da pesquisa (jovens e famílias), os filhos deixam mais o campo que as filhas em busca de trabalho assalariado nas grandes cidades e nas fazendas do agronegócio. Isso é perceptível nos dados, os quais revelam uma predominância de mulheres (filhas e mães) na pesquisa, como pode ser observado no gráfico 1 e na tabela 4 neste estudo.

Desse total de jovens, cinco (5) não tinham participado da primeira etapa da pesquisa. Vale salientar também que os grupos focais foram agendados com antecedência, procurei espaçar, aproximadamente, uma hora de um grupo para o outro, de modo que os/as jovens não pudessem conversar sobre o que tínhamos discutido no grupo anterior. Todos os grupos foram realizados num espaço disponibilizado pela escola de cada assentamento. No assentamento Marrecas os grupos foram realizados no dia 25/09/2013 e no Assentamento Nova Esperança no dia 02/10/2013.

Antes da realização dos grupos focais, agradei a presença de todos e solicitei a permissão para gravar as falas, a princípio ficaram receosos, mas autorizaram o uso do gravador. Procurei deixá-lo num lugar que não fosse muito visível para que os/as jovens não se sentissem tão intimidados/as pela presença do gravador. Expliquei como seriam os encaminhamentos, a organização das falas para que fosse possível gravá-las de forma sequenciada para não me perder no momento da transcrição.

Quanto à formação dos grupos focais, havia previsto desenvolver, num primeiro momento, grupos mistos (homens e mulheres) e, num segundo momento, grupos compostos de jovens homens e grupos só de jovens mulheres. A intenção em realizar os grupos focais com constituição distinta se alicerça na possibilidade de confronto de dados, na busca de convergências, divergências e contradições nas falas dos/das interlocutores/as da pesquisa. Todavia, como o caminho investigativo é dinâmico, e o pesquisador não tem o domínio total do processo, acontecimentos são às vezes imprevisíveis. Outros até são previsíveis, mas não deixam de conter elementos de imprevisibilidade. Assim, os grupos focais foram sendo constituídos numa lógica do imprevisível previsto, ora se constituindo de forma mista, ora compostos só por jovens homens ou só por jovens mulheres, devido ao não comparecimento de alguns no lugar e horário agendados, por razões diversas, como esquecimento, ou porque tiveram que fazer alguma atividade naquele horário agendado.

Vale ressaltar, contudo, que essa alteração na composição dos grupos focais não prejudicou o processo de desenvolvimento da pesquisa; serviu para reforçar que o ato de investigar não é estático, algo que está linearmente posto, mas um processo dinâmico, que pode ser ratificado ao caminhar, abandonar certas vias e encaminhar para certas direções privilegiadas (MINAYO, 2007b) ou possíveis de serem realizadas no momento.

Os/as interlocutores/as jovens da pesquisa sobressaíram durante a realização dos grupos focais de maneiras diversificadas, uns mais dispostos a falar sobre as questões colocadas, outros reagiram timidamente, expressando seus posicionamentos com mais cautela, e às vezes por meio de gestos. Percebi, no desenrolar da pesquisa, que, às vezes, o não dito de forma verbal pode marcar tanto ou mais que algo expresso verbalmente.

Durante a realização dos grupos focais, os gestos faciais, os olhares, o movimento da cabeça, o tocar com as mãos a mesa, cada reação dessa e tantas outras que escaparam da memória do pesquisador no momento do registro no diário de campo, marcaram-me de forma angustiante, principalmente as reações de uma jovem que denunciavam uma angústia, uma tristeza em ser jovem no contexto do assentamento. Cada questão lançada ao grupo de jovens, principalmente aquelas que se referiam ao como é ser jovem de assentamento rural, como os/as jovens se divertem, aos sonhos/projetos de futuro, enfim, tocar nessas questões parecia lhe causar incômodo, dor, tristeza, insatisfação. Era como mexer numa ferida ainda sem cicatrização.

Naquele momento não entendia a reação dessa jovem, o porquê daqueles gestos. Isso gerou uma sensação, uma tensão muito grande no pesquisador, quase que impossibilitando o término do grupo focal. Fiquei muito impressionado, mas consegui encerrar a discussão no grupo e, imediatamente, ali mesmo na escola onde realizei todos os grupos focais, iniciei o registro no diário de campo. Uma dúvida pairava sobre minha cabeça: Por que as questões do grupo causaram tanta angústia naquela jovem? Então, decidi visitar a sua casa no intuito de realizar a entrevista com a família (mãe/pai ou alguém responsável), e conhecer um pouco mais do seu universo. Ao chegar à casa dessa jovem, encontrei a sua mãe, que aceitou conversar com o pesquisador, pois sua filha já havia lhe avisado que eu iria visitá-la. Falei da pesquisa, o que gostaria de saber dos/das jovens e de seus pais.

Curiosamente, a reação da mãe foi muito similar à de sua filha, olhar sempre para baixo, como se estivesse numa situação desconfortável. Diante desse cenário, não me senti à vontade para solicitar a permissão para gravar a nossa conversa. Assim, procurei estabelecer um diálogo, sem seguir o roteiro elaborado para as entrevistas com as famílias dos/das jovens. Mais uma vez, o diário de campo entra em cena, nele fui anotando meu olhar sobre aquela

realidade, que visivelmente traduzia a carência, que não se restringia apenas às condições materiais, mas denunciava a negação de direitos numa dimensão ampliada.

Assim sendo, os grupos focais foram significativamente produtivos. Serviram para dar voz aos/às jovens, o pesquisador ouvindo e percebendo suas angústias, seu modo de pensar sobre viver no campo, sua relação com a escola, com o trabalho na agricultura e seus projetos de futuro. Permitiram refletir sobre as ausências, os encontros, os desencontros entre as trajetórias de vida dos/das jovens da Reforma Agrária, suas condições de vida e suas subjetividades. Entendo que “o sujeito é ativo e pensante no curso da pesquisa e não simplesmente um reservatório de respostas prontas que se expressam diante de perguntas tecnicamente bem formuladas” (SCOPINHO, 2012, p.38). Assim, procurei traçar todo o percurso da investigação pautado nesse pensamento.

4.3. 3 A entrevista

A escolha da entrevista semiestruturada pareceu bastante adequada, por se considerar o seu caráter flexível e de liberdade, quando aplicada tanto individualmente, quanto em grupo. Gaskell (2002, p. 64) considera a entrevista semiestruturada como pesquisa qualitativa que pode ser em profundidade, com um único respondente, ou com um grupo de respondentes, que ele denomina grupo focal.

Em complementação ao questionário, aos grupos focais e à observação, a entrevista semiestruturada (APÊNDICES, D e E) foi realizada com os seguintes interlocutores da pesquisa: Famílias dos/das jovens, poder público municipal (Secretário da Educação, da Ação Social e da Agricultura), Escola (direção e coordenação pedagógica), FETAG (polo de Guanambi) e Presidente da associação dos assentamentos, que também são pais dos/das jovens entrevistados/as.

A escolha dos interlocutores complementares elencados acima está atrelada aos objetivos da pesquisa no sentido de buscar desvelar a visão deles sobre os/as jovens das comunidades investigadas; essa visão subsidiou relevantemente a compreensão do processo de constituição social dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança.

No que tange às entrevistas com os familiares (pai e mãe), foram realizadas num total de 21 entrevistas no período de 24/09 a 21/10/2013, conforme tabela 4 a seguir. Todas foram realizadas em suas casas, à medida que o pesquisador ia encontrando o pai, ou a mãe em casa. Vale ressaltar que, no momento da realização dos grupos focais, pedi que os/as jovens avisassem as suas famílias de que eu iria procurá-las para conversar sobre a pesquisa. Além disso, no Assentamento Nova Esperança, antes de visitar as famílias, participei de uma reunião da associação do referido assentamento em que me apresentei à comunidade, falei quem eu era, o que fazia, expus a minha intenção em desenvolver uma pesquisa envolvendo os/as jovens, saber quais os seus projetos de futuro, sua relação com o campo. Expliquei também que, além dos/das jovens, eu tinha escolhido as suas famílias para fazerem parte da pesquisa, portanto gostaria de visitá-las, caso não houvesse nenhum impedimento.

Esse primeiro contato com as famílias do assentamento Nova Esperança foi bastante interativo. Assim que terminei a explanação sobre as questões referentes à pesquisa, muitas pessoas se direcionaram a mim para saber da minha família, notícia de parentes e amigos que moram na comunidade rural em que minha família vive. Criou-se ali um espaço de construção de diálogos, de conhecimento, de significados, de recordações, de troca de informações. Criou-se uma ambiência para o desenvolvimento da atividade de pesquisa.

No entendimento de Szymanski,

a intencionalidade do pesquisador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra. Deseja instaurar credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para seu trabalho. A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade – pelo menos a de ser ouvido e considerado verdadeiro no que diz -, o que caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se em conta que também ele desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador (SZYMANSKI, 2004, p. 12).

O entrevistador quer conhecer algo, desvelar, trazer à tona, portanto a construção de uma relação de confiabilidade é de suma importância para o bom desempenho do processo criativo da investigação. Essa foi a intenção do pesquisador naquele momento.

Dessa forma, no período de incursão no universo da pesquisa, procurei não ser invasivo, não ultrapassar os limites da confiança dada pelos interlocutores da investigação. Visitei as famílias nos turnos matutino, vespertino e eventualmente à noite, com mais frequência no

turno da manhã, em razão do forte calor que fazia no período da coleta de dados. Quase sempre, aproveitei o período da tarde para fazer o registro das observações, do visto, do não visto, do ouvido no cotidiano dos assentamentos, e também registrar as reflexões no caderno de campo.

Uma questão que percebi no processo de realização das entrevistas é que as mulheres (mães) dos assentamentos quase não fazem o trabalho da roça. Em sua maioria, elas costumam ficar por conta das atribuições do lar, do trabalho doméstico, essa foi uma realidade observada nos dois assentamentos *lócus* desta investigação. Daí a razão do número expressivo de mães entrevistadas em relação aos pais, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 4 - N° de famílias entrevistadas por assentamento e divisão por membro da família

Assentamento	N° de família/mãe entrevistada	N° de família/pai entrevistado	N° de família/pai e mãe entrevistados	Total de famílias entrevistadas
Marrecas	8	4	1	13
Nova Esperança	8	-	-	8
Total de entrevistas	16	4	1	21

Fonte: Elaborada pelo autor.

Outra questão que me chamou a atenção na incursão nos lares dos familiares no momento da realização das entrevistas foi a presença marcante da televisão. Quando chegava às casas dos/das jovens para a realização das entrevistas, esse aparelho estava sempre ligado nas novelas ou em outro programa. Certamente, o ato da entrevista figurou como interrupção do entretenimento dessas famílias. A voz da televisão foi figura marcante durante as entrevistas com as famílias dos/das jovens, o que me levou a acreditar que a televisão é uma das estratégias de preenchimento do tempo livre dos/das jovens e familiares, principalmente das mulheres no contexto dos assentamentos investigados.

Durante as entrevistas com as famílias dos/das jovens, foi possível conhecer melhor a realidade de cada jovem. Esse foi um momento marcante da investigação, desvelar o olhar da família sobre os/as filhos/as, os projetos de futuro em relação a eles/as. Os dados coletados

por meio das entrevistas serviram também para conhecer as contradições que permeiam a realidade dos/das jovens, como estes/as lidam com essas contradições. No entendimento de Cury (2000, p.30), “a realidade no seu todo subjetivo-objetivo é dialética e contraditória (....) a contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real.”

Em relação às entrevistas com o poder público dos municípios de Palmas de Monte Alto e Malhada, onde se localizam os assentamentos *lócus* da pesquisa, foram realizadas três (3) entrevistas, distribuídas da seguinte forma: representante das Secretarias da Educação e de Ação Social (Malhada) e representante da Secretaria da Agricultura (Palmas de Monte Alto). É importante registrar que algumas tentativas de agendamento de entrevistas foram esboçadas com as Secretarias da Educação e de Ação Social do município de Palmas de Monte Alto, mas sem sucesso e, na mesma ordem, aconteceu com a Secretaria da Agricultura do município de Malhada.

De modo geral, a entrevista com o poder público municipal se pautou sobre questões relacionadas ao olhar desse poder sobre os/as jovens dos assentamentos, os problemas que os/as jovens têm enfrentado nesses espaços, as ações/políticas públicas que têm sido desenvolvidas nesses espaços direcionadas à juventude, o acesso dos/das jovens às tecnologias de comunicação e ao uso de drogas, e aos projetos de futuro dos/das jovens.

No espaço escolar as interlocutoras da pesquisa foram: duas diretoras e uma coordenadora pedagógica. Estas foram escolhidas por o pesquisador acreditar que são as profissionais que dão encaminhamentos aos problemas dos/das jovens no contexto da escola. As entrevistas aconteceram nas próprias escolas em que a maioria dos/das jovens estuda. É importante esclarecer que, em relação aos/às jovens do assentamento Marrecas, todos/as os/as que participaram da pesquisa estudam na mesma escola (Ensino Fundamental e Médio). Todavia, os/às jovens do Nova Esperança que estão no Ensino Fundamental estudam em escola diferente em relação aos/as jovens do Ensino Médio, como já foi mencionado anteriormente. Vale dizer ainda que, neste último caso, foi escolhida a escola que tinha maior número de jovens da pesquisa.

No que se refere aos aspectos pautados nas entrevistas com as interlocutoras da escola, dizem respeito a: visão da escola sobre os/as jovens do assentamento rural, a inserção deles/as no

contexto da escola, os problemas que a escola enfrenta em relação aos/às jovens do assentamento, como a escola encaminha os problemas relacionados a esses/as jovens, se existem diferenças no tratamento dado aos/às jovens do assentamento em relação aos jovens que não são, se os conteúdos estudados na escola falam da vida dos jovens de assentamento rural da Reforma Agrária, a contribuição da escola para a realização dos projetos de futuro dos/das jovens. Tais questões serão aprofundadas nos capítulos subsequentes.

Entrevistei também o representante da FETAG polo de Guanambi no intuito de buscar a visão dessa instituição, que tem sido parceira dos assentamentos *locus* da pesquisa desde a luta inicial que desembocou no que hoje são os assentamentos Marrecas e Nova Esperança. A entrevista com o representante da instituição supracitada se pautou nas seguintes questões: o trabalho desenvolvido pela FETAG junto aos jovens, as políticas públicas de juventude do campo, a relação dos/das jovens com o trabalho no campo, a expansão do agronegócio no campo, a Reforma Agrária no Brasil e a visão sobre os/as jovens dos assentamentos pesquisados. Vale ressaltar que foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com o representante desse movimento sindical, a primeira em 02/12/2012, e a segunda em 21/11/2013. A primeira teve como objetivo levantar informações de caráter mais histórico e numa perspectiva mais geral sobre a existência e o trabalho da FETAG polo de Guanambi na região. A segunda centrou-se nas questões da juventude dos assentamentos rurais da Reforma Agrária.

Nessa busca dialética em compreender como os/as jovens de Assentamentos da Reforma Agrária se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo, a itinerância do pesquisador pelos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, que são espaços genuínos de contradição, contou com a participação significativa do presidente da Associação de cada comunidade, somando-se ao conjunto de entrevistados, com suas experiências de gestão, de vida de assentados da Reforma Agrária, de pai de família. A figura de cada presidente foi muito importante no decorrer de toda a investigação, proporcionando as condições materiais (local para ficar, contato com os/as jovens, familiares), buscando me aproximar da comunidade, ao mesmo tempo em que desvela o seu olhar sobre a luta cotidiana no contexto dos assentamentos. A parceria dos presidentes das associações permitiu que o pesquisador mergulhasse no cotidiano dos moradores dos assentamentos de forma bastante tranquila.

Em síntese, no total foram realizadas 31 entrevistas semiestruturadas. O seu uso foi de vital importância na combinação com os outros instrumentos utilizados na pesquisa. Segundo Laville e Dionne (1999), esse instrumento possibilita um contato maior entre o entrevistado e o pesquisador, que colhe informações com o intuito de obter, além da compreensão da realidade social do entrevistado, o conhecimento de suas motivações pessoais, bem como a exploração dos conhecimentos pessoais, seus valores, suas crenças, sentimentos e opiniões.

As entrevistas foram gravadas, exceto uma, como foi dito anteriormente, assim como os grupos focais, no intuito de captar os conflitos vividos, as dúvidas tanto dos/das interlocutores/as da pesquisa quanto do pesquisador. Todo o material gravado foi transcrito pelo próprio pesquisador. Esse momento foi atravessado por elucubrações, anotações de questões interpretativas no diário de campo para o pesquisador não ser traído pela memória no instante da análise dos dados. Transcrever é um exercício que requer paciência, escuta sensível a cada detalhe da fala dos interlocutores da investigação e é reviver o momento da entrevista. É busca de conexões entre o empírico e o teórico.

4.3.4 Análise documental

A análise documental constitui uma relevante técnica de pesquisa qualitativa, seja na perspectiva de complementar informações obtidas por outras técnicas de pesquisa, seja desvelando novos aspectos do objeto estudado (LUDKE; ANDRÉ, 2005).

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Nesse sentido, no que se refere aos documentos mencionados anteriormente, foram vistos em caráter de complementaridade aos outros instrumentos de pesquisa usados. Os documentos foram analisados por meio da discussão que os temas e os dados suscitavam em diálogo com as teorias que consubstanciaram a pesquisa. As atas da Associação dos Trabalhadores Rurais dos assentamentos *lócus* da pesquisa subsidiaram a obtenção de informações sobre a história e a luta dos assentados, auxiliando a compreensão da realidade

dos/das jovens e das famílias entrevistadas. Quanto ao Estatuto da Juventude, permitiu conhecer e compreender o que está posto para os/as jovens brasileiros/as na perspectiva da legislação específica na área da juventude.

Quanto ao Documento Reflexões sobre a Política Pública Nacional de Juventude 2003-2010 (BRASIL, 2011b), possibilitou-me constatar a invisibilidade dos/das jovens assentados/as da Reforma Agrária nas ações do governo federal, e como essas ações ainda contemplam majoritariamente os/as jovens urbanos/as. Dessa forma, é importante sublinhar que, os documentos, de modo geral, subsidiaram a reflexão teórica desta tese, portanto foram apreciados e valorizados, pois permitiram, de forma articulada, ampliar o entendimento do objeto estudado.

4.3.5 A observação e o diário de campo: olhar atento no labirinto da pesquisa

A pesquisa,
É o tatear no labirinto.
(...)
É a surpresa a cada descoberta. (...)

(GÉRARD-B. Martin apud LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 278-279)

Sobre a técnica da observação, autores como Bogdan e Biklen (2003) e Haguette (1997) apontam a contribuição dessa técnica para que o pesquisador possa modificar continuamente concepções e resultados anteriores, permitindo uma flexibilidade acerca dos procedimentos de pesquisa. Para Angrosino (2009, p. 56), a “observação é o ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas no cenário de campo através dos cinco sentidos do pesquisador”. Isso significa que o pesquisador deve se colocar no cenário da pesquisa de forma atenta para captar as impressões, as manifestações verbais e não verbais, os sentimentos, as angústias, as perspectivas, enfim, ver, ouvir, tocar, vivenciar. E nesse labirinto, a pesquisa tem a surpresa da descoberta, como propõe Gérard-B. Martin.

A partir desse pressuposto, no decorrer da investigação procurei me inserir em diferentes espaços no contexto dos assentamentos e fora deles. Tive a oportunidade de observar o cotidiano dos moradores, atividades distintas, como de lazer, as estratégias que os/as jovens buscam para se divertirem, de convivência social e vivência de alguns deles na escola. O

diário de campo foi sendo constituído com anotações do visto, ouvido, impressões e fragmentos de memórias relativas às minhas incursões no mundo dos/das jovens assentados/as. Segundo Santos (1998), como instrumento de análise etnográfica, o diário de campo permite que o pesquisador, a partir de seus registros, crie aproximações, desenhe espaços, componha arranjos, entremeando os diferentes discursos que estão em operação na construção das representações que se apresentam.

Os aspectos observados foram registrados no diário de campo, que, aliás, andava o tempo todo comigo, em companhia da máquina fotográfica e do gravador. As anotações foram feitas, quase sempre, imediatamente após a observação de determinada situação, fato acontecido ou conversa com alguém da comunidade. Depois eu aproveitava para fazer reflexões, muitas delas seguidas de indicação de autores que subsidiariam a elaboração teórica. Esses procedimentos foram tomados com a intenção de elaborar o relatório de pesquisa, atitude tomada todas as vezes que fui a campo. Isso não só pela pertinência à metodologia de pesquisa, mas porque eu queria aproveitar o calor das emoções vividas e o avivamento da memória.

O registro das ideias emergentes, a partir da incursão na realidade investigada, foi fonte de inspiração para as reflexões da investigação. As notas de campo caracterizaram-se pela descrição, registro objetivo e subjetivo dos detalhes, das dúvidas que ocorreram no campo e das reflexões, da apreensão do ponto de vista do observador, de suas ideias e preocupações teórico-metodológicas que emanavam da pesquisa. É importante considerar que toda descrição representa, ainda, escolhas e juízos. Vale lembrar que aquilo que foi para o registro passou pelo filtro do pesquisador antes mesmo de ser tomada nota, escrito no diário de campo, e que as informações que aparecem nos momentos informais da pesquisa de campo são tão legítimas quanto as procedentes de outros instrumentos formais. Essa perspectiva acompanhou o pesquisador por todo o itinerário da investigação.

4.3.6 Análise e interpretação dos dados

Definir os procedimentos de análise e interpretação de dados de um estudo investigativo requer um olhar atento ao problema de pesquisa, à luz dos referenciais teóricos que darão inteligibilidade aos processos a serem estudados. Assim sendo, as questões propostas no

presente estudo exigiram um método sistemático de análise que consiste em desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo pesquisado de modo que se esclareçam suas diferentes características e se extraia sua significação (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Desse modo, considerando o problema de pesquisa, que implicou em compreender como os/s jovens de assentamentos de Reforma Agrária se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados/as da Reforma Agrária no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo, parti das categorias totalidade e contradição, do materialismo histórico dialético, para desvelar os sentidos e os significados das falas transcritas dos/das interlocutores/as da pesquisa, em diálogo com a teoria que sustentou o estudo.

Todo o percurso de análise e interpretação dos dados foi guiado pelo paradigma histórico-dialético, que toma por base pressupostos pertinentes à condição humana e vem a ser um método de compreensão e análise das lutas históricas, políticas e, principalmente, das forças produtivas dentro da sociedade capitalista em suas contradições. Esse paradigma subsidiou o pesquisador na compreensão de que os/as interlocutores/as da pesquisa não são sujeitos a-históricos, mas determinados pela história das relações vividas.

Ratifico que o processo de confrontação entre os dados empíricos e as teorias escolhidas para fundamentar o presente estudo, se pautou na dialética, permitindo buscar as conexões, as especificidades, as mediações e as contradições que permearam a vida dos/das jovens filhos/as de assentados em sua totalidade. Sem as contradições não há movimento e sem movimento não há interação entre as coisas, entre as coisas e os pensamentos, entre as consciências, entre os valores (MARTINS, 2008). Nesse sentido, a dialética como paradigma teórico-metodológico possibilitou a análise e a compreensão do fenômeno em sua complexidade, por estar inserido num contexto sócio-histórico, político e complexo. Numa lógica de complementaridade, e em conformidade com os objetivos perseguidos neste estudo e o caráter das técnicas/instrumentos de pesquisa utilizados, procedi à apreciação dos dados coletados com base na análise de conteúdo, na modalidade temática, segundo Bardin (1979).

Dessa forma, o processo de análise e interpretação dos dados exigiu, inicialmente, uma leitura compreensiva do conjunto do material coletado para apreender as particularidades de todo o

material. Em seguida, a partir dos três grandes eixos temáticos/teóricos da pesquisa, foram extraídas as categorias de análise, as quais serviram para a organização dos dados em unidades de significado. Estou denominando de unidades de significado elementos constitutivos do conjunto de dados coletados – trecho, frase, oração, fragmento de cada texto de análise - e reagrupados de acordo com as categorias analíticas, que por sua vez, como dito anteriormente, foram extraídas dos grandes eixos da pesquisa, aos quais, definidos de antemão, serviram para extrair conteúdos que responderam aos objetivos da pesquisa. Serviram de baliza para analisar e compreender a dinâmica da realidade pesquisada, permitindo a descrição objetiva e subjetiva das características mais relevantes do conteúdo produzido por meio das técnicas de pesquisa utilizadas.

Quadro 5 - Roteiro de análise elaborado a partir dos eixos da pesquisa

<p>1. Eixo: <u>Reforma Agrária, Educação do Campo e projeto camponês</u> - totalidade e contradições do ponto de vista das instituições públicas locais (secretarias, escola e sindicato):</p> <p>1.1. Disputa entre capital e lógica camponesa nas condições históricas da região;</p> <p>1.2. Concepções de juventude camponesa do ponto de vista das instituições públicas (secretarias, escola e sindicato).</p>
<p>2. Eixo: <u>Constituição social do ser jovem do ponto de vista da família camponesa</u> (no contexto de sua reprodução social ampliada nas condições históricas dos assentamentos da região):</p> <p>2.1. Na disputa por acesso à terra e à educação (como as condições de acesso afetam a formação dos filhos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão sobre a eficácia da luta social e da participação sindical na garantia do acesso à terra e à educação; • Acesso a políticas públicas de apoio à reprodução econômica da família assentada; • Acesso a políticas públicas de Educação do Campo. <p>2.2. Identidade de campesinato assentado (condições de reprodução social ampliada):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relações econômicas de autonomia/dependência do mercado e do capital; • Processos sucessórios e herança da terra; • Projetos de futuro para os filhos.
<p>3. Eixo: <u>Constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens</u> (no contexto das condições específicas de reprodução social da família</p>

camponesa assentada):

3.1. O jovem como categoria que internaliza o projeto familiar;

3.2. O jovem como categoria que se autonomiza em relação ao projeto familiar;

3.3. Concepções de juventude de acordo com as categorias que sistematizam as concepções indicadas no capítulo 3:

- enfoque geracional; faixa etária; transição para a vida adulta;
- enfoque cultural
- escolhas individuais/coletivas.

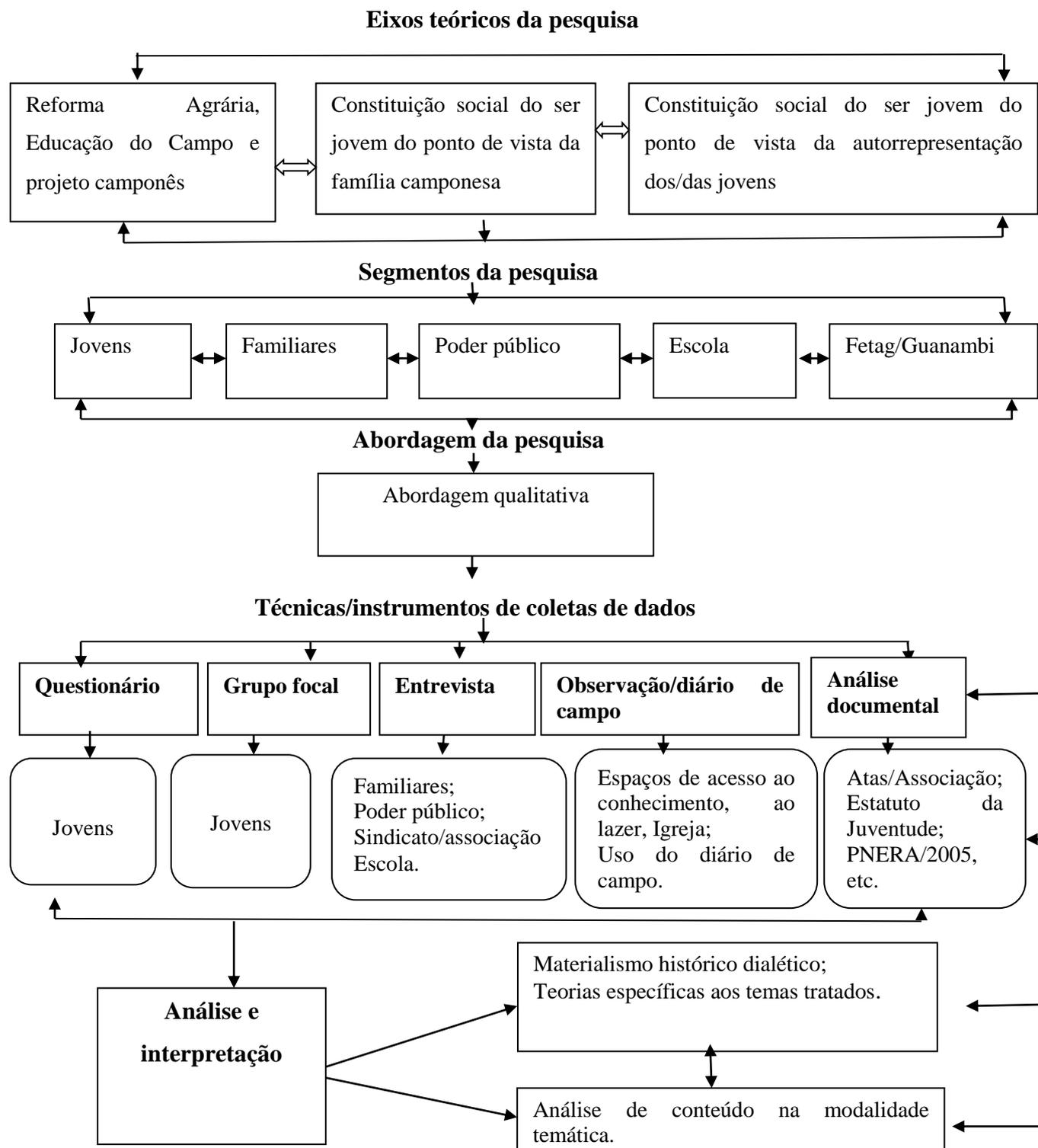
O processo de análise e interpretação se deu de forma dinâmica, de idas e vindas da teoria ao material de análise, e do material de análise à teoria; esse movimento possibilitou desvelar as ambiguidades dos enunciados, acrescentar ou extrair categorias a partir do que a análise foi exigindo conforme as leituras interpretativas do material coletado. Assim, reafirmo que esse processo se deu embasado na dialética relacional, ou seja, “na dialética do conhecimento como expressão do modo de ser dialético das coisas e da dialética da história” (SANFELICE, 2008, p. 79).

Nessa perspectiva, o dinamismo da leitura compreensiva, da organização, da classificação do material coletado em coerência com os objetivos, questões e os conceitos teóricos da pesquisa delinearão o processo de análise e interpretação que aconteceu à luz dos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético sob o crivo da análise de conteúdo na modalidade temática (BARDIN, 1979). Essa etapa do processo de exploração do material foi o momento de ir além das falas, dos fatos. Foi o momento da problematização das ideias explícitas e implícitas, da busca de sentido, do diálogo entre o empírico e outros estudos que me permitiram analisar com profundidade o fenômeno da constituição social dos/das jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária, suas escolhas individuais e coletivas na perspectiva da elaboração dos seus projetos de futuro/vida.

Na escrita do texto analítico, procurei transcrever e contextualizar de forma original as vozes dos/das interlocutores/as, preservando a originalidade das suas falas. Identifiquei-os/as de forma fictícia no sentido de evitar constrangimento para os/as interlocutores/as da pesquisa.

Na sequência, de forma sistemática, encontra-se uma síntese da trilha metodológica da pesquisa com base nos eixos teóricos que deram sustentação ao processo de compreensão da realidade pesquisada e de análise e interpretação dos dados.

Organograma 1- Síntese da trilha metodológica da pesquisa



V O OLHAR DO PODER PÚBLICO, DA ESCOLA E DO SINDICATO SOBRE OS/AS JOVENS DA REFORMA AGRÁRIA

Estudar a constituição do ser jovem de assentamento da Reforma Agrária requer olhar para variáveis que perpassam pelo seu contexto social numa perspectiva macro e microdimensional. Investigar a realidade dessa juventude hoje implica um olhar mais atento às suas lutas, seus sonhos e angústias. Significa pensar nos problemas e nas perspectivas possíveis para esses/as jovens que se veem na fronteira entre manter-se no campo ou migrar para as cidades à procura de oportunidades diferentes das que eles/as têm no campo.

Nesse sentido, para compreender como os/as jovens se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados da Reforma Agrária, no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo, busquei ouvir, captar o ponto vista de uma diversidade de sujeitos que têm vínculo direto ou indireto com os/as jovens dos assentamentos *lócus* da investigação ora apresentada. É evidente que outros sujeitos poderiam ser ouvidos, mas chega um ponto na pesquisa em que é necessário fazer escolhas, aquelas que mais possam contribuir com o objeto de estudo.

Os momentos de diálogos que estabeleci com os/as interlocutores/as do poder público municipal (Secretaria da Educação, da Ação Social e da Agricultura), da escola e do sindicato (FETAG/Guanambi), no decorrer da investigação, resultaram em posicionamentos que aqui estão reproduzidos e refletidos no intuito de responder às questões levantadas e, assim, atingir os objetivos da pesquisa.

Como explicitado anteriormente, a pesquisa se organizou sob três eixos teóricos: Reforma Agrária, Educação do Campo e projeto Camponês; constituição social do ser jovem do ponto de vista da família camponesa; e constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens. Neste capítulo o foco da análise é o eixo Reforma Agrária, Educação do Campo e Projeto Camponês. Desse modo, busquei identificar e analisar a visão das referidas instituições a respeito dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, *lócus* da investigação, na perspectiva de desvelar o olhar do Poder público

municipal, da escola e do sindicato (FETAG/Guanambi) sobre os/as jovens desses territórios conquistados pela luta dos trabalhadores do campo.

A partir de um diálogo teórico-empírico, trago neste capítulo as contribuições dos/das interlocutores/as dos segmentos mencionados, tendo como categorias de análise: disputa entre o capital e a lógica camponesa e as concepções de juventude camponesa do ponto de vista dessas instituições. Revelo, a partir dos dados, quem são os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança para essas instituições e o que se coloca de possibilidades de construção social para os/as jovens da Reforma Agrária, seja na lógica do capital, seja na lógica do projeto camponês.

5.1 Jovens da Reforma Agrária: invisíveis nas ações municipais

A luta dos trabalhadores do campo pela terra e para se manter nela, a qual não acontece desvinculada da luta por educação, tem sido nutrida por contradições colocadas pela disputa entre o capital e a lógica camponesa. A concentração e a centralização de terra nas mãos de latifundiários, atualmente representados pelo agronegócio, configuram-se como contradições presentes na totalidade do território brasileiro, com sua estrutura de propriedade de terra altamente concentrada, situação visível no Estado da Bahia, como foi apontado no capítulo 1 deste trabalho.

Nesse universo de contradições, as pessoas, em especial os/as jovens, constroem suas trajetórias de vida, suas identidades, tecem suas redes de significados e atribuem sentido às coisas, a exemplo do viver no campo, o trabalhar com a terra, às suas experiências com a escola, enfim, constroem seu olhar sobre o mundo. Esse olhar diz muito do lugar que o indivíduo ocupa na sociedade.

Nessa perspectiva, o olhar sobre os/as jovens de assentamentos da Reforma Agrária corresponde ao modo como os/as interlocutores/as atribuem significados a esses/as jovens. As pessoas agem, expressam-se de acordo com sua percepção de mundo e suas próprias elaborações ideológicas, culturais e políticas. Essas elaborações são construídas conforme as relações estabelecidas ao longo da vida, o lugar que os indivíduos passam a ocupar na dinâmica da história. Desse modo, é importante esclarecer que os/as interlocutores/as das

instituições participantes do estudo são consideravelmente novos na função de gestores, observando a última eleição municipal. Todavia, não deixaram de expressar suas concepções acerca dos/das jovens pesquisados/as.

No sentido de identificar a visão do poder público municipal sobre os/as jovens da Reforma Agrária (assentamentos Marrecas e Nova Esperança), dialoguei com os secretários municipais (da Educação, da Ação Social e da Agricultura) sobre algumas questões que envolvem diretamente a vida cotidiana dos/das jovens. Nessa perspectiva, questionei-os sobre este item: Quais ações/programas têm sido desenvolvidas com os/as jovens do assentamento da Reforma Agrária?

De modo geral, o poder público municipal, representado pelos secretários entrevistados, revela que não tem desenvolvido ações/programas específicos para os/as jovens de assentamento. As secretarias têm desenvolvido alguns programas direcionados aos/às jovens, como o PETI e o Programa Nacional de Inclusão de jovens (ProJovem), mas envolvendo apenas os/as jovens urbanos/as. Os/as jovens do campo, no caso especial, os/as de assentamento da Reforma Agrária, têm sido excluídos das ações/programas, daquilo que existe no conjunto das políticas públicas do governo federal³⁹. Quando se referem às ações no âmbito municipal, os/as interlocutores/as acusam que estão arrumando a “casa”, e/ou a ausência de documentação nas secretarias, ocasionada pela gestão anterior, tem dificultado, a assinatura de convênios, como se pode observar nas falas seguintes:

A gestão municipal está ajustando porque é uma gestão nova. A gente tá com uma parceria com o SENAR e o IFBaiano⁴⁰, com palestras, tentando estimular os jovens a ficar no campo, ficar no assentamento, mas no momento tá só em palestras, conscientização, pra depois a gente começar desenvolver alguma atividade (S3).

No caso do assentamento Marrecas, “na realidade, a única coisa de aquisição foi uma sala de leitura que vai oportunizar o contato desses jovens com o mundo letrado, acesso ao acervo

³⁹O Documento Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude (2003 a 2010) elaborado pela Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude em 2011, traz uma relação de 55 programas/ações voltados para a juventude. Desses, apenas 5 são voltados diretamente para os/as jovens do campo, o que de certa forma traduz a invisibilidade dos/as jovens do campo no cenário das políticas públicas no Brasil.

⁴⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e o Instituto Federal Baiano.

bibliográfico, o Ponto de Leitura” (S2). Esse projeto foi inaugurado no período em que a pesquisa de campo foi realizada. O assentamento ainda não elaborou um plano de trabalho de como serão desenvolvidas as atividades de leitura. O que percebi, com o desenrolar da pesquisa, seja por meio da minha imersão no contexto dos assentamentos, seja por meio das entrevistas realizadas com os representantes do poder público municipal, foi uma ausência de ações voltadas para os/as jovens da Reforma Agrária. Essa questão foi confirmada tanto pelos jovens interlocutores da investigação quanto pelas suas famílias, tema que será retomado nos capítulos subsequentes.

“[...] a gente pegou a secretaria, você deve ter ouvido falar muito em ‘vamos arrumar a casa’, pra ver se a gente consegue trabalhar, você sabe que a gente não consegue trabalhar se não tiver documento, com a questão burocrática resolvida” (S1). Sob esse argumento o poder público vai deixando de cumprir sua responsabilidade de gestor público e de proporcionar aos/às jovens as condições objetivas e subjetivas necessárias para garantir uma vida digna. O que se constata é um abandono dos/das jovens dos assentamentos, embora, nas falas dos/as entrevistados/as, se perceba um interesse em desenvolver atividades no futuro que contemplem esses/as jovens, seja na área socioeducativa, seja nas áreas voltadas para o primeiro emprego e geração de renda.

Os depoimentos dos entrevistados do poder público refletem uma preocupação com o futuro dos/das jovens dos assentamentos. Essa é uma questão emblemática que merece ser problematizada pelo menos por uma razão. Há uma tendência no Brasil de a maioria se preocupar com o futuro, com o vir a ser e esquecer-se do presente, do agora, do estar sendo dos indivíduos. Vejo que é necessário mudar o foco, primeiro, atender as necessidades reais, do instante agora, o vir a ser é consequência de como é o presente. É evidente que essa é uma questão para se relativizar, mas ratifico que é urgente cuidar da “plantação” para ter o que se colher no amanhã.

É importante ressaltar que esse descaso com os/as jovens do campo é algo histórico, bem como com a população camponesa na sua totalidade. Essa indiferença aos sujeitos jovens do campo se manifesta em diversas dimensões – sociais, políticas, culturais, econômicas. Em todas elas, se caracteriza como a negação de direitos aos povos do campo, conforme delineado nos capítulos 2 e 3 desta tese.

O que se verificou, no percurso da investigação, é que a luta nacional por garantia de direitos, como acesso à terra e seu uso, acesso à educação de qualidade no e do campo, questões que têm sido pautas fundamentais das reivindicações dos camponeses em luta, contraditoriamente, essa luta não tem se materializado no contexto regional em que a pesquisa foi realizada, haja vista a Educação do Campo, tema de que pouco se tem falado dentro dos municípios em que se localizam os assentamentos cenários da investigação. Ao questionar: Como tem se dado a discussão e implementação da Educação do Campo no município, uma entrevistada ressaltou:

[...] esse ano nós fizemos um fórum municipal de educação e trouxemos essa temática como tema relevante, nós temos que repensar o modo como a educação se dá no campo, agora é algo muito novo, a gente tá buscando o embasamento teórico, aquilo que é proposição de governo, mas a gente tá se adaptando, vendo o que é possível de ser aplicado à nossa realidade (S2).

Essa interlocutora acrescentou ainda que o município aderiu ao Pacto pela Educação - Todos pela Escola, lançado pelo governo da Bahia⁴¹ em 2011, e ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa⁴², criado em 2012 pelo Governo Federal através do Ministério da Educação.

Esses dois Pactos têm uma metodologia voltada para os professores do campo. O que difere o Bahia do Nacional? O Bahia, além da metodologia, ele traz todo suporte para o aluno e para o professor. O Bahia por enquanto nós só temos o material do primeiro ano do ensino fundamental, já o Nacional atende até o 3º ano, mas só a formação. Vemos módulos aí se estuda currículo, metodologias diferenciadas, a parte teórica que dá embasamento da prática (S2).

⁴¹O Pacto lançado em 2011 visa melhorar a qualidade das escolas públicas estaduais e municipais, em toda a Bahia, por meio de um regime de colaboração com os municípios e a parceria da sociedade – Informações disponíveis em: <http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/informativos-e-noticias/index.php?id=3539#sthash.WK0eBg5i.dpuf>. Acessado em 17/02/2014.

⁴²As ações do Pacto pautam-se em quatro eixos de atuação: formação continuada para professores; distribuição e aumento de materiais didáticos e pedagógicos voltados à alfabetização nas escolas; realização de avaliações sistematizadas; gestão, controle social e mobilização da sociedade e da comunidade escolar. O âmbito de abrangência do referido Pacto abarca a ação docente dos professores das escolas da cidade e do campo. O material básico do curso divide-se em oito unidades que tratam da Educação do Campo, pautando diferentes temáticas, tais como: currículo no ciclo de alfabetização; planejamento na perspectiva da diversidade; apropriação do sistema de escrita, alfabetização e consolidação do processo de alfabetização em escolas do campo; o lúdico nas escolas do campo; o trabalho com gêneros textuais em turmas multisseriadas; projetos didáticos e sequências didáticas na Educação do Campo; alfabetização e as diferentes áreas de conhecimento escolar; alfabetização para a escola do campo e o respeito aos diferentes percursos da vida e; ação didática em escolas do campo. Informações disponíveis em: <http://pacto.mec.gov.br/>. Acesso em: 17/02/2012.

É importante esclarecer que o Pacto Bahia e o Pacto Nacional contemplam professores e alunos da cidade e do campo. No caso específico dos municípios da microrregião Guanambi, os professores são orientadores de estudo, denominação dada aos professores que estão sendo formados pelas universidades para serem multiplicadores da formação dentro dos municípios. No caso particular da microrregião Guanambi, a formação do Pacto Bahia acontece no Departamento de Ciências Humanas, Campus VI, cidade de Caetité, e do Pacto Nacional no Departamento de Educação, Campus XII, em Guanambi, ambos da Universidade do Estado da Bahia. Contudo, reafirmo que, conforme informações obtidas por meio de conversas informais com professores desses departamentos, informações obtidas na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da referida universidade e pela minha vivência no Campus XII⁴³ como docente, esses departamentos não têm oferecido ações voltadas especificamente para os povos do campo, principalmente para aqueles da Reforma Agrária, questão já exposta no capítulo I desta tese como se pode observar no quadro 6 a seguir. O que os referidos Departamentos vêm fazendo se resume na formação dos professores que serão multiplicadores no contexto dos municípios que aderiram ao Pacto Bahia e Pacto Nacional.

Quadro 6 - Demonstrativo dos cursos do PRONERA/UNEB

Depto/Campus	Curso	Observação
DCH – I/Salvador	Direito	Em andamento.
DCH - IX /Barreiras	Engenharia Agrônômica	Curso Finalizado. Reconhecido através do decreto 14.769 D.O.E. de 11/10/13.
DCH - IX Barreiras/Arataca	Engenharia Agrônômica	Curso Finalizado. Reconhecido através do decreto 15.318 D.O.E. de 01/08/14.
DEDC – X/Teixeira de Freitas	Pedagogia da Terra	Curso Finalizado. Visita da Comissão de Verificação in loco em 21 a 23/11/12 – Aguardando publicação do Parecer de Reconhecimento.
	Letras/Áreas Assentamento	Curso Finalizado. Aguardando publicação do Parecer de Reconhecimento.
DEDC – XIV/Conceição do Coité	Letras/Áreas Assentamento	Curso Finalizado. Visita da Comissão de Verificação in loco em 26 a 27/07/13 - Aguardando publicação do Parecer de Reconhecimento.
DCHT – XVII/Bom Jesus da Lapa	Pedagogia da Terra	Curso Finalizado. Reconhecido através do decreto 15.319 D.O.E. de 01/08/14.

Fonte: PROGRAD/UNEB.

⁴³ Nos anos de 2007/2008 desenvolvi dois projetos de extensão pela Universidade do Estado da Bahia envolvendo direção, coordenação e professores de escolas rurais nucleadas na sede do município Guanambi, Bahia.

É pertinente ressaltar que, na região em que a pesquisa foi realizada, a luta dos povos do campo pela garantia de uma educação de qualidade no campo e como parte de uma luta maior de superação do projeto de desenvolvimento pautado na lógica da acumulação de capital não tem sido reconhecida na sua totalidade de forma efetiva pela universidade. Da mesma forma, a luta dos sujeitos do campo não tem sido parte da responsabilidade da universidade, em relação ao compromisso de transformação social da realidade.

Segundo Boaventura de Souza Santos,

hoje vivemos um problema complicado, uma discrepância entre teoria e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática. Para uma teoria cega, a prática social é invisível; para uma prática cega, a teoria social é irrelevante (SANTOS, 2007, p.20).

Este é um grande desafio para a universidade: romper uma racionalidade que busque a transformação social sem ter uma compreensão do real. Esse entendimento está presente na luta do movimento “Por Uma Educação do Campo”, que vem acontecendo em nível nacional e já referido neste trabalho. Segundo Mészáros (2008, p.27), “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. Este é um dos princípios da Educação do Campo: criar alternativas educativas para os povos do campo que superem a hegemonia da cultura dominante, que impõe para as escolas do campo um currículo escolar urbano, como se os saberes do homem do campo, seus valores, o modo de vida fossem algo em extinção.

5.2 O olhar da escola sobre os/as jovens: reflexos da hegemonia dominante

Na luta por um projeto popular de desenvolvimento do campo, e do país, uma nova concepção e prática escolar estão sendo gestadas no cenário brasileiro. Segundo Caldart (2000, p.41), “O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos”. Assim, a pesquisa buscou dar voz aos/às interlocutores/as da escola, no intuito de desvelar suas compreensões sobre os/as jovens de assentamento da Reforma Agrária, especificamente, dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, territórios escolhidos para a pesquisa.

Os sujeitos da escola (direção e coordenação pedagógica) comungam do pensamento dos/as interlocutores/as do poder público municipal de que, na ausência das condições materiais de sobrevivência dentro dos assentamentos, os/as jovens estão de fato buscando outras possibilidades, outros lugares para desenvolver seus projetos de futuro, que têm oscilado entre trabalho e estudo. Essa questão tem aparecido em outras pesquisas sobre jovens do campo, como as de Cavalcanti, (2002); Carneiro, (1998); Castro, (2009), dentre outras.

A pesquisa indica como um dos fatores que interferem na saída dos/das jovens do campo as condições climáticas, que acabam fazendo com que os/as jovens escolham outros espaços para desenvolver seus projetos, associando esses outros lugares sempre ao espaço urbano.

Quando se fala no campo, se fala em plantar, colher e multiplicar, não é isso? E na nossa região, não é a escola, não é a sociedade, às vezes é o clima, né, apesar de que com as tecnologias tá mudando tudo, mas são essas mudanças que ainda não chegaram nessa região, faz com que os jovens procurem outros lugares para desenvolver os projetos deles (D1).

No entendimento da diretora 1, a seca que tem assolado a região Nordeste nos últimos anos tira o sonho de viver da terra. Tira o sonho do camponês de “debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo, forjar no trigo o milagre do pão e, se fartar de pão”, como traz a música de Chico Buarque e Milton Nascimento. “O jovem tem vontade de ter determinado projeto, ele sabe que aqui não pode executar esse projeto, ele acaba saindo, não foi a escola [...] foi o meio que a região vive que às vezes não deu condições pra ele” (D1).

Essa visão de atribuir ao clima da região o fator determinante no desenvolvimento dos projetos de futuro dos/das jovens é uma posição reducionista, ou seja, reduz a complexidade do fenômeno a um único fator (o clima), negando, assim, a responsabilidade social do Estado e o direito de acesso a uma política completa de Reforma Agrária, com todo o apoio necessário para a realização do projeto camponês, incluindo neste uma Educação do Campo que atenda aos anseios dos camponeses, servindo de núcleo principal de expansão interna da comunidade.

Apoiada no argumento das condições climáticas e na ausência de tecnologias capazes de interferir de forma significativa na produção da família camponesa da região, a diretora 1 afirma que nem a escola, nem a sociedade são as culpadas por esses/as jovens não

desenvolverem seus projetos no campo, e que a escola nem tem condição de contribuir para que os projetos dos/das jovens sejam realizados nos assentamentos. Quando perguntei à direção e à coordenação pedagógica das escolas onde os/as jovens estudam se os conteúdos trabalhados falam da vida dos/das jovens de assentamento da Reforma Agrária, as respostas foram similares.

No caso específico da escola onde os/as jovens do assentamento Marrecas estudam, fica claro, com base no depoimento da diretora 1, que a escola ainda não tem projeto diferenciado para atender à realidade desses/as jovens. “Hoje o tratamento é igual, surge lá e cá um questionamento sobre a vida dos assentados”. Entretanto, em relação à proposta de trabalho da escola dos/das jovens do assentamento Nova Esperança, apesar de também não ter um projeto diferenciado, segundo a coordenadora pedagógica e a diretora 2, os projetos didáticos têm sido todos voltados para a vida do homem do campo, buscando discutir as questões da realidade dos/das jovens, principalmente as ligadas ao mundo do trabalho.

A inserção dos/das jovens no mundo do trabalho é uma questão emblemática que merece ser problematizada. Frigotto chama atenção para as simplificações e mitificações em relação ao conceito de trabalho, que têm reduzido “o trabalho, de atividade humana vital - forma do ser humano criar e recriar seus modos de vida – a emprego, forma específica que assume predominantemente o trabalho sob o capitalismo: compra e venda da força de trabalho” (FRIGOTTO, 2005, p.3).

Entendo que a escola, seja ela da cidade ou do campo, deve conceber o trabalho “como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos” (FRIGOTTO, *Ibid.*, p.3), como um princípio educativo.

O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram ou vivem do trabalho de outros (FRIGOTTO, *Ibid.*, p.3).

Esse é um grande desafio a ser enfrentado pela escola, principalmente porque requer mudanças na sua organização, na formação dos professores e na concepção do currículo

escolar. Essa questão é ilustrada com a fala da coordenadora pedagógica quando pondera que, na matriz curricular da escola onde os/as jovens estudam, o componente curricular Técnicas Agrícolas é ministrado por professores que não têm uma formação específica para atuarem em escola do campo e que os alunos têm mais vivências com o campo do que os professores.

Fica explícito, no depoimento da coordenadora, que a maioria dos professores que leciona na escola do assentamento Nova Esperança não mora na comunidade, o que no seu entendimento dificulta o trabalho da escola na perspectiva de compreender as contradições presentes no campo, de reconhecer e considerar os valores e a identidade da comunidade camponesa na proposta de trabalho da escola.

Sobre essa questão Caldart coloca:

Toda vez que uma escola desconhece e/ou desrespeita a história de seus alunos, toda vez que se desvincula da realidade dos alunos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços (CALDART, 2000, p.73).

O texto Base da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia-GO, em 1998, traz as concepções e nove princípios pedagógicos para a elaboração de um proposta específica de escola do campo; dentre eles, destaco, aqui, o que se refere à necessidade de transformação dos currículos escolares, explicitando que “a escola do campo precisa de um currículo que contemple necessariamente a relação como trabalho na terra” (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 68). No entendimento da coordenadora pedagógica entrevistada, [...] “a escola no campo ainda não tem essa visão de campo, [...] o município eu acredito que ainda falta muito pra ser uma escola diferente, ainda é um currículo único da escola urbana pra escola no campo”.

A coordenadora afirma: “Eu nunca participei de um curso sobre Educação do Campo, esse ano aqui também não teve nenhuma proposta, nunca tive essa disciplina na faculdade no curso de pedagogia, nem na licenciatura em história que fiz”. A fala da coordenadora confirma a questão apontada no primeiro capítulo desta tese, e retomada neste capítulo, no que se refere à falta de iniciativa de formação de educadores e educadoras das escolas do campo ou qualquer projeto da universidade da região voltado para os sujeitos do campo.

Isso se configura como uma contradição, considerando as lutas e as conquistas dos sujeitos do campo no cenário nacional, seja no âmbito da garantia de direitos por meio da legislação, a exemplo do Decreto de Nº 7.352/2010, que eleva a Educação do Campo e o PRONERA como políticas públicas, seja em relação às diversas experiências de formação de educadores e educadoras do campo que vêm acontecendo em diversas partes do país. Na concepção de Arroyo (2005), a luta nacional pela terra, pela educação, tem obrigado o Estado brasileiro e a sociedade a redefinirem visões e políticas públicas que contemplem o homem do campo, que, historicamente, ficou na escuridão da história.

Sob esse aspecto, a pesquisa revela uma outra realidade. Essa história de mudança de concepções e práticas da Educação do Campo ainda não está sendo escrita nos espaços em que o estudo foi desenvolvido. Os/as jovens continuam recebendo uma formação que desconsidera a realidade concreta e que desvaloriza o trabalho e o viver no campo. Não visualizei, no caminhar da investigação, um horizonte de mobilização local no sentido de garantir uma Educação do Campo nos princípios em que vem sendo colocada em âmbito nacional. O visível é ainda uma prática de adaptação do que o Estado propõe para as escolas do campo. Desse modo, as especificidades, os valores singulares dos sujeitos do campo aqui em destaque, os/as jovens, continuam ficando em segundo plano. Assim, afirmo que a educação ofertada aos sujeitos jovens da pesquisa ainda não é capaz de visualizar a juventude como tempo de direitos, composta de uma diversidade de sujeitos que vivem condições juvenis singulares.

Assim, o que se propõe é a construção de uma escola do campo e da cidade que possa contribuir para a compreensão da realidade dos/das alunos/das, com um projeto que vincule a educação às questões sociais inerentes à realidade em que eles/elas estão inseridos/as. Uma educação que seja capaz de articular a prática pedagógica com um processo de construção de um projeto de desenvolvimento da sociedade que ressalte os valores, as culturas dos povos independentemente da sua localização geográfica, etnia, sexo ou classe social; um projeto em que os/as jovens do campo, em particular, possam ter oportunidade de desenvolver suas capacidades, colocar em ação seus potenciais no sentido de construir a sua emancipação, o seu pleno desenvolvimento humano.

5.3 Os/as jovens da Reforma Agrária sob o olhar do sindicato (FETAG/Guanambi)

Desde o início da luta dos trabalhadores sem-terra, os quais hoje são assentados da Reforma Agrária no assentamento Marrecas e Nova Esperança, a FETAG/Guanambi tem sido a figura sindical que acompanha e apoia a luta pelo acesso à terra e permanência nela, o que não a faz ser uma luta solitária, mas coletiva. Assim sendo, neste estudo da constituição social dos/das jovens da Reforma Agrária, considere relevante desvelar como esses/as jovens são vistos/as pela FETAG polo de Guanambi e qual é a sua relação com a juventude dos assentamentos em estudo. Numa ideia de complementação, julgo ser coerente agregar dados da entrevista do presidente da associação dos assentamentos *locus* da pesquisa neste item do trabalho.

Nesse sentido, busquei dialogar com esses interlocutores no intuito de conhecer o trabalho desenvolvido tanto pela FETAG polo de Guanambi no contexto regional, especificamente direcionado aos jovens, quanto pela Associação. Observando o quadro 3 apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, onde constam as atividades e serviços prestados por essa federação na microrregião Guanambi aos trabalhadores do campo, e considerando a segunda entrevista semiestruturada realizada em 21/11/2013 com o mesmo assessor da FETAG, percebi que essa instituição sindical não tem desenvolvido nenhuma ação efetiva que contemple diretamente os/as jovens do campo numa perspectiva de continuidade. É importante esclarecer que a primeira entrevista realizada com o assessor citado acima teve a finalidade de colher informações de caráter mais histórico sobre a instituição a que pertence, enquanto a segunda abordou uma perspectiva mais ampla, voltada para as ações e visão da FETAG sobre os/as jovens da pesquisa.

Quando perguntei ao assessor da FETAG como tem sido o trabalho da Federação junto aos/às jovens dos Assentamentos Marrecas e Nova Esperança, ele apontou que o trabalho tem acontecido de forma limitada por não ter a instituição condição em desenvolver ações mais consistentes que possam abranger a maioria dos/das jovens. No caso dos/das jovens dos referidos assentamentos, ele ressalta que a FETAG conseguiu, há cinco anos, que alguns jovens do assentamento Marrecas fizessem o curso Técnico em Agropecuária pelo PRONERA nas cidades de Irecê, Itapetinga e Vitória da Conquista. Mas, por outro lado, ele não sabe informar se esses/as jovens estão colocando em prática, dentro do assentamento, o que aprenderam no curso, mas que esta era a intenção da formação desses/as jovens: que o

conhecimento fosse multiplicado no contexto da comunidade para o desenvolvimento das famílias camponesas assentadas.

O assessor da FETAG explicita que, “pra sentir efeito de resultado a gente não tem feito nada. Tem feito reuniões e, às vezes, os jovens não participam, às vezes eles preferem ouvir um som ali do que ouvir falar de movimento”. Ele reconhece a carência de um trabalho que possa envolver os/as jovens, mas, por outro lado, reconhece também a limitação da federação, principalmente porque o número de assentamentos atendidos pela federação na microrregião é muito grande. O assessor do movimento aponta que, em muitos casos, os problemas no contexto dos assentamentos são detectados, encaminhados para os órgãos competentes, que têm condição de resolvê-los, mas não resolvem. Ele relata, por exemplo, um caso no município de Sebastião Laranjeiras, em que aproximadamente 70 famílias deixaram o assentamento; a Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia já foi informada e nada foi feito até o momento; contraditoriamente, outras famílias estão acampadas na região sem serem assentadas.

Fica claro, na pesquisa, que o sindicato dos trabalhadores rurais na microrregião Guanambi, apesar de revelar, por meio da entrevista, que defende o projeto camponês de Reforma Agrária, tem atuado apenas como elo mediador na burocracia estatal, deixando de reforçar as condições de luta pela reprodução social dos assentados, após a conquista da terra.

No contexto da pesquisa, busquei saber como o movimento sindical (FETAG/Guanambi) vê a formação política dos assentados e dos/das jovens dos assentamentos analisados. O movimento destaca que a formação política dos assentados deve acontecer de forma continuada, e que os assentamentos precisam buscar parcerias como SENAR e o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) para fazerem a capacitação dos camponeses e, principalmente, da juventude. O movimento afirma que não tem como lutar pela ocupação, pelo acampamento, pelo assentamento, e ainda fazer a formação, que o movimento na região não tem “pernas” o suficiente para fazer um acompanhamento mais direcionado. Todavia, ele reconhece que os/as jovens têm de ser formados em condição de permanecer no campo, embora compreenda formação política como formação técnica.

No entendimento de Cassin (2009, p.69-70), a formação, na perspectiva do capitalismo, precisa ser “técnica para atender as exigências do capital em relação ao desenvolvimento das forças produtivas como também atender as exigências políticas/ideológicas das relações de produção capitalista.” Entretanto, numa outra posição em que o modelo de desenvolvimento tem como centro o ser humano concreto e não o capital, a formação política de um indivíduo deve ser capaz de fazê-lo compreender a realidade social na sua historicidade e na dinâmica das contradições que a movem. Nesse contexto, é fundamental o papel dos movimentos sociais e sindicais do campo e da cidade como sujeitos históricos e outras instituições de classe, capazes de “elaborar uma consciência coletiva sustentada em uma análise apropriada da realidade [...]. Quanto à análise, trata-se de utilizar instrumentos capazes de estudar os mecanismos de funcionamentos da sociedade e de entender suas lógicas” (HOUTART, 2007, p. 427).

Quanto ao trabalho da associação direcionado aos/às jovens, tanto o presidente do assentamento Marrecas quanto o do Nova Esperança afirmam que não têm feito nada, que a associação nessa questão deixa a desejar; “os jovens é a sequência daqueles que convivem aqui” (PAM). Entretanto, parece que essa é uma questão que não está muito definida no imaginário dos/das jovens e de algumas famílias camponesas.

Essa é uma questão para refletir, pois a luta social dos povos do campo em prol de um projeto político de nação para todos impõe a necessidade de formação política dos sujeitos, aqui, em especial, do campo. O conceito de intelectual orgânico de Gramsci nos subsidia a compreender que o indivíduo comprometido com a transformação social, numa lógica contra-hegemônica, procura construir uma nova concepção de mundo. No entendimento de Wachowicz (1991, p.62), “para Gramsci, o conceito de intelectual está ligado ao de classe social e o intelectual é orgânico na medida em que representa uma classe social”.

Desse modo, é necessário questionar o Sindicato (FETAG) como entidade de classe que não é capaz de desenvolver a formação política dos sujeitos de sua classe, em especial dos/das jovens do campo, de modo que estes/as possam se organizar, politizar os conflitos sociais e compreender as contradições que movem a sua realidade, e, conseqüentemente, ser protagonistas do exercício da participação coletiva e da construção de uma cultura política democrática nos espaços em que estão inseridos e fora deles. É preciso que o movimento

sindical (FETAG) desenvolva atividades no campo da cultura e da política com ênfase nas mudanças de mentalidade e de comportamentos dos indivíduos, sendo, portanto, portador de discursos e práticas em que se interpenetrem conhecimentos científicos e experiências cotidianas.

Assim, afirmo que a questão da formação política dos assentados, sobretudo dos/das jovens, é uma necessidade que se coloca no contexto dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, tendo como referências o destino que se pretende para as áreas de Reforma Agrária, a superação da hegemonia dominante e a constituição da força coletiva no contexto dos assentamentos.

5.3.1 Modelos de Reforma Agrária e a incerteza de ser jovem camponês

Uma questão que, no meu entender, está intrinsecamente ligada à constituição da identidade camponesa dos/das jovens diz respeito ao modelo de Reforma Agrária que tem acontecido no Brasil. Na entrevista com o assessor da FETAG, ele destaca que a luta dos trabalhadores do campo tem sido descaracterizada pelo Estado, que, hegemonicamente, tem reforçado o poder dos latifundiários e fortalecido o agronegócio. Essa questão se enquadra no debate sobre os dois modelos distintos de Reforma Agrária discutidos nos capítulos I e II desta tese. O modelo por desapropriação e por mecanismos de mercado, ou seja, compra e venda da terra.

No entendimento de Mello e Gomes (2013, p.4-5), “não basta colocar a implantação de um assentamento conforme o que já se prevê (ainda que isso quase nunca ocorra), mas, formular e implantar políticas mais intensas e inteligentes para dar conta das especificidades.” O percentual de famílias em “extrema pobreza” nos assentamentos da Bahia, conforme a mesorregião em 2009, ainda se apresenta de forma acentuada, conforme se pode observar na tabela 5 a seguir.

Tabela 5 - Percentual de famílias em “extrema pobreza” nos assentamentos da Bahia conforme a mesorregião em 2009

Mesorregião	% de famílias
Vale São Francisco	36,1
Sul	26,7
Extremo Sul	30,3
Centro Sul	30,6
Centro Norte	30,8
Nordeste	30,2
Metropolitana	30,0
Bahia	31,4

Fonte: MELLO; GOMES (2013, p.19).
Elaborada com base na pesquisa INCRA/2010.

Os dados mostram que o número de famílias em “extrema pobreza” nos assentamentos rurais basicamente supera o número de famílias nessa mesma situação de pobreza da mesorregião metropolitana. Ou seja, as condições de sobrevivência desses dois grupos de indivíduos são similares. Mello e Gomes (2013), com base nos dados do INCRA/2010, apontam que 21% das famílias assentadas no Brasil ainda não têm acesso à água suficiente, 36,4% na Bahia, somente 42% têm acesso à energia elétrica, 58% na Bahia, 67,9% acham as estradas ruins ou péssimas, 70% na Bahia, 47,8% não acessaram o PRONAF, 48% na Bahia.

Observando os dados, é possível relacioná-los com o modelo de Reforma Agrária conservadora (CARTER, 2010), que beneficia poucas pessoas, favorece muito mais o Estado e os grandes latifundiários rurais, e, por outro lado, a distribuição de terra não altera as relações de poder existentes, e conseqüentemente, não tem instituído mudanças revolucionárias na realidade social dos indivíduos das famílias assentadas, apesar dos avanços conquistados pelos trabalhadores rurais. Ainda assim, os dados demonstram o tamanho do déficit de infraestrutura e de acesso a créditos nos assentamentos do país e em particular na Bahia.

Agora mesmo nós estava com um acampamento no Vale do Iuiú com 170 famílias, lá o fazendeiro pediu reintegração de posse e conseguiu, o fazendeiro teve apoio, os trabalhadores estão lá sem fazer nada. Então, se

não tiver uma política diferenciada, não vai dá! Você vê que são pessoas, trabalhadores rurais que querem desenvolver um trabalho, quer produzir, mas se depara com a burocracia que ainda existe (FETAG/GUANAMBI).

A fala do interlocutor da pesquisa evidencia que opera sobre o Estado o poder emanado do latifúndio. Essa é uma questão histórica debatida no primeiro capítulo desta tese que continua viva na sociedade brasileira. A hegemonia dos coronéis do campo, mesmo numa sociedade teoricamente democrática, ainda continua operando no país. No entendimento de Gramsci (1982), hegemonia significa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil.

O conceito de hegemonia de Gramsci nos ajuda a entender que o predomínio ideológico da classe dominante no campo brasileiro tem operado de forma efetiva nas questões da Reforma Agrária. Esse conceito permite que se compreenda como têm se dado as relações de poder no campo. A fala do assessor da FETAG/Guanambi é bastante ilustrativa dessa questão quando ele destaca que o modelo de Reforma Agrária de mercado tem favorecido o latifúndio e enfraquecido ainda mais os camponeses.

[...] quem levou vantagem com essa Reforma Agrária de mercado foi os fazendeiros, por que foi os fazendeiros? Por exemplo, eu sou um fazendeiro, eu tenho a terra pra vender, ou três ou quatro fazendas, eu boto a terra pra vender a mais inferior, aí você é o corretor que faz os trâmites, vê as famílias, tenta colocar nas terras, negociar com os fazendeiros, aí você já negocia comigo que sou o fazendeiro, aí tem essa terra aqui, essa parte daqui pra lá eu vendo pra você, avisa o pessoal aí pra ocupar essa área, mas essa área só serve pra criar bode, não produz outra coisa, as terras filé, eu não vendo, eu te vendo essa, aí eu tô capitalizando o fazendeiro e lascando com os pequenos que já vem com fome, já vêm com carência de terra, e aquela vontade de produzir, aquela ansiedade. O preço que o fazendeiro coloca é de terra boa. [...] Muitos fazendeiros aqui ganharam com isso, vendeu as terras ruins que tinham das 10, 5, 3 mil hectares, tirava mil pra vender por CDA, pelo Crédito da Terra, lascava com os produtores, muitos estão inadimplentes por causa disso, chega na terra, planta roça de feijão, o feijão não sai, ele já assumiu o débito da terra, da casa, todo investimento que teve, aí planta o feijão, a parcela já vem no ano que vem, aí chega o ano que vem não sai, entendeu, já entra inadimplente, o cara não consegue sobreviver ali porque o que plantou não produziu, ele acaba largando tudo e sai, só que ele já sai do assentamento com o nome sujo.

O assessor da FETAG pondera que, em muitos casos, o intermediador da compra entre trabalhadores sem-terra e o fazendeiro coloca os trabalhadores contra o movimento, quando o

movimento identifica que a terra que está para ser vendida é uma terra “ruim”. O poder do capital fala mais alto do que a relação de confiança dos trabalhadores sem-terra com o sindicato. Isso é compreensível, tendo em vista que esses trabalhadores estão com muita vontade de produzir, de ver um sonho muito próximo de acontecer, uma página nova da sua história que está para ser escrita ou reescrita. A esperança de dias melhores, mais tranquilos, mais humanos os impulsiona a apressar a conquista da terra, melhor dizendo, a compra da terra. Portanto, não conseguem ver as artimanhas ideológicas do capital ao querer ludibriá-los.

De posse da terra, mas junto com ela, a dívida contraída pela sua compra via Crédito Fundiário. Esse tem sido o modelo de Reforma Agrária predominante na região segundo o assessor da FETAG/Guanambi e, no entender de Fernandes (2001b), visa dismantlar o projeto dos sem terra e beneficiar os latifundiários. Por outro lado, deixa os trabalhadores em condições mais fragilizadas do que antes, pois contraem a dívida da compra da terra. Muitos trabalhadores têm ficado inadimplentes junto às agências financiadoras da terra e de outros recursos para sua manutenção, por não conseguirem quitar suas dívidas. Essa é uma realidade constatada no assentamento Nova Esperança.

O que é produzido pelas famílias assentadas não é suficiente para o autoconsumo e para pagar as dívidas contraídas. Em virtude de vários fatores, como a falta de assistência técnica, muitos assentados são analfabetos, portanto não dispõem de conhecimentos técnicos para serem aplicados na produção e, por outro lado, falta experiência de trabalho coletivo entre os assentados, dentre outros fatores.

Aí que eu pergunto: que Reforma Agrária é essa que o governo está impondo? Porque aí é forçar o trabalhador a fazer a Reforma Agrária. Você tem que comprar tudo, e disse que isso é Reforma Agrária. Eu acho se a gente quer fazer uma Reforma Agrária, tem que dá condição, que o cara já está quebrado (**FETAG/GUANAMBI**).

A Reforma Agrária de mercado atende ao interesse do Estado, mas não resolve os problemas dos camponeses assentados, uma vez que eles não conseguem viver dignamente da terra. Por outro lado, reforça o poder do capital no campo; muitos trabalhadores, inclusive jovens, são obrigados a venderem sua força de trabalho para o latifúndio, hoje representado pelo agronegócio. “Nosso público tá migrando tudo pra dá apoio ao agronegócio, eu conheço

filhos de colegas, agricultor familiar que estão todos trabalhando nas grandes fazendas do agronegócio, produção de algodão” (FETAG/GUANAMBI).

Na ótica desse movimento, o agronegócio na região tem-se aproveitado dos poucos jovens que foram capacitados pelo movimento. Os/as jovens se formam, mas não veem possibilidades de desenvolvimento dentro do assentamento. Então, muitas vezes, por uma questão de sobrevivência ou pelo fascínio de ganhar dinheiro, poder comprar bens materiais, os jovens são cooptados pelo agronegócio.

Nesse processo, as trajetórias de vida desses jovens vão sendo construídas entre o desejo de colocar em prática o conhecimento adquirido nos seus próprios projetos e a necessidade de enfrentar o trabalho duro, precário no agronegócio, realizando-o muitas vezes em condições subumanas, com alta jornada de trabalho e exploração da sua força de trabalho pelo dono do capital. Todavia, essa atividade lhes proporciona bens materiais que o trabalho junto à família assentada nas áreas da Reforma Agrária não lhes tem proporcionado.

No entendimento de Martins (1986), o principal fruto das lutas no campo é a emancipação política dos trabalhadores rurais, cujas consciências têm sido secularmente escravizadas pela dependência pessoal e pelo clientelismo político. Esse autor explicita que a questão agrária não será resolvida com a simples distribuição de terras. É necessário “evitar que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado” (MARTINS, *Ibid.*, p.61). Frigotto corrobora esse pensamento quando afirma que “não basta ter acesso à terra. É necessário que haja uma política agrária mediante a qual possam viabilizar uma vida digna” (FRIGOTTO, 2004, p.210).

Assim, pode-se dizer que o modelo de Reforma Agrária realizado no Brasil tem demonstrado pouca preocupação quanto ao futuro do assentado na terra, ou seja, com as condições necessárias para o camponês produzir de forma viável, bem como se reproduzir socialmente no campo com qualidade de vida. Isso configura preocupação com a reprodução do trabalho da família camponesa no contexto dos assentamentos. A ideia de os/as filhos/as reproduzirem as atividades produtivas da família cada vez fica mais distante da realidade, pois os sentidos

que os/as jovens vão atribuindo à terra refletem a situação vivida pela família. A terra passa a ter uma conotação negativa, portanto sai do campo de desejo dos/das jovens.

Na opinião do movimento sindical (FETAG), na atual conjuntura em que se encontra o camponês no contexto dos assentamentos e frente às dificuldades encontradas no processo de luta pelo acesso à terra e seu uso, de modo geral, a maioria dos/das jovens não quer ficar no campo, o que compromete a reprodução social do trabalho da família camponesa. A formação de novas gerações de camponeses, sob a ótica do movimento sindical, é algo muito incerto, a possibilidade de continuidade do patrimônio familiar como valor não só econômico, mas também simbólico e afetivo, torna-se algo questionável.

Se você olhar no geral, a maioria não quer ficar não, são poucos os que vão dá continuidade no que o pai vem executando, porque é o seguinte, ele presenciou tanta burocracia, tanta dificuldade [...] eles preferem arrumar um emprego, do que ficar se batendo numa tecla que pra ele conseguir alguma coisa, ele vai chegar à idade do pai na mesma posição que o pai tá hoje (FETAG/GUANAMBI).

Os diversos obstáculos com os quais os camponeses convivem impõem mudanças nas relações sociais de trabalho e de convivência no e do campo. Impõem-se na desconstituição de laços familiares pelo deslocamento das pessoas que buscam alternativas de sobrevivência. Na itinerância da investigação, verifiquei que a falta de condições para manter o sustento da família tem levado muitos pais às fazendas do agronegócio, principalmente para os municípios de Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia. Nesse caso, a migração se configura como uma estratégia para garantir o sustento da família camponesa (WOORTMANN, 2009 [1990]) no assentamento. Isso significa que não são só os/as jovens que têm deixado o campo em busca de outras alternativas de vida, mas também os chefes de família.

Há uma convergência de pontos de vista entre o movimento sindical (FETAG) e os representantes das associações dos assentamentos, no sentido de que os/as jovens precisam ser estimulados a ficarem no campo, ter condição de trabalho remunerado, algo que possa gerar renda dentro dos assentamentos. Os interlocutores denunciam a política do governo federal, a exemplo do Pronaf Jovem Campo e Pronaf Mulher, que nasceram para não funcionar, pois os

programas que poderiam incentivar os/as jovens a permanecerem no campo não chegam aos assentamentos pesquisados.

Desse modo, é importante ponderar que as políticas públicas de juventude do campo são frágeis e insuficientes uma vez que elas não conseguem atingir seus objetivos principais, que são: promover geração de renda e melhorar as condições de vida dos/das camponeses e camponesas, conseqüentemente, possibilitar que o homem do campo viva e permaneça no campo. Na perspectiva da política local, as ações têm ficado na base da promessa. Os/as jovens de ambos os assentamentos pesquisados têm sido excluídos das ações direcionadas à juventude. Mesmo os programas socioeducativos, como o PETI, não têm funcionado de forma efetiva e contínua nos assentamentos Marrecas e Nova Esperança.

Entendo que, frente às carências, às ausências, às limitações e, sobretudo, ao predomínio do capital no campo, sob a ótica das instituições públicas aqui destacadas, a perspectiva para os/as jovens dos assentamentos pesquisados é um tanto desanimadora. Isso tem implicação nas possibilidades de construção social dos/das jovens, da identidade camponesa e do processo de continuidade do trabalho camponês da família. O movimento sindical sugere que as famílias precisam repensar a organização do trabalho no contexto dos assentamentos e expressa que

a orientação do movimento é pelo trabalho coletivo. O trabalho coletivo é que enriquece, inclusive esse assentamento que falei que tá com o recurso para pagar cinco parcela é fruto do trabalho coletivo. Os outros que estão no individual, estão inadimplentes (FETAG/GUANAMBI).

Sob a ótica dos presidentes das associações dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, o Brasil precisa de políticas públicas focadas nos jovens da Reforma Agrária que possibilitem mais recursos, financiamentos de projetos para que os jovens continuem sendo os sucessores dos pais, caso contrário, a realidade não vai ser muito boa para aqueles que vêm do processo de Reforma Agrária, questão que será discutida no capítulo subsequente.

5.4 Concepções de juventude camponesa: múltiplos enfoques a partir do ponto de vista das instituições públicas e sindicato

O eco do debate acerca do papel do/da jovem na sociedade faz com que estudiosos da temática juventude, seja ela do campo ou da cidade, a exemplo de Castro (2005, 2009) e

Novaes (2006), apostem num horizonte favorável, num novo cenário de construção protagonizado por uma diversidade de sujeitos organizados do campo e da cidade: movimentos sociais, sindicais, ONGs, universidades, têm proposto importantes pautas no debate político do país. Vêm retomando a discussão da Reforma Agrária como uma forma de luta e enfrentamento político da ordem social hegemônica no sentido de garantir as condições de existência dos camponeses.

No contexto desse debate, emerge a compreensão de juventude como sujeito de direitos, vinculada a um debate maior em prol de um projeto de desenvolvimento de sociedade que se contraponha ao modelo hegemônico atual. Essa percepção torna-se clara, se olharmos para as questões relacionadas ao rural, que têm condicionado os/as jovens em defesa do campo, como, por exemplo, da Reforma Agrária. Nos últimos tempos, muitos jovens têm se engajado em diversos movimentos sociais, sindicais, ONGs, dentre outros, pautando a luta pela garantia de direitos, a emergência de políticas públicas de juventude que consigam contemplar a todos e todas, contrapondo-se ao projeto capitalista de sociedade, debatendo as relações humanas e de trabalho dentre outras questões.

Contextualizando os dados da pesquisa ora realizada, o caminhar investigativo aponta uma outra realidade em relação aos/às jovens dos assentamentos investigados. São jovens que não estão inseridos em lutas sociais e, tampouco, em movimento social ou sindical.

Na tentativa de compreender como os/as jovens de assentamentos da Reforma Agrária se constituem como seres sociais, busquei, numa perspectiva complementar, trazer à tona o olhar do poder público (secretarias municipais, escola) e do sindicato sobre esses/as jovens de modo que pudesse ampliar o leque de possibilidades de compreensão do fenômeno investigado.

Tomei por base os enfoques: geracionais, faixa etária, transição para a vida adulta, cultural e escolhas individuais/coletivas que sistematizam as concepções de juventude no capítulo 3 deste trabalho. Todavia, decidi tecer a reflexão sobre as categorias mencionadas a partir dos dados de forma articulada, pois elas se interpenetram e expressam um ser jovem. Ratifico que não é possível caracterizar ou definir a juventude como categoria social, fazendo uso apenas de um desses enfoques, daí o direcionamento do olhar para essa diversidade de concepções. Não as considero antagônicas, mas complementares. Comungo da ideia de Novaes (2006)

quando ela enfatiza que existem diversas juventudes em um mesmo espaço social. Os/as jovens diferem entre si em decorrência das classes sociais, do lugar onde vivem, das relações de gêneros, dentre outros aspectos. “As definições sobre o que é ser jovem, quem e até quando pode ser considerado jovem, têm mudado no tempo e são sempre diferentes nas diversas culturas e espaços sociais” (NOVAES, 2006, p.105).

Assim sendo, foi perguntado aos três segmentos anteriormente referidos quem são os/as jovens dos assentamentos (Marrecas/Nova Esperança). Obtive as seguintes respostas.

Esses jovens estão inseridos no contexto de assentados envolvidos em lutas por direitos sociais e aí eles têm um perfil diferenciado daquele aluno que está na escola da cidade ou dos distritos e aí nós percebemos que esse aluno, ele, apesar das políticas hoje estarem mais voltadas pra a valorização e permanência desse aluno lá no campo, nós ainda vimos que é muito forte a atração do que a cidade tem a oferecer pra esse aluno, então nós ainda não conseguimos de fato oferecer o que prende esse aluno lá no campo de modo que não se sinta atraído pelo que existe lá na cidade (S2).

Ao tratar dos sentidos atribuídos aos/as jovens pelas instituições públicas que participaram desta investigação, percebi que o poder público municipal reconhece a legitimidade da luta dos assentados como uma luta por direitos sociais, portanto, justa. Ao mesmo tempo aponta a fragilidade das políticas públicas de valorização e permanência do homem no campo, pois tais políticas ainda não conseguiram efetivamente atender aos anseios dos/das jovens dos assentamentos rurais analisados.

A desvalorização do camponês resvala na relação que a escola estabelece com os alunos do campo e na maneira como esses alunos veem o campo, o trabalho com a terra. Na prática, os/as jovens têm presenciado e enfrentado diferentes ordens de dificuldades em viver no assentamento, sejam elas de sobrevivência econômica, relacionadas à educação de qualidade no campo, sejam pela insuficiência de política de créditos e subsídios, como foi expresso anteriormente.

Seja qual for a ordem da dificuldade, os/as jovens não estão imunes a nenhuma delas. As relações sociais tecidas no contexto do assentamento ou fora dele são atravessadas pelas dificuldades que a família enfrenta. Isso impacta sobremaneira a constituição social do/da jovem, que não se vê como parte daquele espaço, daquela realidade num tempo futuro e, isso

implica a possibilidade da não continuidade geracional do trabalho da família. Segundo Weisheimer (2009), numa perspectiva geracional, a juventude é o elo entre o passado e o futuro; por meio dela a sociedade se renova, através das constantes interações entre os jovens e os adultos.

Percebi, no decorrer da pesquisa, que o olhar dos representantes do poder público os quais contribuíram com esta investigação é que os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança não estão estimulados/as em sobreviver do/no campo. Sem estímulo para se manter no campo, muitos jovens homens e mulheres têm deixado o assentamento em busca de emprego e estudo nas cidades circunvizinhas e nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Essa compreensão também é expressa pela escola onde os/as jovens interlocutores/as da pesquisa estudam, como pode ser constatado nas falas seguintes:

[...] eles não veem sua vida naquele próprio assentamento, [...] a visão de mundo quando eles colocam que a escola é importante, ninguém fala que vai plantar, eles sempre pensam em sair, ir embora, em ter uma profissão, eles são jovens ainda, eu nem falo que eles pensam em retornar pra sua comunidade, viver ali da educação (CP).

Procurei saber também junto à coordenadora pedagógica e à direção qual era a relação dos/das jovens que moram em assentamento com a escola. Para a coordenadora pedagógica,

eles têm uma visão muito boa em relação à educação, aqueles que não têm pensam em sair, aqueles não pensam na escola como meio de vencer na vida, pensam em sair do assentamento pra ir pro corte de cana. O que a gente percebe é que eles não pensam em permanecer na localidade (CP).

A coordenadora pedagógica e a diretora escolar complementam, ressaltando que os/as jovens do assentamento Nova Esperança não têm união com os/as jovens de outras localidades e que a maioria dos problemas que acontecem na escola é provocada pelos/as alunos do assentamento e dizem, ainda, que eles/as são agressivos/as; “não sei se é porque eles participam de associação, de reuniões, eles querem mandar na escola, eles têm personalidade forte, por uma parte é bom porque eles reivindicam. Os alunos do assentamento gostam de cobrar coisa, gostar de cobrar é com eles mesmos” (CP). Segundo Mannheim (1982, p. 5) “na

linguagem sociológica, ser jovem significa, sobretudo, ser um estranho, ser um homem marginal, em muitos aspectos um estranho ao grupo”. Esse estranhamento expressa valores e comportamentos diferentes em relação ao outro, muitas vezes não compreendidos pelos pares.

Há um estereótipo em relação ao assentamento, quer ser melhor que os outros, não que ele venha a ser a vítima, no caso ele seria o opressor, o assentamento é melhor, eles se acham, têm o ego muito forte, eles não são assim por tá morando numa associação, tipo dada, não, eles não são os oprimidos, eles são melhores, mas a gente percebe que é coisa de jovens, eles sempre arrumam um jeito de tá marcando seu lugar no mundo, a gente percebe que é uma necessidade de jovem mesmo, o que eles se apegam é a localidade, as raízes, até porque no assentamento eles perdem um pouco disso, eles saem de um determinado local com uma visão de mundo e caem noutra realidade, um monte de gente com valores diferentes dentro de uma mesma comunidade, tentando reviver ou criar uma nova identidade, né, então assim, é uma coisa natural, não é um conflito que atrapalha o andamento da escola por ser dessa ou daquela localidade (CP).

A fala da coordenadora pedagógica traz pelo menos duas questões bastante instigantes para a compreensão do processo de constituição social do ser jovem da Reforma Agrária, quais sejam: a primeira está relacionada à questão do jovem que reivindica. É importante ressaltar que na luta social não há conquista sem a estratégia da reivindicação. Reivindicar é uma maneira de não aceitação da forma como hegemonicamente determinada coisa é. É não se conformar com a realidade da forma como querem que ela seja. Portanto, ser um jovem que exige melhores condições de vida, uma escola de qualidade, é não se contentar com o que está posto. Por outro lado, é construir elementos de uma contra-hegemonia no contexto hegemônico das relações sociais existentes; “as relações sociais são relações ideológicas porque, a dizer o mundo, representá-lo e conceituá-lo, os discursos o fazem de acordo com os interesses de classe” (CURY, 2000, p.46).

Na oportunidade em que os/as interlocutores/as da pesquisa expressam seus pontos de vista a respeito dos/das jovens da Reforma Agrária, estão subjetivamente criando uma representação sobre estes/as, associando-os/as a indicadores de jovens atraídos pela cidade; jovens que gostam de reivindicar; querem mandar na escola, são opressores, de personalidade forte. São indicadores que representam as identidades desses/as jovens na ótica subjetiva do poder público e da escola. No entendimento de Santos, “as identidades não são essências desencarnadas, mas teias complexas de relações, materiais e desejos” (SANTOS, 2002a,

p.523). Nesse sentido, as identidades desses/as jovens são constituídas numa complexidade de relações tecidas nas diversas experiências cotidianas, nos fazeres e seres da vida.

A segunda questão que emerge da fala da coordenadora diz respeito ao estereótipo em relação ao assentamento. Na visão da coordenadora, os/as alunos do assentamento para demarcar seu lugar no mundo, usam estratégia de opressão, saindo da condição de oprimido, na qual historicamente os/as colocaram. Oprimir pode ser uma condição que os/as jovens do Assentamento Nova Esperança encontraram para resistir contra uma realidade que os/as oprime e libertarem-se das garras da opressão.

Segundo Freire,

ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressora, na práxis desta busca (FREIRE, 1991, p.41).

Sob a ótica freiriana, a práxis é a reflexão e ação do indivíduo sobre o mundo numa perspectiva de transformá-lo, pois sem práxis é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. No caso dos/das jovens da Reforma Agrária, oprimir pode ser uma forma de luta para a sua libertação, uma forma de conquistar a consciência crítica dos que historicamente os oprimem. Segundo Mannheim (1968, p.87), a juventude “é um dos mais importantes recursos espirituais latentes para a revitalização de nossa sociedade. Ela tem de tornar-se a força desbravadora de uma democracia militante”.

Na concepção de Weisheimer,

o potencial transformador da juventude, para ser exercido em toda sua potencialidade, necessita que ela se constitua em “geração para si”, com alto nível de identidade e capacidade de organização. Isto só ocorre quando a juventude se encontra ciente de si mesma, percebendo sua unidade de geração e avançando na direção da construção de grupos concretos (WEISHEIMER, 2009, p.69).

Ao analisar os dados do questionário aplicado aos/às jovens, percebi que tanto os/as jovens mais novos de 13,14 anos, quanto os mais velhos de 25, 26 anos, pensam em ir embora do campo. Desse modo, entendo que os/as jovens de modo geral vivem a mesma situação

geracional (MANNHEIM, 1982). Esses/as jovens compartilham experiências comuns, vivenciam as mesmas carências, o que lhes confere unidade.

Ao retomar a fala da coordenadora, quando ela diz que “é coisa de jovem”, entendo que ser jovem é transitório. Segundo Weisheimer (2009, p.73), “a imposição social de assumir novos papéis de adulto muitas vezes torna-se conflitiva, porque os jovens nesta fase tendem a não se identificar com eles.” Assim, a travessia da juventude para a vida adulta impõe desencontros de valores e de visão de mundo em relação aos adultos. A partir dessa perspectiva, a escola como instituição social precisa procurar não moldar o jovem, mas ouvir suas preocupações. “Trata-se da ideia de que a escola deve se tornar um espaço capaz de abrigar os diferentes estilos, culturas e sentimentos juvenis em seu cotidiano como experiências legítimas” (CATANI; GILIOLI, 2008, p.55).

Na opinião da coordenadora,

a visão de mundo modificou muito, a escola do campo não é mais a mesma, hoje em dia os meninos entram aí arrumados, maquiados, a gente percebe que não tem como diferenciar quem é da zona rural quem é da cidade com essas tecnologias, e conseqüentemente, na vida e no trabalho também (CP).

Como referido neste trabalho, a categoria juventude agrega uma diversidade de enfoques ou critérios. Assim, ser jovem não se restringe a uma faixa etária. Com a chegada dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão e a internet, as fronteiras se romperam e constituíram um padrão ideal de homem moderno, conectado às novidades e tendências em constante transformação. Mesmo nas regiões como os assentamentos Marrecas e Nova Esperança, no interior da Bahia, os meios de comunicação produzem a disseminação da cultura jovem, provocando processos de hibridização. Carneiro adverte que, entre querer melhorar de padrão de vida e a relação de compromisso com a família, os jovens

cultuam laços que os prendem à cultura de origem e, ao mesmo tempo, veem sua auto-imagem refletida no espelho da cultura ‘urbana’, ‘moderna’, que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno. Essa inserção, no entanto, não implica a negação da cultura de origem, mas supõe uma convivência que resulta na ambiguidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e aos da localidade de origem (CARNEIRO, 1998, p.99).

As contribuições de Carneiro dialogam com o pensamento da coordenadora pedagógica quando ela afirma que

as tecnologias têm mudado o comportamento dos jovens, a visão de mundo dos jovens do campo não difere muito dos jovens de zona urbana, não há grande diferença, só aqueles valores dependendo da família, ainda permanecem, a identidade permanece, mas a visão é basicamente a mesma (CP).

Essas novidades que têm chegado ao campo, tornando-o cada vez mais heterogêneo, diversificado, diluem as fronteiras entre os espaços rurais e urbanos como tem demonstrado Carneiro (1998). Nesse contexto, os/as jovens reelaboram, reinventam suas identidades sociais, visíveis na fala seguinte da interlocutora.

O celular chegou em todo lugar inclusive no campo, é um instrumento extremamente utilizado, inclusive por eles que estão mais isolados, distantes no campo da efervescência da evolução tecnológica, mas isso tem mudado o comportamento [...] o estilo de se vestir, de se comportar, a televisão, o celular, a internet, eles ficam muito ligado ao que esses meios de comunicação propõem, inclusive descaracterizando o estilo típico dos jovens do campo, o jovem tá no campo mais quer se vestir igual o da cidade, quer falar como os da cidade, quer se portar igual os da cidade, a influência que eu vejo é essa (S2).

A fala acima reforça as análises de Wanderley (2004) quando ela afirma que o mundo rural é um espaço heterogêneo de relações sociais. A interlocutora S2 expressa que, com o acesso aos meios de comunicação, os/as jovens descaracterizam o “estilo típico do jovem do campo”. Entretanto, é importante enfatizar que as identidades locais não se sustentam na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade (CARNEIRO, 1998). Assim, os novos elementos da cultura de massa e das tecnologias agregados à cultura juvenil dos/das assentados/as da Reforma Agrária incorporam novas particularidades identitárias no modo de viver no campo. São elementos que permitem aos jovens abrirem novas janelas para verem a realidade.

O mundo dos/das jovens já não cabe dentro dos assentamentos. Outras possibilidades são colocadas para eles, e é natural que sofram influências externas, porque o ser humano se constitui nas relações que estabelecem no seu cotidiano. O campo dos/das jovens investigados/as já não é o mesmo de antes. A cidade está no campo, assim como o campo está na cidade.

Como enfatiza Velho,

nas sociedades complexas modernas, a multiplicação e a fragmentação de domínios, associados a variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas, constituem um mundo de indivíduos cuja identidade é colocada permanentemente em xeque e sujeita a alterações drásticas (VELHO, 2008, p.44).

Ao contrário das gerações passadas, que construíram suas relações num espaço social mais exíguo, os/as jovens de hoje estão cada vez mais inseridos num universo muito mais amplo de relações sociais que possibilitam pensar sobre suas identidades e suas realizações pessoais. Dos 8,1 milhões de jovens que vivem no campo, 2,4 milhões vivem em situação de pobreza (IBGE, 2010). O sonho de muitos deles/as é conseguir um trabalho, ter uma renda e produzir a sua existência, melhorar de vida. Todavia, essa relação produtiva realizada pelos jovens sempre se dá dentro de um modo de produção e é por ele influenciado.

No caso dos/das jovens aqui analisados, na perspectiva da coordenadora pedagógica entrevistada nesta pesquisa, a situação dos/das jovens é complexa e requer um olhar atento dos implementadores das políticas públicas voltadas para os/as jovens do campo; “é preocupante porque a visão de vencer na vida não só dos do assentamento, mas do campo de forma geral é sair do campo [...] então há a necessidade de uma reestruturação porque, se for essa visão, jovens instruídos com essa visão, o que será do campo”? (CP).

Há uma convergência entre os/as interlocutores/as das instituições públicas (secretarias municipais, escola e sindicato), ao afirmarem que a maioria dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança tem optado pelos projetos individuais, e que as atuais condições de trabalho, acesso à educação e ao lazer têm influenciado as decisões em sair dos assentamentos. No entendimento das referidas instituições, jovens gostam de movimento, de ter uma renda, poder comprar suas coisas, como uma moto, para se movimentar.

Assim sendo, os/as jovens são muito mais fáceis de serem cooptados pela ideologia do capitalismo, que os/as ilude com a ideia de que na cidade é muito mais fácil de gerar renda, garantir o sucesso e que a cidade é o melhor lugar para se viver. Pode até ser, mas o paradigma dominante não mostra as contradições existentes no processo de exploração da força de trabalho dos/das jovens que vão para a cidade, muitos deles/as sem qualificação,

portanto têm que se sujeitar às condições de trabalho, muitas vezes de subemprego. Não que isso não aconteça no campo, mas é preciso sublinhar que o campo também é um espaço de possibilidades, possível de se viver bem. O que falta são as condições necessárias para que de fato o camponês possa tirar da terra o que precisa para sobreviver dignamente.

Quadro 7 - O/a jovem da Reforma Agrária sob a ótica das instituições públicas e do sindicato

Secretarias	Escola	Sindicato/associação
<ul style="list-style-type: none"> ● é atraído pela cidade; ● é parte de uma luta por direitos sociais; ● tem perfil diferenciado em relação ao aluno que está na escola da cidade; ● quer ser igual ao da cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ● o horizonte dos/das jovens está para além de permanecer no assentamento; ● é agressivo; ● é opressor; ● é reivindicador; ● de modo geral aposta na educação como estratégia para sair do campo; ● é inteligente. 	<ul style="list-style-type: none"> ● não vislumbra o campo como possibilidade de continuidade do trabalho da família; ● não tem uma mentalidade voltada para dentro do assentamento; ● descrente com o assentamento.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

O olhar revelado das instituições mencionadas demonstra a complexidade do ser jovem da Reforma Agrária, como que este/a se constitui como ser social em um cenário de expansão do capital. As configurações das instituições públicas e do sindicato sobre os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança são bastante inquietantes e se constituem de um misto de contradições. Ora o/a jovem é visto/a como reivindicador/a dos seus direitos, portanto não aceita determinadas situações e circunstâncias que lhe são impostas, ora é contraditoriamente representado/a como opressor/a. O conjunto de representações dessas instituições em relação aos/às jovens dessas áreas de Reforma Agrária traduz uma identidade jovem que transita em ser e viver do/no campo, mas “querer” ser e viver da/na cidade. Um “querer” que não tem conotação de querer, mas de imposição, dadas as condições materiais e simbólicas em que vivem no campo.

Na compreensão das instituições apresentadas acima, os/as jovens desses espaços não acreditam na potencialidade do campo como espaço de produção e de vida e veem que seus ideais de futuro estão cada vez mais se distanciando da vida camponesa e do trabalho no campo. Isso se torna compreensível do ponto de vista de que os/as jovens, diante da realidade vivida no campo, sem perspectiva de trabalho, de uma formação superior, entre outras ausências no campo, sentem-se em condições desfavoráveis em relação a quem mora na cidade. Isso implica querer romper as cercas da exclusão econômica, social e cultural do campo, romper as barreiras que os/as separam de acessar bens culturais, econômicos e espaços e tempos de lazer.

Frente a isso, o desafio que se impõe à classe trabalhadora do meio rural é lutar pela construção de um campo como um espaço de vida, de educação e trabalho digno, que se contraponha à dominação do capital, ao (re)configurar as relações de trabalho e sobrevivência, criando independência e autonomia para encaminhar suas vidas, permitindo que os/as jovens tenham o direito de escolher os lugares para colocar seus projetos em ação e não serem expulsos do campo pelo avanço do capital.

VI CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO SER JOVEM E REPRODUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA: A VOZ COM A FAMÍLIA CAMPONESA

No presente capítulo, busco, a partir do olhar da família, identificar as estratégias de reprodução social da família que influenciam o modo de vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, situados na microrregião Guanambi, Bahia, e o que a família desses espaços projeta para seus filhos e filhas. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, assim também o trabalho na terra, constituem elementos comuns à vida dos/das camponeses/as.

A maneira como o trabalhador rural se relaciona com a terra, com o mercado, com o capital e com a natureza revela alguns dos elementos que determinam a identidade camponesa. Nesse processo, a constituição social dos/das jovens camponeses é atravessada por esses elementos, que, conseqüentemente, vão deixando suas marcas no cotidiano desses/as jovens. Desse modo, entendo que os/as jovens produzem e são produzidos nas interações que estabelecem com as pessoas, no seu fazer e ser cotidianos.

Nesse entrelaçamento de relações, redes sociais são tecidas e os/as jovens passam a comportar as marcas das experiências múltiplas, dos encontros e desencontros que compõem suas trajetórias individuais e coletivas. Os/as jovens deixam suas marcas, as quais acabam por constituir, no imaginário das pessoas, representações a partir do que estas passam a significá-los/as. Assim, o olhar da família sobre os/as jovens da Reforma Agrária foi desvelado por meio da minha inserção como pesquisador no universo da pesquisa, a qual proporcionou vivenciar o cotidiano dos assentados, ter acesso a experiências, culturais, religiosas, de lazer e de organização política dos assentamentos, o que me conduziu para a construção e elaboração de várias interpretações sobre o processo de constituição social dos/das jovens. Somou-se a essa técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada realizada com as famílias (pai e mãe) dos/das jovens. Assim, as reflexões construídas neste capítulo refletem os significados atribuídos pelas famílias dos/das jovens à terra como lugar de produção, de vida e de educação; sobre a gestão da produção familiar, a identidade camponêsato da família dos/das jovens; o futuro da unidade familiar. Aponta-se a ausência do Estado no contexto dos

assentamentos *locus* da pesquisa. Além disso, destaca-se o olhar da família sobre o deslocamento territorial dos/das filhos/as, as projeções de futuro em relação aos/às jovens, e sinaliza-se a partir das falas da família que é possível se viver no campo.

6.1 A Terra como local de vida, de reprodução e de educação: contradições da realidade

[...]Tem gente que pensa que a terra só serve para cavar buraco no⁴⁴
chão, para ser hotel de minhoca, para enfiar poste de luz [...]
[...] Sem a terra, não ia ter milho, laranja, caqui, jabuticaba, banana,
pêra, uva, cacau, pitanga, mexerica, romã, abacate, melancia, abacaxi, nem
amendoim nem nada. O mundo ia ser só um monte de coisa nenhuma cercado
de água para todos os lados.
(Ricardo Azevedo)

A epígrafe acima subsidia a pensar que a terra é muito mais do que o chão que se pisa. “Há quem da terra dependa para retirar sua sobrevivência. Aquele que sobre ela e nela trabalha, semeando, colhendo ou extraindo” (BAGLI, 2006, p.87). Na compreensão de Marques (2004), o modo de vida camponês é constituído por um conjunto de práticas e valores que têm a família, o trabalho e a terra como núcleo central. Assim sendo, entendo os espaços onde a investigação foi realizada como lugares onde a vida afetiva e a vida do trabalho acontecem.

Nesse sentido, compreendo que a terra é mais do que terra. É espaço onde as relações sociais são estabelecidas, em que os sujeitos do campo vivem, trabalham, se reproduzem e pensam a vida e o mundo. Nesse processo as expressões da vida do homem do campo são constituídas nas suas lutas diárias em busca de melhores condições de sobrevivência. Em se tratando da luta social pelo acesso à terra, no que tange às famílias interlocutoras da pesquisa, uma mãe de um dos/das jovens assentados da Reforma Agrária expressa seu sentimento em relação à luta social pelo acesso à terra, hoje, o assentamento onde vive. “A gente entrou aqui com um pensamento, uma união, foi um sonho que o mundo ia melhorar, como melhorou, o assentamento mudou a vida das pessoas, sim, tinha pessoas aqui que morava em lugar horrível, em barraco.” O acesso à terra passa a ser uma oportunidade possível de sobrevivência das famílias assentadas.

⁴⁴ Conto de Ricardo Azevedo. Se a terra não existisse, a gente pisava onde? Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-1/se-terra-nao-existisse-gente-pisava-onde-634203.shtml>. Acessado em: 22/05/2014.

Com a obtenção do *status* de produtores rurais, após a constituição da associação dos trabalhadores rurais, os assentados tiveram acesso a benefícios dos quais anteriormente estavam excluídos. Como exemplo, o acesso ao Pronaf para compra de gado leiteiro. É importante sublinhar que algumas famílias estão com as parcelas em atraso. “Aqui tem gente que recebeu o Pronaf, comprou o gado e foi acabando, gastando, agora fica aí, o Banco vem, negocia, faz tudo pra vê se paga, se acabou com o que fazer o dinheiro, como é que paga?” Afirma a interlocutora **F14ANM** entrevistada. No caso das famílias do assentamento Nova Esperança, além da inadimplência junto ao Pronaf, soma-se o atraso das parcelas da compra da terra. Questão já referida anteriormente.

Esse é um fator que agrava ainda mais as condições de sobrevivência dessas famílias. Na concepção de Sauer (2010), a Reforma Agrária de mercado deixa o homem do campo mais pobre que antes de estar na terra. Desse modo, as famílias assentadas adquiriram uma “cidadania compulsoriamente instituída, confirmada quando assumem os direitos e deveres de assentados, e materializados através dos créditos, tornando-se consumidores e, ao mesmo tempo, devedores” (SANTOS; GERMANI, 2005, p.13680-81).

A questão da inadimplência tem sido motivo de preocupação e pauta das reuniões da associação dos trabalhadores assentados, principalmente porque muitas das famílias que estão em atraso com o Pronaf já não conseguem gerar o recurso, pois se desfizeram do gado. Conforme relata a mãe **F20ANM**, as condições de trabalho no contexto do assentamento Nova Esperança e a sua continuidade pelos/as filhos dependem muito de

[...] legalizar o assentamento, pagando a dívida da terra pra gente olhar e dizer: isso é nosso, porque aqui tá ilegal, pagar o Pronaf, pra poder fazer projetos no banco. Sem dinheiro não tem como sobreviver, e chuva também. A partir do momento que legalizar o assentamento para que isso aqui possa segurar nossos filhos, porque a partir do momento que renegocia a dívida do assentamento, as pessoas vai trabalhar, todo ano que chegar a carta do banco a gente tá ali com aquele recurso pra pagar a parcela, cada ano que a gente vai pagando, a gente vai sendo dono daquilo ali, a gente vai limpando, vai tendo oportunidade de fazer projeto no banco e os jovem dizer: nois quer trabalhar aqui, nois quer produzir aqui dentro, eles vai ter oportunidade de fazer projeto no banco (**F20ANM**).

A perspectiva de melhoria das condições de trabalho no entendimento dessa mãe passa pela questão do pagamento da terra e da dívida do Pronaf. Legalizar a terra⁴⁵ é uma condição necessária para que os pais incentivem os/as filhos/as a produzirem em suas terras. Todavia, segundo relato das próprias famílias, os/as filhos atestam que, na falta dos pais, eles/as não vão assumir responsabilidades da família, ou seja, as dívidas adquiridas pelos seus pais, tanto pela compra da terra como para garantir a sobrevivência da família no campo.

Na concepção dessa mesma mãe entrevistada, o assentamento

é um lugar rico, o povo é que não dá valor. Você vê aí 13 hectares de irrigação que a gente tem, passa a seca toda, a gente tem melancia, a gente tem feijão verde a seca toda, tem milho verde, tem mandioca mansa, tem maxixe, toda hora que você entrar nesse campo de irrigação você acha coisa pra você comer aí verde, a seca toda. O lugar desse é rico, as pessoas é que não querem dar valor. Aqui não tinha precisão de ninguém sair pra fazenda dos outros contar dia de serviço por 30 conto, diária, não tinha. Então, que é o que eu acho que os pais não tão preocupado com o futuro dos filhos é isso aí, é de deixar o assentamento ilegal (**F20ANM**).

Essa mãe representa o assentamento como um lugar produtivo, de terra fértil, portanto possível de se viver bem. Shanin (2008, p.41) ressalta que “ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas”. Por outro lado, essa mãe denuncia o desinteresse de parte de muitos assentados em relação ao trabalho na própria terra. Esta por sua vez, nesse caso, se configura como espaço apenas para morar. Nessa perspectiva a relação da família assentada com a terra não passa pela “condição de permanência do legado do pão da terra” (SÁ, 2007, p.23).

Muitos pais de família preferem trabalhar como diaristas em fazendas do agronegócio na região. Identificam-se duas lógicas de trabalho acionadas pela família dos/das jovens do estudo. Uma que se enquadra no modelo de desenvolvimento do campesinato sustentado a partir da produção de policulturas, pois a lógica da agricultura camponesa não é o

⁴⁵ A questão da legalização da terra se aplica apenas ao assentamento Nova Esperança, pois o acesso a esta terra foi via Crédito Fundiário como mencionado no capítulo IV desta tese. Ao receberem a terra, as famílias assumiram o compromisso de fazer devoluções anuais aos cofres públicos do recurso emprestado para a compra da terra.

produtivismo, produzir uma única cultura, mas a diversidade de produção, com predominância do trabalho da família, cujo objetivo primeiro é o autoconsumo, a conquista da autonomia e o controle do processo produtivo, mesmo que seja um controle relativo. E a outra lógica, a do sistema capitalista que explora a força de trabalho dos trabalhadores rurais.

Trazendo para este cenário analítico as contribuições de Paulino (2008) sobre a relação do trabalho camponês com a exploração da força de trabalho, esse autor enfatiza que o trabalho do camponês é um trabalho independente, o que ele vende não é o trabalho, mas o seu fruto, fruto este que nasce como propriedade sua, e não do capitalismo. Numa posição contrária, na lógica do capital, o trabalho é subordinado ao capitalismo, ou seja, a reprodução social se constitui de forma dependente do mercado. O trabalhador vende sua força de trabalho para comprar os meios de sobrevivência, enquanto o camponês não estabelece uma relação vital para com o mercado. Esse autor atesta que o trabalho na perspectiva do campesinato, é autônomo e que o campesinato luta para não ser devorado pelo capital. Essa questão foi tratada no segundo capítulo desta tese quando se discutiram os diferentes paradigmas que permeiam o debate sobre o campesinato.

Retomando a fala anterior da mãe entrevistada, é válido frisar que o fato de os assentados deixarem de produzir em sua própria terra, preferindo trabalhar para o capital no sentido de garantir o sustento da família, que por sua vez, para não perder a posse da terra, vive nas terras fruto da luta social, não parece ser consequência exclusivamente da inviabilização de suas condições de existência no contexto do assentamento. É muito mais uma escolha pessoal por acreditar que o trabalho na unidade familiar não é suficiente para manter a reprodução social imediata da família, ou seja, a manutenção da vida, alimentação, cuidados com a saúde, garantir a escola dos/das filhos/as e garantir outros direitos.

É importante registrar que a realidade social descrita por essa mãe acontece de forma mais intensa no assentamento Nova Esperança. Essa questão também é confirmada pelo depoimento do presidente da associação e outros assentados com quem conversei no decorrer da investigação, questão que por sinal tem gerado uma tensão entre os associados. Primeiro, porque o fato de não plantar na terra, conquista da luta coletiva, fere o estatuto da associação. A terra deixa de ser entendida como terra de trabalho (MARTINS, 1997) e passa a ser apenas terra de morada. Desse modo, enfraquece a luta social pela democratização do acesso à terra,

sobretudo porque ela perde o sentido de sua existência. Soma-se a essa questão, o seguinte fato: se o trabalhador rural assentado não cultiva a terra, não tem por que reivindicar políticas públicas específicas para os assentados da Reforma Agrária.

Assim sendo, entendo que essa situação é complexa e necessita urgentemente de ser revista pelo coletivo de trabalhadores no contexto do assentamento, pois, como ressalta Marques (2008a), a reforma agrária surge como alternativa de trabalho, morada e reprodução social dos trabalhadores pobres. Esse é o princípio básico da luta social em prol da garantia desses e de outros direitos que garantem cidadania aos indivíduos.

Nesse processo, é necessário questionar a potencialidade da escola dessa região que não tem dado conta de pensar as contradições da realidade social dos sujeitos concretos e contribuir para a transformação dessa realidade. A escola como instituição importante no processo de transformação da realidade precisa se posicionar e se contrapor à lógica hegemônica da sociedade capitalista. No caso específico, do contexto pesquisado, se contrapor ao agronegócio que atua fortemente fazendo com que o camponês perca sua relação de afeto com a terra de produção. No entendimento de Franco (1991), a atuação da escola não pode estar desvinculada do modo de vida e de produção das condições de existência dos seus sujeitos. Portanto, é preciso que esta instituição, seja do campo ou da cidade, tenha como base a categoria contra hegemonia (GRAMSCI, 1982) no processo de construção do trabalho político-pedagógico, que seja movida pelo pensamento da transformação social a partir das contradições do real.

Ao retomar à questão da relação com a terra, outra mãe entrevistada confirma a complexidade da situação vivida pelas famílias do assentamento Nova Esperança no que se refere ao fato de algumas famílias não produzirem em seus lotes quando enfatiza que, “se os pais já não mexe com nada aqui dentro [...] os jovens não vão com os pais na reunião, eles fala que assentamento não dá não, então não sei como conquistar eles aqui dentro” (F14ANM). O desinteresse dos pais em viver da terra reflete-se na vontade dos/das jovens em não continuar no campo. Se os/as jovens não vivenciam o trabalho da família camponesa como uma possibilidade de produção da vida, fica mais difícil de serem estimulados/as a sobreviverem do trabalho na unidade familiar.

É importante ressaltar que isso é o que o capital “deseja” para o trabalhador rural. É do interesse do capital que o trabalhador do campo perca sua relação de afeto (BRANDÃO, 1999) com a terra de produção. Que ele deixe de produzir nela e passe a viver da venda da sua força de trabalho para as empresas capitalistas. Na concepção de Marques (2008a, p.71), “a reprodução do capitalismo resulta de um processo social complexo e contraditório, marcado pelo envolvimento, transformação, criação e reprodução de formas de produção não capitalistas, além da reprodução das formas capitalistas”.

Na perspectiva de ampliar o debate, recorro às contribuições de Bagli (2006, p.86) quando ela enfatiza que “a terra pode ter funcionalidades diferenciadas, de acordo com a relação que as pessoas com ela estabelecem”. Essa autora destaca que, no campo as relações cotidianas são construídas tendo como fundamento a ligação com a terra. O sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela produzido; nessa lógica, a terra não é simplesmente o chão onde se pisa e se constroem prédios, mas garantia de sobrevivência (BAGLI, 2006).

Desse modo, pode-se dizer que, no campo, “os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita, entre outras atividades” (BAGLI, 2006, p.87-88). Essas atividades cotidianas podem estar vinculadas, contraditoriamente, a duas lógicas produtivas: a do trabalho camponês, ou do trabalho na perspectiva do capitalismo, em que prevalece o ponto de vista estritamente comercial, temática debatida no segundo capítulo deste trabalho.

Ainda sobre a relação entre terra e trabalho, uma interlocutora (mãe) da pesquisa sinaliza que

a vida no campo é o trabalho no campo, você não pode morar no campo sem criar uma galinha, um porco, você não é da cidade pra tá lá fora em seu serviço, né, cê tem que viver daqui, se for professor, você tem que trabalhar na roça, o rapaz que dá aula aqui, ele cria sua vaquinha, cria capim, faz cerca, então não tem como viver no campo, sem trabalhar, o trabalho no campo é esse (F14ANM).

Um pai relata em sua entrevista que essa situação é preocupante porque os/as jovens sabem que o campo é uma área de muito trabalho e pouca renda, assim, isso tem desestimulado os/as

jovens em relação ao trabalho no campo. Os/as jovens vão estabelecendo relações com a terra e com o trabalho cada vez com menos intensidade.

É importante ressaltar que pude perceber, durante a minha itinerância pelo universo da pesquisa, que as famílias do assentamento Marrecas estão mais engajadas e encorajadas com o trabalho na terra da Reforma Agrária do que as famílias da comunidade Nova Esperança. Isso é reflexo da forma como a terra foi acessada, via Crédito Fundiário ou via INCRA. O endividamento tem provocado certo desânimo em relação à continuidade do trabalho da unidade familiar no contexto do assentamento Nova Esperança. Por outro lado, as famílias que manifestaram maior confiança na terra como espaço de produção e de vida, são aquelas que estão com o pagamento das parcelas da terra em dia. Contudo, ouvi reclamações nos dois assentamentos por parte das famílias sobre a falta de incentivo do governo no sentido de fortalecimento da produção agrícola, de modo que os/as jovens pudessem ser mais encorajados a viver no campo.

As famílias destacaram o ProJovem Campo, o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher como políticas públicas específicas que não chegaram aos assentamentos analisados. Os referidos programas, juntamente com outros já mencionados neste trabalho, sinalizam um avanço na implementação das ações do governo federal em tempos recentes, voltadas para os sujeitos do campo, sobretudo para os/as jovens. Contudo, a partir da realidade pesquisada, é preciso ponderar a urgente necessidade de uma avaliação crítica das ações destacadas no sentido de verificar até que ponto essas ações conseguem chegar e/ou atingir o público e o destino previstos. Até onde elas se materializam na vida concreta dos camponeses.

A pesquisa aponta que, contraditoriamente, nem todas as conquistas da luta social em nível nacional estão sendo acessadas pelas famílias camponesas da região em que o estudo foi realizado. Isso é válido não só em relação aos programas ligados a subsídios agrícolas, como também a outras políticas sociais direcionadas aos sujeitos do campo, exceto o programa de transferência direta de renda (Bolsa Família)⁴⁶, que tem uma abrangência maior, pois todas as famílias entrevistadas foram contempladas com esse benefício. O relato da mãe seguinte é

⁴⁶Além do referido benefício, aquelas famílias que aderiram ao Plano Safra receberam o Garantia Safra/2013, ação do Pronaf para os camponeses que perderam a sua produção por causa da extensa seca na região Nordeste.

uma demonstração de que não têm chegado muitas ações da parte dos gestores municipal, estadual e federal aos assentamentos, principalmente voltadas aos/às jovens. Essa questão já foi evidenciada no capítulo anterior e também foi enfatizada pelas famílias dos/as jovens.

A única coisa de governo é só a bolsa família que eu tem. Eu vejo tanta coisa boa na televisão, eu falo: meu Deus, porque isso não chega aqui? Outro dia mesmo eu vi curso de capacitação, eu falei com meu marido: isso não chega aqui, uma coisa tão boa pra vim pro assentamento, e era num assentamento. Eu tenho vontade de ter aqui, capacitar os jovens. Mas a gente não consegue (F3AMM).

A fala dessa mãe denuncia o descompasso que existe entre aquilo que é proposto em nível nacional, em atendimento às reivindicações dos movimentos sociais e sindicais do campo e de outras instituições que defendem os direitos dos camponeses e a materialidade das ações na realidade concreta desses sujeitos. E, em se tratando dos/das jovens, continuam sendo excluídos das políticas públicas idealizadas para eles/as. Isso, no meu entendimento, é bastante complexo, considerando que, teoricamente, por parte dos implementadores das políticas, houve, nos últimos tempos, uma mudança conceitual da categoria juventude, que é visível nos documentos oficiais⁴⁷, como já foi sinalizado neste trabalho. Todavia, a materialidade da compreensão de jovens como sujeitos de direitos ainda é invisível no contexto pesquisado.

Mesmo assim, é importante sublinhar que o sindicato, dentro das possibilidades reais de sua atuação, tem encabeçado, com mais afinco, a luta em prol da democratização do acesso à terra do que a luta por uma educação que valorize as especificidades do campo. Partindo dessa constatação empírica, faz-se necessário ponderar que a luta social pela democratização do acesso à terra não pode desvincular-se da luta pela educação. Os movimentos sociais do campo, na sua forma de conceber e operar a luta social, têm pautado a articulação das categorias terra, trabalho e educação como fundamentos indissociáveis à existência humana no campo.

⁴⁷ BRASIL. Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010. CONJUVE/SNJ. Brasília: 2011e LEI Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013 da Presidência da República, que institui o Estatuto da Juventude.

O cenário descrito permite afirmar que as políticas públicas brasileiras, sobretudo aquelas voltadas para os/as jovens do campo, apesar de concebê-lo/as como sujeitos de direitos nos documentos oficiais do governo federal a partir da década de 1990, definindo os/as jovens não mais por suas incompletudes ou desvios, mas por suas especificidades e necessidades, ainda não se materializaram na sua totalidade. Os/as jovens da Reforma Agrária interlocutores/as do presente estudo, categoria-chave para a reprodução social da família camponesa, ainda são excluídos/as das políticas públicas de juventude que possam potencializá-lo/as para enfrentar os desafios socioeconômicos, culturais presentes no campo.

Nesse sentido, a luta social deve ser por “implementação de políticas de reconhecimento e de direitos de reparação das vítimas do sistema de exclusão social, no sentido de criar condições de ‘empoderamento’ das diferentes categorias sociais excluídas” (WARREN, 2007, p.37), aqui em particular, a dos/das jovens do campo que estão inseridos no contexto da Reforma Agrária, que por sua natureza, carregam o peso da opressão do poder hegemônico capitalista. Assim, uma alternativa possível apontada pelo debate atual, para o projeto de desenvolvimento de campo é a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a produção dos camponeses, de modo que eles possam permanecer cultivando em suas próprias terras, protagonizando suas estratégias de produção, sem ter que trabalhar para e nas empresas capitalistas.

6.1.1 A gestão da produção familiar e a “ajuda” dos/das jovens na perspectiva da família

O núcleo familiar com uma média de seis (6) filhos divide suas atividades com os poucos rapazes e moças que ficaram dentro dos assentamentos. Estes/as trabalham junto com os pais nas tarefas agrícolas ou que envolvem criação de animais. As moças, de forma geral, ocupam-se dos afazeres domésticos, mas também, numa frequência menor, contribuem no trabalho agrícola. É importante destacar que tanto as moças quanto os rapazes que ainda estão na escola, fazem o trabalho da roça com mais frequência no período das férias escolares, tempo em que a família geralmente se une em prol do trabalho na agricultura. As moças dedicam seu tempo mais às tarefas domésticas e à escola. Mas encontram-se naquelas famílias mais pobres, que têm um número maior de dependentes, moças que também fazem o trabalho da roça diariamente, como relata esta mãe a seguir:

[...] Eles ajuda no trabalho, que nem tem essa menina aí, nois tem o lote, é nois que planta, colhe, é nois que colhe, agora mesmo ela estuda à noite, de manhã ela tira capim nas roças, tira capim pra gente vender. E eles nunca recusou, porque meus meninos nunca empregamos, pra falar tem um prefeito ali arrumou um serviço pra nois, às vezes tem um formado e arrumou um emprego, não. Aqui nois não têm, aqui não tem salário nenhum, todo serviço que nois fazer na roça eles tão ajudando nois na roça, só faz isso e nunca reclamou (F7AMM).

A expressão *nunca recusou/reclamou*, referindo-se ao trabalho dos/das filhos/as, denota uma aceitação por parte dos/das jovens em relação à situação vivida e, por outro lado, uma forma de demonstrar que os/as filhos são obedientes aos pais, que sempre fizeram o trabalho agrícola juntamente com a família.

Dentro dos assentamentos pesquisados, assim como no meio rural da região, a divisão social do trabalho é construída através das relações sociais de gênero. Nessas relações a figura paterna ainda é a autoridade máxima dentro do grupo doméstico. As decisões no âmbito do trabalho ainda são tomadas sob o crivo dos pais, mesmo naqueles casos em que eles trabalham fora do assentamento e ficam por muito tempo no local de trabalho, ainda assim, é o pai que decide a gestão da produção familiar. Na falta dele, a mãe é a autoridade máxima dentro do grupo doméstico.

Os dados analisados apresentam um elemento importante no âmbito do resultado do trabalho dos filhos que migram temporariamente em busca de trabalho nas fazendas do agronegócio. O dinheiro que os jovens ganham é gerido por eles próprios, são eles que decidem o que fazer com o resultado da força do seu trabalho.

Isso remete ao entendimento de que o trabalho desenvolvido na propriedade familiar pelos/as jovens é concebido pela família como ajuda. Weisheimer (2005), em estudo realizado sobre o trabalho de jovens agricultores em Porto Alegre, ressalta que, no trabalho agrícola, mesmo a esposa, os filhos e filhas desempenhando tarefas fundamentais à produção, o trabalho é configurado como ajuda. Na opinião de um pai e presidente da associação entrevistado, os pais precisam orientar os/as filhos no trabalho, trabalhar juntos, mas “não pode deixar de gratificar, tem de ser ajudado e ajudar. Aqui tem pai, uma maioria dos pais que larga os filhos soltos” (PAN).

Do ponto de vista desse pai, “ajudar” o filho pode incentivá-lo a continuar com o trabalho na unidade familiar. A experiência do trabalho com a família pode ser significativa e contribuir para o desenvolvimento da identidade camponesa. Isso implica pensar que a força de trabalho dos/das jovens precisa ser valorizada por aqueles que estão na hierarquia familiar, seja por meio de remuneração ou qualquer outra estratégia que venha gerar algum tipo de renda para os/as jovens, de modo que possam perceber o resultado do trabalho desenvolvido com a família.

Quanto aos/às jovens, apesar de também qualificarem o seu trabalho como uma “ajuda” nas atividades desenvolvidas nas unidades familiares, eles/as reclamam por não terem um trabalho que lhes renda um salário todo mês para que possam comprar seus bens pessoais sem ter que pedir dinheiro a seus pais.

O trabalho desenvolvido pelos/as jovens tem sentido de ajuda para a família. Segundo Antunes (2004), trabalho é uma categoria que recebe vários sentidos e significados. Na concepção desse autor, para Marx o trabalho é condição para a existência social do homem, que promove a socialização e emancipação. Mas, por outro lado, com o advento do capitalismo, pode provocar reações contrárias à vida humana. Franco (1991, p.6) enfatiza que “o trabalho tem se constituído em poderoso instrumento de desumanização e embrutecimento do trabalhador”. Na forma específica de produção de existência do capitalismo, há relações de trabalho concreto que oprimem, trabalhos que embrutececem, que destroem o trabalhador, que desumanizam, que o alienam de sua dimensão intelectual e o transformam em um ser unilateral (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

As informações colhidas por meio da minha imersão nos espaços da investigação, seja através da observação direta, das conversas informais, seja através das entrevistas semiestruturadas realizadas com os pais dos/das jovens, indicam que há uma equivalência entre o trabalho agrícola desenvolvido pelos jovens homens e mulheres, isso porque não foi percebida nenhuma atividade sob a responsabilidade exclusiva dos/das jovens, exceto aquele jovem homem que já constituiu família e mora dentro da casa dos pais. Esse já tem responsabilidade com suas atividades produtivas. Para os pais, os jovens homens fazem o trabalho na roça mais que as jovens, embora não assumam tarefa de gestão. Sob a ótica da família, nem todos os rapazes têm atração pelo trabalho agrícola, conforme se pode observar nas falas seguintes.

Muitos deles ajudam, sim, mas nem todos ajudam, tem uns que gosta do trabalho na roça, uns querem a vida mais fácil, quer uma roupa, o pai dá, outros não (F2AMM).

Ajuda, de qualquer maneira não tem jeito, mas os novos não quer saber de roça não. O meu filho, o que ele mais gosta é mexer com gado, mas nem tirar leite sabe (F4AMP).

Gostar não gosta não, mas fazer o que, é necessário. Na hora que não tá na escola tão na roça fazendo alguma coisa (F6AMP).

Os dados revelaram que o serviço doméstico também é realizado por rapazes, sobretudo pelos jovens que ainda estão na escola ou naquela família que só tem filhos homens. Isso remete para uma ruptura ideológica de que as tarefas domésticas no meio rural são realizadas apenas por mulheres, como têm revelado estudos, a exemplo de Weisheimer (2005). É certo que ainda é uma minoria de jovens homens que realizam as tarefas domésticas, como cuidar da casa, fazer comida, dentre outras atividades que compõem as trajetórias de vida dos/das jovens e de suas famílias no contexto dos assentamentos. Desse modo, não há uma forma de transição para a vida adulta, mas várias, assim como várias são as formas de ser jovem, de viver a juventude. A partir dessa compreensão, autores como Novaes (2006) sugerem que não se pode falar em juventude, mas, sim, em juventudes no plural, ou seja, não existe uma única juventude, mas várias juventudes que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes oportunidades, dificuldades e desafios.

6.2 Identidade de campesinato da família dos/das jovens: relações de autonomia e dependência em relação ao mercado e ao capital

O conceito de campesinato proposto por Carvalho (2005, 2010c, 2012), apresentado no terceiro capítulo desta tese, subsidia a compreensão da identidade camponesa das famílias dos/das jovens pesquisados. Os referenciais usados no debate teórico sobre o campesinato neste trabalho apontam que, na formação econômica e social brasileira, está presente uma racionalidade em que a centralidade é a reprodução social da família. Essa lógica é distinta da lógica do modo de produção capitalista, cuja racionalidade é regida pelo lucro.

No caso específico das famílias pesquisadas, após a conquista da terra, seja por meio da desapropriação, via INCRA, seja via Crédito Fundiário, compra e venda da terra (Reforma Agrária de mercado), essas famílias estabeleceram relações com a terra, desenvolveram

hábitos de consumo e de trabalho, e formas de apropriação da natureza, que lhes caracterizam especificidades no modo de ser e viver no âmbito da sociedade capitalista.

Nesse sentido, ao indagar sobre que tipo de atividade produtiva a família desenvolve em sua propriedade para garantir o sustento da família, as respostas apresentaram uma diversidade de atividades produtivas baseadas na agropecuária, como elencadas no quadro a seguir.

Quadro 8 – Tipos de atividades produtivas dos assentamentos

Assentamento Marrecas	Assentamento Nova Esperança
<ul style="list-style-type: none"> ● plantam: milho, feijão, mandioca, palma, sorgo, ● plantam: frutas diversas como: manga, acerola, maracujá, melancia, mamão; ● plantam: verduras variadas; ● criam: gado, galinha, porco, cavalo; ● plantam: capim para o gado. 	<ul style="list-style-type: none"> ● plantam: milho, feijão, mandioca, sorgo; ● plantam: verduras variadas; ● plantam: frutas como melancia, manga, acerola, mamão; ● produzem: carvão vegetal; ● criam: gado, galinha.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas com as famílias.

O peso da agricultura, na dinâmica de reprodução social dos assentados, em ambos os assentamentos, apesar de sua fragilidade econômica, é a atividade principal de geração de renda dos grupos familiares, vindo, numa segunda posição, a criação de animais, a exemplo da criação de gado leiteiro. Em alguns casos, a produção de leite ganha mais relevância em relação à produção agrícola. As famílias das comunidades analisadas contam também, para manter o seu sustento, com o recurso advindo do programa Bolsa Família e da aposentadoria de muitos pais de família. Esta última fonte para algumas famílias é a renda mais expressiva, principalmente para aquelas em que os/as filhos/as já não vivem nos mesmos espaços em que seus pais vivem.

A finalidade da produção da família dos/das jovens pesquisados é para manter o sustento da família, ou seja, o autoconsumo. Dessa produção, uma pequena parte dos produtos é comercializada para compradores da região. Com o que ganham da venda de seus produtos, as

famílias compram aquilo que necessitam e que não produzem em suas propriedades. Isso significa que parte do que produzem converte-se em bens de consumo provenientes do mercado de produto.

As falas seguintes reafirmam o quadro produtivo das famílias das áreas de Reforma Agrária analisadas no presente estudo.

A gente tem o leite, que é o sustento da família, a gente planta mandioca, um pouco de feijão, tem o milho e a palma para o gado e faz farinha, a farinha a gente vende um pouco toda vez que faz (**F3AMM**).

[...] A nossa atividade principal é a agricultura, nós planta milho, o feijão, planta sorgo para alimentação dos animais, planta a mandioca, a melancia, planta abóbora, essas são as nossas principais agriculturas, tamos querendo agora plantar a cana para a ajudar na alimentação do gado. No momento o que a gente mais vende quando colhe mais é o feijão, o milho é mais para o consumo, sempre produz mais um pouco, por causa da alimentação do porco, da galinha, até o próprio cavalo consome no período de estiagem (**F5AMP**).

A gente planta feijão, milho, mandioca, cria um gadim, essas coisas assim. Uma parte é só pro consumo. O que sobra vende aí pro Julião mesmo. Esse ano passado a gente fez um bando de farinha, andamos vendendo pra pessoas da região mesmo. O gado é mais pro leite (**F6AMP**).

Olha, aqui a produção que a gente tem maior é o leite, mas tem várias outras atividades que a gente também costuma dá assistência, como, por exemplo, a mandioca, o feijão macáçar que o povo fala catador, o milho, o sorgo e também às vezes enquadra mais alguma coisa como o plantio de horta de frutas e verduras, pouco, sim, mais a gente tem que trabaia de tudo um pouquim pra ajudar na alimentação e a gente não tá só comprando, só comprando, a gente trabaia nesse sistema. O que a gente mais vende é o leite e o feijão (**F9AMP**).

Os fragmentos das falas apresentados aqui são apenas um recorte figurativo dentre muitos outros que representam o modo de produção das famílias dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança. No entendimento de Santos (1981, p.110), “[...] a produção camponesa define-se pela presença da força de trabalho familiar, coordenando-se as atividades de todos os membros da família em um trabalhador coletivo”. Recorro ainda às contribuições de Chayanov (1974) na perspectiva da racionalidade camponesa quando ele aponta que o fundamental do trabalho do camponês é garantir suas necessidades de subsistência e não acumular lucro, fundamento da racionalidade das empresas capitalistas.

O conceito de modo de produção de Chayonov nos auxilia na compreensão da racionalidade do trabalho desenvolvido pelas famílias dos assentamentos pesquisados, uma vez que o trabalho na unidade familiar é impulsionado pelas necessidades de consumo em que o chefe de família é quem coordena o trabalho no contexto da unidade de produção. Todavia, apresenta especificidades em relação ao modo como as famílias constroem estratégias de trabalho para garantir a sobrevivência dos seus membros.

Na concepção de Carvalho (2010a, p.1),

os camponeses devem (e podem), sem a menor dúvida, garantir de maneira contínua e crescente as condições efetivas de produção e de organização social para a melhoria da sua qualidade de vida através da produção para o autoconsumo e, ao mesmo tempo, para ampliar a oferta de produtos para os mercados tanto para se alcançar a soberania alimentar nacional como para atender às demandas dos produtos da agricultura por outros setores da economia.

No universo pesquisado, as condições efetivas de produção não dão conta de atender as necessidades de consumo da família e ampliar a oferta de produtos para os mercados de forma expressiva. As relações de mercado não são o objetivo principal no imaginário das famílias. “O fim está na realização de um certo padrão de consumo culturalmente definido, que constitui o quadro hierarquizado das necessidades familiares” (SÁ, 2007, p.39). No pensamento das famílias, nos anos em que a safra é “boa”, primeiramente, se guarda aquilo que é suficiente para a manutenção da reprodução social da família e, também, para garantir o sustento dos animais, só depois é que se vende o excedente.

Na compreensão de Carvalho (2009), o que torna produtores rurais, camponeses ou não, é a concepção de mundo e de prática social deles. Esse autor ressalta que, se os produtores introduzirem em suas unidades de produção a relação social de assalariamento, o seu comportamento político e ideológico pode afirmá-los como uma fração da classe social burguesa. Numa outra situação, os produtores rurais podem ter a posse da terra, mas a renda líquida da família depende totalmente da venda da força de trabalho da maior parte dos membros da família como assalariados; tudo leva a acreditar que esses produtores propenderão a um comportamento político-ideológico análogo ao da classe proletariada rural ou urbana.

Dessa forma, é relevante que se tenha compreensão ampliada da realidade cultural, econômica, política e social em que o camponês produz e se reproduz. É necessário entender como o camponês constrói suas estratégias de reprodução na base das contradições do processo histórico. O fato de o camponês transitar, estrategicamente, entre o trabalho nas unidades camponesas e unidades capitalistas, por si só, não lhe tira, necessariamente, o estatuto de camponês. No entendimento de Fernandes (2008b, p.179), “a formação do campesinato acontece em parte, por meio da subalternidade dirigida pela lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo.”

Ainda em resposta à questão apresentada anteriormente em relação às atividades de produção das famílias analisadas, outra mãe entrevistada afirma:

A gente planta só de ano em ano, eles tão plantando no regadio, mas eu não plantei, meu marido não tá aqui, ele trabaia fora pra ver se arruma um dinheirim pra colocar qualquer coisa dentro de casa, ele trabaia pro lado de Luiz Eduardo Magalhães, vem de vez em quando. Eu não plantei porque tem que molhar, jogar veneno, tudo pago também, não compensa. Na roça só planta na hora que chove, igual agora, quando chover vou plantar feijão, milho. Gado não tem não, pra não dizer que não tem, tem uma vaca que meu pai me deu (F17ANM).

A fala dessa mãe exemplifica a questão posta sobre as diferentes estratégias de trabalho utilizadas por algumas famílias assentadas para garantir a reprodução da unidade econômica da família. No meu entender, essas estratégias são complementares. Contudo, Sá (2007) sublinha que o que é necessário compreender, nesses casos, é se a compra ou a venda da força de trabalho operam no processo de diferenciação interna do campesinato, podendo indicar tendências de proletarização ou capitalização crescentes.

É importante ressaltar que casos como esse descrito por essa interlocutora têm provocado discussão entre as famílias assentadas pesquisadas. O debate tem girado em torno da questão: se, antes, a luta das famílias sem-terra era por acesso à terra, como não trabalhar nela agora que a têm? Do ponto de vista daquelas famílias que estão retirando o seu alimento da terra, isso se configura como uma contradição que vai de encontro aos fundamentos da luta social articulada por terra, moradia e trabalho, categorias intrinsecamente ligadas à existência humana e fundamentais no debate da reprodução social das unidades familiares e que têm dado o tom das reivindicações da luta social no campo.

Frente a essa problemática, é necessário entender que a “questão agrária compreende as dimensões econômicas, social e política” (FERNANDES, 2001b). Nesse sentido, o debate teórico, político e ideológico sobre a reprodução social camponesa tem sido guiado pela racionalidade, cuja centralidade é a garantia da reprodução social da família camponesa de maneira prolongada e crescente para materializar um padrão necessário de qualidade de vida e de trabalho, dadas as condições objetivas e subjetivas da sociedade onde se insere. Segundo Carvalho (2009), o camponês, ao se afirmar como tal, nega o capitalismo, mesmo que imerso nele, e, assim, na sua forma de agir e resistir, (re)elabora sua identidade camponesa.

6.2.1 O futuro da unidade de trabalho familiar e a herança da terra: campos de incertezas

A análise dos dados sobre o processo sucessório e herança da terra, questões discutidas no capítulo II desta tese, sob a representação da família, permite constatar que a reprodução social das unidades familiares agrícolas encontra-se ameaçada. Ao questionar como a família tem pensado o processo sucessório da unidade familiar e a questão da herança da terra, as manifestações frente a essa indagação se constituíram de formas diferentes, porém interligadas. Veja-se um recorte das falas das famílias entrevistadas que representam a totalidade das vozes desse segmento de interlocutores da pesquisa.

Se for o caso de falar assim vai tomar conta disso aqui, eu falo que não. [...] Eu acho que, quando a geração de pai acabar, acho que não vai ter futuro aqui, eu acho que vai acabar o assentamento, porque eles não querem ficar aqui (F18ANM).

Essa é a questão, eu já tô ficando velho, têm outros mais velhos do que eu ainda, tô preocupado, têm pessoas de 70 anos trabalhando, enfrentando duro na roça, sem ter um filho pra no dia da manhã faltar, pra quem passar? Tá sujeito até sair da terra porque não tem quem toma conta da terra, a maioria dos filhos não quer. Essa é uma preocupação nossa, do assentamento (F5AMP).

Um grupo de pais demonstra preocupação com o futuro do assentamento diante do desinteresse dos/das filhos/as em viver da terra. Somam-se a esse fator interno as condições materiais, a falta de perspectivas e a limitação do tamanho da terra, a qual é considerada insuficiente para todos/as os/as filhos viverem e produzirem. Esses fatores indicam uma crise

no processo de reprodução social das unidades familiares em ciclo longo (ALMEIDA, 1986). Na concepção desse autor, as famílias reproduzem-se em duas dimensões: em ciclo curto, que compreende a obtenção de meios de manutenção da vida, portanto vinculada à combinação de fatores relativos ao trabalho, conhecimento tradicional e recursos para garantir o consumo familiar e repor os insumos necessários para o reinício do processo produtivo; e a reprodução de longo ciclo, a qual se refere às questões geracionais, como casamento, nascimento de filhos, morte e herança.

Os relatos a seguir demonstram preocupação por parte das famílias em relação à sucessão da unidade familiar.

Aqui não tem jeito de viver, aqui não tem, não tem serviço, quando tem pra um, não tem pra todos, então o jeito é sair pra fora pra sobreviver. Uns volta, outros dá jeito de comprar uma casinha, qualquer coisa, as minhas mesmo todas têm um lugarzinho pra ficar já, então aí já é mais difícil (F4AMM).

Eu sempre falo aqui, não tem uma família que não tem três, quatro filhos, pra manter todo mundo aqui dentro não tem cuma sobreviver, o terreno é pequenim, não tem como aumentar o gado, é de 20 gado pra trás, nem tem como eles criar um gado a mais, nem eu vou criar mais, que tem a despesa, né? Quando eles tiver de 20 anos pra frente, como é que vai sobreviver aqui se não tiver outra maneira, tem uns aí construindo casa aí, mas é um investimento perdido porque não tem como sobreviver aqui não, igual eu tenho 4 filhos, cada um faz uma casa aqui e viver aonde, vai trabaíá onde se não tiver uma formatura mió pra poder ganhar, né? (F6AMP).

É importante considerar que, a partir da análise dos dados, é possível afirmar que as condições materiais para a continuidade do trabalho no campo fazem com que os próprios pais queiram poupar os/as filhos/as das dificuldades e sofrimentos por que passaram e passam. Sendo assim, acabam incentivando-os/as a buscarem projetos de futuro que não estejam relacionados ao trabalho agrícola, que consideram duro e sofrido. Assim, aspiram outra a profissão para os/as jovens, quase sempre relacionada à vida na cidade.

Numa outra posição, encontram-se as famílias que apontam um desinteresse dos/das filhos/as em assumir o lugar dos pais na direção dos estabelecimentos agrícolas, preferindo buscar alternativas nas cidades. Na opinião das famílias, a maioria dos/das jovens não quer ter a profissão de agricultor. É certo que há, também, um grupo de pais que aspiram outra profissão para os/as filhos/as, quase sempre relacionada à vida na cidade.

Brumer (2000), em estudo realizado em 1998/1999 no Rio Grande do Sul com produtores de frutas, assinala que os pais que preferem que seus filhos sejam produtores, eles não os incentivam a frequentar a escola. Por outro lado, aqueles filhos que não apresentam “jeito” para agricultor são incentivados a estudarem para viver na cidade.

Outra pesquisa que discute a questão da sucessão da unidade familiar é a de Carneiro e Teixeira (2012) realizada na região serrana do Rio de Janeiro. Esse estudo sugere que o desestímulo por parte dos/das jovens em relação à atividade agrícola se reflete na dificuldade de realizar a sucessão nas unidades familiares, pois a maioria dos/das jovens já não quer seguir a profissão de agricultor do pai. Além disso, os próprios pais já estimulam os/as filhos/as a buscarem outra profissão que seja mais rentável e menos penosa.

Numa mesma direção, vai a pesquisa realizada por Brumer (2007), a qual indica que o desejo dos jovens de migrarem, em grande parte, é justificado por uma ideia relativamente negativa do trabalho agrícola e dos benefícios que ele proporciona e da limitação do tamanho da área da terra. Desse modo, há uma convergência entre fatores apontados pelos estudos supracitados e a pesquisa que ora se realiza, no que tange à reprodução social da família camponesa. Como exemplos de fatores convergentes, temos: as condições materiais e simbólicas vividas no campo que impõem à família camponesa (pai e mãe) incentivar seus filhos a buscarem profissões diferentes da deles; o tamanho da terra é um fator colocado pelas famílias camponesas como um indicador da não condição de permanência dos/das jovens no campo dentre outros.

É importante aqui chamar a atenção para este fato: esses e outros fatores que afastam os/as jovens e às vezes, a família do trabalho na unidade familiar são consequências do modelo de Reforma Agrária conservador referido no quadro 2, o qual não garante, portanto, direitos humanos elementares, e limita a transformação social no lugar onde se vive, uma vez que o trabalhador, após o acesso à terra não encontra condições propícias para cultivá-la, para retirar da terra a sobrevivência da família.

Ainda sobre a questão da sucessão da unidade familiar nas áreas da Reforma Agrária, um pai entrevistado apresenta outro ponto de vista que vai à direção de como os pais direcionam o trabalho na unidade de produção:

Eu acho que a família unida a primeira coisa que tem que fazer é o seguinte: quando os pais vai chegando pra certa idade, ele já tem que ir colocando os filhos pra administrar, porque eles vai passar a conhecer qual é o tipo de coisa que tem futuro, tem mais renda e qual é o que ele vai trabalhar milhó nessa área, se não der oportunidade também pra eles, aí não tem chance pra eles continuar no campo também, tem que dar essa oportunidade (**F9AMP**).

O que se observa, na fala desse pai entrevistado, é que a sucessão da unidade familiar depende também de como a família se prepara para fazer a travessia da relação de poder e de gestão da unidade familiar. Essa passagem de pai para filhos/as requer planejamento, gestão orientada, a qual conduzirá os/as jovens a assumirem as responsabilidades da unidade de produção.

Outro aspecto presente nas narrativas das famílias sobre a temática da reprodução social da família diz respeito ao envelhecimento da população, questão que tem sido objeto de preocupação de algumas famílias no contexto dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, conforme expressa esta mãe entrevistada. “Ele pensava assim, que ele ia vim pra aqui e que os meninos ficava mais ele trabalhando e todos os dois largou ele, ele vai caindo pra idade, tem hora que a gente fica sem condições de trabalhar” (**F15ANM**).

Encontram-se, nesses espaços, diversas famílias aposentadas e, conforme relataram, muitos pais (pai e mãe) já não dispõem de força física para o trabalho agrícola. Essas famílias não veem como garantir a sucessão familiar da propriedade, considerando que aqueles/as jovens que ainda estão no campo, não demonstram interesse em viver do trabalho no campo. O estudo aponta, também, que existe um grupo de pais que ainda não se preocupou com a questão da sucessão e herança da terra, portanto nunca conversou com os/as filhos/as sobre esses assuntos.

Para outro grupo de pais, fica na terra aquele/a filho/a que tiver interesse, porém, no pensamento dos pais, a terra deve ser dividida em partes iguais. Todavia, há uma preocupação por parte de algumas famílias, sobretudo daquelas já aposentadas, de ter que devolver a terra para o INCRA, caso nenhum filho/a queira prosseguir com as atividades agrícolas. O que isso

significa para a luta social em prol da Reforma Agrária? Significa que terra, trabalho e família, como pautas das reivindicações, perdem o sentido para as mulheres e homens protagonistas da luta social por direitos no campo, pois essa atitude vai na contramão da história de luta social por terra, trabalho e moradia. É colocar em xeque todo um legado conquistado na triste história dos desgarrados da terra.

6.3 “A escola é o começo de tudo, sem ela fica difícil”

A escola ocupa um lugar proeminente em minha vida, a qual eu tenho perseguido desde os tempos da escolinha rural cai não cai, onde fui alfabetizado, até os dias de hoje, como descrevi na introdução deste trabalho. Para mim, é um misto de orgulho e desafio trilhar os caminhos que me levaram/levam à escola, seja como estudante ou professor, a emoção é intensamente diferente, singular, mas de modo igual é parte da minha constituição social.

Nesse processo, é comum ouvir dos meus alunos, dos seus pais, dos colegas professores que o “estudo é para o futuro”, “é para ser alguém na vida”. Nesse sentido, trago nesta parte do trabalho como a escola se revela e participa ou não dos projetos de futuro dos/das jovens sob a concepção das famílias investigadas. Indagadas sobre qual a importância da escola para o futuro dos/das filhos/as, a grande maioria apresentou respostas que trazem uma relação direta do estudo com a mudança da condição de trabalho dos/das filhos/as no campo. Vejam-se algumas respostas dadas durante as entrevistas.

A escola é tudo pro jovem, eu incentivo muito. Eu falo: olha, a única coisa que a gente deve seguir é o estudo. O estudo é que vai trazer dinheiro, né? **(F3AMM)**.

A escola com certeza é muito importante, porque a pessoa estudada tem como trabalhar mais favorável. Igual à gente aqui só trabalha na roça nesse solão quente. Ele formado tem condição de arrumar um emprego mió, uma profissão boa pra não sofrer tanto igual a gente sofre, né, a gente sofre demais de sol a sol **(F8AMP)**.

Cada vez mais que a gente vai vivendo a gente vai vendo, a dificuldade pra quem não tem estudo, então, tem que estudar cada dia mais **(F18AM)**.

[...] O estudo é a melhor maneira de o jovem conquistar um futuro melhor e com mais facilidade **(F2AMM)**.

Essas falas aqui apresentadas são apenas um recorte representativo dentre muitas outras. Os/as entrevistados/as em diversos momentos afirmaram que têm o desejo de os/as filhos/as estudarem para conseguir um emprego melhor do que o trabalho na agricultura, um trabalho que fosse menos pesado que na produção agrícola, que é de sol a sol. “Na roça a vida é mais sofrida” (F12AMM). Isso é apontado como indicativo para se ter um emprego melhor, menos sofrido, que por sua vez está associado às questões de melhores oportunidades, não ser na agricultura e ganhar dinheiro. Para a família, o estudo dos/das filhos/as representa o acesso aos empregos urbanos ou rurais desde que sejam mais leves, questão que também aparece no estudo de Brumer e Spanevello (2008).

Nessa discussão, faz-se necessário destacar que o trabalho degradado na roça pelo sofrimento físico, como colocado em relevo pelos interlocutores da pesquisa dos diversos segmentos entrevistados, não difere do trabalho assalariado urbano, que também coloca o trabalhador em condições subumanas de trabalho, muitas vezes lhe tirando o direito de acesso a outros bens, a exemplo da continuidade do seu processo de escolarização.

A importância da escola para os/as jovens, no entendimento dos pais, também foi associada à aquisição de conhecimento e à maneira como este pode contribuir para o desenvolvimento das atividades agrícolas, proporcionando maior produtividade da agricultura, conforme se pode observar na fala de um pai entrevistado:

O papel da escola justamente é porque, vamos voltar um pouquinho ao passado, no passado ninguém tinha conhecimento de nada, ninguém sabia, vamos dizer, se plantasse um pé de fruta, ele não sabia a quantidade de água que aquela planta ia exigir e nem sabia se ela precisava de algum acompanhamento assim de adubo ou de alguma outra coisa que fosse ajudar a produzir mais cedo e melhor qualidade e a escola hoje, ela tem capacidade de dar esse conhecimento pra eles (F9AMP).

Na perspectiva desse pai, a escola tem um sentido para o campo, que é proporcionar aos camponeses conhecimentos úteis que possam ser aplicados nas atividades produtivas. Aqui remeto ao debate realizado por Santos (2007) sobre a ecologia dos saberes. Dentro do que Santos está chamando de ecologia dos saberes, é feito uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. Nesse sentido, parto do princípio de que a escola do campo e da cidade deve possibilitar que a ciência seja parte de uma ecologia mais ampla de saberes, “em que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas,

com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês” (SANTOS, 2007, p.32-33).

A partir dessa concepção, a escola precisa superar a escola capitalista, enraizando-se no processo histórico da luta da classe trabalhadora, desenvolvendo estratégias epistemológicas e pedagógicas que permitam a materialização de um projeto integrado de formação humana, articulando trabalho, ciência e cultura, ou seja, a escola do trabalho (PISTRAK, 2008). “Trata-se de ressignificar os valores da subordinação do trabalho ao capital, ou seja: ter o trabalho como um valor central - tanto no sentido ontológico quanto no sentido produtivo, como atividade pela qual o ser humano cria, dá sentido e sustenta a vida” (MOLINA; SÁ, 2012, p.329).

Nessa lógica de concepção de ciência, o importante é entender que tipo de intervenção o conhecimento produz na realidade. No caso particular da escola do campo, é imprescindível compreender como o saber científico em diálogo com o saber da experiência do homem do campo pode contribuir com a melhoria das condições de vida e de trabalho do camponês. Isso significa pensar a escola numa perspectiva contra-hegemônica à racionalidade dominante que preside a escola capitalista, capaz de “formular e executar um projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora” (MOLINA; SÁ, 2012, p.325).

É importante sublinhar que a crítica da escola capitalista não provém apenas de autores renomados como Frigotto (1993; Mészáros (2008); Fernandez Enguita (1989), Freitas (2005, 2012) dentre outros. Procede também dos trabalhadores do campo. No entendimento de alguns interlocutores da pesquisa (pai e mãe), a escola “de qualquer forma ajuda muito, às vezes nos esclarecimentos não ajuda muito, mas a escola é a base da aprendizagem. A escola e a família, os dois juntos, principalmente a família” (F5AMP).

Corroborando esse pensamento, outra entrevistada afirma: “a escola é importante, [...] agora a escola nessa região não tem valor não, aí tem que sair pra fora” (F12ANM). Essa é uma constatação de que o modelo educacional oferecido aos/às filhos/as dos camponeses é considerado motivador da saída dos/das jovens, sobretudo porque não é adequado à realidade do campo.

O que se observa é que a crítica à educação escolar é visível também no meio daqueles que não têm o conhecimento sistematizado. Apesar de o estudo ser visto como uma possibilidade de melhoria das condições de vida dos camponeses, a escola do meio rural “não tem valor” para muitos entrevistados/as (pai/mãe).

Isso não significa que a escola não seja importante para eles, mas que a escola da região efetivamente não contribui para a transformação da realidade. Isso remete ao entendimento de que não é essa escola que eles querem para seus filhos e filhas, uma escola que não possibilita refletir e intervir na realidade concreta das pessoas das comunidades analisadas. Ela não aborda as questões que estão na base da existência das crianças, dos jovens e adultos, acaba por transformar-se numa escola do silêncio (SNYDERS, 2005), estranha e distante da vida dos camponeses, subjugando os trabalhadores do campo.

Em contraposição a esse modelo de escola, os movimentos sociais, sindicais do campo e da cidade, ONGs e instituições que compõem e defendem o Movimento Por Uma Educação do Campo têm pautado outro modelo de escola do campo que reconheça as especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas e econômicas do modo de produzir a vida no campo. Nesse contexto, as falas dos/das entrevistados/as trazem à tona pelo menos duas questões importantes que merecem uma reflexão. A primeira está associada à potencialidade da escola no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem. Os conteúdos escolares não ajudam a pensar a realidade. Segundo Freire (1996, p. 110), “a educação é uma forma de intervenção no mundo”. Portanto a escola do campo necessita contemplar a relação com o trabalho na terra, desenvolver o amor à terra e ao processo de cultivá-la como parte da identidade do campo (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999). Nesse processo, necessariamente ela terá que mexer na materialidade histórica e contraditória do contexto em que os sujeitos estão inseridos, neste caso específico, os assentamentos da Reforma Agrária.

Nesse sentido, a escola precisa estar conectada à realidade. No entendimento de Pistrak (2008, p.33), “a escola deve viver no seio da realidade atual, adaptando-se a ela e reorganizando-a ativamente” de modo que a realidade seja a grande matriz educativa da escola, e a unidade teoria e prática não seja uma ação mecânica, mas um devenir histórico (GRAMSCI, 1995). No entendimento de Caldart (2004), a escola muitas vezes trabalha conteúdos fragmentados,

ideias soltas, sem relação entre si e muito menos com a vida concreta. Essa é uma característica da escola capitalista, que nega aos alunos as condições necessárias para refletir, para pensar as contradições do real. “A contradição é destruidora, mas também criadora” (CURY, 2000, p.30).

Na ótica de Cury (2000), na sociedade capitalista, o movimento se dá em consequência do desenvolvimento das contradições que existem em seu seio. Tais contradições se traduzem no papel central da luta de classes na transformação social. Nesse sentido, é incoerente ignorar a contradição no processo de compreensão da realidade social, em caso contrário, corre-se o risco de cair no conservadorismo, pois extrair esse elemento é retirar da realidade seu caráter de inacabamento. A riqueza da realidade está na sua contraditoriedade.

A segunda questão apontada nas falas dos interlocutores diz respeito à continuidade da formação dos/das jovens após terminarem o ensino médio. Essa formação está atrelada à condição de deixar o campo. Isso tem ressonância na falta de políticas públicas educacionais para os sujeitos do campo, que estão sempre na dependência da cidade. Assim sendo, as falas dos/das entrevistados/as apesar de reconhecerem a importância da escola no meio rural, denunciam a má qualidade do ensino das escolas no campo e a falta de condições materiais para os/as jovens continuarem os estudos após terminarem o ensino médio sem ter que deixar o campo.

As duas questões evidenciadas acima têm ganhado lugar de destaque no conjunto das reivindicações dos movimentos sociais e sindicais do campo numa dimensão nacional, visando à ressignificação e transformação do campo não apenas como espaço de lutas por direito à terra, mas também de direito à educação e a outros como à saúde, à organização da produção e da soberania alimentar. Nesse sentido, Caldart adverte que

a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; tipo de escola que estar ou nem estar mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses (CALDART, 2004, p.36).

Assim, acredito que, diante dos depoimentos apresentados, de tudo que foi observado nos espaços em que a pesquisa foi realizada e dos estudos que tenho feito sobre a educação

ofertada aos sujeitos do campo, não posso negar a legitimidade das denúncias apresentadas pelos/as interlocutores/as do estudo. Muitas escolas do meio rural, inclusive aquelas em que os/as jovens da pesquisa estudam não estão atentas para os processos produtivos e os projetos de desenvolvimentos locais e regionais que possam devolver a dignidade para as famílias e as comunidades camponesas. Nesse sentido, o que percebi, no caminhar da investigação, é que a educação no campo não está disponível como meio de produção de conhecimento que possa empoderar os camponeses nos seus diferentes modos de viver e trabalhar do/no campo. Não existe uma proposta de educação que contemple a vida dos sujeitos crianças, jovens, adultos e idosos do meio rural.

O projeto de estudo para os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança é bastante reduzido, indo até o ensino médio. A sua ampliação está associada a deixar o campo, sair do seio familiar, a exemplo de vários jovens que, para continuar os estudos, tiveram que ir para as capitais ou cidades mais próximas do município em que vivem. Essa saída dos/das jovens para estudar, na maioria das vezes, depende do apoio de parentes e amigos que moram na cidade, recebendo-os/as em suas casas.

Segundo Fernandes e Molina (2004), com a ausência do poder e de investimentos públicos rurais associados a um paradigma de desenvolvimento que nas últimas décadas dominou a sociedade brasileira, atrelado ao processo de modernização, o campo foi destinado a perder importância, tornando-se completamente subordinado à cidade. Isso se reflete no processo de escolarização dos/das jovens analisados/as, considerando que muitos deles/as ao terminar o ensino médio, encerram seu processo de formação por não terem as condições materiais necessárias para dar continuidade aos estudos. Isso quando os/as jovens não são obrigados/as a abandonar a escola antes mesmo de concluir a educação básica, realidade que se aplica a muitos jovens das comunidades estudadas.

Contudo, é importante ressaltar que, como fruto da reação à ausência do Estado no meio rural e de subordinação do campo à cidade, os camponeses organizados têm estado permanentemente em luta pela revalorização do campo como lugar de trabalho e de vida. No bojo da luta pela terra e pela educação de qualidade no campo, emerge do campo a ideia, o debate de que o “campo não é lugar de atraso, lá se trabalha e se produz vida e cultura” (PALUDO, 2013, p.67). Portanto, é um espaço de sujeitos de direitos, assim como todos,

inclusive do direito à educação de qualidade em todos os níveis e que não seja a reprodução da educação urbana como historicamente tem acontecido (PALUDO, *Ibid.*).

Assim, de acordo com Mészáros (2008, p.47), romper com essa lógica capitalista presente na educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente, aberta a todos, sensível às injustiças sociais e que seja capaz de enxergar as pessoas para além da aparência. Desse modo, “a luta pela escola nunca pode estar separada das lutas sociais no seu conjunto, da luta das classes na sociedade total, da luta contra a divisão em classes” (SNYDERS, 2005, p.105). É com essa racionalidade que os diversos movimentos sociais, sindicais do campo e da cidade e intelectuais têm defendido a luta social dos camponeses, pautando a garantia de múltiplos direitos essenciais à vida humana no campo. Terra, moradia, educação, trabalho, saúde, lazer dentre outros. São questões que estão na pauta do dia dos sujeitos organizados do campo e da cidade decorrentes da inoperância do Estado em todo o território brasileiro.

6.4 Ausência do Estado no contexto dos assentamentos sob a ótica da família: implicações na vida dos/das jovens

Historicamente o rural tem sido configurado como espaço residual, inferior, arcaico em relação à cidade. O rural brasileiro coincide com o espaço onde as políticas públicas e os serviços básicos são mais escassos e precários. “A vida rural significa uma situação humana em que a sobrevivência só é possível com muito trabalho. O resultado desse trabalho oferece o mínimo necessário para viver” (ENDLICH, 2006, p. 23). Se o rural for olhado na perspectiva do projeto da modernização do campo, vai-se constatar que este gerou e aprofundou grandes desigualdades e que a visão de carência e do atraso concretizada no imaginário da burguesia brasileira deu a tônica das políticas públicas direcionadas para esse espaço. Assim, tem-se tornado uma prática do camponês denunciar a ausência do Estado no campo, questão abordada em vários momentos desta tese, denúncia essa que também está presente no discurso das famílias e dos/das jovens interlocutores/as do estudo ora desenvolvido.

Na fala que se segue de uma interlocutora (mãe) da pesquisa, pode-se verificar a ausência do Estado na realidade concreta do assentamento onde vive.

Aqui dentro do assentamento falta muita coisa, coisa assim de esporte pra eles, não tem nada, quando chega final de semana, às vezes eles vão pra outros lugares. Tem a igreja que no final de semana tem culto, eles vão. Ser jovem aqui no assentamento não tem nada, os jovem não passeia, eles sentem falta, eles falam pra mim: oh, mãinha, não tem nada aqui. Então eles estão sempre aqui, eu fui criada assim e eles estão do mesmo jeito (F3AMM).

A falta de lazer para a juventude do campo explicitada por essa mãe é constatada na totalidade das ações/programas do governo federal, quando se observa o documento Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003/2010 realizado pela SNJ/CONJUVE em 2011. Não há nesse documento o reconhecimento das necessidades e interesses dos jovens camponeses pelas práticas esportivas e de lazer. Tampouco, há referência à saúde dos/das jovens do campo. O foco predominante das ações está na juventude em situações de risco ou em posição de vulnerabilidade, ou seja, nos/as jovens das periferias das grandes cidades. Diante disso, questiono: os/as jovens do campo que vivem numa pobreza extrema, sendo obrigados a deixarem as suas famílias e vender sua força de trabalho nas empresas capitalistas, a exemplo do corte de cana, não estão em situação de risco?

É importante deixar claro que o presente estudo não tem a pretensão de encontrar respostas para a indagação posta, mas apenas colocá-la no campo do debate, da problematização do que significa viver em situação de risco hoje na sociedade brasileira.

Trago na sequência outras vozes de interlocutores da investigação que também denunciam as ausências no interior dos assentamentos pesquisados.

Pra mim, eu acho que falta muita coisa, uma escola boa pro jovem, um trabaiio pra esses jovem trabaiá aqui dentro pra não precisar sair, ter alguma renda que não tem (F8AMP).

Rapaz, tem que o governo investir, ter uma renda, uma empresa pra se manter ali dentro. Isso eles não faz, tinha que ter uma geração de renda pra pessoa se manter aqui dentro, tem muito que tão indo embora porque falta serviço (F8AMP).

Acho que precisa de alguma coisa que gera emprego, porque, se aqui tivesse emprego, muitos aí que saía pra trabalhar fora, que nem meu marido agora que tá com quatro anos que ele não sai pro corte de cana, mas ele saía todo ano (F3AMM).

Por meio da minha incursão na realidade dos moradores dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, foi possível desvelar como é ser jovem nesses espaços. As representações que as famílias constroem sobre como é ser jovem e viver no campo estão relacionadas às ausências, às faltas de acesso a determinados bens, como lazer, a não poder fazer passeios em outros lugares, viver algo para além do cotidiano dos assentamentos, mas sendo o campo o seu lugar de trabalho e moradia. A situação juvenil (SPOSITO, 2003) acaba por se traduzir de forma bastante restrita, determinada pela condição juvenil (ABAD, 2002), numa perspectiva multidimensional, ou seja, dimensão socioeconômica, cultural, educacional. Assim, os/as jovens se revelam para as famílias como indivíduos de trajetórias limitadas, com poucas oportunidades de lazer, educação, trabalho, o que acaba impulsionando-os/as a fugirem das condições de ausências nos espaços onde vivem. Esse fugir é encarado por alguns pais como algo negativo, incerto, duvidoso de que os/as filhos/as vão sobressair no seu novo destino. Numa ótica mais otimista, é encarado como uma alternativa possível de melhorar as condições de vida dos/das jovens e da família. É um misto de sentimento entre a incerteza e a possibilidade de um futuro melhor.

Nessa perspectiva, entendo que a juventude como categoria social, relacional, fundada em representações sociais e como expressão da vida social não pode ser definida em função de um único aspecto ou característica, mas em suas especificidades e singularidades (CARDOSO; SAMPAIO, 1995). Os/as jovens são sujeitos concretos que vivem os processos de socialização específicos. São indivíduos constituídos socialmente na totalidade de suas relações e interações complexas. No caso específico dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, constituem-se na base das contradições que dinamizam a realidade vivida, as quais impõem tomadas de decisões que envolvem ficar no campo ou sair dele. Assim, compartilho do entendimento de Terra e Camacho (2004) quando afirmam que a condição juvenil no Brasil traduz as diferentes trajetórias vividas pelos/as jovens a partir de diversos recortes: classe, gênero, etnia, sexo, entre outros. Desse modo, compreendo que a precariedade vivida no contexto dos assentamentos *lócus* da pesquisa implica os percursos trilhados pelos/as filhos/as dos camponeses desses espaços, colocando-os/as à margem da sociedade.

No que se refere às políticas públicas voltadas para o campo, as famílias entrevistadas ressaltam que o governo as divulgam até muito bem, mas as políticas não estão sendo

suficientes para mexer na realidade concreta dos sujeitos do campo, sobretudo aquelas direcionadas aos jovens, que, por sinal, ainda não foram contemplados com nenhum tipo de política, seja da esfera municipal, seja da estadual ou federal. “Falta apoio pro jovem sentir firmeza, ter um curso” (F5AMP). Quando indaguei às famílias por que será que as políticas públicas não conseguem chegar às áreas pesquisadas da Reforma Agrária, de modo geral, disseram que não sabiam responder, mas que os gestores precisam olhar para o campo e proporcionar aos/às jovens condições de

trabalho, alguma coisa pra eles fazer, movimentar pra ganhar alguma coisa pra sobreviver, às vezes que nem minha fia vai formar agora, ela arrumava um emprego aqui pra ela ir trabaiano, estudano, ela tem vontade de fazer uma falcudade, ela às vezes movimentano aqui dentro do município e fazendo a falcudade (F7AMM).

O trabalho e o estudo são as reivindicações prioritárias dos camponeses interlocutores da investigação, sempre se referindo a esses itens como algo essencial à vida no contexto onde estão inseridos. Como já explicitado em outros momentos desta tese, a presença da escola nas comunidades foi sempre referendada pelos entrevistados (pai e mãe) como uma possibilidade de mobilidade dos/das jovens. A escola e o trabalho são centrais na ampliação e estabelecimento de relações sociais dos/das jovens e garantia de estabilidade social e econômica.

Contudo, nessa discussão sobre a ausência do Estado na vida dos sujeitos pesquisados, na opinião de parte das famílias, os/as jovens não podem ficar esperando que as coisas ocorram facilmente. Eles/as precisam se reunir e se fortalecer na coletividade, porque,

[...] tendo união tudo vai, a coisa tá difícil, mas se todos reunir, aí fica mais fácil, o assentamento não é uma pessoa só. É igual nois aqui, se não tivesse reunido, nós não tava aqui não, mas todo mundo reuniu, se for fazer alguma coisa tem que fazer reunião pra saber o que a gente pode fazer, né não? Mesmo assim é os jovem, tem que fazer uma reunião pra saber os que eles quer, se não for assim, não dá certo não (F4AMM).

Recorro às contribuições de Bogo (2008, p. 138), quando enfatiza que o “campo deve ser um projeto de vida. As pessoas precisam estar envolvidas nesta construção. Ao mesmo tempo em que fazemos o projeto nos fazemos a nós mesmos”. Nesse raciocínio caminha o que propõe a mãe entrevistada. Isso remete ao pensamento de que os/as jovens precisam ser parte

protagonista do projeto de campo. Quando essa mãe expressa que *o assentamento não é uma pessoa só*, explicita uma referência importante na construção das relações diversas no contexto dos assentamentos, ou seja, que o coletivo é um dos instrumentos fundamentais para enfrentar as intempéries existentes na realidade vivida. E mais que isso, que a história do assentamento deve ser construída coletivamente, inclusive com a participação dos/das jovens. Nesse processo, os/as jovens se fazem ao fazer a história da comunidade. A identidade do jovem camponês se forma pela experiência que adquire e pelas perspectivas que ele sonha no futuro alcançar. Aquilo que visualiza e deseja alcançar num horizonte distante o impulsiona a construir trilhas que o levem a materializá-lo. Nesse caminho em busca de realizações constrói a identidade ser jovem.

É necessário ressaltar que a formação de uma identidade quase sempre é munida de tensão, conflito, contestação, quando não uma possível crise de valores. Ao discutir a identidade camponesa, é necessário entender que a “identidade é, na verdade, relacional” (WOODWARD, 2000, p.14). As relações e interações que se estabelecem no processo de produção são responsáveis por configurar uma determinada identidade. Desse modo, a identidade camponesa é instituída num processo relacional, impondo, por sua natureza, uma contraforça ao modo de produção capitalista, que prima por um modelo de produção que valoriza o individualismo, a competição e o lucro acima de tudo.

Na perspectiva de ampliar o olhar sobre o processo de constituição social dos/das jovens pesquisados/as, busquei saber da família (pai/mãe) se os/as jovens participam ou não de movimentos sociais, sindicais ou de algum grupo coletivo. Na concepção dos pais, embora eles próprios, no atual momento, não estejam vinculados a nenhum movimento social, consideram importante a participação dos/das filhos/as conforme expressa o pai seguinte:

[...] é importante participar pra poder ir pegando o conhecimento, porque, se eles participar de qualquer movimento, eles vai aprendendo como foi que a gente entrou aqui, né? Mais ou menos isso. Eles ia aprendendo como as coisas vão andando(F6AMP).

A inserção dos/das jovens num movimento social, sindical ou de outra natureza, na visão desse pai entrevistado, pode permitir que os/as jovens tomem conhecimento sobre como se deu o processo de aquisição da terra; as estratégias de luta que tiveram que construir; os

desafios enfrentados no processo de luta pelo acesso à terra que os levaram aonde estão hoje. A inserção dos/das jovens em movimentos sociais pode ser visto como uma possibilidade de tomada de consciência da realidade concreta.

Na concepção de Paulo Freire (1980, p.26), o ato da “conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. Desse modo, inserir-se nos movimentos que defendem as causas dos excluídos é assumir o papel de sujeitos coletivos que fazem e refazem o mundo. É assumir um compromisso histórico com as populações marginalizadas. Assim, retomando a questão referente à participação dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança em movimentos sociais, reafirmo que as famílias em sua totalidade relataram que os/as jovens não participam de nenhum movimento ou qualquer outro grupo coletivo que pauta a luta social.

Assim, diante do apresentado neste tópico, os dados sugerem que as dificuldades de acesso a determinados bens estiveram presentes como características da vida dos/das jovens do campo. As carências e ausências são parte do percurso vivido por moças e rapazes no interior dos espaços em que a pesquisa foi realizada ou fora deles, as quais configuram um desafio a ser enfrentado pelas famílias camponesas e pelos/as jovens dos assentamentos investigados.

6.5 Deslocamento territorial dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança: “isso não é uma coisa boa não”

A questão da migração dos/das jovens tem sido objeto de estudo de diversos autores como Camarano e Abramovay (1999); Carneiro (1998); Brumer (2007), dentre outros. Nas comunidades pesquisadas, no entendimento das famílias dos/das jovens, as condições materiais, a falta de perspectivas de trabalho no assentamento e na região próxima impõem a necessidade de os jovens saírem em busca de trabalho nas fazendas do agronegócio, como corte de cana, na colheita de laranja, plantação de algodão e café ou para o trabalho nas fábricas das grandes cidades. Quando indaguei os/as interlocutores/as (pai e mãe) da pesquisa sobre como a família encara os deslocamentos territoriais dos/das jovens em busca de trabalho ou outras oportunidades, expressaram-se da seguinte forma:

Eu não acho que isso é uma coisa boa não, às vezes eles saem em busca de oportunidade, pra muitos é sorte encontrar essas oportunidades, outros acabam voltando e sofrendo até mais que aqui (F5AMP).

Eu não vejo como uma coisa boa não, eu queria que eles ficasse por aqui mesmo, porque aqui, por exemplo, a gente tem os filhos, pode tá aconselhando eles pra não pegar esses caminhos. O mundo tá aí acabando de coisa ruim, pelo menos a gente quer tá perto, não vai fazer nada, mas pelo menos tá conversando [...]. Meu sonho mesmo é que aqui tivesse uma fonte de serviço nessa área pra viver aqui (F12AMM).

Às vezes quem tá procurando o estudo eu acho que é bom, agora quem vai precurar um serviço lá na frente não é nada bom (F13ANM).

Bom, muitos acha positivo, mas eu mesmo não acho, o que eu queria mesmo, o meu sonho é que ele pudesse trabalhar aqui dentro, ficar aqui, produzir aqui dentro de uma maneira mais desenvolvida porque eles tão estudando e aprendendo, né, mas tem uns aí acha que sair pra fora é que é bom, se ficar um filho dentro de casa, já fala: fulano tem que trabalhar, não sei por que não vai pro corte de cana, pra São Paulo, Belo Horizonte, eu não acho isso (F20ANM).

O recorte representativo das falas dos/das interlocutores/as aqui apresentado demonstra a não aceitação das estratégias de migração temporária ou definitiva por parte dos jovens que, diante das condições precárias de trabalho na região e no contexto dos assentamentos, buscam outras oportunidades de trabalho. Segundo as famílias entrevistadas, quando o/a jovem pensa em deixar o campo, o seu objetivo principal é arrumar um emprego. A continuidade do estudo ocupa lugar secundário na ordem de prioridades.

É certo que muitos dos/das jovens de hoje “querem trabalhar para se sentirem importantes dentro da família, mas também, para poderem comprar, com seu próprio dinheiro certos objetos” (MARTINS, 1997, p.106). Querem conquistar sua autonomia financeira dentro da sociedade. A questão da busca da autonomia juvenil na sociedade brasileira tem implicações com a relação do abandono da escola. Muitos/as jovens saem do sistema escolar para se inserirem no mundo do trabalho. Essa é uma realidade que também se encontra no contexto pesquisado. É mais comum o abandono da escola por parte dos jovens homens em busca de oportunidade de emprego no corte de cana, ou em outro serviço dessa natureza. As moças, geralmente, esperam concluir o ensino médio para depois buscarem um emprego e uma possível continuidade dos estudos na cidade.

De modo geral, as famílias dos/das jovens têm uma imagem negativa do deslocamento territorial dos jovens, sobretudo quando este está associado à questão do trabalho nas fazendas do agronegócio, como corte de cana, lavoura da soja, plantação de laranja, café e algodão. É importante registrar que, no caminhar da pesquisa, a partir da imersão no cotidiano das famílias assentadas, por meio das conversas informais, observação e entrevistas realizadas, foi possível perceber que a questão da migração dos jovens no contexto dos assentamentos não é vista como uma estratégia de reprodução social da unidade camponesa (WOORTMANN, 2009 [1990]), mas como uma estratégia possível de aquisição de bens pessoais.

Na opinião dos pais (pai/mãe), o dinheiro que os jovens ganham com o trabalho fora do assentamento não é aplicado na propriedade da família, mas para comprar coisas pessoais, como motos, roupas, celulares, dentre outras. “Daqui mesmo, pra você vê, alguém que foi lá, comprou um gado, fez uma aguada no lote, cê não vê isso, não vê não” (F2ANM). O ato de sair para trabalhar nas fazendas do agronegócio e voltar, mas não investir no lote da família, enfraquece a posição social dos jovens e sua identidade de camponês. O sair, nesses termos, contém um aspecto simbólico negativo para as famílias, pois o recurso adquirido pelos jovens não promove a ascensão e estabilidade social do jovem no contexto da unidade familiar.

No que se refere à compra de bens de consumo, Carneiro (2007) ressalta que a aquisição de motos permite ampliar o espaço de sociabilidade para além dos limites de suas próprias localidades de origem. Essa realidade é vivida pelos jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, que não estão isolados do resto mundo. Pude perceber, no decurso da investigação que a moto é o meio de transporte que mais coloca os moradores dos assentamentos, inclusive os jovens homens, em contato com a cidade, ampliando o seu “raio” de circulação.

Ainda em relação à questão do deslocamento territorial e do trabalho dos/das jovens nas fazendas do agronegócio, outro pai entrevistado se expressa da seguinte forma:

Rapaz, eles fala que não é bom não, sofre muito, inclusive eu tenho dois fi que já foi pro corte de cana no Paraná, eles fala que a vida lá não é boa não, o alimento não é bom, tem que trabaíá chovendo, o dormitório também não é muito bom, eles sofre muito. Moço, eles não gosta não, vai mesmo porque não tem jeito. Eles foi pensando ganhar dinheiro e voltar pra cá pra investir,

mas, quando chega lá, também o que ganha, o que eles traz logo acaba, ganha pouco(F8AMP).

Diante dos depoimentos das famílias, duas posições ficam claras na pesquisa em relação ao deslocamento territorial dos/das jovens. Uma considerada positiva, quando se relaciona à saída em busca do estudo, e a segunda, considerada como negativa, quando relaciona a saída dos jovens ao trabalho na agricultura capitalista. Com esse pensamento, as famílias de modo geral não veem como algo promissor os deslocamentos territoriais dos jovens, capazes de abrir novas portas que permitam a realização de projetos de vida para os jovens. Ao contrário do que representa a migração temporária para os sítios estudados por Woortmann (2009 [1990]), em que trabalhar na cana-de-açúcar significa assumir a sujeição. “A migração tem um sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela é parte de um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade com o *status* transformado de rapaz para o de homem” (WOORTMANN, *Ibid.*, p. 219 [1990]).

É importante registrar que, com base nas informações obtidas por meio das entrevistas e conversas informais com os moradores das comunidades *lócus* da pesquisa, foram identificados alguns tipos de trabalhos realizados pelos/as jovens que estão fora dos assentamentos, além do trabalho nas fazendas do agronegócio, quais sejam: empregada doméstica, gesseiro, ajudante de montador de móveis, ajudante em escola particular, cabeleireiro, queijeiro e trabalhos diversos em fábricas nas cidades de São Paulo, Minas Gerais, dentre outras. Vale acrescentar que as jovens mulheres, quando buscam alternativas fora dos assentamentos, a direção é sempre as cidades. Mesmo aquelas que têm o curso Técnico Agropecuário não têm procurado trabalho no campo.

Isso significa que, sob a ótica da família (pai e mãe), o trabalho na unidade produtiva da família assume um papel de pouco interesse por parte das jovens mulheres. A reprodução social do patrimônio familiar e a organização do processo de trabalho no interior dos assentamentos são desvalorizadas pelas mulheres, embora o sejam também para muitos jovens homens, como foi apontado anteriormente no estudo ora apresentado.

6.6 Projeções da família camponesa em relação aos/às filhos/as: entre o campo e a cidade

A reflexão tecida nos capítulos dois e três sobre a configuração do rural e sobre os projetos individuais e coletivos dos/das jovens respectivamente, nos embasou teoricamente na análise dos dados no que diz respeito às perspectivas de futuro/ “sonho” da família em relação a seus/as filhos/as. Carneiro (2012), em estudo realizado sobre o rural contemporâneo, brasileiro, expressa que pesquisas qualitativas têm revelado que são os/as jovens os que estão mais suscetíveis à mudança de profissões no campo, encontrando ocupações que, em alguns casos, oferecem remuneração superior à agrícola, além de serem mais valorizadas simbolicamente que a agricultura.

No caso especial da presente investigação, o processo de exploração dos dados construídos por meio das entrevistas com as famílias dos/das jovens, das conversas informais e da observação nos assentamentos pesquisados apontou 4 perspectivas de futuro para os/as jovens a partir do olhar da família camponesa, as quais serão apresentadas na sequência.

6.6.1 Estudar para sair do campo

Busquei saber, dentro do conjunto de questões que foram direcionadas às famílias dos/das jovens, as suas aspirações em relação ao futuro dos/das filhos/as. Então, fiz aos interlocutores (pai e mãe) as seguintes questões: Que projetos de futuro a família pensa para os/as filhos/as? Os/as jovens têm que estudar para permanecerem no assentamento ou para saírem dele? As respostas a essas indagações, às vezes, se dialogam, se repetem e se complementam, constituindo assim, um conjunto de informações que se interpenetram. É nessa lógica que os dados são apresentados e discutidos.

No decorrer da pesquisa pude verificar que um grupo de famílias prefere que os filhos/as estudem para arrumar um emprego melhor na cidade. No entendimento desse grupo, o campo não tem futuro para os/as jovens. Ficar no campo é só para as pessoas idosas. Todavia, deixam em evidência que, para os/as jovens conseguirem uma profissão melhor na cidade, é preciso estudar bastante. Essas questões podem ser confirmadas nas falas, a seguir dos/as interlocutores/as.

Na minha opinião, aqui no assentamento não tem futuro pra jovem não (F10AMM).

Por enquanto, eles não quer permanecer pra sempre aqui no campo, eles quer arrumar um serviço melhor, só que falo: pra isso tem que estudar bastante porque não é assim, né? Sair pra fora não é simples com uma formaçãozinha (F17ANM).

É difícil permanecer no campo pra não sair, o campo sempre batalhoso pra gente conquistar algo melhor, as pessoas que já tá de idade fica, mas os jovens têm que sair pra conquistar uma faculdade (F2AMM).

Eu quero que ela estuda e arruma uma coisa assim melhor, ser alguém na vida mais pra frente, pra sobreviver aqui no assentamento pra sempre não dá não(F10AMM).

No entendimento da família, a penúria das condições materiais incide sobre o desejo dos/das filhos/as de estudarem para sair do campo. Esses dados confirmam conclusões de pesquisas realizadas em algumas localidades rurais do Brasil, como os estudos de Abramovay et al. (1998); Carneiro (1998), no que se refere à importância atribuída pela família dos/das jovens à educação como meio de acesso a uma profissão menos sofrida do que a de agricultor.

Por outro lado, as famílias demonstraram preocupação com a reprodução social do trabalho camponês. “[...] tinha muito jovem aqui, eles vai e volta só pra passear, visitar os pais” (F19ANM). Carneiro, em relação aos/às jovens que migram para a cidade, temporária ou definitivamente, ressalta que

ir para a cidade grande significa, nesse universo simbólico, entrar em contato com a modernidade, quebrar os laços de dependência e de proteção familiar. Significa construir a sua individualidade, descobrir e realizar seus desejos e projetos como, por exemplo, ter acesso a serviços e bens de consumo inexistentes no campo (CARNEIRO, 1998, p.112).

Segundo depoimentos das famílias, para os/as jovens que vão embora e ficam nas cidades, o trabalho no campo já não faz parte dos seus projetos de futuro. Isso significa que os projetos profissionais e pessoais idealizados por esses/as jovens implicam ruptura com a agricultura e viver no campo. Nesse caso, entendo que a relação desses/as jovens com a terra e o trabalho no meio rural ganha nova configuração, isso porque a vinda dos/as jovens ao campo passa a ter sentido de visita aos familiares e, por outro lado, ganha caráter de descanso. Assim sendo, o campo passa a ser um espaço que os afaste da rotina mecânica de trabalho na cidade. O

sistema de valores das cidades é absorvido pelos/as jovens, os quais acabam por nortear seus projetos de futuro.

Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias para continuar o trabalho camponês nas áreas da Reforma Agrária, como falta de incentivo do governo, condições climáticas desfavoráveis, falta de assistência técnica, desvalorização da produção, as famílias dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança expressam certo desânimo em relação à continuidade do trabalho na unidade familiar, como se pode verificar na fala a seguir:

[...] na roça a vida é mais sofrida, porque as coisas aqui não tem valor, por exemplo a gente faz farinha, o preço cai e a gente fica na mesma situação, se planta um feijão, se planta um milho fica tudo abaixo de zero, então eu falo que mora na roça mesmo porque não tem pra onde ir mais (F12AMM).

Estudo realizado por Carneiro e Maluf (2003) envolvendo pequenos agricultores familiares na região serrana do Rio de Janeiro indica um certo pessimismo por parte dos agricultores em relação ao futuro da agricultura, fato que incita o “desejo” dos pais de quererem que seus filhos escolham outra profissão. Daí o lugar importante que a escola ocupa no imaginário dos pais. Contudo é importante registrar que as aspas no termo desejo imprimem um significado de não desejo, ou seja, um desejo forçado pelas condições materiais e simbólicas vividas pelas famílias camponesas.

No caminhar da investigação, o meu olhar sobre a relação que as famílias camponesas interlocutoras da pesquisa estabelecem com a terra e o trabalho na unidade familiar, na perspectiva da manutenção do tecido social, apontou elementos que Carneiro e Maluf (2003) haviam encontrado em estudo desenvolvido sobre a agricultura em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, tais como: contradição entre o estilo de vida no campo e as condições de trabalho na agricultura. Ao mesmo tempo em que os agricultores reconhecem que o trabalho na agricultura exige um esforço físico excessivo, que é pesado, é uma tarefa que se faz de sol a sol, e raramente é recompensado financeiramente, reconhecem que a vida no campo tem vantagens em relação à cidade.

A violência urbana sempre está referendada com a imagem negativa da cidade. Do outro lado, o sossego, a tranquilidade de se viver no campo interferem no desejo de muitos pais optarem pela continuidade do trabalho na propriedade familiar junto com toda a família. Todavia,

reafirmo que é grande a desesperança por parte das famílias em relação a continuarem os/as filhos/as no campo. Essa questão acontece tanto em relação aos rapazes quanto em relação às moças. Os/as jovens pouco têm demonstrado interesse em continuar no campo, do ponto de vista da família. Eles/as ficam esperando terminar o ensino médio ou completar a maior idade para sair do campo em busca de trabalho nas cidades ou nas fazendas do agronegócio, como corte de cana, plantação de laranja dentre outros.

6.6.2 Sair para trabalhar

Deixar a família para buscar possibilidade de trabalho em outros lugares, às vezes em cidades circunvizinhas, outras vezes em cidades mais distantes, é uma das alternativas que as famílias apontam para os/as jovens. Essa alternativa está associada à dificuldade financeira da família decorrente de trabalho no campo, como afirma a mãe seguinte entrevistada:

Tem hora que no campo não tem opção do serviço para ele permanecer ali, né, então fica difícil, não tem serviço, ele tem que ir pra fora (**F2AMM**).

Existem, no grupo de famílias entrevistadas, aquelas que acreditam que não há alternativas para seus filhos a não ser se engajarem em outras atividades fora do setor agrícola. Isso gera uma situação de conflitos: se, de um lado, existe por parte dos/das jovens uma posição que se expressa no desejo de permanecerem como agricultores/agricultoras, de outro lado, os pais incentivam os/as filhos/as a se engajarem em projetos fora do assentamento que os/as tirariam da situação em que se encontram no campo, como relata esta mãe entrevistada. “O meu filho que mora aqui ajuda, ele gosta da roça, eu falo: menino, sai dessa, nois nasceu e criou na roça (**F12AMM**).

Nesse caso, percebe-se que as condições materiais das unidades familiares incitam os pais a quererem que seus filhos saiam do campo em busca de trabalho, quase sempre com destino à cidade. Sair, às vezes, não passa pelo campo de desejo dos/das filhos/as, é uma questão circunstancial, depende muito mais das condições materiais vividas no interior dos assentamentos do que da vontade dos/das jovens em querer sair do lugar onde vivem.

Desse modo, as projeções de muitos pais em relação a seus filhos são estimuladas, sobretudo, pelas carências da vida local e, de modo particular, pela falta de perspectivas profissionais que

garantam, no local, oportunidades de emprego e renda na agricultura ou fora dela. A análise dos dados indica que o desejo dos pais em verem os/as filhos/as se afirmarem pessoal e profissionalmente impõe a migração como a única alternativa possível, mesmo que tenham que conviver com a ausência e a saudade dos/as filhos/as.

6.6.3 Formar-se (ensino médio) e arrumar um emprego aqui por perto

Ainda no sentido de identificar as projeções das famílias em relação aos/às jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, é válido frisar que percebi, durante a investigação, que para alguns interlocutores da pesquisa (pai e mãe), o seu desejo é que os/as jovens arrumem um emprego assim que concluírem o ensino médio. Os/as jovens saírem do campo em busca de emprego é o atestado da precariedade das condições de vida no campo sob a ótica desse grupo de pais.

[...] eu mesmo não queria que meus filhos saísse pra longe não, queria que meus filhos estudasse e ficasse perto de mim, sair pra São Paulo, pra longe, eu tenho muito medo do mundo, mesmo quem estuda quer ser uma pessoa direita, mas lá fora a gente não sabe (F12AMM).

Se eles estudasse pra mais no fim arrumar um serviço pra eles viver aqui mesmo, pra mim eu queria que eles ficasse por aqui mesmo, pelo menos a preocupação da gente é menos, na cidade grande todo dia ocê só vê violência, aqui não, nois ainda tá no paraíso(F12AMM).

Eu mesmo queria pra permanecer na nossa região aqui, município daqui, no assentamento, Julião, Malhada, aqui é o nosso lugarzim. Eu tem essa vontade assim, eu não tem vontade, igual eu tem essa aqui pra ela sair pra longe de mim pra puder trabaiaá não, eu não tem essa vontade não, eu queria assim que ela ficasse trabaiano junto de mim toda vida (F7AMM).

Oh, eu tem vontade que meus filhos estudar que nem tem essa menina aqui, tem uma no Iuiú, eu tem vontade delas estudar, né, pra elas viver uma vida melhor, não viver trabaiano como eu, desde de 7 anos que eu trabaio na roça naquele sol quente, naquele sofrimento, plantando feijão, colhendo feijão, mexendo com capim naquele quenturão que nem tá aí, é isso o que nois faz. Então eu penso que meus filhos estudar, arrumar um emprego bom pra elas se manter. Se elas arrumasse um emprego pra se manter aqui dentro sem precisar saí pra fora, melhor, pra ficar junto com nois (F7AMM).

O que se percebe é que o estudo está sempre no imaginário da família como algo que poderá contribuir para a escrita de uma história futura para os/as jovens diferente em relação à história da família que vive da terra, a qual as famílias qualificam como uma vida sofrida.

Portanto, a família sonha com outra vida para os/as filho/as, em que o estudo é visto como a categoria-chave que poderá mostrar outros horizontes para os/as filho/as, sempre associado a arrumar um emprego e viver por perto da família. O receio em o/a filho/a sair para a cidade é demarcado nas falas dos pais entrevistados. O medo em relação às drogas, à violência, coisas que a cidade proporciona de forma mais acessível. Segundo relato das famílias, o consumo de drogas ainda não é uma realidade vivida pelos/as jovens no contexto dos assentamentos. Expõem ainda que já existe o consumo de bebida alcoólica entre os jovens de forma controlada, mas que o problema maior é em relação aos pais, porque, apesar de ser proibido vender dentro dos assentamentos, eles compram nos bares fora da comunidade e bebem em suas casas.

É importante sublinhar que, apesar de revelar uma situação de precariedade, de falta de oportunidade no campo, as falas dos/das interlocutores/as (pai/mãe) apresentam um sentimento de pertencimento, de afeto com o lugar onde vivem. No entanto, os pais, de modo geral, têm consciência de que os/as jovens não têm uma relação afetiva com a terra como lugar possível de produção e de vida. O que o campo tem oferecido aos/às jovens, na perspectiva da família (pai e mãe), é muito pouco, seja numa dimensão objetiva ou subjetiva.

[...] os jovem hoje em dia não veve mais sem dinheiro, eles quer ter dinheiro no bolso, quer ter uma moto pra andar, quer ter um bom celular de alta tecnologia pra usar a internet, ouvi música, já pesquisa trabalho de escola, não é só facebook não (F7ANM).

Os/as jovens de hoje, no entendimento das famílias entrevistadas não querem só comida como expressa Arnaldo Antunes; Sérgio Brito e Marcelo Fromer na música Comida⁴⁸. “A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida. A gente quer saída para qualquer parte”. A juventude quer mais do que é básico para se viver no campo, ela quer desfrutar de bens que até então não podiam acessar. O acesso à informática, por exemplo, é uma demanda das famílias e dos/das jovens do campo. Segundo Carneiro (2007), a cidade não é o único caminho para se ter acesso a esse tipo de bens, o que, do ponto de vista dessa autora, constitui uma das mudanças mais significativas identificadas no mundo rural.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/titas/comida.html>. Acesso em 10/03/2014.

Nesse processo, os/as jovens do campo também vão criando novos estilos de vida, agregando outros elementos vistos como da cidade ao seu modo de viver no campo. Isso faz do meio rural um espaço cada vez mais complexo e heterogêneo. Nesse contexto, a atribuição de sentidos ao espaço rural se expressa também nas maneiras de se apropriarem dos bens materiais e simbólicos da localidade. Essa apropriação depende não apenas do capital econômico, cultural e social de cada indivíduo, mas também de sua posição e interesses nas redes sociais locais, o que não significa, necessariamente, uma ruptura decisiva no tempo nem no espaço.

Sobre a questão da heterogeneidade social Carneiro (2007), ressalta que, embora produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local. Nesse sentido, torna-se cada vez mais difícil pensar o conceito rural para qualificar um espaço ou a dinâmica das relações sociais num espaço. Essa questão se reflete na compreensão teórica da juventude do campo como uma categoria complexa que tem implicações históricas, sociais, econômicas, culturais, portanto, temporais e espaciais.

6.6.4 Sair para estudar e voltar para viver no campo

Um grupo de pais (pai/mãe) expressou o desejo de os/das filhos saírem do campo para estudar e após o estudo voltarem para procurar um emprego no campo ou na sede do município em que vivem. Sonha uma vida melhor para os/as filhos/as. Por outro lado, encontra-se nesse grupo de familiares o desejo de os/as jovens estudarem e serem educadores no campo para contribuírem com as atividades de produção no contexto dos assentamentos. O estudo se configura para os pais como uma ferramenta importante no processo de ascensão social dos seus filhos, principalmente por conta da exigência do mercado de trabalho, que cada vez mais exige mão de obra qualificada. Isso tem repercussão não só no âmbito do trabalho nas indústrias, na prestação de serviços, como também nas atividades agrícolas, sejam elas em grande escala ou não.

Em resposta às questões referentes às aspirações dos pais em relação aos/as filhos/as e ao estudo destes/as, alguns interlocutores (pai e mãe) responderam que os/as jovens têm que

Estudar pra ficar no campo, [...] vai buscar lá fora e vem trazer pro campo (F2AMM).

O jovem tem que estudar pra permanecer no campo, eu acho assim (F3AMM).

Ah! pra permanecer no campo com certeza, pra trazer melhorias, principalmente desenvolver melhor as atividades do campo, trazer conhecimento para os mais velhos e também para os que tão começando, ser um educador, trazer novas informações pro campo (F5AMP).

[...] eu penso que eles têm que estudar, trabalhar pra viver melhor, mas viver no campo (F14ANM).

Eu acho bom sair pra estudar e depois voltar pra trabalhar na região (F16ANM).

É válido registrar que o pensamento de os/das jovens saírem para estudar e voltar para viver no campo é convergente entre as famílias dos dois assentamentos analisados. As famílias reconhecem a relevância do estudo para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos/das jovens e como uma possibilidade para melhorar o conhecimento referente às atividades desenvolvidas pelos assentados da Reforma Agrária.

Na idealização dos pais pesquisados no presente estudo, os projetos de futuro dos/das filhos/as passam, necessariamente, pela formação escolar, o que é justificado pela sua condição juvenil. O estudo não é só uma estratégia de ascensão social, mas um caminho possível para colocar os/as jovens em uma situação melhor de trabalho, diferente da vivida pelos seus pais, mesmo que esse trabalho seja desenvolvido no meio rural. O que está em jogo são as formas de trabalho desenvolvidas pelo agricultor. Para muitos pais, a profissão de agricultor já não é muito atrativa, a ponto de idealizarem outras profissões para os filhos/as conforme referido anteriormente. Todavia, as famílias de modo geral afirmaram que os/as jovens não se reconhecem vivendo no futuro dentro do assentamento.

Numa posição contrária, Stropasolas (2003) evidencia que estudos realizados na região de Santa Catarina apontam que parcela importante de jovens do meio rural apresenta o desejo de ficar no campo, realizando seus projetos de futuro nas comunidades rurais ou na sede das pequenas cidades, dando continuidade à profissão de agricultor ou formando-se em outras

profissões. Nesse sentido, o desinteresse dos/das jovens do campo pela profissão agricultor não é uma totalidade no Brasil.

Desse modo, entendo que continuar no campo, trabalhando na terra fruto da luta social é uma forma de resistência ao paradigma que defende o fim do campesinato, portanto é uma maneira de resistir contra o capital, que insistentemente impõe a desagregação social e o desaparecimento do trabalho camponês. Segundo Carvalho (2012, p.6), a classe dominante é “uma das geradoras da concepção e da práxis social - econômica, política e ideológica, que considera os camponeses como condenados a desaparecer”.

Em resistência a essa forma de pensar o campo, não é demais lembrar que os camponeses do Brasil têm buscado construir um projeto para a agricultura brasileira que supere aquele implantado pela dominação hegemônica do modo de produção capitalista. “Os valores hegemônicos no mundo capitalista estão sendo veementemente contestados e [...] a suposta desagregação do campesinato vem sendo negada por todos aqueles que sugerem outro paradigma civilizatório para a vida humana” (CARVALHO, *Ibid.*, p.7).

Nessa lógica de contraposição ao capital, torna-se necessário o debate consistente sobre a realidade do modelo de desenvolvimento vigente no campo brasileiro no sentido de reimplementar políticas públicas que facilitem a permanência, a formação profissional e a reprodução social das famílias camponesas, que valorizem as aspirações dos/das jovens do campo e da cidade que ainda hoje continuam sendo desrespeitadas no âmbito das políticas públicas, mesmo com todo avanço que tivemos nas últimas décadas, como foi explicitado no capítulo III desta tese.

6.7 Viver no campo é possível

Pros jovem não sair daqui tem que ter mais serviço, emprego, tem que montar uma empresa aqui dentro pra arrumar serviço, a não ser não tem como eles ficar aqui dentro (**F6AMP**).

No decorrer de todo o capítulo, várias contradições foram sendo desveladas por meio das narrativas dos interlocutores da pesquisa que têm demarcado o processo de reprodução social das famílias no contexto das áreas de Reforma Agrária em que o estudo foi desenvolvido. O

olhar da família exposto até o presente momento revela um conjunto de conflitos, tensões, dificuldades em relação ao viver no campo e uma incerteza quanto aos projetos de futuro dos/das jovens. Entretanto, não é o “fim da história”. Na ótica de um grupo de famílias é possível viver do trabalho na e da terra. Eis a fala deste pai referindo-se ao lugar onde vive, o assentamento:

Aqui é um lugar muito bom, sossegado, o que depende é o governo investir pra gente ter uma água irrigada, um regradio pra gente poder movimentar alguma coisa pra não precisar tá comprando, a terra aqui é boa demais, tudo que cê plantar aqui, se chover, dá, cê vê esses pés de manga tudo carregadim, e não molha, falta é ajuda (**F8AMP**).

Sobre a situação de viver da terra e a possibilidade de os/as jovens continuarem o trabalho da família camponesa, esse outro pai ressalta que

precisa de um sistema de tecnologia inovada, precisa também de uma assistência de uma agência financeira com uma condição milhó e deles conhecer projetos bom, projetos que vem trazer resultado, eles planejar direitim, eles sentar, pensar, ver o que é conveniente, o que não é conveniente, pra ter essa chance de continuar no campo (**F9AMP**).

Somando-se à questão da necessidade de um sistema de tecnologia inovada no campo para o pequeno produtor e de investimentos por parte do governo, como foi colocado acima, o depoimento a seguir vem corroborar essa ideia quando aponta que falta no campo

uma boa escola, e outras coisas também, divertimento, evento, e aqui não tem, às vezes a gente pensa fazer, mas alguém fala: não pode fazer porque tem briga; mas ocê não pode só pensar desse lado, cê tem de pensar o lado dos jovem, é por isso que às vezes eles não fica muito aqui, é muito parado, muitos jovem já saiu (**F13ANM**).

Sendo assim, as trajetórias dos/das jovens, na perspectiva da família, são permeadas por problemáticas que têm relação direta com a falta de apoio institucional (Estado) e, em alguns casos, da família. Os/as jovens atingidos pelas transformações estruturais no mundo agrário buscam alternativas como a migração, construindo sua história em busca de um padrão de vida melhor. Ser jovem de assentamentos rurais da Reforma Agrária, sob a ótica da família, é vivenciar um conjunto de contradições que instituem a realidade rural brasileira. É atravessar “ondas” intensas, no “mar” chamado sistema capitalista, que quase sempre jogam os/as jovens

para fora do “mar”, tirando-lhes o direito de acessar bens que deveriam ser comuns a todos os indivíduos.

Diante dos diversos fatores internos e externos apontados pelas narrativas das famílias dos/das jovens da Reforma Agrária que interferem no ficar no campo ou sair dele, é preciso entender a complexidade dessa questão. É necessário compreender que a migração dos/das jovens é dada em função de problemas sociais, históricos e econômicos que envolvem, principalmente, as perspectivas de trabalho e a possibilidade de continuação dos estudos. Entendo que os/as jovens não vão ficar no campo porque o governo ou os pais querem, eles vão ficar se tiverem motivação para permanecer. Compreendo essa motivação como um conjunto de mecanismos capazes de proporcionar à família camponesa, incluindo aí os/as jovens, uma geração de renda por meio da própria produção camponesa; formação superior no campo ou nas cidades próximas das localidades onde vivem; acesso a bens culturais, lazer, saúde, enfim, mecanismos que garantam direitos básicos à sobrevivência da juventude no campo.

A realidade pesquisada está distante da garantia dos direitos aos/às jovens esboçados acima. Sob o olhar da família (pai e mãe), é possível apontar que as escolhas dos/das jovens em relação a seus projetos de futuro em alto grau são provenientes da negação de direitos nos espaços onde vivem esses sujeitos. As estratégias que as famílias têm buscado no sentido de manter a reprodução social da família têm ido muito à direção do imediato, do agora, e se restringem, principalmente, à agricultura e pecuária em pequena escala, como elucidado anteriormente. Todavia, a pesquisa não encontrou nenhuma estratégia, projeto ou ação significativa que partissem das famílias no sentido de motivar os/as jovens a ficarem no campo, alguma estratégia planejada exclusivamente pensando na garantia, no envolvimento e na manutenção dos/das jovens no interior dos assentamentos.

Isso significa que o modo de vida dos/das jovens sofre interferências de forma mais intensa pela não criação de estratégias que permitam a permanência dos/das jovens no campo, sejam elas no âmbito da agricultura camponesa, da pecuária ou de qualquer outra natureza. A ausência de estratégias interfere de uma forma ou de outra nas trajetórias de vida dos/das jovens, seja estimulando-os/as a buscarem alternativas no campo ou na cidade para construir seus projetos de futuro, seja até mesmo no trabalho temporário para depois retornar aos assentamentos.

Assim sendo, reafirmo que o modo de vida dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança é marcado pelas contradições que dinamizam a realidade desses espaços, realidade marcada pela ausência do Estado, a qual impõe a construção de percursos juvenis em sua maioria não desejados pelas famílias camponesas. Desse modo, compartilho das contribuições de Carrano (2003) quando ele aponta que os/as jovens da atualidade estão enfrentando o desafio de construir experiências cotidianas num tempo histórico complexo, dinâmico que impõe a reinvenção permanente do futuro. Silva (2012) sugere que a condição de sujeitos dos jovens, sobretudo da classe trabalhadora, é imprescindível para a formulação das políticas de educação. Nessa mesma direção, acrescento que a condição juvenil é fundamental na idealização de qualquer ação de desenvolvimento, seja ele do campo ou da cidade.

Nesse contexto, a reflexão crítica da situação juvenil é necessária nesse processo político de tomada de decisões no que se refere às políticas públicas voltadas para os/as jovens, de maneira que o desenho destas não pode ser descontextualizado das análises da realidade objetiva e subjetiva vivida pelos sujeitos de direitos no contexto da sociedade capitalista. Não há dúvida de que a condição de existência e os projetos de futuro dos/das jovens são marcados, de um jeito ou de outro, pela racionalidade capitalista.

Na concepção de Silva (Ibid.), as mudanças pelas quais o modo de produção capitalista vem passando nos últimos tempos interferem sobremaneira nas expectativas e condições existenciais da população numa perspectiva ampliada, em especial dos/das jovens dos assentamentos da Reforma Agrária. Destaca-se aqui a questão da contradição em que o modo de produção capitalista, na desenfreada corrida para garantir a sua lógica de acumulação de capital, provoca a exclusão da classe trabalhadora em múltiplas dimensões.

Nesse contexto os/as jovens hoje estabelecem um sentido de ambivalência configurado por um misto de desejo e incerteza em relação ao seu futuro no contexto da sociedade capitalista. No meu ponto de vista, um dos resultados mais perversos desse processo todo é a produção de subjetividade juvenil constituída das condições materiais e simbólicas de incerteza e precariedade. Assim, no processo de construção da subjetividade juvenil, o jovem incorpora realidades contraditórias. O tempo da juventude passa a ser um tempo precário, de escassos

acessos a bens materiais, culturais que deveriam ser comuns a todos no convívio em sociedade, independentemente da localização geográfica.

O que se pode inferir, a partir da visão da família (pai e mãe) entrevistada e da minha incursão atenta nos espaços da pesquisa, é que a exclusão dos/das jovens e demais membros de sua família é algo visível, manifestando-se em diferentes aspectos, como trabalho, educação, cultura, lazer, dentre outros direitos negados, como foi delineado no decorrer deste capítulo.

As evidências sugerem que as famílias reclamam por mudanças nas condições objetivas e subjetivas dos camponeses, conseqüentemente, na vida dos/das jovens. Ao fazer uma análise da totalidade do conteúdo das respostas, identifiquei três campos de atividades prioritárias, intrinsecamente ligadas com as projeções futuras dos/das jovens, são eles: trabalho, estudo e lazer. Por meio do processo analítico do material empírico, foi possível organizá-los no quadro que se segue.

Quadro 9 - O que falta aos jovens no contexto dos assentamentos sob a ótica da família

Trabalho	Estudo	Lazer
<ul style="list-style-type: none"> ● Falta dinheiro no campo; ● Algo que gere renda; ● Falta água para trabalhar; ● “Serviço que não seja da roça”; ● Uma empresa para gerar renda; ● Plantação de hortas; ● Tecnologia inovada; Assistência técnica e financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Apoio do governo na escola; ● Ter uma boa escola; ● Curso de capacitação; ● Computador com internet. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Falta uma quadra de esporte; ● Uma praça organizada; ● Divertimento (festa, lugar para fazer passeio, etc.); ● Eventos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao observar o quadro 9 a realidade social descortinada por meio dos relatos das famílias entrevistadas denuncia a falta de oportunidade para os/as jovens se engajarem nas atividades produtivas e/ou profissionais no contexto dos assentamentos que propiciem independência financeira aos/às jovens. As expectativas e as reivindicações que emergem das narrativas das famílias elucidam problemas estruturais da sociedade rural. Colocam em evidência problemas que afetam a renda dos camponeses e aspectos culturais, sociais e políticos que envolvem a vida do homem do campo. São problemas que impactam as escolhas individuais ou coletivas da família camponesa as quais têm implicações diretas com o modo de produção e reprodução da vida no espaço rural.

Outra questão observada no quadro 9 está relacionada às condições de lazer dos/das jovens da pesquisa. As falas a seguir descrevem a realidade vivida pelos/as jovens no interior dos assentamentos no que se refere às práticas de lazer, como os/as jovens usam o seu tempo livre.

Aqui dentro do assentamento praticamente não tem lazer, é ficar dentro de casa, é só quando sai pra algum lugar, vou fazer uma festinha, um piquenique, isso tudo é lazer, né?(F5AMP).

Na área de lazer falta é muito, não tem nada pro jovem, eu vou te falar logo a verdade, eu tem ela aí que é jovem, ela não sai pra lugar nenhum, ela não vai no Julião, a gente não tem o transporte, não tem o dinheiro pra ir, às vezes tem diversão quem tem um transporte, uma moto pra ir[...]que divertimento tem aqui, nada, só tem a igreja, divertimento no culto de oito em oito dias, a não ser não tem mais nada, divertimento nadinha aqui dentro não tem(F7AMM).

Pra jovem aqui não tem nada, pra negócio assim de divertimento não tem não, eles reclama que o assentamento é parado. A gente vive aqui porque não tem jeito, já mudemos pra cá, mas aqui não é bom não (F10AMM).

Falta área de lazer pra eles, falta incentivo pra eles participar da igreja, falta comemoração da festa junina, hoje parou tudo, a única diversão que eles têm aqui é torneio, quando dar certo e pronto, nem uma quadra pra eles jogar bola aqui não tem. Falta animação (F20ANM).

As visões da família (pai e mãe) sobre as práticas de lazer dos/das seus/as filhos/as demonstram a precariedade dos tempos e espaços de socialização no contexto dos assentamentos pesquisados, a qual é motivo para uma interlocutora (mãe) afirmar que não é bom viver no assentamento.

As falas expostas anteriormente representam uma amostra de como os/as jovens se divertem nesses espaços ou fora deles. Revela uma realidade no âmbito da diversão dos/das jovens, nada satisfatória do ponto de vista do acesso às práticas de lazer, as quais são bastante limitadas, como pude identificar no decorrer da pesquisa. No imaginário da família, o divertimento dos/das jovens está associado, principalmente, ao futebol, à igreja, a fazer passeio ou ir a festa. O cenário descrito é muito comum no campo brasileiro, não só em áreas de Reforma Agrária como em outros espaços rurais.

A observação dessa realidade permite compreender que ela pode significar uma referência para se pensar os espaços e tempos, as formas de lazer, principalmente para a elaboração de políticas públicas que contemplem os/as jovens das áreas de Reforma Agrária. Entendo que, por meio das práticas de lazer, os/as jovens podem ampliar suas possibilidades de viver a sua condição juvenil. O campo de possibilidades (VELHO, 2006) em que os/as jovens constroem suas relações de sociabilidades é crucial no processo de construção do seu ser jovem. Desse modo, a forma como os/as jovens criam e recriam suas estratégias de lazer, nos diferentes espaços e tempos a que têm acesso, ao mesmo tempo em que imprime características da sua identidade, absorve novos elementos às suas relações sociais, conseqüentemente, no seu ser jovem.

Enfim, a pesquisa aponta a necessidade urgente de se ampliarem os direitos de cidadania no campo e em especial nas áreas de Reforma Agrária. Demanda a valorização da profissão agrícola e dos produtos gerados no processo de trabalho nas unidades familiares. Assim também, evidencia a necessidade do protagonismo juvenil no processo de reversão da erosão socioeconômica, cultural e política em curso nos espaços em que os/as jovens estão inserido/as, pois “os impasses do presente não podem transformar o futuro num tempo ausente. Se a previsão navega nas águas da incerteza, o futuro precisa ser construído de forma participativa, envolvendo os jovens” (SOUZA, 2004, p.55).

VII AUTORREPRESENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL DO SER JOVEM DE ASSENTAMENTOS RURAIS: CONDIÇÕES JUVENIS E PROJETOS DE FUTURO

O sonho encheu a noite⁴⁹
Extravasou pro meu dia
Encheu minha vida
E é dele que eu vou viver
Porque sonho não morre.
(Adélia Prado)

Neste capítulo, dou voz aos sujeitos jovens da pesquisa no sentido de identificar e analisar como os/as jovens de Reforma Agrária elaboram suas trajetórias de vida e seus projetos de futuro. Busco compreender a constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens, a partir das condições juvenis vividas por eles/as em um contexto permeado de contradições impostas pelo modo de produção capitalista. Nesse contexto, trago aspectos significativos das trajetórias de vida dos/das jovens, seus diversos olhares sobre a realidade, o que eles/as dizem sobre ser jovem de assentamentos rurais de Reforma Agrária.

Ao refletir sobre as condições juvenis e os projetos de futuro dos/das jovens, procuro trazer argumentos e elementos complementares que reforçam a tese construída neste trabalho, os quais têm fundamentos nos dados empíricos em diálogo com as teorias que consubstancializam o debate teórico deste estudo. Abordo os dilemas juvenis entre morar no campo ou na cidade; o jovem como categoria que internaliza o projeto da família camponesa ou dele se autonomiza. Nessa construção de perspectivas de futuro, classifico-as entre os projetos urbanos, projetos rurais e os/as jovens indecisos em relação ao seu futuro. Além disso, procuro descrever, de forma analítica, os processos de socialização dos/das jovens no âmbito da convivência social. Trago o olhar dos/das jovens em relação ao consumo de drogas e bebidas alcoólicas nos contextos dos assentamentos pesquisados e as suas denúncias como uma forma de desabafo em relação às condições materiais e simbólicas em que vivem.

⁴⁹Disponível em: <http://ocantodasborboletas.blogspot.com.br/2011/12/encheu-minha-vida.html>. Acessado em: 20/06/2014.

7.1 Ser jovens de assentamentos rurais de Reforma Agrária: os/as jovens por eles/as mesmos/as

Como foi discutido no terceiro capítulo desta tese, o debate teórico que permeia a categoria juventude é marcado por diferentes posicionamentos, os quais vão do entendimento da juventude numa perspectiva cronológica à compreensão da juventude como construção social (ARIÈS, 1975; PAIS, 1990; WEISHEIMER 2009). Assim, a compreensão de juventude transita sobre um marco etário até alcançar uma abordagem na perspectiva da construção social (FREITAS, 2010). Ou seja, ela passa a ser entendida como uma categoria heterogênea, constituída de múltiplas singularidades. Nesse sentido, temos várias juventudes (NOVAES, 1998), compostas de jovens das grandes e pequenas cidades, do campo e da cidade, pobres e ricos, enfim, existem várias formas de viver a condição juvenil. Foi nessa lógica que os/as jovens dos assentamentos rurais de Reforma Agrária foram vistos/as no presente estudo nas suas especificidades, sem, contudo, negar a universalidade e a ideia de transitoriedade e recorte etário, mas entendendo-as numa lógica de complementaridade.

Entender a juventude como categoria social, histórica, cultural e política imprime uma concepção dialética, o que dá significado importante para o estudo ora desenvolvido. Interpretar as trajetórias de vida dos/das jovens dos assentamentos investigados, na perspectiva de compreender a constituição social desses sujeitos inseridos num contexto permeado de contradição, é estar aberto a múltiplos olhares. O movimento dialético entre totalidade e particularidade foi subsidiário da compreensão da dinâmica constituinte das diversas formas de viver e ser jovem de assentamentos rurais de Reforma Agrária. As trajetórias de vida e as condições juvenis materiais e simbólicas têm sido um âmbito de debate e discussão entre pesquisadores da temática juventude como Abramo (1997); Abad (2002); Velho (2006); Weisheimer (2009); dentre outros.

No intuito de manter um diálogo com esses e outros autores que discutem as problemáticas da juventude, sobretudo da juventude camponesa, busquei dar voz aos/às jovens nesta parte da tese de maneira que eles/as pudessem descortinar sua realidade no seu conjunto de problemas, possibilidades, desafios e revelar o seu jeito de olhar o mundo. Assim, trago, na sequência, as autorrepresentações de como se vive e se é jovem de assentamentos rurais de Reforma

Agrária num contexto marcado por contradições. Eis o que eles/as dizem sobre a vida juvenil, como ela é nesses espaços.

Ser jovem aqui é a mesma coisa de ser velho, não tem nada pra fazer, só ir à igreja, como eu não gosto de ir à igreja católica, fico dentro de casa ouvindo música (**JM6AM**).

As elaborações dos/das jovens a respeito de como eles/as vivem dentro dos assentamentos rurais se restringiram à prática do trabalhar, do estudar, do ir à igreja, de assistir à televisão, de ouvir música, às vezes fazer passeio e “não fazer nada”. Os/as jovens revelaram os seus sentimentos em relação à realidade vivida cotidianamente nos espaços onde vivem estabelecendo comparações, ora expressando suas angústias, ora afeto a esses espaços. Ser jovem nos assentamentos analisados é “a mesma coisa de ser velho” - afirma uma jovem no grupo focal. Essa expressão estabelece uma comparação entre viver a juventude e a velhice, revelando um significado de que, nessa última etapa da vida, não se faz nada a não ser ir à igreja, enquanto a juventude é mais dinâmica, intensa, imprime uma ideia de movimento, de agitação, momento da vida em que se deve ter muitas coisas para se fazer na fluidez do tempo.

Outra jovem revela, durante a realização dos grupos focais, que

ser jovem dentro do assentamento é normal como em qualquer lugar, a gente estuda, trabalha, às vezes em casa e na roça, ajuda no plantio, na colheita, essas coisas assim da roça, é, não tem muita área de lazer, nem diversão, a gente sai às vezes, frequenta alguns lugares, não tem muito acesso a cursos, essas coisas, é assim a vida da gente (**JM11AN**).

No entendimento dessa jovem, a vida cotidiana dos/das jovens no contexto das áreas de Reforma Agrária, no caso especial, o assentamento rural, expressa “ar” de normalidade como em qualquer outro lugar. As pessoas fazem as tarefas diárias num ritmo imposto pela realidade do lugar. Estudam, trabalham, se divertem, enfim, constroem suas relações no entrelaçamento das atividades que são desenvolvidas no cotidiano da vida como ela é. A vida dos/as jovens vai sendo graduada a partir do movimento, daquilo que lhe é ou não apresentado no complexo processo de construção social.

Na dinâmica entre “fazer e não fazer nada”, os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, *lócus* da pesquisa, vivem a juventude constituindo-se como seres sociais na dialética da realidade concreta, como foi descrita pelos/as jovens. Essa realidade se apresenta de múltiplas formas para os sujeitos jovens, entre o ter e o não ter o que fazer, conforme atestaram no momento da realização dos grupos focais. Vejam-se algumas falas que corroboram e ampliam o olhar sobre o ser jovem nos espaços em que o estudo se realiza:

Eu não faço nada, fico dentro de casa ouvindo música (**JM7AN**).

Não tem nada pra fazer, só assistir televisão (**JM8AM**).

Eu acho bom, eu acho bom, as casas são todas perto, dá pra toda hora ir na casa dos outros (**JM11AN**).

É divertido, porque como aqui todo mundo é junto tem mais amizade (**JM14AN**).

As falas expressam como os/as jovens vivem os tempos e os espaços que compõem seus cotidianos. Esses tempos e espaços, além do estudo e do trabalho (doméstico e/ou na roça), são preenchidos com o ouvir música, assistir à televisão, conectar-se ao *facebook*. O ser jovem também é marcado pela falta do que fazer no tempo livre. Isso significa, para um jovem interlocutor da pesquisa, que “viver cada dia dentro do assentamento é um tédio” (**JM20AN**). Eles/as relataram, tanto nos grupos focais como em conversas informais que tivemos no decorrer da investigação, que acordar no final de semana e não saber o que vai fazer gera uma sensação de vazio que eles/as não sabem muito bem como explicar. Afirmam que gostam mais da semana porque vão para a escola, que lá eles/as se divertem. A escola é positivada como espaço onde se adquirem conhecimentos e onde ele/as se divertem.

Outra questão que os/as jovens trazem à tona em suas falas nos grupos focais diz respeito à liberdade de ser jovem nos espaços investigados. Ser jovem no assentamento é “ser livre, ter mais liberdade, menos pra sair, né, sair tem muita corda no pé”. As moças reclamam das regras impostas pelos pais, impossibilitando-as de frequentar festas em outros lugares. Os rapazes já saem mais, os pais não os proíbem tanto. Mas as mulheres sempre têm o que elas chamam de “corda no pé”. Ou seja, as regras não são as mesmas para as moças e os rapazes. Isso reafirma o caráter segregador da condição juvenil das mulheres, legitimado, historicamente, na sociedade, em relação aos homens. Assim, ser jovem mulher e ser jovem

homem têm significados diferentes para os/as jovens da pesquisa, significados esses fundados em representações sociais, as quais conferem sentidos a partir de aspectos de gêneros.

Ainda na base da autorrepresentação, outra jovem afirma: “a gente só fica na televisão, viciada nas novelas, nem vejo o tempo passar, eu fico a tarde todinha na frente da televisão” (**JM16AN**). É importante registrar que essa questão de ficar assistindo à televisão não foi mencionada pelos jovens homens da pesquisa. Estes, por sua vez, sempre se referiam ao tempo livre como o tempo em que não fazem “nada”, à falta de opção, de oportunidade para desfrutar o lazer. “Hoje aqui, dentro do assentamento mesmo, a gente não tem muito do que dizer ser jovem, a gente não tem muita oportunidade, os jovens aqui é muito deixado de lado” (**JH3AM**). No entendimento dos/das jovens, eles/as não têm parcerias com o poder público ou outra instituição que pudesse apoiá-los/as na questão da criação de espaços e tempos de socialização, de vivências no âmbito da diversão, do lazer, da cultura.

Por outro lado, os próprios jovens reconhecem a falta de senso de coletividade por parte dos sujeitos jovens no contexto dos assentamentos. Essa foi uma questão demarcada tanto pelos/as jovens do assentamento Marrecas quanto do assentamento Nova Esperança que participaram dos grupos focais. “Os próprios jovens não se reúne, não fala vamos fazer isso aqui, a gente é capaz, fica muito longe um do outro, não dá o devido valor pra aquela coisa, não faz nada, vai passando o tempo, falta iniciativa” (**JH2AM**). A questão levantada pelos/as jovens impõe pensar na participação diretamente relacionada à constituição de um capital político que lhes permita crescer na articulação dos instrumentos democráticos dentro e para além do contexto onde estão inseridos/as, de modo que coloquem na arena do debate os problemas e os desafios da realidade.

Levando-se em consideração as autorrepresentações do ser jovem, o espaço rural é visto como lugar da amizade. Esta é figurada como um ponto positivo em ser jovem no contexto do assentamento, onde todo mundo conhece todo mundo, todos estão juntos. Nos momentos de realização dos grupos focais, os/as jovens expuseram que o fato de as casas serem construídas próximas umas das outras e sem muro é uma forma de estarem juntos. Acordar, sair no quintal, dar um bom-dia ao vizinho se traduz, na visão dos/das jovens, como algo importante para a convivência nesses espaços.

Numa direção oposta, há também aqueles/as jovens que têm restrições em relação a isso. Aham que todos ficam muito expostos, sem privacidade, e que as pessoas, às vezes, dão palpites na vida do outro e, quando não se dão bem, acordar todos os dias e encontrar logo pela manhã uma pessoa de quem não se gosta é bastante complicado. Contudo, é importante reforçar que, de modo geral, os/as jovens dão ênfase a certos valores como a amizade e a solidariedade entre as famílias. Tal visão corrobora os achados do estudo de Pereira (2004) realizado com jovens rurais de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, sobre as representações da amizade, o qual aponta como um dos pontos positivos para os/as jovens não saírem do meio rural, pois todo mundo se conhece e as amizades são para sempre. Mesmo com todas as mudanças ocorridas no campo, sobretudo no concernente aos meios de comunicação, as relações sociais entre as pessoas do campo são mais intensas que na cidade, pois todos se ajudam dentro da comunidade.

7.1.1 Os estigmas por ser jovem de assentamento rural

Considerando a juventude como categoria socialmente construída (PAIS, 1990), a qual impõe uma compreensão de protagonismo juvenil e ideia de heterogeneidade dos modos de ser jovem, é importante ressaltar que, sob a ótica dos/das jovens pesquisados, ser jovem de assentamento rural é sofrer discriminação, não só pelo lugar onde vive, mas também pelo fato de carregar consigo a identidade sem terra, a qual para muitos é motivo de preconceitos. A categoria sem terra traz à tona uma identidade de classe no contexto da luta histórica das desigualdades sociais no âmbito da sociedade capitalista. Essa identidade se materializa em um modo de vida que cultiva valores que se contrapõem aos valores que sustentam a sociedade capitalista. Ser sem terra é uma afirmação da condição social, questão que fica explícita nos relatos seguintes dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa:

Aqui dentro dessa região é normal, mas, quando eu fui estudar, eu senti um pouco de preconceito na escola, porque era uma turma só de assentados, tinha outros alunos, falavam: olha os sem terra, olha os assentados (JM1AM).

Aqui também em Julião, quando a gente vai pegar o ônibus, com lama nos pé (JM2AM).

Tem período assim que fica com falta de água, eles ficavam com preconceito, dizendo que a gente não tomava banho. Fica falando da voz (JM3AM).

Da voz é o pior, fala do povo do Canto do Riacho⁵⁰, o povo aqui fala a maioria tipo puxando, eles ficam falando aii sou do Canto do Riacho! (JM1AM).

O desrespeito em relação aos/às jovens dos assentamentos rurais vai além do fato de terem sido sem terra. Ele atinge outros aspectos, como a maneira de falar, as condições materiais e simbólicas de pertencerem a esses lugares. As revelações dos/das jovens sobre a realidade vivida por eles/as estão pautadas num pensamento histórico carregado de estigmas sobre o rural, que desqualifica esse espaço como lugar de vida e de produção em oposição a uma ideia equivocada de que o progresso e a civilização estão na cidade.

Na verdade, os estigmas vividos pelos/as jovens simbolizam a desvalorização cultural que se imprime ao campo como lugar do atraso, de quem mora mal. Dizendo de outro modo, significa que o meio rural sempre está em descompasso em relação à cidade em virtude da hierarquização reproduzida entre o rural e o urbano (CASTRO, 2009). Nesse sentido, compreendo que não é possível falar dos estigmas vividos pelos sujeitos do campo, aqui representados pelos/as jovens, sem lembrar as desigualdades sociais geradas pelas representações sociais sobre o campo, as quais se revelam nos dados das pesquisas.

Lacerda e Santos (2011) ressaltam que os dados de uma pesquisa realizada pelo INCRA por meio do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental-ATES/INCRA, chamada de Pesquisa de Qualidade na Reforma Agrária (PQRA), apontam que o Brasil tem uma população de 906.878 famílias assentadas, uma população média de 3,5 milhões de pessoas vivendo em áreas de Reforma Agrária, e que cerca da metade dessa população tem idades de 11 a 40 anos, com potencial intelectual e laboral. Por outro lado, apresentam-se altos índices de analfabetismo, média de 15,5% de não alfabetizados e baixos níveis de escolaridade jovem e adulta, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e médio, sendo esse último assegurado apenas a 6% da juventude, dos quais menos de 1% teve acesso ao ensino superior.

Os dados da realidade comprovam a desvalorização em que o campo foi e ainda é tratado pelos gestores públicos e pela sociedade de modo geral. A imagem estereotipada em relação ao campo e aos sujeitos do campo é reforçada no contexto do paradigma que defende o fim do modo de produção camponês e, conseqüentemente, do principal ator social desse modo de

⁵⁰ Essa é uma comunidade rural que fica próxima a um dos assentamentos pesquisados, a qual tem um dialeto bastante diferenciado em relação às demais comunidades rurais da região.

produção, ou seja, o camponês (CARNEIRO, 2012, p.25). Essa concepção é sustentada pela hegemonia do modelo produtivista, que coloca em xeque as especificidades do campo, temática discutida no segundo capítulo desta tese.

Entretanto, é pertinente reafirmar que, em contraposição a esse paradigma, há um movimento atuante que acredita na possibilidade de mudança, inclusive na potencialidade da educação para reverter o quadro negativo da educação do meio rural em que se encontra o povo do campo brasileiro. Isso não significa que os índices educacionais na cidade sejam tão favoráveis. O que vem sendo pautado em nível nacional pelos povos organizados do campo e da cidade, movimentos sociais, sindicais, ONGs, intelectuais que defendem a causa da minoria como forma de resistência ao modelo hegemônico de sociedade, baseada na ampliação do capital, é uma outra racionalidade que valorize a diversidade de condição camponesa existente no Brasil, na qual os/as jovens do campo são reconhecidos/as em suas singularidades e potencialidades, capazes de agenciar a favor de uma autonomia individual e coletiva.

7.1.2 Viver no assentamento é ter organização

No coletivo de interlocutores jovens, encontra-se uma parte que compreende que viver no assentamento é compartilhar responsabilidades, é assumir o princípio do trabalho coletivo, como expressa o jovem seguinte em seu relato extraído dos grupos focais:

Dentro do assentamento é organização, é viver a organização, a gente vê, se for limpar um praça, o pessoal se une pra cuidar do patrimônio público, a gente vê que as outras comunidades não têm essa organização que o assentamento tem aqui (JH3AM).

A ideia de trabalho coletivo passa, necessariamente, pela superação do trabalho na lógica do capitalismo, forma social que intensifica o lado individual das pessoas na forma de um individualismo destrutivo do meio social e natural. É importante ressaltar que a força da ação coletiva coloca em questionamento as práticas individuais de trabalho na sociedade capitalista. Nesse sentido, o jovem revela um diferencial em relação à organização social no contexto da realidade em que vive em relação a outras comunidades. Entretanto, é necessário ressaltar que a experiência relatada não é uma prática generalizada no que se refere ao desenvolvimento do trabalho nas unidades familiares, nas quais o trabalho, de forma geral,

acontece na base do individualismo, exceto nas áreas comunitárias, como já mencionado anteriormente.

Entendo que a força da ação coletiva nega a ação individualista como solução dos problemas da organização social de uma determinada realidade, ao mesmo tempo em que se afirma como princípio necessário para a organização social que resulta em relações sociais mais humanas e solidárias. A prática do trabalho coletivo impõe um estreitamento das relações sociais entre os indivíduos que trabalham. Nessa perspectiva, compreendo o trabalho coletivo como uma estratégia contra-hegemônica ao trabalho individual assalariado, notoriamente valorizado pelo capital, que prima pela sua reprodução social. Segundo Santos (1981), a reprodução ampliada do capital realiza-se por intermédio da expropriação do produtor direto e a consequente penetração de relações capitalistas de produção na agricultura.

É importante reafirmar que, baseado em outra racionalidade, o campesinato desenvolve a preservação do trabalho familiar camponês, que, por sua vez, imprime uma resistência à individualização do trabalho (SANTOS, *Ibid.*; CARVALHO, 2005). Segundo Carvalho (2010b), o modo de produção camponês refuta as relações sociais de produção capitalista, conseqüentemente, busca “criar as condições objetivas e subjetivas para se constituir, pela sua expansão e novas formas de cooperação na produção, uma das mais importantes possibilidades de alocação de força de trabalho no campo” (CARVALHO, *Ibid.*, p.6). Nesse sentido, o trabalho coletivo se enquadra como mais uma potencialidade no modo de produção camponês, fortalecendo, assim, as relações sociais de trabalho no campo e, ao mesmo tempo, os laços de solidariedade entre as famílias camponesas.

7.1.3 Ser jovem de assentamento rural é ter muita esperança

A grandeza do ser humano se encontra em sua decisão em ser mais forte do que sua condição (Albert Camus)⁵¹

De acordo com Freire (1996, p. 80-81), “a esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário [...]. É o condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela não haveria

49 Ver: PAESE, Mylene Wirgues. **Educação no Campo**: discriminação e resistência. Brasília: Líber Livro Editora, 2006 (p.32).

história, mas puro determinismo.” Esse autor ainda ressalta que seria uma contradição o ser humano consciente do seu inacabamento se inscrever no movimento de busca sem a esperança. Nesse sentido, a luta social, entendida como uma busca constante de um futuro melhor para os povos oprimidos do campo ou da cidade, não prescinde da esperança. Entendo que, no movimento dialético da história, perpassado de contradições, acreditar na mudança é necessário para ir tecendo os fios contra-hegemônicos da história numa perspectiva mais humana.

O relato seguinte de uma jovem interlocutora da pesquisa revela elementos significativos da luta social, tais como: a esperança que move a luta, a repressão dos povos do campo, o preconceito (já referido anteriormente), a luta dos assentados para cuidar da terra conquistada, dentre outros.

Ser jovem dentro de um assentamento é ter muita esperança de crescer, porque a gente é muito reprimido, às vezes até preconceito tem, ser jovem é ter esperança e foco. Não importa o que fala. Na minha escola uma vez a professora tava passando um vídeo sobre assentados e meus colegas falaram: rebanho de burros, olha a roupa. Eu falei: vocês, pra falar de uma realidade, vocês tinham que viver ela. É claro que algumas ocupações são irregulares e tudo, mas, se a coisa é feita certinha, eu acho que não tem problema você ocupar um pedaço de terra que tá ali jogado, até porque, pra ocupar, o dono da terra ou fazendeiro tem que não ter pago os impostos dele. Então, se ele não pagou, já não é dele, vamos lutar por ela. A gente ganhou, mas a gente cuida. Pior se a gente ganhasse e deixasse jogada, tá todo mundo cuidando, seja lá como for, com a seca e tudo, com dificuldade, mas a gente tá aí na luta (**JM9AM**).

Na visão dessa interlocutora, ser jovem de assentamento da Reforma Agrária é ter esperança de crescer e ter foco, entendido aqui como ter objetivo na vida, ter perspectiva de futuro. A jovem representa o viver e o ser assentada como algo que lhe imprime uma consciência do processo histórico e contraditório da luta contra-hegemônica dos sujeitos do campo em contraposição ao modelo de sociedade vigente, que tem como sua espinha dorsal o capital. O seu relato nos traz a ideia da contra-hegemonia e resistência quando emite o seu ponto de vista a respeito das ocupações de terra, as quais são entendidas pelos sujeitos em luta como uma forma de pressionar o governo para a realização da Reforma Agrária (GARCIA, 2012), questão refletida no segundo capítulo desta tese, mas que dialoga perfeitamente com as elaborações da jovem sobre a luta dos assentados para permanecerem na terra.

Segundo Freire:

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na *compreensão* do futuro como *problema* e na vocação o *ser mais* como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa *rebeldia* e não para a nossa *resignação* em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação mas na *rebeldia* em face das injustiças que nos afirmamos (FREIRE, 1996, p.87). (Grifos do autor)

A exposição da jovem permite depreender que a condição juvenil dos sujeitos jovens, hoje, assentados da Reforma Agrária, sofre com os estigmas cristalizados no processo histórico de exclusão e opressão vivido pelos trabalhadores pobres do campo. Por outro lado, nos revela que, independentemente das dificuldades enfrentadas para permanecer na terra conquistada pela luta social, contra-hegemônica, os assentados estão ali, cuidando da terra, vivendo dela. Desse modo, a terra se traduz para essa jovem interlocutora como lugar de produção de vida, de trabalho e de relações sociais. Entendo, assim, que, nessa perspectiva, estar na terra, cuidando dela e dela extraindo o sustento da família, é uma forma de resistência ao latifúndio, símbolo de relações de exploração e opressão do trabalhador pobre do campo e da cidade. Ao resistir na terra o camponês se afirma e se preserva vivo na luta cotidiana pela permanência e sobrevivência no e do campo.

7.2 O olhar dos/das jovens sobre o papel da escola nas escolhas de seus projetos de futuro

No intuito de desvelar as visões dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa sobre o papel da escola nas escolhas dos seus projetos de futuro, a relação deles/as com o conhecimento numa dimensão ampliada, para além da escola, procurei inserir na conversa, durante os grupos focais, questões que permitissem desvelar elementos significativos sobre a formação dos/das jovens. Assim, busquei saber, inicialmente, onde e como os/as jovens adquirem conhecimento, onde eles/as se informam e se formam. A escola foi revelada como o lugar privilegiado onde os/as jovens têm acesso ao conhecimento sistematizado. Além da escola eles/as apontaram a igreja, a internet, a televisão e o rádio como meios que também os/as colocam em acesso a informações.

É importante ressaltar que, no caso da internet, o acesso ainda é bastante restrito, em virtude de ser esse recurso dado por meio do celular. Os assentamentos onde a pesquisa foi realizada,

até o momento da coleta de dados, não dispunham de computadores com acesso à internet. Então, conforme relataram os/as jovens, nem todos têm acesso a informações via esse canal de comunicação, pois não são todos os aparelhos de celular que conseguem acessar a internet. A televisão e o rádio são mais acessíveis, praticamente todas as casas dispõem desses aparelhos eletrônicos.

No que se refere ao acesso à informação via igreja, é importante registrar que, tanto no momento do diálogo nos grupos focais, quanto em conversas informais com os/as jovens interlocutores/as do estudo, eles/as expuseram que nem todos/as frequentam a igreja, seja ela católica ou evangélica, justificando que muitas pessoas vivem dentro da igreja e ficam cuidando da vida do outro, que, por essa razão, eles/as não a frequentam. Expressam, assim, uma descrença na religião.

Como explicitado anteriormente, a escola é o lugar por excelência onde os/as jovens se (in)formam. De modo geral, os/as jovens reconhecem a importância da escola para o seu crescimento pessoal e profissional. Todavia, referindo-se à escola em que estudam ou estudaram, revelaram um sentimento de insatisfação em relação à prestação de serviço por parte dessa instituição escolar. Os/as jovens afirmaram que a escola do município não é muito atrativa, como se pode verificar nos relatos a seguir extraídos dos grupos focais:

Pelo que ela tá ensinando lá... (JH1AM).

Se pegar a enxada fosse o mais fácil, eu escolheria pegar a enxada (JM4AM).

A gente só não desiste mesmo porque estamos a poucos passos para formar (JH1AM).

Também se desistir disso aí não tem outra saída (JM2AM).

Ao questionar os/as jovens se os conteúdos trabalhados pela escola falavam da vida deles/as, uma jovem referindo-se ao trabalho da escola em que estuda fora do assentamento, mas dentro do município, enfaticamente, me disse:

Lá eles nem lembram que a gente é de assentamento, para eles o principal é o Julião, lá eles nem procuram saber onde a gente mora, nem nada, não quer nem saber, nunca pesquisou sobre alguma coisa não. Eles falam da vida do

campo de outras pessoas, dos livros de muitos anos, o que já passou, mas de agora não (JM6AM).

Outra jovem da mesma escola afirmou que só estudou a história do assentamento e nada mais que enfocasse a vida no assentamento. No caso dos/das jovens do assentamento Nova Esperança, eles/as pautaram que alguns conteúdos trabalhados pela escola falavam da vida deles. A fala da jovem coloca em evidência um tema bastante discutido pelos teóricos da educação, que é a desvalorização dos saberes e da experiência dos/das educandos/as no processo ensino-aprendizagem.

Na concepção de Freire (1996, p.33), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Nessa mesma obra, Freire propõe o estabelecimento de uma necessária relação particular entre os saberes curriculares importantes para os educandos e a experiência social que eles têm como cidadãos. A escola jamais deve ser um recinto fechado e desligado do mundo, visando formar indivíduos, isolando-os da sua realidade.

Veementemente, Paulo Freire se colocou em oposição a esse modelo de educação, que ele denominou de bancária: “a educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual o homem está radicado” (FREIRE, 1980, p.34). Em comunhão com esse pensamento, o Movimento Por Uma Educação do Campo tem pautado e defendido a educação para os povos do campo, compreendendo-os como sujeitos situados no espaço e no tempo, portanto com especificidades singulares. Daí, exige-se uma educação vinculada à realidade social dos sujeitos do campo. Caldart (1999, p.73) nos ensina que “enraizado é o sujeito que tem laços que permitem olhar tanto para trás como para frente [...] e que não há, pois, como ter projeto sem ter raízes, porque são as raízes que nos permitem enxergar o horizonte”. Desse modo, a escola pode sem dúvida contribuir para que os/as jovens criem as raízes necessárias para enxergarem seus horizontes. Isso implica conhecer e respeitar a história do aluno e do lugar onde este vive.

A pesquisa que ora se realiza aponta que os/as jovens que fizeram o curso Técnico Agropecuário pelo PRONERA⁵², afirmaram que os conteúdos do referido curso dialogavam o

50 Como foi esclarecido em outro momento desta tese, os/as jovens que cursaram o PRONERA são do assentamento Marrecas. Eles/as cursaram nas cidades de Vitória da Conquista, Irecê e Itapetinga, todas no Estado da Bahia.

tempo todo com a realidade do campo. Visitavam muitas propriedades de pequenos agricultores, associações; quando não estavam dentro da sala de aula, estavam colocando em prática o conhecimento teórico adquirido nas aulas. Os/as jovens deixaram explícito que o curso Técnico Agropecuário é totalmente diferente em relação às escolas do município, porque é o tempo todo falando da realidade do campo, coisa que as escolas do município não fazem, sejam do campo ou da cidade.

Nesse sentido, numa perspectiva de contraposição a esse modelo de escola, o debate sobre a função social e política da escola tem sido cada dia mais intenso, não só no cenário acadêmico, como também por parte dos movimentos sociais que lutam em prol da garantia do direito a uma educação democrática e de qualidade para todos os sujeitos do campo e da cidade, que respeite a especificidade sem negar a universalidade. Segundo Matos (2003, p.67), “há uma preocupação em compreender que função social tem e deve ter esta instituição no interior de uma sociedade excludente como a nossa”, sobretudo porque a escola é uma instituição historicamente datada e atravessada por marcas e interesses diferenciados (TRINDADE, 2011). Nesse sentido, é necessário colocar em debate o papel que essa instituição tem assumido no contexto da sociedade capitalista, no intuito de compreender a serviço de quem ela tem atuado, aqui, referindo-se à sociedade brasileira.

É importante sublinhar que a escola pode ser promotora de injustiças, mas também pode servir de ferramenta para a conquista da justiça social. Para isso é necessário que ela tome consciência das contradições existentes no seio das instituições sociais e funcione como “espaço de disputa de hegemonia, de contradição, de desvelamento das estruturas que sustentam a desigualdade social e de revelação das relações de poder e exploração de uns sobre os outros” (TRINDADE, *Ibid.*, p.92).

Assim sendo, trazer o olhar dos/das jovens sobre o seu processo formativo foi importante para compreender a constituição social deles/as nesse cenário excludente que é a sociedade capitalista. Desse modo, continuarei aqui dando vozes aos jovens que cursaram o PRONERA.

Outro elemento importante que esses/as jovens colocaram em evidência em suas falas diz respeito à multiplicação do conhecimento adquirido no curso Técnico Agropecuária nos espaços onde vivem. Segundo esses/as jovens, a finalidade maior da formação no curso

referido era que eles/as pudessem repassar o conhecimento para as famílias camponesas dos seus assentamentos. “Esse curso era todo voltado para o que a gente aprendesse lá a gente repassar para o assentamento. Chegando aqui, a gente começou, mas depois parou por falta de incentivo”, relata o jovem (**JH3AM**). Outro jovem cita a horta escolar como exemplo de atividade que eles começaram a fazer dentro do assentamento, mas que não foi avante devido à falta de recurso. Outro jovem acrescentou que “o curso ensinou a ser um líder comunitário, trabalhar em grupo porque dentro do assentamento a gente precisa disso tudo” (**JH2AM**).

É importante registrar ainda, sobre o olhar dos/das jovens que cursaram o PRONERA, que há uma convergência de opinião entre eles/as quando sugerem que esse tipo de curso deve e precisa acontecer dentro dos assentamentos para que outros jovens possam fazê-lo no sentido de agregar força para ampliar o leque de formação dos/das jovens desses espaços. Esse mesmo jovem sublinha: “às vezes a gente chega com um conhecimento, mas é difícil chegar assim e mudar, totalmente, você fala com alguém que te escuta, mas pra mudar assim mesmo é difícil, aliás, tem que querer” (**JH2AM**). A mudança, no entendimento de Freire (1996), é possível, porque “o mundo não é. O mundo está sendo. [...] O meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeitos de ocorrências” (FREIRE, *Ibid.*, p.85).

Desse modo, é válido frisar que o conhecimento se torna importante quando nos ajuda a intervir na realidade. Intervindo na realidade à qual pertencemos, afirmo-me como sujeito da mudança, pois “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra” ressalta Freire (*Ibid.*, p.86). Entendo que o simples fato de esses/as jovens participarem do PRONERA já demarca uma não neutralidade das suas posições ideológicas frente ao mundo. A participação nesse curso não se deu por acaso, mas por fazerem parte de uma classe excluída historicamente na sociedade. Portanto, o estudar nesse curso não pode de forma algum se dar descomprometidamente com a intervenção na realidade social.

Assim, o estudo nessa perspectiva deixa de ser uma aspiração individual para ser uma busca em prol de interesses coletivos, ou seja, é algo que perpassa pelos desejos e sonhos da comunidade. É com o pensamento no coletivo que se deve ir estudar nesses cursos que trazem em seus princípios formativos a ideia da mudança, da contra-hegemonia e da resistência ao modelo de pensar, agir e viver na sociedade capitalista. O estudante nesse caso assume a

responsabilidade de compartilhar os saberes adquiridos no seu processo de formação com as famílias da sua comunidade. Ele já não é apenas um indivíduo com aspirações individuais, mas sim a representação de uma coletividade que aposta na formação de jovens na perspectiva de que eles assumam a condição de atores políticos no contexto do assentamento, que possam ajudar a pensar a realidade social em que estão inseridos, vislumbrando o desenvolvimento dessa mesma realidade.

A análise dos dados provenientes dos grupos focais e do processo de observação direta da realidade social em que os/as jovens estão inseridos/as apontou que a escola não tem contribuído para a elaboração dos projetos de futuro dos/das jovens. Percebi, no caminhar da pesquisa, que, embora eles/as afirmem que a escola é importante em suas vidas tanto no âmbito pessoal como no profissional, que a escola é o pontapé inicial da vida deles/as, não consideram que a escola tenha influência em suas escolhas referentes aos projetos de futuro, sejam pessoais ou profissionais, exceto, os jovens que cursaram o Técnico em Agropecuária que trabalham na agricultura e disseram que pretendem continuar.

Os relatos das jovens que também fizeram o curso referido anteriormente indicam que a escola diretamente não influencia as escolhas dos seus projetos de futuro, mas reconhecem a importância da escola no processo de socialização das pessoas, como pode ser observado na fala de uma jovem quando lhe é feita a seguinte indagação: A escola tem contribuído para as escolhas dos seus projetos de futuro?

Na verdade não, o outro teve porque eu escolhi agronomia, porque já tinha feito técnico agropecuária. Pensei assim: vou seguir nesse caminho aqui, só que depois eu pensei: se eu não quero trabalhar na roça, como eu vou pedir um curso que vou trabalhar na roça, a não ser que eu fizesse um consultório e trabalhasse com análise de solo, mas daí fazer tudo isso, eu pensei fazer arquitetura, eu sempre tive interesse nesses ambientes todos decorados, bem massa, aí falei: é isso aqui que quero fazer, falei com mãinha: vou fazer o Enem esse ano seja lá pra onde for, como for, vou fazer arquitetura. Mas a escola tem contribuído bastante, na escola a gente tem a base de tudo, quando a gente vai pra escola, a gente tem um pedaço do mundo, a gente tá convivendo com gente de todo tipo. Depende de onde você esteja, na escola ajuda a gente a conviver com as pessoas (JM9AM).

A questão da socialização é bastante demarcada nas falas dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa. A escola é representada pelos/as jovens como espaço de relações, onde conhecem pessoas diferentes e com elas se relacionam. É o lugar onde adquirem conhecimento, embora

os/as jovens, quase que em sua totalidade, tenham restrições a respeito da escola em que estudam ou estudaram, como a questão do preconceito referido anteriormente. As disciplinas Técnica Agrícola e Geografia são as únicas citadas pelos/as jovens como as que em algum momento tratam de temáticas que falam da vida no campo. Enfim, ouvi muitos relatos em que os/as jovens demonstraram insatisfação em relação à escola do município.

A escola do município representa para esses/as jovens a única alternativa, no momento, de estudo. Portanto, desistir dela não é uma saída. Dos relatos dos/das jovens sobre a escola emerge uma contradição. Os/as jovens expressam que, apesar de a escola não ser interessante, eles/as gostam de estar na escola e aqueles/as que estão fora dela, devido a já terem concluído o ensino médio, acusam que sentem falta dela.

Quando eu estudava, achava ruim aquela coisa de todo dia ir pra escola, ia de ônibus, em pé, porque não tinha cadeira pra todo mundo, só que aí, lá é meio complicado, às vezes não entendia, só que hoje que eu já não estudo, eu gostaria de ir além do que já estudei, coisas novas, a gente fica bem informada na escola e a gente em casa fica praticamente isolada, eu me sinto assim (JM20AN).

Considerando a totalidade dos dados referentes ao olhar dos/das jovens em relação à escola, reafirmo a necessidade de refletir sobre a função social da escola, em particular da que recebe estudantes do campo, observando os conteúdos desta, os quais muitas vezes são inadequados à vida dos/das jovens do campo. É importante colocar no campo do debate as condições objetivas e subjetivas em que os/as jovens se encontram no contexto dessa instituição que para muitos tem o significado de esperança e aposta de futuro.

Quando questionado aos/às jovens nos grupos focais em que escola eles/as preferem estudar, na escola do assentamento, fora do assentamento, mas no campo ou na escola da cidade, as respostas apontaram para as seguintes possibilidades: aqueles/as que disseram que preferem a escola do assentamento apresentaram diversos argumentos, a saber: as aulas, os professores, a forma de ensinar, na opinião desses/as jovens, são melhores que os da escola da cidade; acusaram que, no tempo da chuva, eles/as têm que andar a pé uma parte do trajeto do assentamento até onde o ônibus fica esperando-os/as, pois, devido à chuva, o ônibus não consegue chegar ao assentamento; o ônibus que faz o transporte dos alunos é cheio de poeira; quando há aulas vagas, eles/as ficam esperando o ônibus até o final do período para irem para

casa; os colegas ficam chamando-os/as de sem terra. E disseram que tudo que acontece de ruim na escola é atribuído aos alunos do assentamento.

É necessário esclarecer, no sentido de ser coerente com o que foi dito pelos/as interlocutores/as da pesquisa, que esses dois últimos argumentos apresentados acima aparecem apenas nos relatos dos/das jovens do assentamento Nova Esperança. Além dos argumentos em evidência, os/as jovens de ambos os assentamentos pesquisados reclamaram das condições materiais das escolas em que eles estudam no meio rural. Eis algumas falas desses/as jovens:

Eu não gosto de quase tudo lá, é chato, a escola tá meia acabada, sabe? Acho que precisa dar uma reformada na escola, bebedouro quebrado, a gente bebe água quente, ventilador quebrado, às vezes lá dá aula fora da sala porque tá muito quente. Tem dois ventiladores que não tá quebrados, um é da sala dos professores, aí ela não dá pros alunos (**JM13AN**).

Eu gosto da escola, mas gostaria que fosse melhor, a gente lá é a mesma coisa de ser abandonada, a gente não tem nada, é só a escola, a sala emprestada e pronto, a gente não pode fazer um trabalho com vídeo, porque não tem “data show”, se for fazer um trabalho com *slides*, alguém tem que levar a televisão de casa pra fazer algum trabalho, é ruim, mas a única que tem é aquela; pra gente não parar de estudar, tem que ir (**JM6AM**).

Outra jovem complementa, dizendo:

Eu acho que algumas vezes eles devia ouvir a opinião dos alunos e não chegar lá e fazer tudo sem a opinião dos alunos, a gente dá opinião, eles já vai reclamando, eu acho que não é assim não, eles têm que ouvir a opinião dos outros (**JM14AN**).

A fala dessa jovem traz à tona a necessidade de se estabelecer a escuta atenta e crítica no espaço escolar. Segundo Freire (1996, p. 127), “somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele”. A compreensão dessa escuta se amplia aqui com as contribuições de Freire quando ele aponta que “o educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno em uma fala com ele” (FREIRE, *Ibid.*, p.128). Entendo que a escuta atenta e crítica é fator fundamental da comunicação dialógica. Desse modo, a escola, como instituição formadora, não pode se negar a ouvir os anseios, as lamentações, as dúvidas, as reivindicações dos sujeitos que dela fazem parte. Uma das primeiras características da escola democrática é saber escutar e estabelecer diálogos com os

sujeitos. Escutar entendido como a possibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro (FREIRE, 1996), ou seja, uma relação dialógica entre sujeitos.

O grupo de jovens que prefere estudar na escola da cidade apresentou as seguintes justificativas: apesar das dificuldades de se chegar à cidade, foi nessa escola que tiveram acesso a computador; e na escola da cidade é mais fácil eles/as receberem bolsa, entrar nos projetos da escola. Isso se referindo aos cursos do PRONERA.

A preferência dos/das jovens pela escola da cidade está associada muito mais às condições materiais disponíveis aos/às jovens do que em relação ao ensino propriamente dito. Em alguns momentos chegaram a dizer que é mais difícil aprender na escola da cidade porque tem mais divertimento, eles/as acabam “matando” aulas e que na escola do assentamento eles/as ficam mais concentrados/as.

Enfim, diante do exposto, o que se pode afirmar é que, apesar de os/as jovens reconhecerem o papel fundamental da escola para o crescimento pessoal e profissional dos indivíduos, por outro lado, quando se referem à escola do município em que eles/as estudam ou estudaram, apresentaram críticas sobre a qualidade do ensino e as condições materiais dessa escola. Mas, mesmo assim, muitos/as dos/das jovens preferem estudar em escola dentro dos assentamentos. Os/as que passaram pelo PRONERA, positivaram o curso que fizeram (Técnico em Agropecuária), pois sua proposta pedagógica dialogava com a realidade social do campo. Assim sendo, o que fica claro, a partir das elaborações dos/das jovens a respeito da escola, é que a sua contribuição ou interferência no processo de escolhas dos seus projetos de futuro não é algo generalizado e que a escola tem deixado a desejar em sua função social e política. Assim, reafirmo que é necessário que escola se reconheça como lugar de formação humana e política e que, como tal, ela não pode ser desvinculada da vida concreta de seus sujeitos. Ela precisa ter como motivação as grandes questões do homem do campo: terra, trabalho, justiça, participação, saúde, dentre outras, e passará a ter um sentido político, cultural, pedagógico e humano para as pessoas que dela fazem parte.

7.3 Morar no campo ou na cidade: dilemas juvenis

Ao observar os dados demográficos do Brasil, no que se refere à saída das pessoas do campo para as cidades, percebe-se uma diminuição da população jovem e adulta no campo brasileiro. O IBGE (2010) aponta que 27% da população rural é composta de jovens de 15 a 29 anos. Barcellos (2012), com base nos dados do IBGE (2000/2010), ressalta que a população rural no ano 2000 era de 31.835.143 habitantes; desse total aproximadamente 9 milhões eram jovens. No ano de 2010, a população rural correspondia a 29.830.007 habitantes e 8.060.454 jovens. Ou seja, estima-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o campo nesse período, sendo que aproximadamente 1 milhão é só de jovens, o que significa que metade da emigração do campo para a cidade é de jovens.

Nas últimas décadas vários estudos têm se concentrado na questão da migração dos/das jovens do campo para a cidade e/ou sua permanência no campo. Vale lembrar Brumer (2007) Carneiro (1998); Abramovay et al. (1998); Castro (2005); Brumer; Rosas e Weisheimer (2000); Wanderley (2007; 2009). Esses e outros autores apontados no terceiro capítulo desta tese apresentam uma diversidade de fatores que impulsionam os/as jovens a continuarem ou não no campo, desenvolvendo as atividades produtivas nas unidades familiares. Os fatores que estimulam a migração podem ser agrupados em duas perspectivas: de um lado, os ligados à atração pela vida urbana, principalmente relacionados a empregos remunerados e acesso a bens culturais; e de outro, a fatores de expulsão do campo, ou seja, dizem respeito às condições materiais de sobrevivência no campo. Entre os aspectos negativos apontados pelos jovens em relação ao trabalho camponês, encontram-se a inexistência de férias, horário de trabalho irregular, trabalho pesado e rendimentos baixos, dentre outros.

Os/as jovens deparam com valores conflitantes no horizonte das escolhas, pressionados por uma condição social caracterizada pela complexidade dos problemas enfrentados. Segundo Strapasolas (2003), o movimento migratório de jovens se generaliza, nestes últimos anos, e se manifesta como uma reação à degradação das condições de vida na sociedade rural.

Trazendo para este cenário analítico os dados da pesquisa no concernente às preferências dos/das jovens em relação a morar no campo ou na cidade, observei que a preferência predominante é o campo, visto como lugar de moradia. A cidade aparece marcada como um

lugar violento. Ao contrário do campo, que é representado como lugar tranquilo, onde se possa ter mais liberdade e estar mais próximo dos vizinhos e amigos. Pesquisa realizada por Wanderley (2007) revelou que os jovens do campo pernambucano valorizam a vida no campo, apontando como aspectos positivos as raízes pessoais e os laços familiares e de amizades, a qualidade de vida no campo e a proximidade com a natureza. Vejam-se alguns relatos dos/das jovens da pesquisa que ora se realiza, os quais convergem com os dados do estudo citado de Wanderley:

Eu no campo, mais tranquilo, já tô acostumado aqui. Você levanta de manhã, ver todo mundo, dar um bom-dia a um, um bom-dia a outro, tudo isso é muito bom (**JH3AM**).

Na roça, na cidade é ruim porque acontecem muitas coisas, violência (**JM7AM**).

Da minha parte eu não saía daqui nunca, eu gosto daqui (**JM19AN**).

É todo mundo junto quando precisa do outro, corre na casa, não precisa nem sair da casa (**JM19AN**).

Eu no campo, eu prefiro morar no campo porque me sinto mais livre, mais à vontade, eu gosto mais do campo do que da cidade (**JM11AN**).

Dentro do grupo de jovens que preferem morar no campo, há jovens (homens e mulheres) que pretendem sair uma temporada, estudar, trabalhar, visando melhorar as condições de vida da família, mas sem abandonar o campo. A cidade está associada a lugar de estudo e trabalho, em que os/as jovens apostam como uma possibilidade para melhorar de vida, ou seja, o lugar do possível. Segundo Ferreira e Alves (2009), há uma indicação de que os/as jovens que vivem no campo consideram as oportunidades de trabalho e construção de autonomia financeira pouco viáveis no campo.

Eu assim por um tempo pretendo sair pra estudar, trabalhar, não abandonar a família, quando ver que tá melhor de condição, a gente não pode abandonar a família, nem o lugar da gente, sair pelo menos um período (**JM2AM**).

Não é preferência, eu quero morar na cidade, sair um período, não abandonar aqui o lugar (**JM4AM**).

Ainda segundo Ferreira e Alves (2009), estudos têm mostrado que a busca por maiores níveis de escolaridade é um fator relevante na saída dos/das jovens do campo para as cidades. Os

autores avançam nessa questão, pontuando que a educação oferecida nas escolas urbanas raramente privilegia aspectos que valorizam a vida do camponês, e que o ensino rural, mais do que o urbano, padece de qualidade, as condições materiais são precárias e, por outro lado, muitos pais agricultores têm o entendimento de que, para ser agricultor, não precisa estudar. Essa última questão aparece nos relatos das famílias entrevistadas, em que uma mãe expressa que, pela vontade do marido, os/as filhos/as não frequentavam a escola.

Mesmo o grupo de jovens que sinalizou que quer morar na cidade não pretende abandonar o campo. Uma jovem afirmou que “não é preferência” (JM4AM). Isso sinaliza uma falta de opção no campo. As razões declaradas pelos/as jovens que pensam em morar na cidade recaem na busca de trabalho, estudo, oportunidades que, na visão desses/as jovens, não são possíveis no meio rural.

O lugar é bom, só que não tem nada que você possa fazer, que te dá um retorno melhor. No caso, não é a questão do lugar, é as oportunidades que não têm, o caso é esse. Eu tinha vontade de sair, só que no meu caso é mais complicado, porque já tenho filho, marido, se fosse eu sozinha, no caso elas aí têm tudo pela frente, pode sair, vai fazer curso, vai trabalhar o que elas quiser, mas no meu caso, se eu sair, tem de ir marido e filho(JM20AN).

Um terceiro grupo de jovens disse que não tem preferência, tanto faz morar no campo como na cidade. O importante é estar junto da família. Ressalta que, no campo e na cidade existem coisas boas e ruins. No campo as pessoas podem plantar, trabalhar e não há poluição. Já na cidade pode haver emprego, mas a violência é grande.

Enfim, ficar no campo ou sair dele são movimentos que exigem reflexão. O ficar requer resistência às condições objetivas e subjetivas vividas pelos/as jovens. Assim como a decisão de sair é pesada em relação à saudade dos entes familiares, a agitação da cidade preocupa. As razões desse duplo movimento saem das experiências vividas ou das que gostariam de viver. São decisões tomadas ora por desejos e aspirações, ora impostas pelas condições materiais do lugar em que vivem. Deixar o campo em busca de estudo e/ou trabalho implica estratégias idealizadas pelos/as jovens, visando à melhoria da realidade da família no contexto dos assentamentos, ou seja, seus projetos profissionais e pessoais perpassam pelo desejo de poder proporcionar melhor qualidade de vida às suas famílias. Todavia, os pais afirmam que os filhos/as, quando vão trabalhar nas fazendas do agronegócio, com pouco ou quase nada

contribuem nas despesas da família. Quanto aos jovens, eles apontam que preferem comprar algo como uma moto, roupas, sapatos, enfim, algo para seu próprio usufruto. Mas que também às vezes compram gados.

Nesse processo de compreensão da constituição social dos/das jovens imersos/as em áreas de Reforma Agrária e as idealizações futuras, principalmente as ligadas aos projetos profissionais dos/das jovens, considere relevante para o estudo buscar saber destes/as se a família os/as incentiva a estudar para continuarem no campo ou irem para a cidade, ou nenhuma coisa, nem outra. Os dados trazidos aqui são extraídos dos grupos focais desenvolvidos com os/as jovens interlocutores/as da investigação.

O processo analítico dos dados da pesquisa indica três grupos de respostas dadas pelos/as jovens no que se refere ao incentivo da família na questão dos projetos dos/das jovens. O primeiro grupo aponta que a família incentiva os/as filhos/as a saírem do campo, como pode ser observado nas falas a seguir.

Pra sair, porque eles quer que a gente tem uma vida melhor, encontrar coisa melhor que eles não tiveram, porque eles não estudaram, aí agora eles querem que a gente estuda pra poder ter mais oportunidade, coisa que eles não teve (JM2AM).

Mãinha quer que eu estudo fora, ela sabe que a gente não vai conseguir o que a gente quer aqui. Então tem quer ir, pelos pais a gente não saía de casa nunca, mas não tem jeito (JM9AM).

Pra sair, aqui não tem nada (JM7AM).

Os relatos dos/das jovens sinalizam que os pais querem que eles/as consigam algo melhor, que tenham a oportunidade que os pais não tiveram. Um segundo grupo de jovens disse que a família incentiva a ficar no campo ou não sair para muito longe. Eles/as expuseram que os pais querem que os/as filhos/as estudem, mas sem irem embora do campo. No entendimento dos/das jovens, os pais apoiam que eles/as saiam para estudar, e depois retornar para o assentamento ou para o município onde vivem, como expressa a jovem seguinte. “Mãinha não quer que saio não, ela quer que eu estudo por perto, ela quer que fico por perto, ela não quer que eu saio pra trabalhar longe” (JM6AM).

Jovens de um terceiro grupo afirmaram que os pais não incentivam nem para ficar no campo nem para sair, que qualquer decisão deles/as a família apoiará. Uma jovem coloca no grupo focal: “Minha mãe lá em casa não diz nem que sim nem que não. A falta de opinião desincentiva a gente, porque a gente tem vontade, mas não sabe a opinião da família” (JM18AN). A leitura que se faz da fala dessa jovem é que o incentivo da família, o sonhar junto com os/as filhos/as por parte da família são importantes para que eles/as sigam em busca dos seus sonhos, às vezes considerados impossíveis. Chico Buarque e Joe Darion⁵³, poeticamente e com uma ideia forte de luta, afirmam: “sonhar mais um sonho impossível [...] E o mundo vai ver uma flor brotar do impossível chão”. Nesse sentido, as elaborações dessa jovem anunciam uma vontade em saber o que a família pensa em relação aos seus sonhos, a seus projetos de futuro.

Assim, percebe-se que os/as jovens das áreas de Reforma Agrária nas quais a presente pesquisa se realiza, vivem experiências em que se entrelaçam o presente e o futuro, o querer ficar no campo e sair dele, sem desfazer os laços de pertencimento ao lugar de origem, ou seja, sem “cortar” as raízes. No entendimento de Wanderley (2007), os projetos de futuro escolhidos pelos/as jovens perpassam por dois campos de tensões; de um lado, é tensionado pelo que eles/as querem ser/fazer e onde querem ser/fazer e, de outro lado, a tensão recai no relacionamento com a família. Essas questões convergem para a tensão vivida pelos/as jovens investigados/as. Eles/as vivem em busca de espaços no campo ou na cidade viáveis à realização dos seus projetos pessoais e profissionais; nesse terreno minado de contradições, eles/as vão criando estratégias que possam levá-los/as à materialidade de seus projetos, a qual, muitas vezes, os/as distancia do seio familiar.

7.3.1 O jovem como categoria que internaliza o projeto familiar

As informações coletadas nos grupos focais e o olhar atento do pesquisador nos espaços da pesquisa evidenciam aspectos significativos referentes à visão dos/das jovens sobre o trabalho agrícola dos pais. Suas representações acerca do trabalho agrícola refletem articulações socialmente construídas num contexto, seja ele familiar ou não, de muitas adjetivações negativas referentes ao trabalho na agricultura, como têm mostrado outros estudos realizados

⁵³Fragmentos da música *Sonho impossível* de Chico Buarque e Joe Darion. Disponível em: <http://letras.mus.br/maria-bethania/47243/>. Acesso em: 04/05/2014

em várias localidades rurais do Brasil, a exemplo dos estudos de Camarano e Abramovay (1999); Weisheimer (2005); Brumer (2007); Wanderley (2007) dentre outros. No caso específico dos/das jovens do presente estudo, suas falas, na totalidade, demarcam uma ambiguidade entre uma visão negativa e o gostar do trabalho agrícola desenvolvido pelos seus pais.

Apesar de todos os aspectos negativos atribuídos pelos/as jovens ao trabalho desenvolvido pelos seus pais na agricultura camponesa, pesado, sofrido, não valorizado, dentre outros, dando a entender que a agricultura não merece mais os seus esforços na perspectiva da continuidade da reprodução social das unidades familiares, nessas condições, pode-se vivenciar o melhor dos dois mundos. Ou seja, encontra-se, no coletivo de jovens pesquisados, um primeiro grupo formado por aqueles/as que gostam do trabalho na agricultura, internalizando o projeto da família de forma integral ou parcial. Vejam-se alguns relatos desses/as jovens, sendo a maioria de mulheres.

Pra falar a verdade, eu gosto, tinha de ser melhor, mas eu gosto (**JM12AN**).

Eu gosto trabalhar com a lavoura (**JH3AM**).

Quando eu não morava aqui, era pior, a gente morava num lugar fim de mundo perto da serra, não tinha muitas casas perto, não tinha energia, não tinha muitos amigos, só vivia entre irmãos mesmo, só brincava entre irmão, só em casa, era pior que aqui, o único lazer que tinha lá era um rio, os meus pais não tinha gado, não tinha roça pra plantar como eles têm hoje, não tinha acesso a muitos produtos (**JM11AN**).

É importante ressaltar que, apesar de os/as jovens atestarem que gostam do trabalho da roça, não deixaram de pontuar a necessidade de se valorizar mais o trabalho no campo, ter melhores condições e a produção ser mais estimulada pelo governo. Outro aspecto positivo levantado por uma jovem interlocutora da pesquisa diz respeito à condição de proprietário da unidade de produção, ser dono do pedaço de chão onde planta, ter a terra à disposição da família para cultivar a lavoura e retirar o sustento dos membros da família. Essa questão demarca uma nova posição do camponês, de trabalhador sem-terra a trabalhador com-terra. Isso traz um entrelaçamento de significados, sentimentos, emoções que permeiam as diversas experiências vividas pelos sujeitos de antes, sem-terra, e de agora, com-terra, ao mesmo tempo em que simboliza uma conquista coletiva de homens e mulheres que se dispuseram à luta pela garantia de direitos aos sem-direitos.

Nesse sentido, é possível dizer que o acesso à terra influencia, mesmo que de forma não generalizada, a identidade camponesa dos/das jovens, pois esse acesso torna-se uma condição para viver no/do campo, embora a realidade tenha mostrado suas contradições no cenário da sociedade capitalista, as quais têm dificultado as relações de trabalho na agricultura camponesa.

Os/as jovens que acreditam na agricultura como atividade produtiva e capaz de garantir a sobrevivência da família foram agrupados pelo pesquisador em três grupos distintos. Um em que os/as jovens ainda estudam, mas têm o sonho de viver do campo, mesmo que seja em profissões diferentes da de seus pais, ou seja, não serem agricultores, mas uma profissão que tenha uma ligação com o trabalho no campo, a exemplo de uma jovem que pretende ser veterinária e trabalhar no campo. Eis alguns fragmentos das narrativas extraídas dos grupos focais realizados com os/as jovens.

Eu penso estudar, arrumar um trabalho e depois voltar, né? (**JM14AN**).

Seu eu tiver oportunidade de evoluir o trabalho deles, eu pretendo (**JM11AN**).

Se tivesse tecnologia avançada aqui na cidade perto, a gente podia ficar aqui e estudar lá, mas não tem. Eu também não gosto de morar na cidade. Eu penso ir pra cidade conseguir meu estudo e depois voltar, o tempo necessário (**JM14(ANE)**).

O segundo grupo é composto pelos jovens homens que têm a formação em Técnico em Agropecuária, já tiveram a experiência de trabalhar nas terras do agronegócio e retornaram às suas localidades com o desejo de viver da agropecuária. O relato do jovem seguinte simboliza bem a situação de internalização do projeto familiar por parte de alguns jovens. “Você trabalhar com a lavoura e ver ela desenvolver e produzir frutos bons, pra mim, aquilo ali é uma alegria” (**JH2AM**).

No terceiro grupo estão jovens que já concluíram o ensino médio e/ou já constituíram família e trabalham na propriedade dos pais. No decorrer da investigação, uma jovem que já tem filho e esposo, relatou que, na condição em que ela se encontra, é difícil pensar em deixar o assentamento em busca de outras oportunidades, tem que enfrentar o trabalho na agricultura, mesmo considerando ruim. Em relação ao trabalho na agricultura, ela afirma:

Alguns pontos eu gosto, outros não, quando é pra plantar e colher no regadio é muito fácil, igual os pais plantam ali no coletivo mesmo, colhe bem, agora trabalhar assim destocando roça, no sol quente é muito ruim né (JM13AN).

Percebi, nas narrativas dos/das jovens e por meio das conversas informais que estabeleci no percurso da pesquisa com os/as jovens das comunidades investigadas, que há uma relativização da postura dos/das jovens em relação ao trabalho dos pais na agricultura, ressaltando que, a depender do trabalho, onde e como é realizado, ele pode ser fácil. Uma jovem destaca o trabalho realizado na área coletiva, em que a plantação é irrigada, em que, portanto, se *colhe bem*. Na perspectiva dessa jovem, o trabalho nessa lógica não é ruim. A expressão *colhe bem* remete ao pensamento de que, quando as famílias plantam na área irrigada, ou seja, na área coletiva, o resultado do trabalho é satisfatório, do ponto de vista dessa jovem.

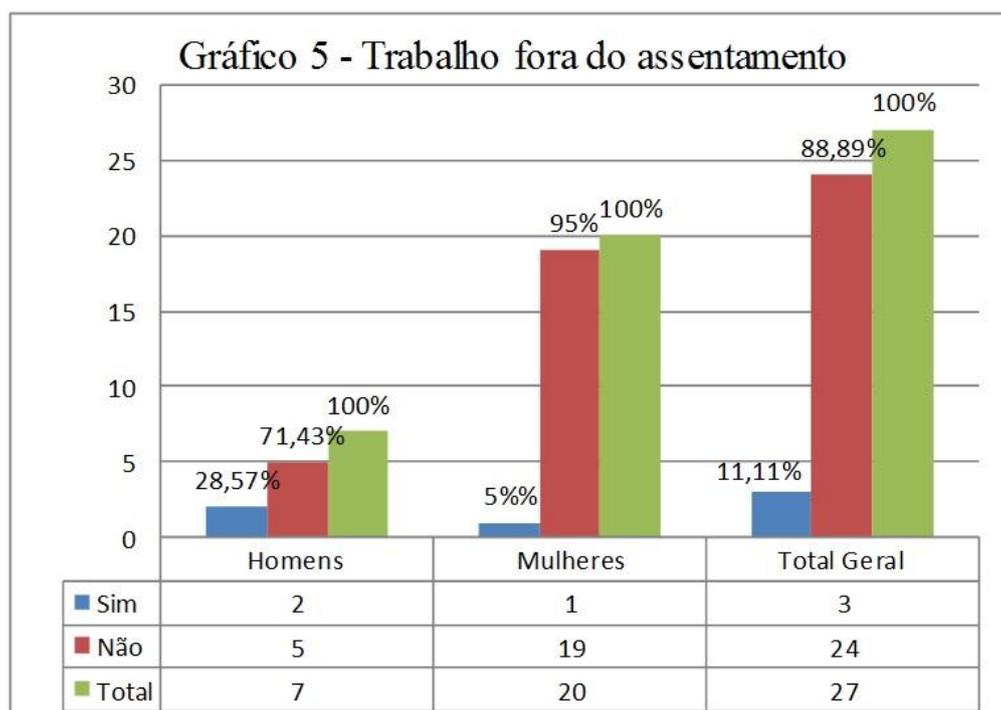
Nesse sentido, entendo que talvez o desenvolvimento da agricultura na área coletiva seja uma alternativa viável para a melhoria da geração de renda das famílias camponesas, no contexto dos assentamentos pesquisados. Investir no trabalho na área comunitária e no trabalho coletivo dentro das parcelas individuais é uma maneira de a comunidade se desenvolver não só na perspectiva da solidariedade produtiva, mas nas relações humanas, sociais e políticas. É preciso (re)organizar o ambiente produtivo, as relações de trabalho e sua produção numa lógica em que a cooperação seja a mola propulsora do processo produtivo e da reprodução das unidades familiares.

7.3.1.1 Os jovens e o trabalho nas fazendas do agronegócio: e depois do retorno?

Como já explicitado neste trabalho, a categoria juventude rural tem recebido atenção, nas últimas décadas, tanto como tema de pesquisas como pelas instituições governamentais, movimentos sociais, ONGs. Segundo Castro (2012, p.439), “os jovens são fortemente associados à migração, mas nesse caso menos como uma estratégia familiar, e mais como um problema de desinteresse pela vida rural”. Assunto já tratado nesta tese. Por outro lado, outra questão que envolve a juventude rural, é a migração sazonal vista como a busca de projetos de autonomia na construção das identidades de jovens e acesso à renda monetária como possibilidade de acesso a bens de consumo (SILVA; MENEZES, 2007) e, nesse processo,

os/as jovens se constituem como seres sociais por meio de múltiplas estratégias de inserção produtiva, objetiva e subjetiva.

No caso específico dos/das jovens da pesquisa, a questão da migração sazonal como estratégia de inserção produtiva não tem sido uma experiência comum entre os/as jovens, como se pode constatar no gráfico 5 a seguir.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do questionário.

O baixo índice dos/das jovens que já tiveram a experiência do trabalho assalariado nas safras agrícolas do agronegócio ou em trabalho urbano, como serviço doméstico, no caso das jovens, tem relação com a idade e a condição de gênero dos jovens da pesquisa, haja vista que dos sete jovens homens que participaram do estudo, apenas quatro são maiores de idade. Assim, apenas 28,57% já trabalharam nas fazendas do agronegócio, exercendo a função de técnico agrícola. No que se refere às jovens, sete são maiores de idade, ou seja, apenas 5% já saíram para trabalhar em serviço doméstico na cidade e depois retornaram ao assentamento.

Os destinos dos jovens homens foram as cidades de Luiz Eduardo Magalhães e Roda Velha, ambas na Bahia; a jovem foi para a cidade de Palmas de Monte Alto, sede do município onde fica o assentamento. As razões que os levaram a buscar trabalho fora do assentamento são as

mesmas apontadas por outros estudos realizados com jovens rurais em outras localidades do país (SILVA; MENEZES, 2007; WANDERLEY, 2007): falta de emprego no lugar onde vivem; o desejo de conquistar autonomia financeira; ter seu próprio dinheiro para comprar bens pessoais, dentre outras. Quando indagados sobre o que eles fizeram com o dinheiro que ganharam com esse trabalho, a jovem disse que não se lembra. Um jovem (JH2AM) afirmou: “Eu comprei cabeça de gado, aí a gente pensa: eu consegui.” Outro complementa: “A gente só pensa em comprar moto, um gado, coisas assim” (JH3AM). Essa informação a respeito da compra de moto é confirmada visivelmente quando se transita pelos espaços onde vivem os jovens. Há um número muito expressivo de motos nas comunidades pesquisadas, realidade que não é diferente em outras regiões do país, como tem sido noticiado, constantemente, pelos meios de comunicação.

No entendimento de Carneiro (2007), a compra de motos possibilita ampliação dos espaços de sociabilidade dos jovens para além de suas próprias localidades de origem. Os/as jovens deixaram claro em seus relatos que quem tem moto dentro dos assentamentos tem um campo de circulação maior em relação àqueles que não possuem esse meio de transporte. Percebi, nas diversas conversas que tive com os/as jovens, que possuir uma moto passa pelo campo de desejo não só dos rapazes, mas também de muitas moças.

Em relação ao trabalho desenvolvido nas fazendas em produção de larga escala, os jovens testemunharam as seguintes situações:

O trabalho foi bem diferente do que a gente estudou, nós estudamos para trabalhar na agricultura familiar; quando a gente chega lá, tivemos que repensar todinho, estudar novamente (JH3AM).

Quando você entra na propriedade de um pequeno produtor, que você anda ali duas, três passadas, você tá vendo o terreno dele todo; quando você chega lá, não vê o fim da área, é totalmente diferente, usa muito agrotóxico (JH2AM).

Lá é tudo no agrotóxico, se não tiver, não produz, tudo é diferente, se a gente falasse de produto orgânico, se não fosse químico, eles chamavam nós de louco (JH3AM).

Tinha que ficar quieto. Quando a gente chegou lá, já tinha os técnicos mais velhos, eles falavam: olha aqui, tem que trabalhar assim (JH2AM).

Já orientava a gente a não falar (JH3AM).

Os relatos dos jovens colocam em evidência questões importantes que têm pautado o debate a cerca do projeto de desenvolvimento do campo que se deseja construir para as futuras gerações. Movimentos sociais, sindicais do campo e da cidade, ONGs, pesquisadores que defendem um projeto de desenvolvimento que se contrapõe ao modelo de desenvolvimento vigente na sociedade capitalista, impondo transformações marcadas pelo processo de exclusão em suas diversas dimensões, têm engrossado o debate nos mais diversos espaços da sociedade brasileira. Temática discutida em vários momentos desta tese.

No caso particular dos relatos dos jovens, uma das questões que chamam a atenção diz respeito ao tipo de conhecimento que interessa ao capital. Quando o jovem que aprendeu a trabalhar no sistema da produção orgânica afirmou que tiveram que estudar novamente para se adaptar às regras e normas do trabalho capitalista, entendo que o conhecimento de interesse dos donos do agronegócio não é o mesmo que interessa ao camponês. Há uma construção ideológica e política muito intensa adepta ao produtivismo oriundo da monocultura, com exclusividade para o mercado, que chega a classificar quem trabalha com a produção orgânica como “louco”, como foi mencionado pelo jovem (**JH3AM**).

A reprodução dos interesses das empresas capitalistas no campo e a reprodução da vida são antagônicas. É importante ressaltar que os camponeses não sofrem pressão apenas no âmbito econômico, político, mas também ideológico. As empresas capitalistas, no intuito de negar o campesinato como modo de produção capaz de garantir a reprodução social da família, desconsideram os conhecimentos adquiridos por meio da racionalidade que defende um modo de produção que valoriza a vida.

Quando os jovens explicitam que os técnicos que chegaram antes deles já estavam preparados com o discurso do capital e incumbidos de introjetá-lo naqueles que ali chegassem, isso revela o poder alienante do capital, que, além de se apropriar da força de trabalho do camponês, faz uma “lavagem cerebral” deste. Diante dessa situação descrita pelos jovens, uma questão que me preocupei em saber, no momento em que esses jovens falavam desse processo de alienação, se referiu ao retorno à comunidade de origem. Quais as marcas que ficaram ou não desse trabalho? Como eles estão desenvolvendo as atividades agrícolas na propriedade da família? Expuseram que a dificuldade sentida ao voltar a trabalhar na unidade familiar foi menor que quando tiveram que se adequar às normas do trabalho em grande escala.

Enfatizaram que o uso de produtos químicos na produção da família existe, mas nunca comparado com o que eles usavam na produção capitalista. Disseram ainda que, apesar do dinheiro que ganharam, que não foi muito, mas conseguiram comprar algo para eles, não têm planos de voltar a trabalhar nesse tipo de serviço.

O que se percebe é que o desafio vivido pelos camponeses é constante, impondo outro modelo de desenvolvimento na correlação de força com o capital, que detém a hegemonia do pensamento da grande exploração dos povos pobres do campo e da cidade. Assim, faz-se necessário fortalecer o debate sobre o modelo de desenvolvimento que se deseja construir pautado em racionalidades que defendem modos e formas de produção materiais e simbólicas que se contraponham ao modo de produção e relações capitalistas. No entendimento de Carvalho (2009), a racionalidade camponesa tem como finalidade principal a garantia da reprodução social da família; para isso utiliza-se do trabalho camponês como estratégia de reprodução das unidades produtivas.

7.3.2 O jovem como categoria que se autonomiza em relação ao projeto da família

No conjunto de jovens há também aqueles/as que não pretendem assumir o trabalho da família, mas almejam estudar, arrumar um emprego para que possam ajudar os pais dentro dos assentamentos. Nota-se um desejo de conquistar autonomia financeira por parte dos/das jovens, apostando na educação como estratégia possível para conquistar a tão desejada autonomia, que, por sua vez, melhoraria as condições objetivas de suas famílias. Nesse processo de busca da autonomia, a educação é compreendida pelos/as jovens como uma possibilidade de eles/as acessarem um meio de vida melhor, como uma estratégia de ascensão social que os preparará para ter uma melhor ocupação profissional no mercado de trabalho, esta, geralmente associada ao trabalho não agrícola.

Se eu pudesse, eu tirava eles daqui (**JM16AN**).

A gente tem que trabalhar mesmo, é por precisão, tem serviço que a gente acha que é bom, mas tem serviço que não é bom não. Agora mesmo tava ali plantando palma, tô com a mão toda furada, isso não é serviço de gente (**JH1AM**).

Eu mesmo não gostaria que eles trabalhasse ni roça, mas a única opção é essa, ir pra roça, no meu querer não gostaria que eles fosse pra roça, nem eu ia pra roça, é muito sol, sofrimento, eu não gostaria não (**JM6AM**).

Eu também não gosto, é pesado (**JM7AM**).

Eu não acho bom, muito pesado, sol quente (**JM9AM**).

É como ela tá falando, se tivesse outra coisa pra fazer, eu não iria na roça, época de plantio, de colheita a gente tem que fazer, mas é porque a gente mora na zona rural, então a gente tem que trabalhar pra se manter. Não é porque, ah, é bom, a gente gosta, no meu caso, e tem também, às vezes a gente gosta de colher um feijão ali, mas feijão verde, mas pra pegar seco pra depois bater, aí não. É complicado, mas é o que a gente tem, tem que enfrentar (**JM20AN**).

Observa-se, na totalidade das narrativas apresentadas, que os/as jovens demonstram uma desvalorização do trabalho na agricultura, às vezes numa lógica radical segundo a qual uma jovem afirma que, se ela pudesse, tirava os pais do assentamento para não ter que trabalhar nos serviços da roça. As dificuldades da vida rural tornam-se fatores que impulsionam os/as jovens a buscarem evoluir, associando essa evolução à vida na cidade.

Eu penso evoluir, estudar, arrumar um trabalho e ajudar meus pais aqui (**JM11AN**).

Pra dar uma vida melhor pra eles, eles não vão ter condição de trabalhar na roça toda vida (**JM12AN**).

Se tivesse uma escola aqui, era melhor pra ajudar eles, porque ficar é difícil, a gente tem que sair pra ajudar eles aqui (**JM15AN**).

Pode-se observar, nas falas das jovens, uma preocupação com a velhice dos pais, fase da vida em que eles não terão mais força física para viver do trabalho pesado no campo. Percebi que a preocupação aqui não é com a reprodução das unidades familiares, mas com o tipo de vida que os pais poderão ter depois que alcançarem certa idade. Outro aspecto enfatizado pelos/as jovens que estimula a saída deles/as dos assentamentos diz respeito à ausência de educação superior dentro dos municípios onde a pesquisa foi realizada. Desse modo, os/as jovens, para continuar a sua formação, têm que sair do campo, pensando em estudar e trabalhar para ajudar na sobrevivência da família, que ficou para trás.

O desejo dos/das jovens é evoluir, desejo que, por sinal, está sempre associado à ampliação do nível de escolaridade e à conquista de uma renda própria, ou seja, a conquista da emancipação econômica. Ter sua própria renda pode significar para os/as jovens a possibilidade de viver

suas próprias regras e, por outro lado, uma alternativa de colaborar na manutenção das condições materiais da família.

É importante considerar que, ao expressarem suas preferências, sejam elas as que se desgarram ou não do projeto da família, viver no campo ou na cidade, estudar ou não, pelas práticas de lazer e diversão, enfim, subjetivamente os/as jovens estão criando uma representação sobre a juventude, associando-a a indicadores que os/as aproximam ou os/as afastam da identidade camponesa. Nesse processo, simbolicamente, constroem seus projetos de futuro embasados em práticas de desejos conforme o mundo vai se apresentando para eles/as e eles/as.

7.4 O jovem e a perspectiva de futuro: o certo incerto e o indeciso

A exploração analítica dos dados da pesquisa e considerando a realidade vivida pelos/as jovens pesquisados/as, o que está à disposição ou não da juventude, no sentido da elaboração dos projetos de futuro, tudo isso constitui um processo bastante complexo. As perspectivas de futuro dos/das jovens são atravessadas de contradições e conflitos que emergem das condições objetivas e subjetivas que envolvem a vida cotidiana e as relações que eles/as estabelecem dentro e fora dos assentamentos. É importante considerar que esses sujeitos não estão isolados do mundo. Eles circulam entre as fronteiras do rural e o urbano, incorporando em suas trajetórias as vicissitudes espaciais e temporais e, ao mesmo tempo, deixam suas marcas nos espaços por onde transitam.

A complexidade desse processo se traduz na fluidez da categoria juventude rural e remete à compreensão da heterogeneidade que essa categoria carrega em sua essência, questão que tem gerado um intenso debate teórico na atualidade, permeando as ciências humanas e sociais. Autores como Carneiro (2007; 2011); Wanderley (2007); Castro et al. (2009), dentre outros, têm se debruçado sobre as questões da vida cotidiana dos/das jovens do campo, principalmente no que se refere às perspectivas dessa juventude.

Assim, no presente estudo, no esforço de compreender como os/as jovens filhos/as de assentados inseridos/as num contexto de Reforma Agrária se constituem como seres sociais imersos num complexo processo de expansão do capitalismo no campo, procurei ouvi-los/as

no intuito de que os próprios jovens falassem sobre seus desejos, seus sonhos, seus projetos de futuro. Os dados indicaram três grupos de aspirações juvenis: os/as jovens que pretendem continuar o processo de escolaridade, almejando fazer uma faculdade; outros que pensam em encerrar a formação com o ensino médio/profissionalizante. E um grupo que foi classificado como os/as jovens indecisos no que tange às escolhas profissionais.

Não é demais lembrar que a juventude, compreendida como uma construção social e histórica (WEISHEIMER, 2009); (PAIS, 1990), não está imune a associações vinculadas a tempo de incerteza. Seja a condição juvenil rural ou urbana, é permeada de tensões, de tomadas de decisões, sejam relacionadas à profissão, ao casamento, ao estudo, enfim, os/as jovens são impulsionados a fazer escolhas na vida e para a vida.

Na sociedade contemporânea, em especial no Brasil, as mudanças socioeconômicas por que tem passado o campo impõem incertezas no momento de escolher essa ou aquela profissão: continuar, ou não, o trabalho da família camponesa; que possibilidade eu tenho para encaminhar meus projetos de futuro. No caso particular dos/das jovens do presente estudo, reafirmo que eles/as sofrem essas tensões, dadas as circunstâncias que lhes são apresentadas provenientes da realidade concreta na qual estão inseridos/as. Como já referido neste trabalho, são condições de precariedade em dimensões múltiplas, culturais, educacionais, lazer, trabalho, saúde, dentre outras.

No que diz respeito aos projetos de futuro dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa, encontram-se perspectivas relacionadas à profissão em duas direções, ou seja, projetos relacionados à vida no espaço urbano e no espaço rural. No decorrer da investigação, seja por meio das narrativas dos grupos focais, nas conversas informais e questionário aplicado aos/às jovens, os dados revelaram que os projetos profissionais das moças quase sempre estão relacionados à cidade. Numa posição contrária estão os projetos dos rapazes, exceto um, que pretende ser advogado. Hoje, o curso de Direito também é ofertado para os/as jovens do campo, a exemplo do curso de Direito do PRONERA, referido no primeiro capítulo desta tese.

Outros estudos, como os de Abramovay et al. (1998); Weisheimer (2005); também apontaram uma preferência por parte das jovens por projetos profissionais voltados para o meio urbano,

gerando uma masculinização do campo (ABRAMOVAY et al. 1998). Segundo Frigotto (2004), com base em dados de um levantamento feito pelo MDA e pelo Programa Nossa Primeira Terra, 60% de 141 jovens entrevistados de 50 municípios brasileiros apontaram que gostariam de permanecer no campo e estudar áreas afins e 62,5% por falta de oportunidades querem sair do meio rural. Esse autor coloca, que a saída dos/das jovens do campo, tem relação com: trabalho (28,5%), estudo (26,5%), trabalho e estudo (26,5%) e 17,5% por outras razões. Tais fatores dialogam com os indicados pelos/as jovens da pesquisa que ora se realiza.

7.4.1 Projetos urbanos

A exploração dos dados da pesquisa permite apontar que os sonhos, as perspectivas de futuro passam a ser identificados por uma relação de subordinação à cidade, historicamente construída no imaginário da sociedade dominante. No entanto, as escolhas dos/das jovens são marcadas muito mais por uma questão de ordem econômica do que geográfica. Isso não significa que a localização não exerça influência sobre as tomadas de decisões referentes aos projetos profissionais dos/as jovens. Segundo (WEISHEIMER, 2007, p. 248): “O projeto constitui-se numa antecipação consciente do futuro contingente que revela o ser e o transforma orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido.” Eis algumas falas dos/das interlocutores/as extraídas dos grupos focais referentes às perspectivas profissionais:

Eu pretendo fazer medicina, pretendo, né, eu gosto da área... por enquanto... porque quando eu era pequena, eu queria ser advogada (**JM2AM**).

Eu pretendo me formar pra advogada ou então médica... qualquer um dos dois serve (**JM4AM**).

Eu quero me formar em medicina, ser psicóloga, quero descobrir mais sobre o pensamento das pessoas, saber o que se passa na cabeça das pessoas (**JM6AM**).

Eu quero me formar pra arquiteta, não sei se aguento a matemática, pretendo, eu acho interessante a parte de decoração de interiores, eu gosto disso, eu até tentei outra, mas desisti do curso porque achei que não era o ideal não (**JM9AM**).

Eu quero dar aula de inglês. Eu gosto (**JM8AM**).

Advogado, fazer direito (**JH5ANE**).

Eu queria ser enfermeira, mas tô pobre, né (**JM19AN**).

Esse grupo é formado por jovens que sonham em fazer cursos superiores em que o campo de atuação é mais comum nos espaços urbanos. São jovens que não se identificam com o trabalho agrícola, portanto almejam ingressar na faculdade, trabalhar em outras profissões. Fazer uma faculdade é uma estratégia vista pelos/as jovens como uma possibilidade de se afastar da profissão de agricultor. Essa é uma estratégia idealizada por muitas famílias dos/das jovens, como foi colocado no capítulo anterior. Portanto, é uma alternativa coletiva pensada frente à falta de perspectivas de estudo e trabalho nas localidades onde vivem, situadas em pequenos municípios no interior da Bahia, que, assim como outros espalhados pelo país, enfrentam o problema da saída dos/das jovens do campo em destino às cidades ora em busca de estudo, ora em busca de trabalho, ou os dois concomitantes.

Os cursos escolhidos pelos/as jovens desse grupo são: Medicina, Direito, Enfermagem, Arquitetura, Psicologia, Pediatria e Licenciatura em Inglês. Alguns jovens desse grupo demonstraram indecisão entre os cursos de medicina e direito, chegando a afirmar que qualquer um dos dois serve, como ficou explícito nos relatos expostos.

Há de se considerar, no entanto, que muitos dos cursos escolhidos pelos/as jovens foram historicamente destinados aos filhos da burguesia, principalmente os cursos de medicina e direito. Estes ocuparam e ainda ocupam um lugar privilegiado no imaginário da sociedade, o que não justifica que esses/as jovens não possam desejar, ser um/a médico/a, um/a advogado/a. O direito de escolha precisa ser garantido às pessoas na sua totalidade, independentemente das condições materiais, simbólicas e localização geográfica onde os indivíduos vivem.

Reafirmo a necessidade de se continuar exigindo a garantia do direito de igualdade a todos os cidadãos, sejam eles do campo ou da cidade. Esse direito tem sido bandeira de luta dos povos do campo, que por sinal já obtiveram algumas conquistas, a exemplo do curso de Direito voltado para os sujeitos do campo que já acontece em algumas universidades públicas do país, como foi referendado anteriormente nesta tese.

7.4.2 Projetos rurais

Numa direção oposta à do grupo anterior, jovens assumem o desejo de se formar em um curso superior ou técnico que não lhes tire o contato com a meio rural. Suas escolhas são indicativos dos valores, sentimentos que nutrem em relação ao trabalho camponês. São valores e sentimentos que os mobilizam em elaborar ou idealizar projetos de futuro profissionais e pessoais que não os/as afastem do campo. São jovens que se identificam com a agropecuária e com a vida no meio rural.

No momento da realização dos grupos focais e em diálogos informais que estabeleci com os/as jovens no período de incursão nos espaços onde a investigação foi realizada, os/as jovens demonstraram que, apesar das dificuldades enfrentadas pelas suas famílias em garantir a manutenção das unidades familiares: alimentação, escola dos/das filhos/as, saúde, enfim, na visão desses/as jovens, o campo ainda é um lugar bom para se viver, como já mencionado anteriormente. Vejam-se relatos de alguns jovens que pretendem se formar e continuar no campo.

Eu pretendo estudar pra ser veterinária, porque eu gosto de animais, eu gosto de estudar animais (**JM11AN**).

Eu, no meu caso, pretendo fazer uma faculdade de veterinária, mas puxando pra área da zootecnia (**JM1AM**).

Eu já pensei em agronomia, mas vamos ver, é difícil, vou ver (**JH3AM**).

Se eu formar, eu quero ser veterinária, eu gosto de mexer com bicho (**JM16AN**).

Eu também penso fazer veterinária (**JM17AN**).

Eu já pensei em tantas coisas, um micro, um pequeno empresário, a coisa não é muito fácil não, vamos ver, o pensamento não paga nada pra pensar, tentar não custa nada (**JH2AM**).

Quero estudar pra continuar no campo, pensei em ser Técnico Agropecuário (**JH6AN**).

Eu gostaria de mexer com pintura, eu aprender e mexer assim com artesanato é o que tenho em mente (**JM20AN**).

Observa-se que, além dos/das jovens que pretendem fazer uma faculdade, ter um curso superior, ansiando arrumar um emprego no meio rural, encontram-se aqueles/as que buscam ser um micro ou pequeno empresário no campo, ser técnico agropecuário e/ou exercer o trabalho com artesanato. É importante ressaltar que a confecção de artesanato como estratégia de produção também aparece nos relatos das mães entrevistadas na pesquisa. Muitas mães dos dois assentamentos *lócus* da investigação me revelaram que é preciso inventar alguma coisa dentro dos assentamentos para aumentar a renda das famílias; que às vezes, as mulheres, quando não estão na roça junto aos maridos, ficam dentro de casa assistindo à televisão, ao invés de estar fazendo alguma coisa, a exemplo de artesanato para vender e ajudar na renda da família.

Desse modo, percebi um desejo, tanto por parte de algumas jovens como de muitas mães, em criar, desenvolver alguma atividade produtiva, diferente da agropecuária, que pudesse auxiliar a renda da unidade familiar, a permanência da juventude no campo e fortalecer, assim, o processo de reprodução social da família camponesa, que tem enfrentado dificuldades financeiras. Essa realidade é também vivida por outros assentados da Reforma Agrária, em especial os/as jovens, como os/as pesquisados/as por Costa e Ralisch (2013) no Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis (PR). Essa pesquisa realizada por esses autores indica que dos/das jovens entrevistados/as 22,2% querem sair do campo por não se identificarem com a vida de agricultor; 44,4% gostam de trabalhar com atividades rurais e viver no assentamento, mas a condição financeira da família obriga a sair, ou seja, necessitam sair, mas preferiam; ficar e, 33,4% dos/das jovens querem ficar no campo, esses/as são os/as jovens de melhores condições financeiras entre os grupos de jovens investigados/as nesse estudo.

Contextualizando com dados da realidade social investigada, a fala de uma jovem é ilustrativa da situação apresentada acima quando ela afirma:

A questão que a gente deixa de sonhar é por causa da condição financeira, a gente deixa de sonhar por causa disso, e às vezes a gente desanima por falta de ânimo mesmo (JM20AN).

A fala dessa jovem atribui à condição financeira a responsabilidade da “morte” dos sonhos. Portanto, a partir dessa compreensão, o direito de sonhar perpassa pela condição material que

possibilita acessar determinados bens. Isso implica pensar que sonhar, no campo brasileiro hoje, está cada vez mais difícil frente às condições de precariedade vivida pela população do meio rural, principalmente os/as jovens, que se encontram em um momento da vida propício a elaborarem idealizações, se projetarem num futuro mais distante.

7.4.3 Os jovens indecisos...

Escolher, traçar projetos de futuro, sejam eles pessoais ou profissionais, provocam tensões e conflitos diante das incertezas postas pelas mudanças ocorridas na sociedade capitalista no campo e na cidade. No caso específico dos/das jovens deste estudo, encontram-se jovens que ainda não pararam para pensar a respeito de que profissão gostariam de seguir. Uma jovem expressa que só no decorrer do tempo é que ela vai descobrir que carreira escolherá para si; é como se ainda não fosse tempo para fazer esse tipo de escolha, tomar essa decisão. Esse grupo de jovens se acha jovem demais para se preocupar com o futuro.

Eu ainda não sei, vou ter que pensar, no decorrer do tempo eu vou descobrir (JM12AN).

Eu não sei ainda, quem sabe é o tempo. Até agora eu ainda não achei nenhuma profissão que eu gosto (JM13AN).

Eu não pensei em nada, nenhuma profissão (JM10AM).

Eu pretendo estudar mais, fazer algum curso, mas profissão mesmo assim eu não tenho nenhuma não (JM7AM).

Eu não especificamente uma profissão, mas ser uma pessoa bastante informada das coisas do mundo, eu gostaria de ser bem informada, estudar (JM20AN).

Eu só penso terminar o ensino médio... terminando o ensino médio, aí... vou ver que minha vida vai decidir aí, viu, terminou o ensino médio aí, vou ver o caminho que a gente vai (JH1AM).

Nota-se que os/as jovens são atravessados por um sentimento de indecisão sobre quais profissões escolherão. É como se lhes faltassem maturidade para decidir algo tão importante para suas vidas que lhes proporcionaria uma dimensão maior na perspectiva da inserção social. Nesse sentido, reafirmo que a juventude não pode ser compreendida apenas como uma breve passagem da infância para a maturidade ou uma transição para a vida adulta. A Juventude é um momento complexo da vida humana, carregado de significação social, de

profundas definições de identidade na esfera pessoal, social, profissional, o que requer intensa experimentação em diferentes esferas.

Percebe-se uma complexidade inerente à juventude e ao ser humano, nas falas dos/as jovens transcritas acima. Enquanto a jovem pretende estudar para ser bem informada, mesmo não sabendo dizer que profissão quer seguir, por outro lado, o jovem pensa esperar o término do ensino médio para ver que caminho trilhar. Frente a tantas questões que imprimem a diversidade e singularidade dos/das jovens pesquisados/as, compreendo, as condições juvenis se desenvolvem em múltiplas dimensões, logo o tempo dos/das jovens é diferente e suas condições juvenis assumem contornos diferentes. Isso significa que, enquanto para uns é tempo de pensar, idealizar seus projetos de futuro, para outros, é tempo de indecisão.

As perspectivas dos/das jovens, homens e mulheres, frente às condições objetivas e subjetivas, passam a ser vivenciadas num contexto de luta pela sobrevivência e por um lugar no espaço e no tempo. As circunstâncias que lhes são impostas ao mesmo tempo em que servem de estímulos para uns, servem para desmotivação de outros. Entre tomada de decisão, projeção de sonhos, frustrações e indecisão, os processos constitutivos do ser jovem de assentamentos rurais se fazem de formas diferenciadas. Na compreensão de Pais (2006), são muitos os contratempos que caracterizam a condição juvenil contemporânea. Esse autor sugere que muitos dos/as jovens de hoje não sabem se o futuro está próximo ou longe, nem tampouco que o futuro os/as espera. “As trajetórias de vida de muitos jovens assemelham-se a jardins labirínticos de sendas que bifurcam” (PAIS, *Ibid.*, p.10). Isso significa que nem sempre os/as jovens conseguem atingir os projetos estabelecidos. Muitas vezes, eles/as não conseguem nem mesmo se encontrar a tal ponto de se projetar, seja por uma questão de maturidade ou de outra natureza, como a falta de condições materiais e subjetivas de sobrevivência.

Desse modo, adoto o ponto de vista de Carneiro (2011) quando ela sugere que devemos situar os/as jovens numa perspectiva de um conjunto de sujeitos tributários de um processo social e histórico decorrente da constituição de uma territorialidade, portanto cabe-nos reconhecê-los/as a partir de suas especificidades locais. Autores como Wanderley (2007); Carneiro (2011); Castro et al. (2009), dentre outros, têm apontado a imprecisão da categoria juventude rural. Assim sendo, e considerando as especificidades dos/as jovens da pesquisa que ora se

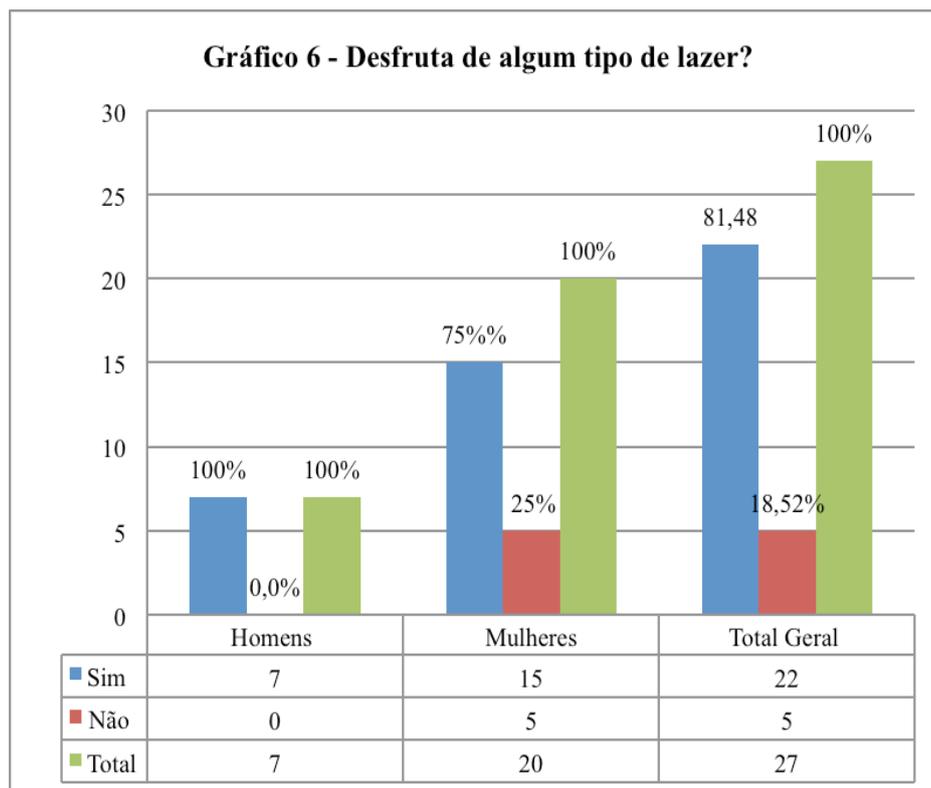
realiza, ou seja, filhos/as de agricultores assentados da Reforma Agrária, entendo que eles/as devem ser compreendidos/as levando em conta as contradições sociais que permeiam a produção objetiva e subjetiva dos sujeitos jovens na realidade em que estão inseridos. Castro (2009) destaca que as dificuldades que afetam os/as jovens não podem ser tratadas descoladas dos problemas que atingem as suas famílias nas diversas formas de reprodução. Os problemas das famílias envolvem também os/as jovens e vice-versa. Evidentemente, alguns problemas atingem os/as jovens com mais intensidade e de forma mais direta.

Diante do exposto, há de se ponderar que a complexidade das condições reais vividas por esses/as jovens sugere a necessidade de um debate profícuo acerca da implementação e da materialidade das políticas públicas que de fato contemplem as áreas de Reforma Agrária, não só voltadas para a juventude, mas para o coletivo de sujeitos que habitam esses espaços.

7.5 O lazer e a fé: tempos e espaços de socialização dos/das jovens

No entendimento de Brenner; Dayrell e Carrano (2011), a investigação do que os/as jovens fazem do seu tempo livre é importante para se compreender os sentidos do próprio tempo da juventude nas sociedades. Para esses autores, o lazer é uma atividade social e historicamente dependente das condições materiais e culturais que constituem sujeitos e coletividades. Nesse sentido, busquei saber dos/das jovens interlocutores/as da pesquisa, por meio do questionário aplicado, se eles/as desfrutavam de algum tipo de lazer no contexto dos assentamentos ou em outros espaços em que circulam.

Os dados do questionário apontam que 100% dos jovens homens desfrutavam de algum tipo de lazer. Quanto às jovens mulheres, 75% afirmaram que participam de alguma prática de lazer, e 25% não desfrutavam de nenhuma atividade de lazer. Ao analisar os dados do questionário e dos grupos focais referentes ao lazer, foi possível construir o seguinte retrato das possibilidades de práticas de lazer no contexto dos assentamentos pesquisados sob o olhar dos/das jovens como se pode observar no gráfico 6 e no quadro 10.



Fonte: Elaborado com as informações do questionário.

Quadro 10 - Possibilidades de práticas de lazer dos/das jovens da pesquisa

Jovens homens	Jovens mulheres
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jogar futebol; ▪ Fazer caminhada; ▪ Ir à festa; ▪ Assistir à TV; ▪ Ir à igreja; ▪ Fazer passeio nas comunidades rurais e nas cidades próximas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Jogar futebol; ▪ Reunir-se com amigos; ▪ Assistir a jogos de futebol; ▪ Ler histórias em quadrinho; ▪ Jogar baleado; ▪ Assistir à TV; ▪ Ficar no facebook; ▪ Ir à igreja; ▪ Festas e passeios (raramente acontecem); ▪ Visitar os parentes; ▪ Ouvir música; ▪ Brincadeiras com os amigos nos finais de semana.

Fonte: Elaborado com os dados do questionário e dos grupos focais.

Apesar de os/as jovens apontarem uma série de atividades que eles/as figuram como suas práticas de diversão, por outro lado, suas falas em relação às suas experiências de sociabilidades são marcadas por uma insatisfação em relação às opções de lazer e de convivência social juvenil disponibilizadas nos espaços onde estão inseridos. Os/as jovens denunciam insistentemente a falta de espaços e tempos de socialização, de produção cultural, de recreação, campos importantes para as vivências juvenis. As experiências no âmbito do lazer são significativas para a construção de identidades, sociabilidades e ampliação dos referenciais dos/das jovens como seres sociais em constante processo de formação. Segundo Velho (2006, p.193), “a construção de identidade é uma processo que decorre no tempo, é dinâmico, transforma-se e se dá em múltiplos contextos socioculturais e níveis de realidade”. Isso significa pensar que as experiências diversas de socialização dos/das jovens analisados/as não são indiferenciadas no processo identitário e constituição social.

No caso especial dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança, as condições juvenis se dão numa totalidade de circunstâncias trazidas pelo contexto de uma sociedade capitalista em que, excludentemente, as ofertas materiais não são disponibilizadas em condições de igualdade, fato que não os impossibilita de, simbolicamente, associar o lazer com o jogo, o sair, a conversa com amigos/as, ir à igreja, às festas locais, acessar o *facebook*, dentre outros. Reafirmo que os/as jovens interlocutores/as da pesquisa denunciam veementemente situações de vida e processos sociais que demarcam as bases socioeconômicas desiguais que incidem sobre as possibilidades de acesso, experimentação, consumo e lazer.

É necessário destacar que as condições culturais são quase que inexistentes para os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança. Quase não têm como aproveitar o seu tempo livre. Isso se configura como a negação do acesso aos direitos culturais e a exclusão dos povos do campo do direito de vivenciar certos bens culturais. Vejam-se alguns relatos dos/das jovens em resposta à questão: Que lugares vocês frequentam para se divertir?

Tem o *Pontal*⁵⁴ aí, vão muitas pessoas da região, a gente vai, encontra os amigos, troca ideias (**JH3AM**).

⁵⁴ Os nomes em destaque nos relatos dos/as jovens são nomes de comunidades rurais e cidades que ficam próximas dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança e que eles/as costumam frequentar, mas não com muita frequência como eles/as mesmos/as explicitaram em seus relatos.

De vez em quando a gente vai no *Iuiú*, mas é de vez em quando mesmo, quando acontece, raramente (**JM8AM**).

Às vezes eu vou a **Guanambi**, vou na *Lagoa de Arroz*, lá é pior que aqui (**JM12AN**).

Vou à *Lagoa de Arroz, Palmas de Monte Alto, Barra do Riacho, Boqueirão* (**JM13AN**).

Tem hora que a gente vai na casa da outra, conversa depois vai pra casa (**JM16AN**).

Minha única diversão é vim aqui no culto domingo, a minha distração é essa (**JM20AN**).

Aqui não tem área de lazer pra gente, tipo inventar uma diversão, a única coisa que a gente tem aqui é um campo de futebol que os meninos brincam, só. Às vezes a gente brinca também no campo (**JM11AN**).

O que os/as jovens revelaram, nos grupos focais, sobre as práticas de lazer que permitem a inserção no mundo da socialização é bastante similar às práticas de lazer de outras localidades rurais da região onde a pesquisa foi realizada e do Brasil de modo geral. Silva (2009), em estudo realizado com jovens rurais no município de Palmas de Monte Alto na Bahia, mesmo município em que fica o assentamento Nova Esperança, aponta a ausência de espaços destinados à vivência de experiências relacionadas às práticas de lazer. Pesquisas realizadas com jovens rurais por Carneiro (1998); Costa e Ralisch (2013) também indicaram a ausência de espaços e tempos de lazer no meio rural. Diferentemente do estudo de Carneiro, na pesquisa de Costa e Ralisch os/as jovens não associaram a saída do campo à falta de lazer, mas ponderaram que a inserção de práticas de lazer no assentamento melhoraria suas relações sociais.

Quanto ao acesso à diversão e lazer dos/das jovens da pesquisa ora realizada, fica demarcada, em suas narrativas, a limitação do “raio” de circulação deles/as, principalmente das jovens mulheres. Estas, por sua vez, disseram que às vezes os rapazes não querem levá-las quando vão para algum lugar fora do assentamento, acusando que os atrapalhariam em suas paqueras. Desse modo, a diversão das jovens fora do lugar de residência acontece de forma mais esporádica, a não ser quando participam com seus pais das celebrações religiosas na sede do município, ou em alguma festa, acompanhadas de alguma pessoa de confiança de seus pais. As práticas religiosas são figuradas como espaços e tempos de socialização e de lazer nos tempos livres dos/das jovens, principalmente das mulheres.

No sentido de aprofundar e ampliar a compreensão sobre os espaços e tempos de socialização dos/das jovens no âmbito das práticas de lazer, procurei saber deles/as, nos momentos da realização dos grupos focais, o que eles/as fazem nos finais de semana. As respostas dadas convergem para as do questionário, como se pode constatar nas falas seguintes.

Final de semana às vezes a gente vai na casa de um parente, às vezes reúne e vai zoar mesmo, só aos domingo à noite a gente vem pro culto (**JM11AN**).

Fico dentro de casa assistindo televisão, quando chega a noite, vai pra igreja (**JM2AM**).

No lugar aqui mesmo é só jogar bola, pra quem gosta de jogar bola (**JM2AM**).

Quando chega final de semana, descansar, aproveitar o dia que a gente não foi na roça ou na escola, descansar (**JH1AM**).

Eu gosto de ficar só, assim, sei lá, dentro do quarto trancada, é bom, mexendo no telefone (**JM7AM**).

[...] eu pelo menos não faço nada, fico dentro de casa o dia todo (**JM9AM**).

Eu, olhar menino, eu tenho um filho (**M10AM**).

As respostas dadas à questão posta colocam no crivo do debate uma série de problemáticas importantes para pensar os espaços e as formas de diversão dos/das jovens no meio rural; as diferentes (im)possibilidades relacionadas às práticas de lazer presentes nas falas dos/das jovens, impressas por um sistema capitalista desigual que nega o direito à cidadania a muitos jovens, principalmente àqueles/as que estão nos lugares mais recônditos e, muitas vezes, invisíveis aos “olhos” do Estado. Nesse contexto, verifiquei que os/as jovens têm recorrido à televisão como meio de preenchimento do tempo livre. O tempo em que os/as jovens ficam em frente à televisão, eles/as o atribuem a uma atividade de lazer. Ficar em frente à televisão e conectada à internet foram mencionados em sua maioria pelas jovens mulheres. Os rapazes disseram que são os celulares das moças que pegam a internet. Os deles não são de alta tecnologia.

Assim, as condições materiais e subjetivas de existência vão delineando os caminhos possíveis de serem trilhados nos seus diferentes modos de ser jovem de assentamentos rurais

da Reforma Agrária, em que a televisão, o celular, ouvir músicas fazem parte do cotidiano juvenil.

Ainda em resposta à pergunta anterior, referente ao que eles/as fazem nos finais de semanas, as jovens responderam:

Às vezes, a gente se reúne e brinca, às vezes não, tipo aqui não tem muita opção de diversão não (JM11AN).

Não é bem o que a gente queria não, mas já acostumou. Não tem jeito (JM12AN).

É igual a gente falou, nada, é só na internet mesmo (JM16AN).

Antigamente, quando a gente chegou aqui, a gente brincava, mulher, homem, até futebol a gente jogava, brincava de roda, só que com o tempo tudo mudou (JM20AN).

Uns foram embora, outros casaram (JM19AN).

No meu caso mesmo, né, diversão mesmo pra mim não existe (JM20AN).

Era bom, não tinha energia, a gente brincava de esconde-esconde no escuro, pega-pega, dorme, cai no poço (JM18AN).

Tudo vai mudando, os jovens de hoje também não tá caçando brincar disso não (JM20AN).

Eu mesmo tenho vontade de brincar, mas ninguém não brinca (JM18AN).

No final de semana faz o que tiver pra fazer, depois vai pra frente da televisão ou dormir (JM19AN).

No domingo, eu às vezes vou pra casa da minha avó com minha mãe, volto à tarde, quando é a noite vem pro culto, e a próxima segunda é rotina de novo (JM20AN).

É um ritmo assim que é o mesmo todos os dias (JM18AN).

As visões das jovens na forma de precisar as atividades que se realizam nos finais de semanas vão da saudade do passado aos encontros virtuais. As jovens relembram as brincadeiras do tempo de outrora e, ao mesmo tempo, abordam as mudanças de hoje, enfatizando que os/as jovens do presente não querem mais brincar como antes. Segundo Souza (2004, p.60), “as viagens virtuais e os encontros eletrônicos são possibilidades culturais que alargam o território dos jovens para outros limites de tempo e espaço. O território passa a ser o mundo inteiro”. Essa autora destaca que, com a tecnologia da informação, os conceitos de tempo e

espaço são redefinidos, e que o perto e o longe tornam-se dimensões simbólicas. Eles/as positivam o uso do telefone celular e o acesso à internet como ferramentas que lhes possibilitam sentir-se mais perto dos parentes que moram em outras localidades e, também, como instrumentos que preenchem o passar do tempo devagar no meio rural.

Pude observar ainda que, nos finais de tardes, a frente da igreja católica do assentamento Marrecas se transforma num ponto de encontro de muitos jovens, adultos, crianças e idosos. Esse espaço se transforma num lugar de bate-papo, da “resenha”, como dizem as pessoas dessa região. Geralmente, são os rapazes que se reúnem, nos diversos espaços dentro do assentamento. Na comunidade Nova Esperança, percebi que esses encontros acontecem com menos frequência. Quanto às jovens, às vezes, observei-as andando de um lado para outro dentro dos assentamentos, visitando as amigas. Mas em sua maioria, elas costumam ficar dentro de casa, assistindo à televisão ou ouvindo músicas, como relataram nos grupos focais e nos momentos de diálogos informais que estabeleci com os/as jovens no caminhar da investigação.

A música faz parte do lazer dos/das jovens dos assentamentos pesquisados, principalmente das moças do assentamento Marrecas. O aparelho de som é ligado em alto volume, que é possível ouvi-lo de lugares distantes. O que ficou visível no assentamento Nova Esperança é que as moças têm uma preferência maior pela televisão. A mídia, principalmente a televisão e o *facebook*, assumem um papel constitutivo dos modos de ser jovem no contexto dos assentamentos investigados. As falas a seguir das jovens são ilustrativas dessa questão.

Eu uso mais um som do que TV e celular (**JM3AM**).

Eu uso mais o celular (**JM4AM**).

O celular foi o que pegou geral (**JM5AM**).

Eu uso pra ligar, mandar mensagem, ouvir música, o *facebook* (**JM8AM**).

Uso celular 24 horas, vivo pendurada no celular, ligo, joga, *facebook*. Uso TV, som, a novidade pra gente aqui mesmo é a internet, as outras a gente sempre usou (**JM9AM**).

Eu só mando mensagem ou ligo, uso rapadura mesmo (**JH1AM**).

A gente às vezes quer falar com a outra, é só ligar, não precisa ir lá, é mais fácil (**JM17(AN)**).

A gente usa muito também a televisão e o som (**JM16AN**).

O celular é tudo, ouço música e o principal, a internet (**JM16AN**).

A coletânea de artigos científicos intitulada “Retratos da Juventude Brasileira, organizada por Abramo e Branco (2011), aponta que a cultura do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros é muito associada aos meios de comunicação de massa. Assistir à televisão e ouvir rádio é um aspecto característico da cultura juvenil brasileira dos tempos atuais, sendo que 92% dos jovens urbanos e 86% dos jovens rurais utilizam a televisão como principal ocupação do tempo livre. No caso do rádio, 91% dos jovens urbanos e 83% dos jovens rurais o escutam. Mas, considerando os finais de semana, quando os jovens possivelmente dispõem de maior tempo livre, os dados indicam que 86% dos jovens urbanos e 89% dos jovens rurais acessam a televisão. O rádio fica com 89% da preferência dos jovens do meio urbano e 86% dos jovens rurais.

As preferências dos/das jovens da pesquisa não diferem daquelas dos jovens do estudo supracitado. Evidentemente, apresentam especificidades coerentes com o lugar onde os sujeitos estão e o tempo presente. As mudanças, até mesmo no campo, têm chegado rapidamente. Isso não significa que todas as pessoas estão acompanhando-as e atentas às transformações que chegam ao campo, tampouco, tendo acesso efetivo às tecnologias que têm chegado aos lugares mais longínquos da sociedade. Isso fica claro na fala da jovem **JM12AN** interlocutora da pesquisa: “Eu não tenho celular não, uso dos outros”. Sendo assim, é possível afirmar que as fronteiras de inserção no mundo tecnológico são demarcadas pelas condições socioeconômicas dos sujeitos e, muitas vezes, independem da localização geográfica.

Tudo isso é muito contraditório, porque, apesar de as tecnologias terem provocado transformações importantes nas relações sociais dos indivíduos, nem todos têm acesso aos meios tecnológicos disponíveis na sociedade. No caso específico dos espaços onde esta pesquisa foi realizada, as pessoas não dispõem de computadores, por exemplo, para acessar a internet. O acesso a esta se dá por meio do celular ou na escola em que estudam. Desse modo, entendo que os/as jovens, mergulhados/as num tempo de privações, de incerteza e de negação de direitos, constroem sua cultura e organizam seu ritmo, suas práticas de lazer e seu estilo de vida, driblando, assim, as ausências, as carências e limitações referentes aos espaços e tempos de lazer no campo.

7.5.1 A Festa de São Miguel no assentamento Marrecas

As famílias do assentamento Marrecas que pertencem à religião católica promovem a festa de São Miguel no mês de outubro, a qual já se configura como tradição da comunidade católica. Há treze anos os moradores desse assentamento vêm comemorando esse dia, com atividades como missa, leilão para arrecadar recursos para a igreja, shows musicais, torneio de futebol, dentre outras atividades.

Segundo relatos dos moradores, essa atividade comemorativa é esperada pelas pessoas do assentamento durante o ano todo. Uma semana antes da festa de São Miguel, a população católica, coletivamente, organiza a igreja e a praça do assentamento. Os homens cortam madeiras, montam barracas de palhas. As mulheres preparam os enfeites, com ajuda do pessoal de apoio da escola, a qual se transforma num ateliê de confecção dos enfeites para ornamentar o espaço da festa.

Observei muitas jovens auxiliando na confecção dos enfeites e na ornamentação da praça. Os jovens homens também ajudavam nos serviços mais pesados, como limpar o mato da praça, cortar madeiras e abrir buracos para montar as barracas. É uma atividade coletiva de preparação do espaço de socialização da comunidade. Na verdade, o próprio trabalho de preparação já é um momento de socialização das pessoas envolvidas com a comemoração. Muitos adultos, jovens, crianças se reúnem na praça, observando o trabalho de preparação para a tão esperada festa.

O comércio local se prepara à espera da festa de São Miguel. As bebidas chegam com antecedência para dar tempo de gelar. Com antecedência é feita também a faxina nas casas, à espera dos amigos e parentes que vêm participar da festa. Muitas pessoas, jovens e adultas também se preparam à espera do evento, cortam os cabelos, fazem barbas, enfim, se arrumam para a festa esperada há um ano.

É chegado o dia da festa, o palco, com enormes caixas de som, foi montado no centro do assentamento, onde aconteceria o *show* musical. A praça do assentamento se transforma num espaço de acolhimento dos visitantes; para lá convergem pessoas de várias localidades, rurais e urbanas. Essa celebração é também um momento de aglutinação de pessoas adultas, idosas,

crianças e jovens. Os/as jovens que dessa participaram eram jovens do campo como também da cidade. Entretanto, sem muita diferença no seu jeito de ser jovem, de se vestir, de se comportar. Os jovens com suas *calças jeans*, camisetas, tênis. As mulheres com suas minissaias, blusas com decotes, outras usavam calças bem colocadas; todas bem maquiadas, usando o indispensável batom. De forma geral, tanto os/as jovens do campo como os/as da cidade procuravam valorizar o corpo em que a regra lógica era a sedução. Observei ainda a influência da televisão na forma de se vestir dos/das jovens, um exemplo nítido era um grupo de rapazes vestidos estilo *restart* (uma banda brasileira de *teen pop* criada em 2008), e os cabelos *moicanos*, quando não pintados de louro.

A festa de São Miguel é também tempo e espaço de encontro com o conhecido e o desconhecido, do embalo das paqueras. Muitos/as jovens, animados/as pelas músicas e pela bebida, procuravam lugares mais escondidos para resguardarem certa intimidade perante os demais. O consumo da bebida na festa não é apenas uma prática dos rapazes, como sinônimo da masculinidade (PAIS, 2003). Muitas moças também a usam, como se quisessem extravasar ou recompensar o tempo em que ficam sem beber por falta de oportunidades. A bebida ajuda a vencer a timidez e aos poucos moças e rapazes ocupam o espaço de dança, sensualizando seus corpos. Muitos adultos e às vezes até crianças se deixam levar pelo embalo dos diversos ritmos musicais, indo do axé, pagode, arrocha, funk ao sertanejo.

É importante sublinhar que, no contexto do assentamento, nesse momento específico, muitas coisas são permitidas em função da diversão, regras são suspensas, a exemplo da venda de bebida alcoólica, que contraria as normas do Estatuto que rege a convivência dentro do assentamento, como foi relatado por diversos moradores com quem conversei durante o período da pesquisa de campo e constatado no decorrer da festa. Enfim, nesse misto de encontros, desencontros, bate-papos, paqueras, suspensão de regras do cotidiano, a festa segue até quase o amanhecer, impondo regras específicas e particulares às relações estabelecidas naquele momento festivo.

Nessa perspectiva, é importante compreender que “é principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto” (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2011, p.176). Assim, o lazer precisa ser entendido numa ótica

sociológica, pautado numa liberdade de escolha, importante para a construção de identidades; nessa lógica de entendimento, ele pode ser espaço e tempo de aprendizagem das relações sociais no contexto de liberdade de experimentação, de descoberta e de criação de vivências coletivas e individuais.

Ainda segundo Brenner; Dayrell e Carrano (2011), a prática do lazer cria uma possível consciência de liberdade ao admitir uma fuga temporária à rotina cotidiana de trabalho e obrigações sociais. Por meio das vivências de lazer, os/as jovens podem consolidar relações sociais, (re)significar modos de convivência coletiva e, ao mesmo tempo, potencializar as múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social.

As diferentes práticas de sociabilidades, aqui, em particular, aquelas ligadas ao lazer, devem ser vistas como espaços, tempos e possibilidades de produção de subjetividades. Dessa forma, é necessário discutir o lazer na perspectiva do direito. Isso implica, no caso especial dos/das jovens de assentamentos rurais, criar condições, possibilidades de desenvolvimento de espaços e tempos de sociabilidades por meio de atividades de lazer nesses espaços e fora deles. São necessárias políticas públicas de juventude que ampliem a capacidade de promoção da cidadania pela via das práticas cidadãs de lazer que coloquem os/as jovens em contato com experiências diversas, ampliando, assim, as possibilidades de acesso a espaços e tempos juvenis de lazer.

7.5.2 O futebol, o baleado⁵⁵ e o culto no assentamento Nova Esperança

Ainda nos detendo à questão da socialização dos/das jovens no contexto onde vivem, tive a oportunidade de vivenciar um pouco do que os/as jovens fazem nos finais de semana. Aqui descreverei o dia de domingo 20 de outubro de 2013, que passei no assentamento Nova Esperança no intuito de observar os/as jovens no seu espaço cotidiano de convivência. Outros momentos da vida deles/as foram observados, já referidos em outras partes desta tese, como o espaço escolar.

⁵⁵O baleado é um jogo em que duas equipes se enfrentam, jogando a bola com a mão para acertar o/a jogador/a adversário/a. É um jogo que tem regras fixas e outras, às vezes criadas no momento entre as equipes.

Esse é um dia da semana em que, segundo os/as jovens, eles acordam mais tarde em relação aos outros dias da semana quando precisam ir à escola ou cuidar das atividades da roça. Conforme expuseram, no domingo eles/as acordam, fazem o que tiverem que fazer da escola ou tarefas domésticas e, normalmente, ficam por ali dentro de casa assistindo à televisão. No dia referido acima, consegui observar algumas atividades coletivas que os/as jovens apontaram no questionário aplicado e nos grupos focais como práticas de lazer envolvendo jovens do assentamento e comunidade vizinha, a saber: o baleado, o futebol e o culto da Igreja Católica realizado em uma sala da escola da comunidade.

Final de tarde, aos poucos, moças, rapazes, crianças e até adultos vão se encontrando em frente das casas, criando suas alternativas de diversão no interior da comunidade e negociando suas regras. Um grupo composto de moças e também por um jovem rapaz decide jogar baleado. Então, divide-se em subgrupos, se organizam, estabelecem as regras do jogo. Essa diversão durou por quase três horas, envolvendo jovens do assentamento, mas também da comunidade próxima. Aos poucos, os adultos e as crianças iam se aproximando do lugar onde os jovens jogavam baleado para assistir a esse jogo. Ali a conversa era colocada em dia. Então, o momento do baleado se transformou em espaço e tempo positivos de encontros e bate-papo entre os pais dos/das jovens.

Ao mesmo tempo em que o baleado acontecia, perto dali, os rapazes jogavam futebol de campo. Paralelo a isso, alguns jovens faziam performance com suas motos nos espaços livres do assentamento. Muitas mães, sentadas em frente de suas casas, observavam os/as filhos se divertirem nas suas diferentes formas de diversão. Espalhados pelo assentamento, pais cuidavam da ração dos animais, pessoas transitavam de um lado para outro a cavalo. Enfim, era um movimento constante de ir e vir de pessoas saindo de suas casas.

Aos poucos, o futebol ia ampliando o seu número de participantes. Os adultos se juntavam aos jovens. O futebol passa a ser também a diversão dos pais. Nesse sentido, esse esporte assume o papel socializador de pais e filhos, entendido aqui como atividade social potencialmente positiva à formação humana. Segundo Brenner; Dayrell; Carrano (2011, p.177), “a convivência em grupos possibilita a criação de relações de confiança; desse modo, a aprendizagem das relações sociais serve também de espelho para a construção de identidades coletivas e individuais”. O futebol é uma experiência coletiva que exige confiança no outro e

espírito de grupo. Portanto, possibilita (re)significar valores, comportamentos e serve de laboratório em que se processam experiências e se produzem subjetividades.

Nesse mesmo dia de domingo, outro espaço e tempo de socialização que pude observar no assentamento Nova Esperança foi a realização de um culto da Igreja Católica que teve como organizadores adultos e jovens desse assentamento. Por falta de um espaço físico (igreja), o culto é sempre celebrado aos domingos, à noite, em uma sala da escola da comunidade, onde também acontece a reunião da associação dos moradores do assentamento. Nesse dia compareceram à celebração aproximadamente 25 pessoas entre adultos, jovens e crianças, sendo o número maior de jovens mulheres. A presença dos homens, jovens e adultos, foi bastante pequena.

Um fato bastante curioso que aconteceu nesse momento foi que muitos jovens ficaram do lado de fora da escola onde acontecia o culto, fazendo barulho com motos, batendo no portão da escola. O barulho chegou a atrapalhar a celebração em determinado momento, tendo o presidente da associação, que estava presente no culto, que sair para pedir que parassem. Aquilo me chamou a atenção. Quis saber se era sempre assim. Então, conversei com algumas pessoas, as quais me revelaram que todos os domingos acontece da mesma forma, que já foi conversado com os pais, mas não resolvem. E que muitos jovens do assentamento não querem saber de religião.

Então, o culto é celebrado dessa forma. Muitos moradores com quem conversei naquela noite depois do culto me disseram que, mesmo assim, não vão parar, porque, segundo eles, se pararem, é pior. Eles relataram que os/as jovens da comunidade estão precisando de apoio, eles estão muito descrentes. Não querem participar de nada. São as mulheres adultas e as moças que tomam a frente da celebração do culto. São elas quem faz a leitura da Bíblia, assim também as crianças. Ali as pessoas renovam sua fé.

No entendimento de Novaes e Mello (2002), o envolvimento em grupos religiosos pode ser importante condutor para a construção de identidades juvenis, agregando elementos significativos nessa fase da vida. Os espaços e os tempos religiosos são produtores de sociabilidades e de experiências constitutivas do modo de ser jovem.

É importante considerar que, nos espaços e tempos dialéticos, os/as jovens se fazem e refazem entre o profano e o sagrado. Nessa profusão de saberes e experiências sociais perpassadas de contradições e conflitos, a compreensão que se forma a respeito do ser jovem é que diferentes estratégias são constitutivas do modo de ser jovem de assentamento rural da Reforma Agrária. Muitas das estratégias são construídas na contramão do direito garantido pelo Estado. Como afirma a jovem **JM13AN**, “ser jovem no assentamento não tem muitas opções”. Outra jovem complementa dizendo: “Eu mesmo sou feliz em parte, né, em parte, porque aqui o lugar é bom de tá com a família, amigos, só, mas por um lado não tem, como ela falou ali, muitas opções do que fazer” (**JM11AN**).

Percebe-se que o fio da meada condutor desta tese, sobre a constituição social dos/das jovens de assentamentos rurais da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, BA, vai sendo configurado por meio das experiências vividas pelos/as jovens e traduzidas pelos diversos sujeitos da pesquisa e também pelo que foi visto e não visto pelo pesquisador no caminhar da investigação. Não é demais lembrar que as vivências dos/das jovens são atravessadas e marcadas por um processo de exclusão no campo; pelas condições precárias de sobrevivência no meio rural brasileiro decorrentes da ausência de políticas públicas que possam promover uma vida digna à população camponesa. Mas, numa perspectiva complementar, o processo de formação da constituição social do ser jovem também carrega as marcas do pertencimento do lugar, dos laços familiares, das práticas coletivas de lazer que se realizam no contexto dos espaços onde os sujeitos jovens vivem.

7.6 O consumo de bebidas alcoólicas e o uso de drogas ilícitas dentro dos assentamentos

Segundo Marlatt (2011), as bebidas alcoólicas estão presentes na vida humana desde os primórdios da civilização. Essa mesma autora destaca que atualmente a produção de bebidas alcoólicas obedece à lógica do capitalismo globalizado em tempos de política neoliberal, comandada pelas grandes corporações, que querem comercializar seus produtos sem respeitar as fronteiras nacionais em diversas dimensões. Nesse sentido, a produção e distribuição de bebidas alcoólicas têm se dado quase que sem controle.

Quanto ao consumo delas no Brasil, segundo dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, trazidos na coletânea Retratos da Juventude Brasileira, organizada por Abramo e

Branco (2011), 61% dos rapazes e 44% das moças de 15 a 24 anos, jovens, costumam tomar bebida alcoólica.

No que se refere ao uso de drogas ilícitas, Marlatt (2011) coloca que no Brasil tem aumentado consideravelmente nos últimos tempos, embora, comparado com o cenário internacional, esse crescimento seja menor. Os dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira apontam que 14% dos rapazes e 6% das moças de 15 a 24 anos já experimentaram a maconha (ABRAMO e BRANCO, 2011).

É importante registrar a relevância do referido estudo no avanço da compreensão da complexa realidade em que vivem os/as jovens brasileiros/as. Ao mesmo tempo, os dados dessa pesquisa servem de referências para o debate de possíveis soluções para os problemas enfrentados pela juventude nas suas múltiplas dimensões. Todavia, diversos autores, como Pais (1990); Novaes (2006) vêm pautando a existência de várias juventudes.

Por conseguinte, Pais destaca:

Os jovens sejam estudados a partir de seus contextos vivenciais, quotidianos – porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência de pensamento, de percepção e acção (PAIS, 1990, p.56).

Nesse sentido, a intenção aqui é trazer o olhar dos/das jovens sobre suas vivências, suas relações com as bebidas alcoólicas e com as drogas ilícitas. Assim sendo, interroguei-os/as, nos grupos focais, acerca da possibilidade de me falar, sobre o consumo dessas substâncias. A princípio, senti que ficaram um pouco assustados/as, trocaram olhares, sorriram e logo começaram a falar. Vejam-se alguns trechos das elaborações dos/das jovens nos grupos focais.

Bebida alcoólica aqui tem, em relação aos jovens não tem problema com álcool não (JM11AN).

Tem mais com adulto (JM13AN).

Aqui não pode não, é proibido (JM16AN).

Os jovens bebem, eles trazem de fora, mas eles bebem dia de domingo (**JH4AN**).

Tem um bocado viciado na cachaça aí. Tem um irmão meu mesmo ali, tá perdido, dando trabalho pra gente (**JH1AM**).

O povo quase não trabalha se for beber. Antes aqui tinha um bar, mas o povo quase não tava indo na roça, foi obrigado tirar (**JH1AM**).

Tem muitos aí que bebem, eles não têm acesso aqui dentro, mas tem pai aí que compra (**JM20AN**).

Os/as jovens assumem que existe a presença de bebida alcoólica dentro do assentamento e, ao mesmo tempo, demonstram consciência de que a sua venda é proibida pelo Estatuto do Assentamento. Atestam que aqueles (pais) que têm o hábito de beber com frequência recorrem à compra de bebida no comércio fora da comunidade, geralmente nos finais de semana ou dia de feira, trazendo-a para guardar em suas casas e, conseqüente, bebendo aos poucos no decorrer da semana.

Chamam a atenção, em seus relatos para o fato, que o problema com bebidas alcoólicas é mais com os pais do que com os jovens, ressaltando que existem pais que bebem todos os dias e, que os jovens bebem de vez em quando, mais quando vão a festas, apesar de um jovem afirmar que já “tem um bocado viciado na cachaça”. Em relação às moças, os dados indicam que muitas delas não consomem bebida alcoólica, para as que consomem, é algo eventual, quando vão a uma festa, coisa que, segundo elas, é uma raridade.

Sobre a questão do uso de drogas, as respostas caminharam em duas direções: aqueles/as que afirmaram que não existem drogas dentro do assentamento, nem nunca ouviram comentários; por outro lado, jovens que disseram que já ouviram muitos comentários, mas nunca viram ninguém do assentamento usando-as.

Caso de droga ainda não apareceu aqui não (**JM11AN**).

Agora drogas aqui não têm não (**JM16AN**).

As pessoas falam que tem droga aqui, mas pra ver assim e afirmar que tem, não, mas comentar sempre comenta, eles falam: alguém tá fumando (**JM6AM**).

Sobre as drogas, eu já ouvi comentários, pra ver mesmo não, comentários já saiu muito (**JM9AM**).

Também já ouvi comentários (**JM10AM**).

A totalidade das respostas dos/das jovens referentes à questão do consumo de bebidas alcoólicas e de drogas ilícitas exprime uma visão de inadmissibilidade dos próprios jovens em relação ao consumo dessas substâncias. É válido salientar que, em relação à bebida alcoólica, apesar de os/as jovens rejeitarem o consumo exagerado acusando, que atrapalha o convívio em família e, numa dimensão mais ampliada, em comunidade, muitos dos/das jovens confirmaram que bebem, mas esporadicamente.

É importante chamar a atenção para a relação dos/das jovens pesquisados/as com as bebidas alcoólicas e com as drogas ilícitas. Nas declarações deles/as transparece uma tendência à não abertura para o consumo dessas substâncias e, ao mesmo tempo, demonstram uma consciência dos valores e comportamentos tradicionais que foram rompidos, sobretudo nas grandes cidades onde o acesso a essas substâncias é mais fácil. Entretanto, temos presenciado, constantemente, a chegada das drogas no meio rural brasileiro, sobretudo onde há a presença de trabalho pesado, como nas fazendas de cana-de-açúcar. Andrade (2003) em sua pesquisa de mestrado sobre o consumo de *crack* por trabalhadores no corte de cana em São Paulo, aponta que muitas das pessoas que estão executando trabalho dessa natureza são trabalhadores que foram expulsos e expropriados de suas terras, de seus instrumentos de trabalho e de sua produção. Então, diante da crença de que a droga vai lhes proporcionar força física e, conseqüentemente, aumentar a sua produtividade, muitos trabalhadores acabam usando-a.

Sendo assim, o campo não está imune a esse tipo de experiência e vivência em relação ao consumo dessas substâncias ilícitas, que por algum tempo eram coisas de cidade grande. Isso remete, no caso especial dos/das jovens dos assentamentos pesquisados, a uma atenção não só por parte da comunidade, como também dos gestores públicos na criação de estratégias/ações que possibilitem a criação de hábitos e atitudes mais saudáveis para os/as jovens.

7.6 Denúncias de jovens de assentamentos rurais

Procurei saber dos/das jovens nos grupos focais se eles/as sentem falta de alguma coisa dentro do assentamento; o que eles/as gostariam que houvesse na comunidade, que consideram importante para a vida deles/as e das pessoas do lugar de modo geral. Eles/as apontam uma série de ausências, as quais, no processo de análise, foram agrupadas da seguinte forma:

Quadro 11 – O que falta aos assentamentos na perspectiva dos/das jovens

Educação	Saúde	Diversão/esporte	Religião
<ul style="list-style-type: none"> ● Cursos: pintura, costura, informática; ● Computadores com internet; ● Uma escola de nível médio/profissionalizante. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Um posto de saúde; ● Palestras com médicos e enfermeiros (saúde preventiva). 	<ul style="list-style-type: none"> ● Uma baladinha/festas; ● Praça organizada; ● Área de lazer; ● Quadra poliesportiva. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Construir igrejas. ● Formação de grupo de jovens.

Fonte: Elaborado com dados dos grupos focais.

Os/as jovens ao se expressarem sobre as oportunidades que gostariam de ter dentro dos assentamentos, recuperam momentos anteriores do diálogo estabelecido entre eles/as e o pesquisador, no que se refere à vida cotidiana nos espaços onde vivem. Colocam em evidência questões que também foram pronunciadas por outros interlocutores do estudo, com a família (pai e mãe). Os/as jovens rememoram as ausências, a rotina diária como se quisessem justificar o por que gostariam de acessar determinadas coisas. Eles/as enfatizam veementemente a questão da falta de condições de lazer e diversão, deixam claro que, no interior dos assentamentos a vida é uma rotina, como expõe a jovem **JM11AN**: “Eu reclamo pra meus pais, a gente não difere semana do que é final de semana, não tem diferença alguma, aliás a semana é mais divertido porque a gente vai pra escola, lá a gente zoa um bocado”.

Outra jovem corrobora essa questão, afirmando: “Quando chega sábado e domingo, a gente imagina pra onde a gente vai, chega de segunda a sexta, a gente estuda todo dia, quando chega sábado e domingo, fazer o quê?” (**JH1AM**). Com efeito, o problema da inserção dos/das

jovens nos espaços e tempos de lazer e de cultura é questionável. Os/as jovens figuram suas vivências nesses espaços e tempos de forma inconformada, sentem-se alijados dos seus direitos de cidadãos.

Os/as jovens sugerem que, se tivessem computadores com internet, cursos, quadra poliesportiva, tinha como estudarem e se divertirem nos finais de semana. Reclamam que faltam espaços para a realização de festas, lugares para fazer uma “baladinha”. É como propõe a jovem **JM2AM**: “Em relação à balada que tô falando, não é assim com bebida alcoólica, é um lugar dançante, pra quando chegar final de semana a gente saber pra onde ir. Se divertir, não beber”.

Em relação à questão da saúde, os/as jovens enfatizaram a necessidade de um posto de saúde dentro dos assentamentos, onde fosse possível fazerem exames e outros procedimentos básicos. Advertem que às vezes as pessoas se deslocam até a sede do município para fazerem exames e muitas vezes, quando chegam lá, não encontram mais fichas, tendo que voltar sem fazer os procedimentos de que necessitam. Os/as jovens demonstram consciência da necessidade e importância dos serviços de saúde preventiva, chamam a atenção para o fato de que muitos jovens adquirem doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce por falta de orientação.

É válido sublinhar que o momento dessa questão nos grupos focais foi nutrido por um sentimento de desabafo sobre a realidade vivida pelos/as jovens. Os/as jovens de modo geral demonstraram indignação em relação à maneira como eles/as são tratados pelo poder público. Ao referirem-se às ações governamentais direcionadas à juventude do campo, sublinham as jovens **JM16AN**: “Vixe, eles nem olham pra cá, eles nem repara ninguém aqui, só lá pra cidade”.

Praticamente, aqui não tem nada. Deveria ter um local pra gente fazer uma festa, reunir com os amigos, é só de ano em ano, a gente fica aqui tipo excluído, não tem nada, só tem a igreja mesmo, não vem nada pra escola pra gente participar de um curso, a gente fica igual os velhos, só fica excluído, só em casa, a única diferença é só quando a gente vai pro Julião (**JM6AM**).

As falas das jovens expõem uma situação de exclusão vivida pelos/as jovens no meio rural brasileiro, sinalizando aspectos relevantes em que a negação de direitos é fato consumado no lugar onde vivem. O significado disso são as desiguais possibilidades de condições de acesso

a determinados bens e consumo “disponíveis” na sociedade capitalista. Entretanto, reafirmo que sociedades desiguais produzem juventudes desiguais, com limitações no processo de experimentação da condição juvenil. O que se coloca em relevo aqui é a necessidade da garantia do direito de igualdade a todos os indivíduos, independentemente do lugar onde moram, da etnia, da classe social, do sexo. Destaca-se a importância da materialidade do que está posto legalmente no âmbito do direito. “Trata-se de uma referência de cidadania que visa garantir a todas as pessoas condições objetivas de fruição de bens naturais, sociais e culturais, frutos da produção coletiva, mas que se encontram distribuídos de forma muito desigual” (LEITE; NUNES, 2007, p.197).

Contextualizando tudo o que foi dito, o Estatuto da Juventude Lei nº 12.852/2013 versa em seu artigo 17, que “o jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades”. Todavia, a fala de um jovem interlocutor da pesquisa é ilustrativa de como isso ainda está distante de sua realidade e reafirma o que outros/as jovens disseram. “As políticas públicas de juventude, a gente vê no papel, mas chegar aqui mesmo não chega não, às vezes a gente não corre atrás” (JH3AM). Nesse sentido, há uma conflitualidade entre o que se tem garantido constitucionalmente e o que se materializa na realidade dos sujeitos do campo.

A opinião dos/das jovens converge para o ponto de vista das famílias no que se refere às políticas públicas destinadas à juventude que não chegam aos assentamentos rurais onde vivem. Os/as jovens comungam também do entendimento dos pais de que não podem ficar só esperando que as coisas venham fáceis para os assentamentos, que é preciso correr atrás, serem protagonistas das possibilidades de acessar aquilo que lhes é de direito, como se pode depreender da narrativa seguinte de uma jovem interlocutora da pesquisa:

Falta oportunidade, mais oportunidade pra gente mostrar que somos filhos de assentados, mas não somos burro não, né, porque nossos pais são assentados, eles só estão trabalhando num pedaço de terra que tava sem utilidade nenhuma, mas isso não significa que a gente é burro ou quer morrer na roça; se tivéssemos oportunidade de mostrar que a gente também sabe, acho que ia haver um avanço, poderia até trazer progresso, acho que traria (JM9AM).

Na fala da jovem evidencia-se uma confiança no potencial dos/das jovens filhos/as de assentados, transmitindo a ideia de que o que lhes falta são oportunidades para mostrar que

são capazes de protagonizar ações que possivelmente trariam benefícios para a comunidade. A jovem expressa o sentimento de que, apesar do lugar onde estão e como chegaram a esse lugar, eles/as são capazes de aprender, quando ela diz: “somos filhos de assentados, mas não somos burros”. Por outro lado, reafirma a identidade assentados como sujeitos produtores de sua história.

Os significados atribuídos pelos/as jovens às suas vivências gestadas cotidianamente na dimensão individual e coletiva, trocando e compartilhando experiências, conflitos, tensões e projetando-se no futuro, nos mostram a complexidade do modo ser jovem de assentamentos rurais. As autorrepresentações sobre a condição de vida nos espaços onde estão inseridos contribuíram significativamente para compreender como os/as jovens se constituem como seres sociais no contexto estudado.

Nesse sentido, é importante ressaltar a necessidade da participação juvenil na vida social da comunidade, no enfrentamento às contradições, às dificuldades, protagonizando as possíveis alternativas para as soluções dos problemas que a comunidade enfrenta. Isso implica criar espaços e tempos de reflexão sobre a realidade, solicitando e valorizando a participação juvenil de modo que os/as jovens se sintam parte da história da comunidade e, conseqüentemente, da sua própria história. É preciso que desde as pessoas da comunidade ao poder público, em todas as esferas, os/as compreendam como sujeitos de direitos e os/as incluam nos processos de construção da sociedade, de modo que eles/as não sejam apenas demandantes de soluções, condenados à espera de assistência, mas sujeitos em movimento e conscientes de seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] O inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento (FREIRE, 1996, p.55).

A inconclusão do indivíduo “que se reconhece a si mesmo, implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca” (FREIRE, 1996, p.61). Nesse sentido, a minha perspectiva, nesta tese, movida pela curiosidade epistemológica que me inseriu na busca da construção do conhecimento, propôs uma discussão sobre a reprodução social e a constituição dos/das jovens de assentamentos rurais de Reforma Agrária como seres sociais por meio de uma abordagem dialética baseada numa lógica de conexão múltipla entre os eixos da pesquisa: Reforma Agrária, Educação do Campo e Projeto Camponês; Constituição social do ser jovem do ponto de vista da família camponesa; e Constituição social do ser jovem do ponto de vista da autorrepresentação dos/das jovens.

A partir dos eixos acima, delineei o **problema de pesquisa**, que, por sua vez, merece aqui, ser novamente explicitado: Como os/as jovens de assentamentos rurais se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados da Reforma Agrária no contexto da sociedade capitalista em processo de expansão no campo? Como **objetivo geral**, busquei compreender a constituição social do ser jovem no contexto da Reforma Agrária.

Olhar para os/as jovens de assentamentos rurais a partir do ponto de vista de várias instituições – poder público, escola, sindicato, família e dos próprios sujeitos jovens - permite configurar uma realidade social em múltiplas dimensões. Compreender como esses/as jovens se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados da Reforma Agrária, num contexto marcado por contradições, foi um desafio que me propus, tendo em vista que o campo empírico que escolhi, em sua gênese, é contraditório e mantém especificidades que necessitam ser articuladas.

Assim sendo, defendo que estudar os/as jovens de assentamentos rurais de Reforma Agrária, a partir de olhares de outros sujeitos e deles próprios, implica entender e compreender as contradições que demarcam os espaços e os tempos vivenciados pelos sujeitos jovens. Este

estudo despertou um olhar atento para as especificidades deles dentro de um contexto em que as subjetividades têm as marcas das condições objetivas e subjetivas em que vivem os sujeitos jovens desta pesquisa.

A imersão que fiz na realidade social e nas várias vozes dos/das interlocutores/as da investigação, em diálogo com as teorias que sustentaram o debate construído nesta tese, permeou diversas sendas das subjetividades dos/das jovens, o que possibilitou aflorar particularidades concernentes ao modo de ser jovem e, conseqüentemente, às suas elaborações identitárias. Assim, seguindo uma lógica de síntese, trago na sequência as principais conclusões dos capítulos desta tese.

É importante nesta linha de chegada, retomar as questões refletidas nesta tese no sentido de organizar as constatações da pesquisa. Inicialmente, no primeiro capítulo, as discussões moveram-se na direção de contextualizar a questão agrária brasileira frente à disputa de projetos sociais que se confrontam historicamente no país, centralizando-se no debate sobre a luta pelo acesso à terra e pelo seu uso no território baiano, sobretudo na microrregião de Guanambi, e sobre a maneira como a luta pela Educação do Campo tem se territorializado no Estado da Bahia. Nesse processo, constata-se que, apesar de várias conquistas do Movimento da Educação do Campo no território baiano, como foi mencionados no primeiro capítulo desta tese, as quais abrangem todos os níveis de escolarização, na microrregião Guanambi, a Educação do Campo ainda não tem deixado marcas significativas, sobretudo no que se refere ao debate contra-hegemônico de projeto de campo, de educação e de nação.

A pesquisa aponta a incipiência da discussão da Educação do Campo na região em que o estudo foi realizado e que a universidade pública como produtora de conhecimento e formadora de intelectuais não tem atendido às demandas das escolas do campo no que se refere à formação dos educadores, seja ela inicial ou continuada, na perspectiva de uma ação social e política que se contraponha ao modelo dominante de produção de conhecimento e de desenvolvimento da sociedade.

Desse modo, compreendo que a universidade ainda está amarrada às “cordas” do pensamento burguês e movida pela racionalidade do capital. Portanto, necessita se (des)hegemonizar para tornar-se um espaço de produção de “conhecimento prudente para uma vida decente”

(SANTOS, 2002b, p.74). Dessa forma, o que a universidade está a enfrentar é o desafio de criar estratégias que contribuam para territorializar as conquistas dos movimentos e organizações sociais do campo em torno da Educação do Campo.

No II capítulo aponto, na discussão do campesinato brasileiro, os dois paradigmas de análise da questão agrária: o **Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário**, entendendo o campesinato brasileiro como modo de produção não capitalista que tem a sobrevivência familiar como premissa principal da produção, e que, na sua práxis social, o seu modo de produzir e de viver se comporta como classe nos confrontos econômicos, políticos e ideológicos contra a dominação hegemônica do capital, hoje, representada pelo agronegócio, que na sua forma avançada tem procurado sufocar e descaracterizar o modo de produção camponês e nesse processo acaba por empurrar o pequeno trabalhador rural para fora da agricultura camponesa e, muitas vezes, da sua própria terra.

Os adeptos do Paradigma do Capitalismo Agrário têm defendido argumentos que vão de encontro ao modo de produção camponês e à possibilidade de uma Reforma Agrária ampla e massiva, como propõem os movimentos sociais que defendem a democratização da terra em todo o território brasileiro. Autores como Fernandes (2008a e b); Sauer (2010) têm enfatizado que o modelo de Reforma Agrária de mercado tem destituído de sentido a luta dos povos do campo. A Reforma Agrária como tem acontecido no Brasil se dar de forma conservadora (CARTER, 2010), portanto não atende as necessidades dos trabalhadores, impactando de forma insatisfatória a estrutura fundiária do país.

Nesse sentido, compreendo a necessidade de continuar o debate sobre a questão agrária, certo de que as políticas públicas de mercado não resolvem os problemas da questão agrária da nação. Assim sendo, é preciso elaborar políticas públicas que avancem na construção de um modelo contra-hegemônico de nação, em que a terra seja democratizada e que sua produção seja voltada para as necessidades alimentares do povo. No entendimento de Sampaio (2013), a Reforma Agrária ampla e massiva é uma forma de destituir o poder das forças que comandam o campo brasileiro.

Nesse contexto, aponto nesta tese, a partir de Fernandes (2007), a **Resistência** como o paradigma que se coloca na contra-hegemonia ao capital, pautando um projeto que supere aquele implantado pela dominação hegemônica do modo de produção capitalista. Isso significa que os valores hegemônicos no mundo capitalista estão sendo contestados e que a suposta desagregação do campesinato vem sendo negada por aqueles que acreditam em uma civilização mais humana e democrática.

A reflexão tecida no III capítulo desta tese demonstra as diversas concepções e abordagens que conformam a categoria analítica juventude e que, não é possível compreendê-la a partir de critérios universalistas, mas como uma construção social (WEISHEIMER, 2009); (PAIS, 2006); (NOVAES, 2006), com especificidades e singularidades demarcadas pelas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Consequentemente, a juventude necessita-se de políticas públicas específicas que atendam às singularidades do ser jovem.

Autores como Cardoso e Sampaio (1995); Carneiro (1998, 2007); Pais (1990, 2006); Brumer (2007); Weisheimer (2009), dentre outros, sublinham a dificuldade de conceituar juventude, demarcando as imprecisões que se apresentam sobre essa categoria e, quando ela é articulada com o conceito rural, ampliam-se tais imprecisões. Daí o desafio de se olhar para os/as jovens de assentamentos rurais considerando as condições juvenis e os diferentes modos de ser jovens. Esse olhar foi sendo construído no caminhar metodológico do pesquisador ao me inserir nos espaços da investigação e como estes foram se revelando dialeticamente para o pesquisador, processo descrito no IV capítulo deste trabalho.

No capítulo V, aponto, por meio da análise dos dados coletados, a invisibilidade dos/das jovens dos assentamentos rurais nas ações do poder público municipal (Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura e de Ação Social). Essa invisibilidade é confirmada tanto pela família quanto pelos próprios jovens sujeitos da investigação. Tal questão faz aflorar uma contradição quando é analisada em relação ao que está posto no concernente à garantia de direitos aos camponeses, em especial aos sujeitos jovens. Isso permite afirmar que a juventude, no contexto pesquisado, não é vista como tempo de direito. As ações dos governos municipal, estadual e federal voltadas para a juventude não conseguem contemplar os/as jovens desses espaços como sujeitos de direitos, o que gera um sentimento de abandono por parte deles/as e, por outro lado, eles/as sentem-se na obrigação de buscarem outras

oportunidades fora das suas comunidades, seja no campo ou na cidade, ora relacionadas ao trabalho/estudo, ora só ao trabalho. Isso indica um distanciamento dos/das jovens em relação ao trabalho camponês, gerando uma crise do campesinato no ciclo longo, pois muitos jovens saem do campo e não retornam ao lugar de origem.

A invisibilidade dos/das jovens aparece também na organização do currículo da escola. Os dados da pesquisa sugerem que a escola do município onde os/as jovens dos assentamentos rurais estudam ainda os/as visualiza a partir da visão hegemônica de educação em que o currículo é pensado na lógica da cidade. Isso significa que a escola do meio rural não tem sua proposta vinculada à cultura que se produz por meio das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra, tampouco, vinculada a uma proposta de desenvolvimento que supere a dicotomia rural-urbano.

Fernandes, Cerioli e Caldart (2004) sugerem que a escola do campo deve caminhar na direção da concepção de desenvolvimento defendida pelo Movimento da Educação do Campo, que, por sua vez, busca a construção de um projeto educativo contextualizado com as questões da realidade social dos sujeitos da escola sem desmerecer as grandes questões globais. Portanto é necessário se ter clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, *Ibid.*).

Outra questão que se constata com o presente estudo diz respeito à compreensão do sindicato (FETAG/GUANAMBI) em relação aos sujeitos jovens analisados. O sindicato reconhece que, apesar de ainda não ter conseguido desenvolver ações focalizadas nos/nas jovens, é necessário que a formação destes/as seja voltada para trabalhar na realidade do campo e que os/as jovens tenham condição de escolher o lugar para desenvolver seus projetos de futuro. Tecendo uma relação com essa questão, o assessor da FETAG compreende que a Reforma Agrária de mercado acaba por forçar os/as jovens a saírem do campo em busca de trabalho na cidade ou no agronegócio em virtude das condições materiais em que colocam os assentados frente à contração da dívida com a compra da terra. Frigotto (2004) chama a atenção para o fato de que não é suficiente apenas ter o acesso à terra, é necessário que o Estado crie políticas públicas que permitam aos assentados ter uma vida digna no campo, que o camponês possa garantir a reprodução social da família nos ciclos curto e longo.

A questão seguinte a ser pontuada diz respeito às representações das instituições públicas e do sindicato sobre os/as jovens dos assentamentos rurais de Reforma Agrária analisados. O poder público e o sindicato figuram os/as jovens como atraídos pela cidade, que querem ser iguais aos/às da cidade. Mas, por outro lado, os vê como jovens que fazem parte de uma luta pela garantia de direitos sociais. Já a escola os/as representa como aqueles/as que têm projetos de futuro para além do campo e que encaram a educação como estratégia para sair do meio rural. No tangente à atuação dos/das jovens no universo escolar, são vistos como reivindicadores dos seus direitos e, contraditoriamente, opressores.

As relações sociais que conferem sentido e especificidades aos jovens camponeses estão fundamentadas na posição ocupada por eles/as nos espaços onde vivem e nas relações objetivas e subjetivas de trabalho, de estudo, de socialização. Os/as jovens são membros de uma unidade doméstica que atua como unidade de produção. Além disso, as estratégias de elaboração dos seus projetos de futuro/vida são demarcadas e às vezes impostas pelas condições objetivas e subjetivas do contexto social. Esse contexto carrega as marcas da ausência do Estado revelada pelas diversas vozes ouvidas no processo de coleta de dados. A inoperância do Estado acaba por expulsar jovens e às vezes pais de família do seu lugar de origem. No caso especial dos/das jovens, são obrigados a se projetarem em lugares que não estavam em seus sonhos. Compreendo tudo isso como resultado de uma sociedade capitalista excludente que obriga as pessoas a tomarem certas decisões que às vezes não gostariam de tomar; não são, portanto, donas de seus próprios desejos, como foi relatado por uma jovem ao dizer que não era preferência dela deixar o campo, mas tinha que o abandonar, frente à falta de perspectiva de futuro/vida no campo.

No capítulo VI da pesquisa indico que, para a família dos/das jovens interlocutores/as, o estudo é figurado como uma possibilidade de os/as filhos/as acessarem empregos no campo ou na cidade que proporcionem melhor qualidade de vida em relação aos pais. As famílias compreendem que a escola deve proporcionar conhecimento aos/às jovens para que eles/as possam usar como ferramenta na melhoria da produção das unidades familiares camponesas. Entretanto, as famílias reconhecem que a escola do meio rural onde vivem não atende às demandas da realidade social dos camponeses, tornando-a estranha e distante da vida concreta dos sujeitos do campo.

Outra questão apontada pelo estudo se refere à insatisfação da família em relação à saída dos jovens da unidade familiar para o trabalho nas fazendas do agronegócio, principalmente para as plantações de cana-de-açúcar, soja, café, laranja. O estudo aponta que, a partir do ponto de vista da família, os jovens dos assentamentos pesquisados pouco investem o dinheiro que ganham nas fazendas do agronegócio na reprodução social da unidade camponesa, usando-o para comprar bens de uso pessoal. A família figura a saída dos/das jovens das unidades familiares de forma positiva quando é relacionada ao estudo.

Em se tratando das estratégias de reprodução social da família, a pesquisa indica que a produção das famílias dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança define-se pela presença da força de trabalho familiar em unidades não capitalistas e em unidades capitalistas, mas com a finalidade de garantir o sustento de seus membros dentro da própria propriedade. Foi percebido, por meio das entrevistas com as famílias dos/das jovens e conversas informais com moradores dos assentamentos *lócus* da pesquisa, que algumas famílias demonstraram estar desacreditadas do trabalho no contexto dos assentamentos, frente às condições objetivas de produção, o que tem gerado a saída de pais de família a buscarem trabalho nas fazendas do agronegócio. Isso, do ponto de vista das famílias que garantem a manutenção da sua família com a produção retirada da terra, conquistada pela luta social, é uma contradição aos princípios da luta por Reforma Agrária.

Para as famílias dos/dos jovens, o futuro da unidade familiar (o lote) é algo incerto. Os/as jovens não têm demonstrado interesse em continuar com o trabalho agropecuário. Sugerem que a falta de perspectiva, o tamanho do lote são fatores que indicam uma crise no processo de reprodução social das unidades produtivas das famílias assentadas. Fatores que aparecem também em outros estudos como os de Weisheimer, (2009); Carneiro, (1998); Abramovay et al. (1998). Mas, o estudo aponta também que a sucessão da unidade familiar depende de como a família se prepara para transferir a relação de poder e de gestão da unidade familiar. Isso significa que as respostas encontradas na pesquisa não são homogêneas, há divergências de posicionamentos e compreensões, o que traduz a complexidade do fenômeno empírico.

No que se refere às projeções da família em relação ao futuro dos/das jovens, o estudo demonstra quatro compreensões: que os/as jovens devem estudar para sair do campo, pois este não tem futuro para eles/as; que os/as jovens devem procurar trabalho em outros lugares e

fora da atividade agrícola; os/as jovens devem terminar o ensino médio e arrumar um emprego perto da família; e uma quarta compreensão: de que os/as jovens devem sair para estudar e voltar para viver no campo no sentido de melhorar a vida das famílias assentadas. É desejo de algumas famílias pesquisadas que os/as filhos estudem para investir nas atividades produtivas no contexto da unidade familiar.

Ainda fazendo relação com a questão anterior, a presente investigação indica que, para um grupo de famílias, é possível, sim, viver no e do campo, demonstrando uma relação afetiva com a terra. Aponta também que as famílias não têm desenvolvido nenhuma ação estratégica de reprodução social pensada em incentivar os/as jovens a continuarem com o trabalho na unidade familiar. Isso remete para a necessidade de um repensar sobre as estratégias de reprodução social da família nos espaços da pesquisa. Soma-se a essa questão a necessidade de uma atenção maior por parte do governo no que se refere ao incentivo à produção camponesa, pois, segundo Fernandes (2013)⁵⁶ os créditos para a agricultura têm sido numa média de 86% para o agronegócio e de 14% para a agricultura camponesa. Isso é contraditório se observarmos que o valor bruto da produção, no que se refere à produção de comida da agricultura camponesa chega a 70% e do agronegócio 30%. Por outro lado, faltam políticas públicas de juventude que possam estimular os/as jovens a permanecerem no campo e viverem do trabalho camponês e terem o direito de escolher onde querem viver.

No capítulo VII os/as jovens falam de si. Desse modo, reportando ao estudo que ora se realiza, ser jovens de assentamentos rurais de Reforma Agrária é serem iguais a quaisquer outros/as jovens e, ao mesmo tempo, serem diferentes deles/as. Entretanto, as autorrepresentações dos/das interlocutores/as jovens indicam que ser jovem nesses espaços apresenta verossimilhanças ao ser velho, é não ter muitas opções quanto ao que fazer no contexto dos assentamentos; é carregar os estigmas submetidos ao lugar onde vivem e à identidade sem terra, conseqüentemente, à condição social e simbólica vivida pelos/as jovens. Contraditoriamente, é também poder vivenciar experiências sociais de trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, nutrir-se de um sentimento de esperança em relação à terra como lugar de produção e de vida.

⁵⁶ Palestra proferida no II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação Especial no campo da Educação do Campo: conteúdo e método. Período de realização 15 a 18 de outubro de 2013. Dados apresentados a partir do IBGE/2010.

Nesse processo de luta diária, as famílias, com a “ajuda” dos/das jovens, cuidam da terra, sobrevivem dela, mesmo com toda a ausência do Estado no processo de fomentação das condições básicas de trabalho no campo. O camponês vai resistindo na terra, afirmando-se na luta pela permanência e sobrevivência na e da terra. Todavia, para os/as jovens pesquisados/as, isso se traduz numa grande tensão entre ficar ou ir para o trabalho no agronegócio ou na cidade grande.

No aspecto da escola, constata-se que os/as jovens, a figuram como local privilegiado de acesso ao conhecimento sistematizado, embora evidenciem a insatisfação em relação ao modelo de escola capitalista, pelo seu serviço prestado à população do campo. Na opinião dos/das jovens, esse modelo de escola não reconhece os saberes deles/as no processo pedagógico. Numa outra posição encontram-se os/as jovens que fizeram o curso Técnico em Agropecuária pelo PRONERA. Estes/as disseram que a realidade social era trabalhada pela escola, que havia uma sincronia entre teoria e prática.

Entretanto, na ótica dos/das jovens, a escola não tem contribuído de forma efetiva para a elaboração dos seus projetos de futuro/vida. As suas escolhas para o futuro não têm relação com o que estudam ou estudaram na escola, exceto no curso do PRONERA. Um fato importante trazido pelos/as jovens que fizeram o Técnico em Agropecuária é que o conhecimento adquirido no sistema orgânico não tem espaço na produção do agronegócio. Isso significa que o capitalismo nega o campesinato, ou seja, são dois modelos distintos de produção que seguem leis diferentes do desenvolvimento das forças produtivas: um, que valoriza a vida, as culturas do campo, a natureza, as relações sustentáveis de produção; e o outro, que tem como centralidade o lucro, a produção de *comodities* para exportação (CARVALHO, 2012).

No que se refere às projeções de futuro das famílias para os/as filhos/as, elas convergem para as preferências dos/das jovens em relação ao morar no campo ou na cidade. A pesquisa indica uma preferência dos/das jovens em morar no campo, mas também aponta dificuldades em se viver nesse espaço. Eles/as querem sair por um tempo para estudar e trabalhar para ajudar a família, sem abandonar o campo. Isso significa que, apesar das condições materiais e subjetivas em que vivem, existe um grupo de jovens que internaliza o trabalho da família e vê a terra à disposição para plantar e retirar o sustento da família. Os/as jovens que pretendem

construir suas vidas na cidade, idealizam a autonomização em relação ao projeto da família, sempre se referendando a estudar e arrumar empregos para ajudar a família no campo. Percebi uma preocupação dos/das jovens em relação às condições de sobrevivência dos pais no futuro, os quais estavam sempre incluídos em seus projetos de futuro/vida.

Como demonstraram em suas falas, os projetos de futuro/vida dos/das jovens caminham em duas perspectivas. Uma, em relação à cidade; e outra, na direção do campo. Na primeira direção vão os/as jovens que escolheram fazer faculdade em áreas que não têm relação com o trabalho agropecuário e nessa busca de autonomia financeira depreciam o trabalho na agricultura, sinalizando um afastamento da identidade camponesa; e, na segunda perspectiva, estão os/as jovens que apresentam uma relação mais afetiva com o trabalho camponês e apontaram cursos que pretendem fazer, os quais têm relação com a vida do homem do campo, com o trabalho agropecuário. E há um terceiro grupo de jovens que ainda não sabe que profissão quer seguir.

A partir do que os/as jovens expressaram sobre seus projetos de futuro/vida, foi perceptível que o ser jovem de assentamento rural de Reforma Agrária é tributário de especificidades e singularidades demarcadas pelas contradições que dinamizam a realidade desses sujeitos jovens. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que os/as jovens querem ser iguais na perspectiva da garantia do direito, mostram sua diferença na forma de pensar, agir e ser jovem de assentamentos rurais. Compartilho do pensamento de Souza (2004) quando ela sugere que são muitos os contratempos que caracterizam as condições juvenis contemporâneas. Apesar de os/as jovens vivenciarem experiências comuns, constituem olhares e visões de mundo a partir do que acreditam e sonham para si.

No concernente às práticas de sociabilidades dos/das jovens, a pesquisa aponta que, o campo de possibilidades (VELHO, 2006) é bastante precarizado e reduzido no contexto dos assentamentos. As relações sociais dos/das jovens se ampliam por meio das interações externas, as quais apresentam limitações provenientes das condições econômicas das famílias. Frente a essa situação, os/as jovens criam, reinventam formas de convivência, de diversão e de lazer nos espaços onde vivem. Nesse contexto, os meios de comunicação como a televisão, o *facebook* entram em cena como canais que permitem o preenchimento do tempo livre dos/das jovens, proporcionando-lhes experimentações e imersão no mundo virtual sem

fronteiras, agregando ao seu modo de vida experiências que ultrapassam os limites geográficos fixos. Assim, no entendimento de Wanderley (2007), não se pode autorizar qualquer tipo de análise que isole a realidade dos/das jovens, pois eles/as estão integrados/as à sociedade mais ampla em que vivem.

Fazendo uma relação com a questão anterior, uma constatação bastante intrigante e que merece ser colocada em evidência diz respeito ao fato de que, ao mesmo tempo em que os/as jovens reclamam que não fazem nada dentro do assentamento, que é um lugar triste, parado, eles/as afirmam que por meio do *facebook* têm feito outras redes de contato, de relações sociais. As meninas, que disseram que usam com mais constância esse canal de comunicação, estão no mundo. Portanto, entendo que essa coisa de não ter o que fazer dentro dos assentamentos pesquisados, referindo-se ao lazer, é algo aparente, pois muitos jovens, principalmente as moças, que se queixaram da monotonia que permeia os assentamentos, mantêm encontros virtuais dentro das possibilidades de acesso à internet. Todavia, um elemento importante a se destacar neste estudo é que os/as jovens, apesar de estarem conectados/as ao mundo, sobretudo as jovens, ainda não despertaram para usar a internet como ferramenta de aquisição de outras possibilidades de desenvolvimento para a comunidade. A internet tem sido apenas um instrumento de diversão e de comunicação pessoal.

O presente estudo aponta constatações que dialogam com achados de outras pesquisas envolvendo jovens do meio rural, sobretudo no concernente aos fatores que influenciam a saída dos/das jovens do campo. Assim sendo, podemos apontar, sinteticamente, algumas questões comuns entre pesquisas realizadas em várias regiões do Brasil (ABRAMOVAY et al. 1998; CARNEIRO, 1998; BRUMER, 2007; WANDERLEY, 2007; WEISHEIMER, 2009, dentre outras) e o estudo ora realizado. Esses pontos vão em duas direções: de um lado estão os fatores de atração (atrativos da vida urbana; opções de trabalho remunerado na cidade; a cidade aparece como uma possibilidade de continuidade do estudo); e do outro lado, os fatores de expulsão (o trabalho na agricultura é pesado, sofrido; falta de alternativas profissionais que garantam no campo oportunidade de emprego e renda, na agricultura ou fora dela; a escola no meio rural não atende aos anseios dos/das jovens, dentre outros).

Segundo Brumer (2007, p.37), “na decisão de migrar provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos da atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação”. Ou seja, os/as jovens comparam suas condições de vida no campo com a vida dos trabalhadores das cidades. Esses fatores têm demarcado os estudos sobre juventude do meio rural, o que caracteriza as condições juvenis no campo brasileiro, reforçando a tese de que as contradições impostas pela sociedade capitalista afastam os/as jovens da identidade camponesa.

No que se refere ao desejo de permanecer no campo, os fatores convergentes entre os estudos e a presente pesquisa são: A cidade é avaliada de forma negativa devido à violência; a vida no campo é positivamente valorizada por uma parcela dos/das jovens, como um lugar tranquilo, sem violência; os vínculos pessoais com o lugar; a qualidade das relações sociais no campo. Entretanto, a pesquisa indica algumas questões que se distanciam dos achados de outros, estudos tais como: diferentemente do que apontam muitas pesquisas, como a de Abramovay et al. (1998), as moças estão incluídas na herança da terra na opinião dos pais pesquisados, isso é uma questão de direitos iguais; alguns rapazes ajudam nos serviços domésticos e os rapazes saem mais que as moças para a cidade em busca de emprego. Todavia, nem sempre isso significa um desejo em querer sair dos assentamentos, mas uma necessidade. Essa necessidade torna-se uma questão de preocupação para os pais, que relataram ter medo da violência da cidade grande, afirmando que o mundo lá fora é perverso.

Desse modo, as trajetórias de vida dos/das jovens do meio rural são plurais, assim como a própria categoria juventude ou juventudes (NOVAES, 2006). Isso “significa reconhecer diversas formas de socializações que são experienciadas pelos grupos de jovens” (FREITAS, 2010, p.107), diversos jeitos de estar no e com o mundo, os quais muitas vezes não foram construídos como algo desejado, mas impostos pelas contradições da realidade capitalista que tem o poder de excluir as pessoas e até expulsá-las do seu lugar de origem, no caso especial os/as jovens do campo.

Assim, as autorrepresentações que caracterizam o modo de vida dos/das jovens de assentamento rural de Reforma Agrária traçam o retrato da heterogeneidade da juventude dos espaços investigados, atravessados de tensões, conflitos, discriminação e contradições impostas por um modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista que tem se expandido

no campo brasileiro, e, por conseguinte, interferido excludentemente na vida dos sujeitos do campo. Isso contribuiu para entender que os/as jovens pesquisados se constituem como seres sociais por meio de dimensões diversificadas, logo não é possível compreendê-los/as apenas por critérios precisos e estáveis demarcados anteriormente. Os/as jovens, diante das condições objetivas e subjetivas em que vivem, constroem suas estratégias de forma peculiar para se situarem nos espaços e tempos existenciais. São jovens movidos pelos seus sonhos, mas também conscientes das incertezas e dificuldades que encontrarão na corrida em busca para concretizá-los.

O olhar dos/das jovens sobre a realidade social em que vivem revela que falta nos assentamentos investir mais na formação dos/das jovens, na saúde, na criação de espaços e tempos de lazer e socialização e também nas questões religiosas. Afirmo que essas questões merecem ser observadas pelos gestores públicos como referenciais para pensar a realidade social dos espaços rurais. Que elas possam servir de indicadores para a construção de um novo olhar sobre a juventude do campo, pois, a partir do que os/as interlocutores/as expressaram sobre o processo de constituição social dos/das jovens de assentamentos rurais, foi perceptível que as trajetórias de vida e os projetos de futuro/vida deles/as são marcados por um processo de exclusão e negação de direitos, aspecto marcante da sociedade capitalista. Desse modo, ratifico mais uma vez a necessidade da reflexão sobre as experiências locais vividas pela juventude na perspectiva de se construir uma racionalidade em oposição à lógica excludente do capital.

É importante registrar, em caráter de síntese que o poder público municipal (secretarias da Educação, da Agricultura e da Ação Social), a escola (direção e coordenação pedagógica), sindicato (FETAG polo Guanambi), associação, família e os/as próprios jovens, de modo geral todos pontuaram que a saída da juventude do meio rural, ou seja, dos assentamentos, tem implicações com as dificuldades enfrentadas pelas suas famílias para manter a sua reprodução social de curto e longo ciclo. Isso significa dizer que esses fatores têm relação com o modelo de Reforma Agrária conservador implementado no território brasileiro, que por sua vez não dá conta de promover e garantir uma vida digna aos camponeses no e do campo, consequentemente, implica a descontinuidade da identidade camponesa da juventude.

Nesse sentido, confirmo a tese deste estudo na qual defendo que os/as jovens se constituem como seres sociais no contexto da Reforma Agrária na base das contradições impostas pela sociedade capitalista que os/as obrigam a construir suas trajetórias de vida e idealizarem perspectivas de futuro/vida que os/as afastem da identidade camponesa em virtude da negação ampliada de direitos aos sujeitos jovens e às famílias camponesas.

Para defender a tese que ora apresento, é necessário ainda reconhecer que os enfrentamentos diários, as disputas por um lugar no espaço e no tempo, os processos de socialização, as relações de trabalho, de estudo e os processos de exclusão social vividos pelos/as jovens dos assentamentos rurais de Reforma Agrária e seus familiares, os quais vão da dimensão trabalho às práticas de lazer nos espaços onde vivem, permitem entendê-los/as como seres plurais. Entretanto, os resultados aqui não são universais, mas de uma realidade específica que não está dada e acabada, mas que em certos aspectos dialogam com outras realidades.

Assim sendo, esta pesquisa poderá contribuir para o debate crítico sobre questões específicas dos/das jovens de assentamentos rurais de Reforma Agrária, como a questão das políticas públicas de juventude e de Educação do Campo. Além disso, servirá como uma construção teórico-empírica que traz o olhar de diferentes sujeitos, e principalmente, dos/das jovens sobre as suas experiências de vida como ela é e, nesse processo, realça a necessidade da garantia do exercício da cidadania a todos os sujeitos jovens do campo e da cidade, reconhecendo as vozes e o protagonismo juvenil nos processos de tomadas de decisões que envolvem a juventude.

Numa dimensão local, o estudo poderá provocar o debate sobre as condições juvenis no contexto dos assentamentos, sobre a reprodução social da família e as perspectivas de futuro/vida dos/das jovens. Além disso, no âmbito da escola, poderá levar a pensar sobre a função social e política dessa instituição e o lugar que a realidade social ocupa no projeto educativo da escola. Nessa mesma direção, os resultados podem subsidiar o sindicato (FETAG polo Guanambi) e o trabalho de formação política dos/das jovens dos assentamentos rurais de Reforma Agrária de modo que possam contribuir com a formação da identidade camponesa da juventude e no fortalecimento da luta social em prol da democratização da terra e da renda no país e da associação no que se refere ao trabalho coletivo no contexto dos assentamentos pesquisados.

Ao chegar nesta fase final, porém transitória do trabalho de investigação, gostaria de explicitar que há uma diferença na constituição da categoria juventude do campo em relação à categoria juventude rural, que historicamente foi marcada por um pensamento hegemônico que a caracteriza de forma discriminatória, constituída de sujeitos atrasados e apáticos. No que se refere à produção acadêmica sobre o tema juventude rural, o que se tem vai muito na ótica negativa articulada à concepção hegemônica de rural.

No que concerne à identidade juventude do campo, existe um movimento no Brasil composto por movimentos diversos - sociais, sindicais, ONGs, pesquisadores militantes -, em prol da garantia de direitos dos sujeitos do campo que têm assumido o debate sobre a identidade da juventude do campo no território brasileiro. Esses sujeitos têm confrontado, dialogado e ajudado o Estado a construir, ainda que inexpressivas, políticas públicas para o campo brasileiro, mas significativas na perspectiva da construção de um modelo contra hegemônico de sociedade, protagonizado, também, pelos sujeitos concretos que lutam por um mundo mais justo e democrático. A categoria Juventude do campo assume particularidades de sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado espaço/tempo histórico.

Os/as jovens que estão nesse movimento - em busca da construção de uma sociedade de oportunidades iguais para todos/as, ao contrário de terem vergonha de serem do campo -, assumem a identidade camponesa como algo positivo. Não podemos negar que existe uma mudança histórica acontecendo em todo país, porquanto, os/as jovens estão se organizando no campo e na cidade. Todavia, a intensidade de organização nos estados, municípios, comunidades locais não é a mesma, mas de acordo com suas possibilidades estão discutindo e ajudando a construir a juventude como tempos de direitos. Nesse sentido, a categoria juventude do campo sai da condição de total invisibilidade para a construção de políticas públicas de juventude do campo, existente na sociedade brasileira, as quais não vieram do Estado, mas da sociedade civil organizada.

É válido ponderar que o tecido de fundo das políticas públicas de juventude tem sido o modelo de desenvolvimento capitalista. Desse modo, no tangente à questão da ausência do Estado no contexto pesquisado, pode-se estabelecer uma relação dessa ausência com a

constituição histórica do coronelismo - atuante no Estado da Bahia⁵⁷ -, o qual reflete, ainda hoje, no modelo de escola que nega as trajetórias dos/das jovens, nas instituições sindicais e na própria universidade que se sustenta na construção de teorias e práticas discrepantes da realidade social. As marcas do coronelismo ultrapassam os tempos históricos e perpassam diversos espaços sociais e políticos.

Reafirmo que o “fim da história” não está dado, existe, na sociedade brasileira um movimento em contraposição à racionalidade do poder hegemônico de desenvolvimento vigente. Nessa perspectiva, a luta por políticas públicas, de juventude do campo, não pode perder de vista a crítica severa à hegemonia do modo capitalista de produção, que expropria e explora a força de trabalho da classe pobre trabalhadora, tampouco o modelo de educação que não visualiza as diferentes trajetórias de vida dos sujeitos.

Nesse processo, a escola do campo e a universidade em sua totalidade precisam assumir seu papel de intelectual orgânico (GRAMSCI, 1982), articulando de forma efetiva, com os movimentos sociais, sindicais, ONGs, que defendem a garantia dos direitos da classe pobre trabalhadora e construam uma educação que tenha condição de refletir sobre o modelo hegemônico de desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como propor novas racionalidades e possibilidades de desenvolvimento diferentes do imposto pelo capital.

Reitero que, em alguns setores de algumas universidades públicas no Brasil, essa articulação já é uma realidade, pois diversos cursos de formação dos sujeitos do campo estão em andamento, conforme mencionado neste trabalho. Assim, existe a possibilidade da reversão das condições materiais e simbólicas em que vive a classe trabalhadora. Há uma tensão, um conflito e um desejo, que em parte já se materializa na perspectiva de uma racionalidade que defende um modo de produção que valoriza a vida humana em suas múltiplas dimensões.

Desse modo, acredito que o movimento contra hegemônico - Por uma Educação do Campo e por um novo projeto de campo e de nação que está acontecendo em nível nacional, inclusive, com a inserção de jovens em movimentos sociais -, é uma possibilidade de construção de um novo cenário social, econômico e político no contexto pesquisado, sobretudo com a posição

⁵⁷ Sobre a história do mandonismo no Estado da Bahia ver o texto de: IVO, Isnara Pereira. Mandonismo e contextos históricos. XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

da universidade, desenvolvendo ações que possam empoderar os sujeitos do campo e contribuir com a produção de subjetividades juvenis que valorizem o campo como espaço possível de se viver, morar e produzir.

A partir dessa racionalidade, proponho os encaminhamentos seguintes, não como um pensamento conclusivo e fechado, são apenas inferências no sentido de fomentar, “esquentar” e aperfeiçoar o debate sobre Reforma Agrária e Educação do Campo, reprodução social da família camponesa e sobre as políticas públicas de juventude na perspectiva da efetivação da garantia de direitos dos sujeitos do campo. Nesse sentido, é necessário:

- Reacender e reafirmar na região pesquisada a luta pela Reforma Agrária baseada num projeto democrático de distribuição de terra e de renda de modo que as famílias possam se manter e permanecer na terra e criar estratégias de produção que incentivem os/as jovens a viverem do trabalho na/da terra.
- Implementar políticas públicas de juventude de modo que possam de fato contemplar as áreas de Reforma Agrária e reconhecer os/as jovens do campo como protagonistas e sujeitos de direitos.
- Implementar o debate sobre a Educação do Campo como um direito dos sujeitos do campo, articulada a um projeto de desenvolvimento econômico, social, político e ecológico para o campo, tendo como sujeitos as próprias pessoas que vivem nas comunidades rurais, visando criar capilaridade sobre essa temática na microrregião de Guanambi.
- Construir parcerias entre sindicato (FETAG), universidade e associação dos assentados no sentido de promover a formação política dos/das jovens dos assentamentos rurais e fomentar o diálogo sobre as questões estruturais que envolvem a vida da juventude camponesa.
- Construir parcerias entre órgãos de formação/assessoria técnica e assentamentos na perspectiva de melhorar a produção da unidade familiar.
- Formar grupos coletivos dentro dos assentamentos: grupo de trabalho coletivo, grupo de jovens, de mulheres, na perspectiva de incentivar as ações coletivas e criar laços e

pertencimentos identitários por meio dos processos de socialização, convivência e de trabalho.

- Investir no trabalho coletivo não só nas áreas comunitárias, mas também nos lotes individuais como alternativa possível de construção das relações sociais de trabalho.
- Organizar atividades culturais internas de modo que os/as jovens em particular construam seus pertencimentos através de seus próprios espaços de compreensão da realidade.
- Implementar partindo da universidade, projetos de formação inicial e continuada para os sujeitos do campo, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em relação ao caminho percorrido durante a investigação, este foi se revelando entre o conhecido e o desconhecido, guiado pelo problema de pesquisa e em companhia dos objetivos estabelecidos. O mergulho na realidade social dos/das jovens subsidiou significativamente o entendimento e a compreensão das diversas nuances que permeiam a vida cotidiana dos/das jovens. Assim, o presente estudo possibilitou um aprendizado importante no campo da pesquisa e para meu amadurecimento intelectual e no aguçamento da sensibilidade para as problemáticas que contornam a categoria juventude. Por outro lado, (re)vivi de perto o cotidiano dos/das jovens e como estes/as constroem suas relações diversas, seja na escola, na família ou entre seus pares, permitindo-me compreender a complexidade do processo de constituição social dos/das jovens no contexto de uma sociedade que não oportuniza acesso igualitário a bens culturais e a viver espaços e tempos que lhes são de direito.

Assim, a imersão nesse universo de investigação trouxe à tona lembranças e sensações vividas no momento da pesquisa de mestrado, a qual também foi realizada em assentamento rural da Reforma Agrária, permitindo-me ressignificá-las e reconceitualizá-las e, ao mesmo tempo, entender o processo excludente que emana da hegemonia dominante que tenta descaracterizar o modo de produzir e de viver camponês, mas também me mostrou outras possibilidades de compreensões, interpretações da realidade social dos sujeitos do campo.

Nessa lógica, o estudo permitiu ampliar meu olhar sobre a luta social por garantia de direitos, numa dimensão ampliada, aos sujeitos de direitos. Ao mesmo tempo, o aprofundamento da

formação como pesquisador fortalecerá e redimensionará minha atuação docente no âmbito da universidade, na articulação do ensino-pesquisa-extensão, numa perspectiva social e política. Além disso, possibilitou-me perceber a necessidade de se criar e estreitar laços entre universidade, sindicatos, movimentos sociais e as comunidades rurais da região pesquisada no sentido de desenvolver um debate profícuo sobre o modelo de desenvolvimento de campo, de sociedade e de nação e, principalmente, sobre as políticas públicas específicas de juventude.

O processo do pesquisar reuniu direta ou indiretamente o pensamento e a ação de muitas pessoas no esforço da elaboração de conhecimentos sobre aspectos da realidade dos/das jovens de Reforma Agrária que devem ser úteis para a formulação de propostas e soluções para os problemas que envolvem principalmente os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, o meu desejo é que as minhas ponderações possam provocar reflexões fundamentadas na garantia do exercício da cidadania aos sujeitos do campo, em especial aos/às jovens, e contribuir para fortalecer e legitimar a luta social dos povos do campo.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última Década**, Viña del Mar, CIDPA, mar., 2002.

ABRAMOVAY, Ricardo. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. IPEA (Texto para discussão), n. 702, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf. Acessado em 11/06/2014.

ABRAMO, Helena, Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação – Revista da Anped**, São Paulo: n. 5-6, p.25-36, 1997.

_____. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.) *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. (p.19-39).

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2. Reimpressão, 2011.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). *Campepinato e territórios em disputas*. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008. (p. 303-325).

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v.1. n.1.1, p. 66-83, 1986.

ANDRANDE, Arlete Fonseca de. **Cana e crack: Sintoma ou problema? Um estudo sobre o os trabalhadores no corte de cana e o consumo do crack**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, (Dissertação de mestrado em Psicologia Social), 2003, p.186.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução de José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão de Bernardo Lewgoy. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. **Escola para o trabalho, escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical, Bahia**. Universidade do Estado da Bahia. (Dissertação de mestrado), 2005, p.219.

ARENSBERG, C.M. e KIMBALL, S.T. **Family and community in Ireland**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1968.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. S.A, 1975.

ARROYO, Miguel González. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs). **Por uma Educação Básica do Campo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005. (p.65-86).

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSETO, Maria da Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p.81-109).

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil: breve contextualização e reflexões**. Brasília: 2012. (Texto apresentado no I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas realizado pela SNJ/CONJUVE. (mimeo).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Ed. 70. Lisboa, Portugal: Geográfica Editora, 1979.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antônio. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha; VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo vocabulário político**. Rio de Janeiro: Vozes, v.1, 1992.

BOGDAN, Robert. C.; BIKLEN, Sari. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 2003.

BOGO, Ademar. A educação e a disputa de projetos em nossa agricultura. In: FOERSTE, Erineu; SCHUTZ, Gerda Margit; DUARTE, Laura Maria SCHNEIDER (Orgs.). Projeto político-pedagógico da Educação do Campo – **1º encontro do PRONERA na Região Sudeste**. (Coleção Por uma Educação do Campo v.6), 2008. (p.129-141).

BORGES, Carolina de Campos; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. **Psico**. v. 40, n.1, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Celibater condition paysanne. Em: **Etudes rurales**, 5/6, abril/setembro, 1962. (p.32-109).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivação de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Montiqueria, em Joanópolis, Campinas: Editora da Unicamp, 1999.**

BRASIL. **Resolução nº 11/1990**. Presidência da República.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**, Brasília: 2005.

_____. **Lei da Agricultura Familiar- nº 11. 326 /2006**. Presidência da República.

_____. **Decreto Nº 7.352**, de 04 de novembro de 2010.

_____. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011a.

_____. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010**. CONJUVE/ SNJ, Brasília: 2011b.

_____. LEI Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acessado em: 13/03/2014.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. 2ª. Reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. (p.175-214)

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado na **XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA)**, realizado em Miami, Flórida de 16 a 18 de março de 2000, p.30.

_____. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, Maria José; CASRO, Elisa Guaraná de. (Orgs.) **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Manual X, 2007. (p.35-51).

BRUMER. Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. **Jovens agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Chapecó: Fetraf- Sul/CUT, 2008. (Relatório de pesquisa).

BRUMER. Anita; ROSAS, Eduardo. Nunes; WEISHEIMER, Nilson. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. Trabalho apresentado no **XI Congresso Internacional da International Rural Sociological Association (IRSA)**, realizado no Rio de Janeiro, de 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

BUAINAIN, Antonio Márcio. **Reforma Agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil**. In: BAUINAIN, Antonio Márcio (Coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. (p.17-129).

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Salete. Brasília, DF: **Projeto Popular e escolas do campo**. Articulação

Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n.3. (p.39- 87).

_____. CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: CALDART, Roseli Salete; BENJAMIN, César. **Projeto popular e escola do campo**: por uma educação básica do campo. 2.ed. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo. 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, N.03 (p.41-86).

_____. Elementos para uma construção do projeto político pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (Orgs.). **Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: articulação Nacional Por uma Educação do Campo, v.5, 2004. (p.13-52).

_____. **Educação Profissional na perspectiva da Educação do Campo**: proposições para o debate de concepção. Brasília: 2009. (mimeo)

_____. Educação profissional no contexto das áreas da Reforma Agrária: subsídios para discussão de matrizes político-pedagógicas para os cursos do Pronera. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Azevedo dos. **Memória e História do PRONERA**: contribuições do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: MDA/INCRA, 2011. (p. 70-101).

CAMARANO, Ana Amélia. et al. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? **Revista Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_021j.pdf. Acesso em: 20/12/2012. [s/d, p.53 -66].

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento masculinização n Brasil**: panorama das últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMUS, Albert. In: PAESE, Mylene Wirgues. **Educação no Campo**: discriminação e resistência. Brasília: Líber Livro Editora, 2006 (p.32).

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (Orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

CARDOSO, Ruth e SAMPAIO, Helena Maria Sant`Ana. **Bibliografia sobre a juventude**. (Orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. (p.95-117).

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Feministas**, ano 9, 2001. (p.22-55).

_____. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Orgs.). Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (p.53-78).

_____. **Juventude rural**: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2. Reimpressão, 2011. (p. 243-261).

_____. **Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica**. In: CARNEIRO, M. J. (Coord.). Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012. (p.23-50).

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ). In: CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. São Paulo: Mauad, 2003. (p.88-103)

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. De terra de plantação à terra de lazer. . In: CARNEIRO, M. J. (Coord.). **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012. (p. 67-100).

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Os jovens e a cidade**: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.27-78.

CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **De produtor rural familiar a camponês**: a catarse necessária. 2009. (mimeo).

_____. **Na sombra da imaginação (1)**: reflexão a favor dos camponeses. Curitiba, abril, 2010a. (mimeo).

_____. **Na sombra da imaginação (2)**: a recamponesação no Brasil. Curitiba, maio de 2010b. (mimeo).

_____. **Na sombra da imaginação (3)**: o camponês e a superação de um destino medíocre. Curitiba, 2010c. (mimeo).

_____. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Boletim DATALUTA, maio de 2012.

CASSIN, Marcos. **Trabalho e formação humana**. In: ALVES, Elizabeth Santos; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre; JÚNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti (Orgs.). Interfaces entre história, trabalho e educação. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009, (p.59-73).

CASTRO, Elisa Guaraná. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PGAS/MIN/UFRJ, jul, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná, et al. **Os jovens estão indo embora?** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

_____. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y juventud**, v.7, nº 1, enero/junio, 2009.

_____. **O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude:** contribuições para a reflexão. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virginia de. (orgs.). **Juventude em Pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do campo. In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.437-444.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Souza Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, (Paradidáticos, série cultura).

CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joanildo A. (Org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

CHAMPAGNE, P. **Jeunes Agriculteurs et veux paysans: crise de La sucession et apparition Du troisieme àge**. Em: Actes de La recherche em sciences sociales, 26/27 – mars/avril (p.83-107). Paris: Editions Minuit, 1979.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad camponesa**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (Orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.113-120.

COSTA, Fernando Luiz Martins; RALISCH, Ricardo. Juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **RESR**, Piracicaba – SP, v.51, nº3, 2013. (p.415-432).

CURY, Carlos Jamil, 1945. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Orgs.). **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2.ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanal. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (p.31-60).

DEZ ANOS do Assentamento Marrecas/Malhada, BA. Produção: FETAG Polo de Guanambi e Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Marrecas. Malhada: 2010. DVD (30 min).

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER. Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão popular, 2006, (p.11-31)

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**. V.25, n.02, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Osfs, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira conferência nacional “por uma educação básica do campo” – texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004. (p.19-63)

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil**: 500 anos de luta pela terra. Artigo disponível em: [http://www. Cultura vozes.com BR/revistas/293.html](http://www.Cultura vozes.com BR/revistas/293.html). Acessado em: 10/09/2012. [2001a]

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001b. – (Coleção Questões de nossa época; v.92).

_____. **Delimitação conceitual de campesinato**. (2004). Disponível em: <http://coptec.org.br/biblioteca/Campesinato e Reforma Agrária>. Acessado em 31/10/2012.

_____. **Educação do Campo e Território Camponês no Brasil**. In: SANTOS, Clarice Aparecida. (Org.) Educação do Campo: campo- políticas públicas- educação. Brasília: Incra; MDA, 2007. (p. 39-66).

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Puoular, UNESP. Programa de Pós Graduação em geografia, 2008a, (p.273-301).

_____. **Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BAUAINAIN, Antonio Márcio (Coord.) et al. Luta pela Terra, Reforma Agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008b. (p.173-230).

_____. Acampamento. In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.21-25).

_____. **Movimentos Sociais e Capitalismo no Campo.** Palestra proferida no II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e IV Jornada de Educação Especial no campo da Educação do Campo: conteúdo e método. Período de realização 15 a 18 de outubro de 2013.

FERNANDES, Bernardo Maçano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (Orgs.). **Educação do Campo:** contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. v. 5. 2004. (p.9-12).

FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. A diversidade das formas das lutas no campo. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas. v. II, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (p. 23-31).

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira:** reforma ou revolução. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. “**Juventude rural:** alguns impasses e sua importância para a agricultura”. In: CASTRO, Jorge Abrahão; Aquino, Luseni Maria C; ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009. (p. 243-258).

FLITNER, Andreas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. Tradução. Breno Schuman. In: MARX, K. et al. **Sociologia da juventude:** da Europa de Marx à América Latina de hoje. v.1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (p. 37-68).

FOERSTE, Erineu; SCHUTZ, Gerda Margit; DUARTE, Laura Maria SCHNEIDER (Orgs.). Projeto político-pedagógico da Educação do Campo – **1º encontro do PRONERA na Região Sudeste.** (Coleção Por uma Educação do Campo v.6), 2008.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos N.; TEIXEIRA André P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 113-126).

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - FONEC - (Notas para análise do momento atual da Educação do Campo). Seminário Nacional – BSB, Brasília: 2012.

FORACCHI, Maria Alice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo: Nacional, 1965.

_____. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira, 1972.

FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho. **A escola do trabalho o trabalho da escola.** 3ª.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 22)

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva. 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** 7. Ed. Campinas: Papirus, 2005.

_____. Escola única do trabalho. In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.337-341).

FREITAS, Goretti Maria Sampaio. **Sob o signo da relação:** a mídia e os sentidos culturais dos jovens residentes em assentamentos rurais do MST, PB. Universidade Federal da Paraíba, 2010. (Tese de doutorado), p.206.

FREITAS, Hingryd Inácio de; GERMANI, Guiomar Inez. A atuação dos movimentos sociais de luta pela terra e suas repercussões sócio-espaciais no Litoral Sul do Estado da Bahia. Anais do **X Encontro de Geografia da América Latina.** São Paulo: 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São PAULO: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (p.180- 216).

_____. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e no ensino médio.** 2005.

Disponível em:

<https://www.google.com.br/#q=concep%C3%A7%C3%B5es+e+mudan%C3%A7as+no+mundo+do+trabalho+e+o+ensino+m%C3%A9dio>. Acesso em: 03/03/2014.

_____. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 4.4d. São Paulo: Cortez, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores- excertos.** 2005. Disponível em.

http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839_0%20TRABALHO%20COM%20PRINC%3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf. Acesso. 10/09/2014.

GARCIA, José Carlos. Legitimidade da luta pela terra. In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.458-463).

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Azevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias - estratégias de reprodução social**. v. 2. São Paulo: Brasília, DF: Editora UNESP, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (p. 213-268).

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, (p.64-89).

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos rumos em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Vozes, 1997.

GERARD –B. Martin. Um certo olhar sobre a pesquisa. In: LAVILLE, Chistian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Sentineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: editora UFMG, 1999. (p.278-279).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: 4ª. ed. Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Concepções Dialéticas da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. (p. 238-254).

GURVITCH, Georges. **Dialética e sociologia**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

HAGUETTE, Tereza M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HEREDIA, Beatriz. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZALES, Sabrina (Orgs.). **A teoria Marxista hoje**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, (p.421-430).

IANNI, Otávio. **O jovem radical**. In: MARX, K. et al. Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje. v.1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (p.225-242).

IVO, Isnara Pereira. **Mandonismo e contextos históricos**. XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna.(Orgs.) **Por uma Educação do Campo**. v. 1. 3. Ed. 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LACERDA, Celso de Lisboa; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Introdução. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire dos Santos Azevedo (ORgs.). **Memória e história do PRONERA**: contribuições do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: 2011. (p.21-25).

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual e metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. (p. 157-176).

_____. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária no Brasil na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (p. 103-126).

LEITE, Ana Maria Alexandre; NUNES, Maria Fernanda. Juventudes e inclusão digital: reflexões sobre acesso e uso do computador e da internet pelos jovens. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/SNJ/MEC, 2007. (p.197-226).

LÊNIN, Vladimir Illich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Abril Cultural, Os Economistas, 1982.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005. (p.9-18).

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 9.ed.São Paulo: EPU, 2005.

MALAGODI, Edgard; MARQUES, Roberto. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rido de Janeiro: Mauad X, 2007. (p.197-214).

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. Tradução de Octavio Alves Velho. In: MARX, K. et al. **Sociologia da juventude**: da Europa de Marx à América Latina de hoje. v.1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (p. 69-94).

_____. O problema sociológica das gerações. In: FORACCHINI, Marialice. (Org.). **Mannheim**. Coleção Grandes Cientistas Sociais 25, São Paulo: Ática, 1982. (p.67-95).

MARLATT, Beatriz Carlinni. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2. Reimpressão, 2011. (p.303-321).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. (p.145-158)

_____. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008a (p.49-78).

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, nº 12, p.57-67, jan/jun, 2008b.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O Jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira**. nº 5 (maio a agosto) e nº 6 (setembro a dezembro), 1997.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento**: ruptura ou continuidade? Campinas, SP: Autores Associados; Americana, SP: UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2008. (Coleção educação contemporânea).

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. (p.45-67).

_____. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo sobre a história possível. *Revista Social*. USP, São Paulo: 11 (2), p.97-128. 2000.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Juventude, professores e escola**: possibilidade de encontros. Ijuí: ED. Unijuí, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; LEITE, Sérgio Pereira. Perspectiva para análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. (p. 151-176).

MELLO, Paulo Freire; GOMES, Mário César. **Reforma Agrária na Bahia**: o difícil caminho do desenvolvimento. 2013. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/IgorBulhes/reforma-agrria-nabahia>. Acessado em: 15/09/2014. (p.1-26).

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. nº 5/6. p. 5-14, São Paulo: ANPED, 1997. (Tradução de Angelina Teixeira Peralva).

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado. In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.347-353).

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans: suivi d'une reflexion sur La fin des paysans vingt ans après**. Paris: Actes Sud, 1984.

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. IN: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Caminhos da Educação do Campo 1).

MÉSZÁROS, Ivan. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares, 2.ed. Paulo: Boitempo, 2008.

MICHELOTTI, Fernando. Educação do Campo: reflexões a partir da tríade produção-cidadania- pesquisa. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Por uma Educação do Campo**: campo - política – educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008. (p.87-96)

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M.C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25. ed.rev. Atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a. (p.9-20).

_____. **Trabalho de campo**: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). 25 ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b. (p.61-77).

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma educação do Campo. v. 5, 2004. (p. 09-12).

MOLINA, Mônica Castagna. Reflexões sobre o significado do protagonismo dos Movimentos Sociais na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. (p. 137-149).

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.324-330)

MORIN, Edgar; CIURANA, Emílio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana.** Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MOURA, Margarida M. **Os Herdeiros da Terra. Parentesco e Herança numa Área Rural.** São Paulo, Hucitec, 1978.

MÜLLER, Geraldo. São Paulo – O núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. (p. 221-237).

MUNARIM, Antônio; et al. Política pública de educação do campo: a articulação entre o Estado e a sociedade. In: AUED, Bernardete Wrublevski; VENDRAMINI, Célia Regina. (Orgs.) **Educação do Campo: desafios teóricos e práticos.** Florianópolis, Isular, 2009. (p.53-65).

NOVAES, Regina. **Juventude/juventudes?** Em comunicações ISER, (50), ano 17, Rio de Janeiro: ISER, 1998.

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (p.105-120).

NOVAES, Regina; MELLO, Cecília. Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos. Rio de Janeiro: **Comunicações do Iser**, n.57, ano 21, 2002. (p.7-103).

NUNES, Claudio Pinto. **Educação escolar: sentidos atribuídos por estudantes trabalhadores.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** 6.ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção repensando a geografia).

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – formas dirigidas de constituição do campesinato.** v. 2. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. (p. 193-208).

PAESE, Mylene Wirgues. **Educação do Campo: discriminação e resistência.** Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social.** v. XXV (105-106), 1990-1º e 2º (p.139-165).

_____. **Culturas juvenis.** Imprensa Nacional casa da moeda: Lisboa, Portugal: 2003.

_____. Busca de si: expressividade e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. (p.7-21).

PALUDO, Conceição. Educação Popular e Educação do Campo: nexos e relações. In: STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria T. (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p.64-76).

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputas e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão popular, UNESP, Programa de Pós – Graduação em Geografia, 2008. (p.213-138).

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural: suas construções identitárias**. São Paulo: Editora Universitária da UFPE, 2011.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes. Entre campi e cidade: amizade e ruralidade segundo jovens de Nova Friburgo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: v.12, nº2, 2004, (p.322-352).

PEREIRA, João Márcio Mendes. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o governo Cardoso. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária no Brasil na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (p.19-68).

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 6.ed. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo Expressão Popular, 2008.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema** – região do Pontal do Paranapanema – SP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; EHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (p.187-204).

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: CALDART, Roseli Salete; et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. (p.509-518).

ROSENMYER, Léopold. A situação socioeconômica da juventude hoje. Tradução de Narciso José de Melo Teixeira e Luís Claudio Figueiredo. In: MARX, K. et al. **Sociologia da juventude: da Europa de Marx à América Latina de hoje**. v.1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. (p.133-173).

SÁ, Laís Mourão. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007.

_____. A questão camponesa e os desafios do Programa Residência Agrária. In: MOLINA, Mônica Castagna; et al (Orgs.). **Educação do Campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009. (p.372-385).

SÁ, Laís Maria de Mourão; FREITAS, Helana; MOLINA, Mônica Castagna. A política de educação do campo na universidade pública brasileira. **VIII Congresso Latino americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, Recife: 2010.

SÁ, Laís Maria de Mourão; MOLINA, Mônica Castagna; BARBOSA, Anna Izabel. **A produção do conhecimento na formação dos educadores do campo**. 2011. (mimeo).

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução de Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária no Brasil na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. (p.85-102).

SANFELICE, José Luis. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDER, 2008. (p.69-94).

SANTOS, Ozenice Silva dos. **O espaço de Guanambi/BA: o algodão como elemento de organização**. Guanambi – Bahia: 2004.

SANTOS, Luiz Henrique Sacchi dos. **Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais** de corpo. Porto Alegre: UFRGS/FACED (dissertação de mestrado), 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. **Renovar a teoria e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Bedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos; GERMANI, Guiomar Inez. Luta pela terra e identidade camponesa - do fundo/feche de pasto aos assentamentos rurais. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina - Por uma Geografia latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade**, 2005, São Paulo - São Paulo - SP: Edusp, 2005. v. Único. p. 13669-13682. Disponível em:<http://www.nuagrario.com/linhaseprojetosdepesquisa/lutapelaterra/lutapelaterra/Acessado> em: 12/03/2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: 2(2), p.109-117.1981.

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da Reforma Agrária de mercado no Brasil. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes (Orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberalismos e reforma agrária de mercado**. São PAULO: Expressão popular, 2006. (p.285-311).

_____. “Reforma Agrária de mercado” no Brasil: o sonho que virou dívida. **Revista Estudos, Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1. 2010. (p. 98-126).

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba, SP: v.50, n.3, p.503-524 jul/set, 2012.

SCOPINHO, Rosimeire A. **Processo de organizativo de assentamento rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda. Socióloga política do campesinato en una sociedad en desarrollo**. Madri, Alianza Editorial, 1983.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós graduação em Geografia, 2008. (p.23-47).

SILVA, Catarina Malheiros da. **Escola, Saberes e cotidiano no meio rural**: um estudo sobre os(as) jovens do sertão da Bahia. Universidade de Brasília. 2009, (Dissertação de Mestrado), 167p.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria; ANDRADE, Carla Coelho (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. (p.41-69).

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

SILVA, Jamerson Antônio de Almeida. As especificidades das políticas de qualificação profissional para a juventude. In: OLIVEIRA, Ramon de (Org.). **Políticas públicas em debate** (Org.) Campinas, SP: Papirus, 2012. (p.163-180)

SILVA, Marcelo Saturnino; MENEZES, Marilda A. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007 (p.167-181).

SILVESTRO, Milton; et al. **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2005.

SOUZA, Suzane Tosta. **Luta pela terra e reprodução camponesa no sudoeste da Bahia**. XIX Encontro Nacional de geografia agrária, São Paulo: 2009.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Revista Última década** N.20, (s/p) CIDPA Viña Del Mar, 2004.

SOUZA, Isabel de Jesus. **Educação do Campo no contexto da Reforma Agrária:** princípios da formação dos educadores e educadoras do campo do Assentamento Manoel Dias. (monografia). Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Amargosa, 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** N 5/6. São Paulo: ANPED, 1997. p.37-52.

_____. Trajetória na construção de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia et.al. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: CORTEZ, 2003. (p. 57-74).

STÉDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete; et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p.657-666).

STROPASOLAS, Valmir L. **O movimento (migratório) a juventude rural:** em busca do reconhecimento social e da cidadania. Santa Catarina, 2003. (p.1-20) (mimeo).

_____. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação:** a prática reflexiva. Brasília: Liberlivro, 2004. (p. 9-61).

TEPICHT, Jersy. **La nature de li économie paysanne, in Marxisme et Agriculture**. Paris: Libraire Armand Colin, 1973.

TERRA, Denise Cordeiro; CAMACHO, Mariana. **Política pública de juventude na região metropolitana do Rio de Janeiro:** que política. 27ª Anual da ANPED realizada de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível: <http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t035.pdf>. Acesso em 30/03/2014.

TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente à expansão do agronegócio na América Latina**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). Campesinato e territórios em disputas. São Paulo: Expressão Popular, UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008. (p.139-160).

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade**. v. 01, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **O potencial da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília para a produção de ações contra-hegemônicas:** um estudo de caso no Assentamento Itaúna em Planaltina de Goiás. UnB, Faculdade de Educação. Brasília: (dissertação de mestrado), 2011. p.167.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens:** novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006. (p.192-200).

_____. **Individualismo e cultura:** notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. 8. Ed. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2008.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **O método dialético na dialética.** 2.ed.v.8. São Paulo: Papyrus, 1991 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

WANDERELEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato:** rupturas e continuidade. (Texto preparado para aula inaugural no CPDA/UFRRJ, 2004. (mimeo).

_____. **Juventude rural:** vida no campo e projetos para o futuro. 2006 (Relatório de pesquisa).

_____. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (p.21-51).

_____. **O mundo rural como espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WARREN, Ilse Scherer. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. In: **Política & Sociedade:** Revista de Sociologia Política/Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v.6.n.11. 2007. (p.10-40).

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais:** mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Sociologia. (Tese), 2009. p.331.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. (237-251).

_____. Alcances e limites das políticas de desenvolvimento rural para o combate a pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Orgs.). **Pobreza Rural:** concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília: IICA, 2011 - Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. (p. 105-107).

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputas.** São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008. (p.161-190).

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: um pioneiro as sociologia da juventude. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia,** Recife, 2007.

_____. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, nº2, p.205-224, maio/agosto, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: perspectivas dos estudos culturais** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (p7-72).

WOORTMANN, Klaas. **Migração, Família e Campesinato**. In: WELK, Clifford Andrew. et al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 [1990], p. 217-238.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo- Brasília: HICITEC/EDUNB. 1995.

SITES CONSULTADOS

ABCD MAIOR. Stédile cobra Reforma Agrária do governo Dilma. Entrevista concedida a Celso Horta em 08/12/2012. Disponível em: http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=46492. Acesso em: 04/08/2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRONEGÓCIO. Disponível: <http://www.businessreviewbrasil.com.br/reports/abag_Port>. Acessado em: 24/07/2013.

DIVISÃO DO ESTADO DA BAHIA POR MESORREGIÕES. Disponível em: <http://www.brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Bahia®iao=Centro-Sul>

FETAG/BA. Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Bahia. Disponível em: <http://fetag-ba.org.br>. Acesso em: 28/04/2012).

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=ba>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2006/2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15/05/2013.

INEP/MEC/2005. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.lepel.ufba.br/PNERA.pdf>. Acessado em: 15/06/2014.

MÚSICA “NÃO É SÉRIO” de Charlie Brown Jr. Disponível em: <<http://letras.mus.br/charlie-brown-jr/6008/>>. Acesso em 21/01/2013.

MÚSICA COMIDA de Arnaldo Antunes; Sérgio Brito; Marcelo Fromer. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/titas/comida.html>. Acesso em 10/03/2014.

MÚSICA CIO DA TERRA de Chico Buarque; Milton Nascimento. Disponível em: <http://letras.mus.br/milton-nascimento/47414/>. Acessado em: 23/02/2014.

MÚSICA SONHO IMPOSÍVEL de Chico Buarque; Joe Darion. Sonho impossível. Disponível em: <http://letras.mus.br/maria-bethania/47243/>. Acesso em: 04/05/2014.

MÚSICA VIVER NO CAMPO! COMO? De Edigar Mão Branca. Disponível em: <http://letras.mus.br/edgar-mao-branca/1259960/>. Acesso em 07/04/2014.

MÚSICA SONHO IMPOSSÍVEL. Chico Buarque e Joe Darion. Disponível em: <http://letras.mus.br/maria-bethania/47243/>. Acesso em: 04/05/2014

MÚSICA AGRADECER E ABRAÇAR de Vevé Calazans e Jerônimo. Voz de Maria Bethania, Álbum: A força que nunca seca, 1999. Disponível em; <http://letras.mus.br/maria-bethania/886917/>. Acessado em: 22q03/2014.

O GUARDADOR DE REBANHOS de Alberto Caeiro – Fernando Pessoa. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1486>. Acessado em: 15/05/2014.

PRADO, Adélia. Disponível em: <http://ocantodasborboletas.blogspot.com.br/2011/12/encheu-minha-vida.html>. Acessado em: 20/06/2014.

PROJETO GEOGRAFAR/2009. Disponível em: www.geografar.ufba.br. Acesso em: 13/11/2012.

PROJETO GEOGRAFAR/2010. Disponível em: www.geografar.ufba.br. Acesso em: 13/11/2012.

PACTO NACIONAL. Disponível em <http://pacto.mec.gov.br/>. Acesso em: 17/02/2012.

PACTO BAHIA. Informações disponíveis em: <http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/informativos-e-noticias/index.php?id=3539#sthash.WK0eBg5i.dpuf>. Acessado em 17/02/2014.

SE A TERRA NÃO EXISTISSE, A GENTE PISAVA ONDE? De Ricardo Azevedo. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-1/se-terra-nao-existisse-gente-pisava-onde-634203.shtml>. Acessado em: 22/05/2014.

TERRA DOS POSSEIROS DE DEUS de Patativa do Assaré. Disponível em: <http://momendereflexao.blogspot.com.br/2009/09/patativa-de-assare-centenario-de.html>. Acessado em: 20/04/2014.

UFRB- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. <http://www.ufrb.edu.br/educampo/siec>. Acessado em: 25/02/2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação
Doutorado em Educação****APÊNDICES****APÊNDICE A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO**

Termo de Livre Consentimento dos/das interlocutores/as da pesquisa: **Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guamanbi, Bahia.**

A pesquisa será realizada pelo doutorando Domingos Rodrigues da Trindade, RG 06915288 e CPF 68606028568, telefone (77) 99582686, endereço eletrônico rodrixex@hotmail.com. Esta pesquisa terá orientação da professora Dr^a Laís Mourão de Sá da Universidade de Brasília (UnB) e, está vinculada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação desta Universidade.

Esta investigação tem como objetiva principal compreender como os/as jovens da Reforma Agrária se constituem como seres sociais na condição de filhos/as de assentados da Reforma Agrária e será realizada no assentamento Marrecas no município de Malhada e no assentamento Nova Esperança, que fica em Palmas de Monte Alto, ambos no Estado da Bahia.

Os dados coletados nas diferentes etapas da pesquisa, além de comporem o texto da tese de doutorado do pesquisador, poderão ser utilizados por este na escrita de diferentes artigos e trabalhos científicos que serão apresentados em eventos acadêmicos científicos e didáticos, e encaminhados para publicação, tanto na área de educação, quanto em áreas afins.

Quanto à participação dos/das interlocutores/as na pesquisa, se dará de forma voluntária. Estes/as são livres para, a qualquer momento que desejem e em qualquer fase da pesquisa,

recusarem-se a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo a eles/as mesmos/as e ao pesquisador.

Asseguramos total sigilo das informações, depoimentos e dos dados fornecidos, utilizando pseudônimo para manter o anonimato de sua identidade, dentro dos princípios éticos da pesquisa.

Eu----- Identidade nº-----

Telefone-----

Declaro que li este documento, entendi os propósitos da pesquisa e sinto-me esclarecido/a a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre.

Assinatura:-----

Data:-----/-----/-----

APÊNDICE B - Questionário para levantamento de dados e análise do perfil dos/das jovens dos assentamentos: Marrecas e Nova esperança

Caro jovem, as informações fornecidas neste questionário são importantes como etapa inicial de uma pesquisa a ser realizada nos assentamentos Marrecas no município de Malhada e Nova Esperança, em Palmas de Monte Alto, sobre a constituição social dos/das jovens desses assentamentos.

1 Nome-----

2 Nome do Assentamento onde mora:-----

3 Idade:-----

4 Sexo:

Masculino feminino

5 Estado Civil:

solteiro/a casado/a divorciado/a viúvo/a outros

7 Incluindo você quantas pessoas têm em sua família? -----

8 Você se auto define como:

negro/a branco/a pardo/a indígena amarelo/a outros

9 Estuda? sim não

9.1 Série que estuda ou estudou: -----

9.2 Ficou algum período sem estudar? Sim Não. Quanto tempo-----

9.3 Qual o motivo que deixou de estudar?-----

10 Desfruta de algum tipo de lazer:

Sim Não. Qual/ais-----

11 Você ajuda seus pais:

nas atividades domésticas no trabalho da roça outro

11.1 Você já saiu para trabalhar fora do assentamento? () sim () não

1.1.2 Em quê?-----

11.3 Por que você saiu para trabalhar fora?-----

12 Qual o seu projeto de Vida/futuro?-----

18 Participa de:

() Movimento social

() Movimento sindical

() Associação dos Trabalhadores Rurais do seu Assentamento

() Grupo de jovens

() Outros

APÊNDICE C - Questões dos grupos focais realizados com os/as jovens

Questões
1 Vocês moram num assentamento de Reforma Agrária. Como é a vida num assentamento rural? Como é ser jovem de assentamento rural?
2 Em que espaços vocês têm acesso ao conhecimento? Como são esses espaços?
3 Como que é estudar na escola que fica dentro assentamento? E Como que é estudar na escola fora do assentamento?
5 Vocês preferem estudar na escola dentro ou fora do assentamento? Por quê?
6 Os conteúdos trabalhados na escola falam da vida de vocês?
7 O que vocês acham do trabalho dos seus pais?
8 Vocês gostam do trabalho no campo?
9 Que projeto profissional quer exercer no futuro?
10 Na opinião de vocês, a escola tem contribuído para as escolhas de seus projetos de futuro?
11 Vocês pretendem morar no campo ou na cidade? Por quê?
12 A família incentiva vocês a estudarem para continuar no campo ou não?
14 Que lugares vocês frequentam para se divertir?
15 Como que é a relação de vocês com as tecnologias. Vocês usam celular? Qual a utilidade do celular na vida de vocês? Que outra tecnologia vocês usam?
16 Vocês acham que as mudanças que chegaram ao campo influenciam nas escolhas dos seus projetos de futuro?
17 Vocês participam de algum curso de formação ligado a movimento social ou sindical?
18 Vocês participam/participaram de algum projeto/atividade oferecido pelo poder público nas áreas de educação/ cultura/lazer?
19 Vocês têm saído do município em busca de trabalho ou outras oportunidades? Poderiam falar sobre essa experiência?
20 E sobre a questão das drogas e do consumo de bebidas alcoólicas dentro do assentamento, vocês poderiam falar sobre isso?
21 O que vocês sentem falta dentro do assentamento?

APÊNDICE D - Questões da entrevista (família dos/das jovens)

Questões
1 Que tipo de atividade produtiva a família desenvolve para garantir o sustento da família?
2 Os/as jovens ajudam no desenvolvimento dessa atividade?
3 A família tem sido beneficiada por alguma ação/programa de governo voltado para os/as jovens? Quais?
4 Essas ações têm trazido algum tipo de benefício para os/as jovens?
5 Que projeto de futuro a família pensa para os/as filhos/as?
6 Você acha que as mudanças que chegaram ao campo influenciam nas escolhas dos projetos de futuro dos/as jovens?
6 Qual é a importância da escola neste projeto de futuro dos/das jovens?
7 Os/as jovens têm que estudar para permanecerem ou saírem do assentamento?
8 Os/as jovens têm demonstrado interesse em continuar o trabalho da família?
9 O que a família tem feito para incentivar os/as jovens a continuarem no assentamento?
10 Como a família tem pensado a questão da herança da parcela de terra?
11 De que depende a permanência dos/das jovens no campo?
12 Como a família encara o deslocamento territorial dos/das jovens (em busca de emprego ou outra oportunidade)?
13 A família é vinculada a algum movimento social ou sindical?
14 A família considera importante ou não os/as jovens se vincularem a um movimento social ou sindical?

**APÊNDICE E - Questões da entrevista com: poder público, FETAG/associação,
diretor/a ou coordenador/a da escola**

Questões
<p align="center">Secretário de Educação</p> <p>1 Como o secretário/a vê os/as jovens do assentamento?</p> <p>2 Quais os problemas os/as jovens têm enfrentado dentro do assentamento?</p> <p>3 Quais ações/programas na área da educação têm sido desenvolvidas voltadas para os/as jovens do assentamento?</p> <p>4 Na sua opinião, a escola tem contribuído para a realização de projetos de futuro dos/das jovens fora do assentamento?</p> <p>6 Você acha que as mudanças que chegaram ao campo influenciam nas escolhas dos projetos de futuro dos/das jovens?</p> <p>7 Como tem se dado a discussão e a implementação da Educação do Campo no município?</p> <p>8 Como você vê a influência do acesso às tecnologias de comunicação e às drogas na experiência de vida dos/das jovens?</p>
<p align="center">Secretário de Agricultura</p> <p>1 Como o secretário/a vê os/as jovens do assentamento?</p> <p>2 Quais problemas os/as jovens de assentamento têm enfrentado?</p> <p>3 Existe alguma ação/programa na área da agricultura que têm sido desenvolvida no município voltada para os/as jovens do assentamento?</p> <p>4 Os/as jovens do assentamento têm deixado o campo em busca de oportunidade?</p> <p>5 Como a secretaria tem se manifestado frente a essa questão?</p> <p>6 Você acha que a expansão do agronegócio no campo tem contribuído para a redução das perspectivas de trabalho na agricultura em relação aos jovens?</p> <p>7 Como você vê a influência do acesso às tecnologias de comunicação e às drogas na experiência de vida dos/das jovens do assentamento?</p>
<p align="center">Secretaria de Ação Social</p> <p>1 Como você vê os/as jovens do assentamento?</p>

- 2 Quais ações/programas têm sido desenvolvidas com os/as jovens do assentamento?
- 3 As políticas públicas voltadas para os/as jovens têm chegado ao assentamento?
- 4 Essas ações/programas têm contribuído para os/as jovens ficarem no assentamento?
- 5 Os/as jovens do assentamento têm deixado o campo em busca de oportunidade?
- 6 Quais as dificuldades encontradas para implementar políticas públicas de juventude no assentamento?
- 7 Você acha que a expansão do agronegócio no campo tem contribuído para a redução das perspectivas de trabalho na agricultura em relação aos jovens?
- 8 Como você vê a influência do acesso às Tecnologias de Comunicação e às drogas na experiência de vida dos/das jovens do assentamento?

FETAG(Polo Guanambi)

- 1 Como a Fetag vê os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança?
- 2 Qual tem sido o trabalho da Fetag junto a esses/as jovens?
- 3 Na opinião da Fetag, as políticas públicas de juventude do campo têm chegado aos assentamentos?
- 4 Qual é o impacto da presença ou ausência das políticas públicas na vida dos/das jovens dos assentamentos?
- 5 Você acha que a expansão do agronegócio no campo tem contribuído para a redução das perspectivas de trabalho na agricultura em relação aos jovens?
- 6 Os/as jovens têm participado de movimento social ou sindical?
- 7 Como a Fetag vê a formação política dos/das jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança?
- 8 Como você vê a influência do acesso às tecnologias de comunicação e às drogas na experiência de vida dos/das jovens dos assentamentos?

Presidente de associação

- 1 Como você vê os/as jovens do assentamento?
- 2 A Associação tem feito algum trabalho voltado para os/as jovens? Se tem, qual?
- 3 Na sua opinião, as políticas públicas de juventude têm chegado ao assentamento?
- 4 Se não chegam, o que levam essas políticas públicas a não chegarem ao assentamento?
- 5 Qual é o impacto da presença ou ausência das políticas públicas na vida dos/das jovens do assentamento?
- 6 Você acha que a expansão do agronegócio no campo tem contribuído para a redução das

perspectivas de trabalho na agricultura em relação aos jovens?

7 Na sua opinião, os/as jovens têm demonstrado interesse em dar continuidade ao trabalho da família no campo? Por quê?

8 Como você vê o futuro dos/das jovens do assentamento?

9 Como o assentamento vem pensando a sucessão da terra?

10 Os/as jovens participa de algum movimento social, sindical?

11 Como você vê a formação política dos/das jovens do assentamento?

12 Na sua opinião, a escola tem contribuído para a permanência ou saída dos/das jovens do assentamento? Por quê?

13 Como você vê a questão da bebida alcoólica e das drogas dentro do assentamento?

14 Na sua opinião, o que falta no campo para os/as jovens?

Diretor/coordenador

1 Qual é a visão da escola sobre os/as jovens do assentamento rural?

2 Como é a inserção dos/das jovens do assentamento rural na escola?

3 Quais problemas a escola enfrenta em relação aos jovens do assentamento?

4 Como a escola encaminha os problemas relacionados a esses jovens?

5 Os conteúdos estudados na escola falam da vida dos/das jovens de assentamento rural?

6 Há diferença no tratamento dado aos jovens do assentamento em relação aos jovens que não são do assentamento?

7 Na sua opinião, a escola tem contribuído para a realização de projetos de futuro dos/das jovens fora do assentamento?

8 Você acha que as mudanças que chegaram ao campo influenciam nas escolhas dos projetos de futuro dos/das jovens?

9 Como você vê a influência do acesso às tecnologias de comunicação e às drogas na experiência de vida dos/das jovens do assentamento?